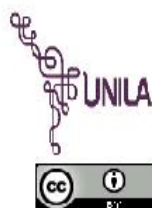


REVISTA ORBIS LATINA

ISSN 2237-6976



Volume 11, Número 02
Julho - Dezembro
2021



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:





REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Conselho Editorial

Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)
Claudia Lucia Bisaggio Soares (UNILA)
Dirceu Basso (UNILA)
Exzolvildres Queiroz Neto (UNILA)
Gilcélia Aparecida Cordeiro (UNILA)
Gilson Batista de Oliveira, Editor (UNILA)
Janine Padilha Botton (UNILA)
Lucas Lautert Dezordi (UP/PR)
Luiz Alberto Esteves (UFPR)
Mauro Cardoso Simões (UNICAMP)
Regis Cunha Belém (UNILA)
Rodrigo Bloot (UNILA)

Edição e Capa

Gilson Batista de Oliveira

Revista Orbis Latina

web site: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis> e ou <https://sites.google.com/site/orbislatina/>

Volume 11, Número 02, Julho – Dezembro de 2021.

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

Periodicidade Semestral.

Multidisciplinar. Interdisciplinar. Planejamento Urbano e Regional.

ISSN 2237-6976

I. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento, fronteiras, políticas públicas, planejamento urbano e regional.

II. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras – GIRA.

III. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD/UNILA.

Endereço para correspondência:

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 04, Espaço 03, Sala 10

CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil

Tel.: +55(45)3529 2830 / E-mail: orbislatina@gmail.com e ou gilson.oliveira@unila.edu.br



Volume 11, Número 2
Julho - Dezembro
2021



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:





REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



UMA SAÍDA DA PANDEMIA

A pandemia do novo coronavírus trouxe consigo um cenário de pessimismo generalizado e afetou o estado emocional de todos os pesquisadores do mundo. Manter a publicação de dois números por ano tornou-se uma tarefa hercúlea, pois o fluxo de artigos e trabalhos, como já era previsto, diminuiu. Isso gerou a necessidade de realização de divulgação e chamadas de artigos de forma constante nos diversos programas de pós-graduação do Brasil e do exterior. O resultado desse esforço é traduzido na publicação periodizada da nossa revista que, no seu volume 11, número 2, traz a público 12 artigos e uma resenha de extrema qualidade.

Os trabalhos publicados nessa edição são resultados do trabalho incessante de pesquisadores comprometidos, apesar do reduzido (ou nenhum) apoio dos órgãos de fomento, com o avanço e desenvolvimento da ciência. Aos colaboradores dessa edição, a Revista Orbis Latina agradece imensamente por atenderem o convite e submeterem seus trabalhos para avaliação e publicação em nosso periódico científico.

Aos leitores lembramos da importância de manter o afastamento social e de se vacinar (tomar as duas ou mais doses) quando chegar sua vez, pois são atitudes essenciais para manutenção da vida humana. Pensar no bem-estar do outro é o único mantra a ser seguido para manter a esperança de conseguirmos uma saída da pandemia.

Fiquem bem e boa leitura!

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira (Editor)



Volume 11, Número 2
Julho - Dezembro
2021



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:





SUMÁRIO

ARTIGOS CIENTÍFICOS

A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE DE AMARTYA SEN E O DIREITO A EDUCAÇÃO Jaíne Cristiane Wentroba e Louise de Lira Roedel Botelho.....	04
CELSO FURTADO E O CAMINHO ILUSÓRIO DO DESENVOLVIMENTO Luiz Carlos Dias e Clério Plein	15
A PERSPECTIVA DE HA-JOON CHANG SOBRE O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor e Ricardo Rippel.....	30
A DÉCADA DE OURO DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE Armstrong Pereira da Silva	48
DIMENSÕES PSICOLÓGICAS DO DESENVOLVIMENTO Eduardo de Pintor , Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor e Cristiano Stamm.....	66
FOOD, TERRITORY, AND DECOLONIZATION: A PROFILE OF THE SLOW FOOD MOVEMENT Juçara Elza Hennerich, Clério Plein e Luciana Oliveira de Fariña.....	81
ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA MOEDA MONÓLITO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL NO BAIRRO CAMPO VELHO, MUNICÍPIO DE QUIXADÁ-CE Maria Maiane Batista Bessa, Francisco Sávio Bernardo Batista, Domingos Isaias Maia Amorim e Pedro Herlleison Gonçalves Cardoso	92
REGIONALIZAÇÕES BRASILEIRAS DO ÚLTIMO SÉCULO Jonhey Nazario Lucizani e Jandir Ferrera de Lima	116
A RELAÇÃO ENTRE FINANCEIRIZAÇÃO E PRODUTIVIDADE: UMA ANÁLISE PARA O BRASIL APÓS 1980 Thais Andreia Araujo de Souza	140
EVIDÊNCIAS SOBRE A CRIMINALIDADE NO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE PARA AS ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA Nívea Reis Moura e Marina Silva da Cunha	156
EFEITOS DA MATERNIDADE NA OFERTA DE TRABALHO E SALÁRIOS NO BRASIL Fernando Antonio Machado, Solange de Cassia Inforzato de Souza, Vanessa Fortunato de Paiva e Magno Rogério Gomes	177
OS PROFISSIONAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR – DILEMAS E POSSIBILIDADES DA REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA NA AMÉRICA LATINA Silvia A. Zimmermann, Ronny E. Ortiz, Valdemar J. Wesz Junior, Régis da C. Belém e Diana Jazmin B. Cohene	197
<u>RESENHA</u>	
GUERRA FRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA COMPREENSÃO DE UM TEMA CENTRAL DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA - RESENHA DO LIVRO “GUERRA FRIA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA” Micael Alvino da Silva	218
<u>ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO</u>	220



A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE DE AMARTYA SEN E O DIREITO A EDUCAÇÃO

AMARTYA SEN'S THEORY OF DEVELOPMENT AS FREEDOM AND THE RIGHT TO EDUCATION

Jaíne Cristiane Wentroba¹
Louise de Lira Roedel Botelho²

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo apresentar a teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e o direito à educação. O desenvolvimento para Amartya Sen representa as liberdades que os membros de uma sociedade possuem. O crescimento econômico é um importante fator para obtenção e expansão das liberdades humanas, o qual está associado a outras disposições, como a possibilidade de acesso, pelos cidadãos, à educação, saúde, participação política na sociedade, entre outros. A educação promove os instrumentos necessários para a expansão das liberdades e capacidades, assim, contribuindo para o desenvolvimento humano. A metodologia baseia-se em uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Conclui-se que o desenvolvimento compreende a expansão das capacidades humanas. A educação é relevante para o desenvolvimento humano dado o seu papel transformador das capacidades para o exercício da autonomia e da liberdade, devendo o Estado fortalecer e proteger políticas públicas que assegurem o direito à educação.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Amartya Sen; Educação.

ABSTRACT:

This article aims to present Amartya Sen's theory of development as freedom and the right to education. Development for Amartya Sen represents the freedoms that members of a society have. Economic growth is an important factor for obtaining and expanding human freedoms, which is associated with other provisions, such as the possibility of access, by citizens, to education, health, political participation in society, among others. Education promotes the instruments necessary for expanding freedoms and capabilities, thus contributing to human development. The methodology is based on a bibliographical research with a qualitative approach. It is concluded that development comprises the expansion of human capabilities. Education is relevant to human development given its transforming role in the capacity to exercise autonomy and freedom, and the State should strengthen and protect public policies that ensure the right to education.

Keywords: Development; Amartya Sen; Education.

¹Mestranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas- Universidade Federal da Fronteira Sul, com bolsa da CAPES/DS na linha de pesquisa Estado, Sociedade e Políticas de Desenvolvimento. E-mail: jainewentroba@hotmail.com.

² Professora titular do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Foi Bolsista de Extensão no País do CNPq. E-mail: louisebotelho@uffs.edu.br



1. INTRODUÇÃO

Compreende-se que o desenvolvimento é resultado das capacitações humanas, e a qualidade de vida das pessoas está associada a capacidade de cada ser humano satisfazer suas necessidades básicas de educação, saúde, habitação, nutrição, participação da vida em comunidade, respeito e outras atendidas.

O crescimento econômico é um importante fator para obtenção e expansão das liberdades humanas, que está associado a outras disposições, como a possibilidade de acesso, pelos cidadãos, à educação, saúde, participação política na sociedade, entre outros. A educação promove os instrumentos necessários para a expansão das liberdades e capacidades, assim, contribuindo para o desenvolvimento humano.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 traz no seu art. 6º como o primeiro dos direitos sociais, prerrogativas de todos os cidadãos; igualmente, no art. 205, o direito à educação é enunciado como um direito de todos, estando o Estado, a família e a sociedade incumbidos do dever de promover e incentivar o seu acesso.

Nessa perspectiva, justifica-se o presente artigo ao tratar de uma importante base teórica sobre a teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e o direito a educação. Assim, questiona-se: quais são os tipos de liberdades necessárias para a promoção do desenvolvimento?

Para responder à pergunta utiliza-se da pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, a fim de indicar as particularidades da bibliografia do autor objeto de estudo (Amartya Sen), passando-se a descrever o desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e o direito à educação.

2. AMARTYA SEN

Escritor, filósofo e economista, professor na Delhi School of Economics, London School of Economics, Universidade de Oxford e Universidade de Harvard. Reitor da Universidade de Cambridge. Fundador do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento das Organizações das Nações Unidas (ONU) (ASSUMPCÃO, 2014).

Nascido aos 03 (três) de dezembro de 1933 (mil novecentos e trinta e três), Amartya Kumar Sen é uma referência em teoria da escolha social e em economia do bem-estar, tendo demonstrado ao longo da sua vasta obra uma profunda preocupação com a pobreza, a fome, a injustiça, a desigualdade social, a ética e o desenvolvimento, o que lhe valeu a atribuição do Prêmio Nobel de Economia em 1998 (ASSUMPCÃO, 2014).

A originalidade do seu pensamento traduz-se na tentativa de enfatizar todos os componentes sociais e políticos do desenvolvimento, sem negar a importância do mercado na criação de riqueza, propondo uma análise integrada das esferas econômica, social e política, o que permite uma abordagem mais ampla do que a centrada no mero crescimento do produto e do rendimento. Outro dos elementos centrais do pensamento de





Sen é o valor absoluto da democracia, incorporado na sua definição de desenvolvimento, entendido como um processo de expansão das liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência, segurança e proteção (ASSUMPCÃO, 2014).

No ano 2000 é publicada a sua obra “Desenvolvimento como liberdade” a qual também foi estudada e citada neste trabalho.

Amartya Sen, participou no Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (UNDP, sigla em inglês) em que foi figura chave juntamente com outros economistas reconhecidos, como o paquistanês Mahbub ul Haq no desenvolvimento dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Um fato importante a destacar é que atualmente, o Brasil está na 84ª posição no ranking, com IDH em 0,765, entre 189 nações e se encontra no grupo dos considerados com alto desenvolvimento humano. Entretanto, o Brasil caiu cinco posições em relação ao índice medido em 2019 e com um déficit muito grande que é o da educação (BRASIL, 2020).

3. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE DE AMARTYA SEN

Embora prevaleça na literatura acadêmica as abordagens de desenvolvimento sob uma ótica mais restrita que às associa ao crescimento do produto interno bruto (PIB), aumento de rendas pessoais, industrialização ou avanço tecnológico, para Amartya Sen o desenvolvimento econômico deve estar acompanhado do desenvolvimento humano, ao qual denomina de liberdade em sua teoria.

Amartya Sen ressalta que a maior contribuição do desenvolvimento de um país está ligada às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania, não apenas para garantir os direitos sociais básicos como saúde e educação, mas também como segurança, liberdade, habitação e cultura.

Segundo (SEN, 2012, p 1):

Vivemos um mundo de opulência sem precedentes, mas também de privação e opressão extraordinárias. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de cidadão.

O que Amartya Sen pretende discutir em sua teoria é que a qualidade de vida humana não deve ser medida pela riqueza das nações, mas sim pelas liberdades proporcionais aos indivíduos, mas é importante ressaltar que de forma alguma, pretende desconsiderar fatores econômicos, como o aumento do produto interno bruto (PIB), mas sim, enfatizar que a partir do momento em que os governos atentam para disposições sociais, como saúde e educação o desenvolvimento é ressaltado.

O crescimento econômico, ainda que importante, não pode ser um fim em si mesmo e o desenvolvimento acontece com a “expansão das liberdades reais que as



peças desfrutam” (SEN, 2000, p. 17). Na visão de Sen a riqueza proporciona aos indivíduos a possibilidade de ser livre para realizar as suas vontades, mas, porém, não sendo a riqueza a principal responsável pelo desenvolvimento econômico.

Neste sentido, Amartya Sen ressalta que:

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele (SEN, 2000, p. 28).

Existem várias formas de liberdade e a condição de agente dos indivíduos é essencial para lidar com as privações. Sendo, porém, que essa condição é limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas (SEN, 2010).

Segundo (SEN, 2000), dois são os conceitos fundamentais: o de capacidades (*capabilities*) e funcionamentos (*functionings*). Nas palavras do autor:

Os funcionamentos dados pelas atividades ou estados de existência importantes para os indivíduos possam levar o tipo de vida que valorizam, variando desde questões elementares, como estar alimentado e saudável ou, até mesmo, estar relacionado com outras questões mais complexas. Inclui desde o atendimento das necessidades básicas de educação, saúde, habitação, nutrição adequada, até participar da vida em comunidade, ter respeito próprio e outros. Já os de capacidades (*capabilities*), relacionam-se às combinações alternativas de funcionamentos que podem ser realizados pela pessoa, refletem as habilidades que uma pessoa tem para executar ou alcançar os estados que considere desejáveis. São combinações alternativas de funcionamentos possíveis de realização por uma pessoa, podendo ser definidas como o conjunto alternativo de funcionamentos exequível de cada ser humano (SEN, 2000, p. 93).

Ainda, (SEN, 2000) diz que não há desenvolvimento sem que o ser humano seja o centro desse processo, daí a importância da realização pessoal dos indivíduos e da sua felicidade, pois, o bem-estar e desenvolvimento dizem respeito ao fortalecimento de liberdades e à melhora de vida dos indivíduos, assumindo a felicidade humana um importante papel nesse processo,

A liberdade pode ser vista como o fim e o meio do desenvolvimento, pois tem papel constitutivo e instrumental. Assim, no que diz respeito ao seu papel constitutivo, a liberdade substantiva assume importância fundamental no melhoramento da vida humana quando afasta a fome, a morte prematura, o analfabetismo, a doença, entre outras mazelas. No que tange ao seu papel instrumental, há várias liberdades e essas são vistas como complementares umas às outras, assim como auxiliam para a capacidade geral dos indivíduos viverem com mais liberdade (SEN, 2000).

Para Amartya Sen, as privações de liberdade são formas e situações que impedem que os indivíduos de uma sociedade tenham acesso à liberdades:



Entre as liberdades relevantes inclui-se a liberdade de agir como cidadão que tem sua importância reconhecida e cujas opiniões são levadas em conta, em vez de viver como vassalo bem alimentado, bem vestido e bem entretido. [...] As capacidades que uma pessoa realmente possui dependem da natureza das disposições sociais, as quais podem ser cruciais para as liberdades individuais. E dessa responsabilidade o Estado e a sociedade não podem escapar (SEN, 2010, p. 366).

O que as pessoas conseguem realizar positivamente “é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições, como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.” (SEN, 2010, p. 19). Dessa forma, é fundamental a liberdade das pessoas para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impedem o progresso dessas oportunidades.

Para Amartya Sen o homem pode ser considerado verdadeiramente livre quando puder fazer suas escolhas de como ele quer viver, nas questões centrais para o processo de desenvolvimento a liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e da sociedade, pois ele é livre de escolhas (SEN, 2000).

Segundo Amartya Sen, as liberdades instrumentais são tipos de liberdades usadas como instrumentos para que o indivíduo aumente a sua liberdade substantiva total.

Neste pensamento, (SEN, 2010) cita os cinco tipos de liberdades necessárias para a promoção do desenvolvimento: Liberdades políticas: se referem às oportunidades para determinar quem vai governar e quais regras e com base em que princípios, além de poder fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher e a expressão política; Facilidades econômicas: são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar os seus recursos econômicos, tais como os bens e serviços e com propósitos de consumo, produção ou troca, é a capacidade de poder com seus próprios recursos adquirir o básico para o seu sustento e desenvolvimento; Oportunidades sociais: são disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação e saúde, as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor e ter outros serviços sociais capacitantes; Garantias de transparência: referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar, a liberdade de lidar uns com outros sob garantias, isso incluem o direito à informação em todos os níveis; Segurança protetora: necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta, e em alguns casos, até mesmo a fome e a morte. Ela inclui a previdência social e o seguro desemprego, tendo uma abertura de frentes de trabalho emergenciais e ajudando os mais necessitados.

Para (SEN, 2000, p. 71):

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis



amplios no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda.

Assim, percebe-se que para as pessoas tem que ser dada a oportunidade de conformar seu destino, cabendo ao Estado o fortalecimento e a proteção das capacidades humanas. A falta das capacidades faz com que os indivíduos possuam razões para se sentirem humilhados e sem esperança de atingir a vida que almejam para serem felizes.

Dessa forma (HERRLEIN, 2014, não paginado) explica que:

É preciso que as pessoas sejam alfabetizadas, estejam bem nutridas, sejam parte da vida comunitária e cívica, expressem seus pensamentos, usufruam de adequadas condições de moradia e oportunidades de trabalho, possam desfrutar da possibilidade de evolução cultural e de ter aprendizado permanente.

Amartya Sen chama essas liberdades de “condição de agente”, que é a capacidade livre de agir das pessoas, seguindo seus próprios fins e normas, nisso, provoca mudanças, se torna um membro participativo em sociedade, relacionando-se de maneira significativa no mundo e na tomada de decisões, exercendo seus direitos políticos e civis. É “Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros com uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável” (SEN, 2010, p. 26).

O desenvolvimento é alcançado a partir da expansão das capacitações humanas. A vida humana é um conjunto de “fazer e ser”, também chamado de “funcionamentos”, que se referem à atividade ou estados que uma pessoa pode racionalmente valorizar ou ser, cabendo a qualidade de vida das pessoas associada ao acesso à capacidade de elas funcionarem como seres humanos. Sendo que o aumento da renda e a expansão da produção são considerados os meios, mas não os fins do desenvolvimento, pois o objetivo é ampliar as escolhas dos indivíduos para um aumento no bem-estar, melhoria da qualidade de vida e das liberdades que desfrutam (SEN, 2000).

Amartya Sen ressalta ainda que os,

Fatores econômicos e sociais como educação básica, serviços elementares de saúde e emprego seguro são importantes não apenas por si mesmos, como pelo papel que podem desempenhar ao dar às pessoas a oportunidade de enfrentar o mundo com a coragem e liberdade. Essas considerações requerem uma base informacional mais ampla, concentrada particularmente na capacidade de as pessoas escolherem a vida que elas com justiça valorizam. (SEN, 1999, p. 90)

Portanto, o exercício do direito social ou garantia protetora gera os instrumentos e as capacidades para o exercício da autonomia e da liberdade, pois o Estado é responsável por garantir políticas públicas para assegurar os direitos sociais dos indivíduos para que esses possam ser livres. É preciso que as pessoas tenham oportunidades adequadas para mudar de vida e o aspecto do processo de liberdade tem de ser considerado conjuntamente com o aspecto de oportunidade.



4. O DIREITO À EDUCAÇÃO

O direito à educação como o primeiro direito social está disposto no art. 6º da Constituição Federal de 1988 e no art. 205, como um direito de todos e dever do Estado e da família, objetivando “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (SARMENTO, 2006, p. 19). Dessa forma, o Estado brasileiro assegura aos cidadãos a dignidade da pessoa humana, garantindo os direitos básicos e elementares.

O direito à educação faz parte da segunda geração dos direitos fundamentais, relacionada às liberdades positivas, reais ou concretas que se associam ao Estado do bem-estar social. O estado liberal assume o papel de agente conformador da realidade social. As políticas públicas brasileiras impõem ao Estado a obrigação de garantir aos cidadãos os direitos à saúde, educação, trabalho, alimentação, assistência social (SARMENTO, 2006).

Um dos caminhos mais importantes para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade e o direito à liberdade é pela educação. Como retratado por Amartya Sen:

Não estar apto a ler ou escrever, ou contar e se comunicar, é um meio de privação [...] Qualquer país que negligencia a educação fundamental tende a fadar suas pessoas analfabetas ao acesso inadequado às oportunidades do comércio global. (SEN, 2003, p. 21-22).

Para Amartya Sen, a educação tem um papel relevante e oportunidades que o indivíduo tem para mudar de vida, pois uma pessoa que não consegue ler instruções, compreender e entender está em desvantagem para conseguir alcançar a liberdade e se tornar agente de sua própria vida.

A educação aparece como um fator essencial para o desenvolvimento da sociedade e redução das desigualdades, nisso, destaca-se que:

A educação deve ser tratada como um processo de humanização do sujeito, que contribua na construção de políticas que efetivem melhorias da condição humana. Ao assegurar a qualidade educacional no País, busca-se promover o crescimento da sociedade e a redução das desigualdades (WHESTPHAL, 2009, p. 4).

Assim, o direito à educação é um direito de emancipação do indivíduo, da sua formação global onde é fundamental para exercer o exercício pleno da cidadania e para a consolidação de um Estado de raízes sociais e democráticas (COELHO, 2017).

Diga-se que (DRÈZE e SEN, 2015, p. 156-157), afirmam que “compete ao Estado desenvolver políticas que possibilitem o avanço das capacidades humanas, como a educação e a saúde, permitindo o crescimento econômico como uma ferramenta para melhorar a vida da população”. Dessa forma, a receita pública gerada deve ser investida em políticas dessa natureza. É dever do Estado desenvolver ações para que todos tenham



acesso à educação de qualidade e promover a valorização do processo educacional, necessário ao desenvolvimento das capacidades humanas, resultando no desenvolvimento como liberdade.

O Estado deve oferecer oportunidades sociais aos cidadãos. Assim, (SEN, 2000, p. 56) enfatiza que:

[...] são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas da educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada, mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas. Por exemplo, o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade (uma exigência sempre crescente no comércio globalizado). De modo semelhante, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos em atividades políticas.

Dessa forma, a falta das capacidades faz com que os indivíduos se sintam humilhados, excluídos, indignos perdendo o respeito e o auto respeito.

Destaca (REGO e PINZANI, 2013) que o Estado deve oferecer aos cidadãos uma educação primária gratuita pública e não deixar os mais pobres em uma situação de analfabetismo que impossibilitando sua saída da pobreza. A educação é importante no desenvolvimento humano, a qual é libertadora para refazer o mundo e sua conjuntura, dando ao indivíduo a aptidão para usufruir e reivindicar seus direitos (COELHO, 2017).

O direito à educação, está ligada à ideia de igualdade e a atuação do Estado deve orientar-se no seu atendimento de forma igualitária e justa na qual Dowbor, apresenta que:

A ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão e a necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. (DOWBOR, 2009, p. 22)

Assim, o direito à educação prevê igualdade, conquista histórica, onde estão pautados os dispositivos constitucionais brasileiros que citam a importância dos conteúdos mínimos e formação básica comum, o que não é facilmente garantido a partir das vontades individuais. O Estado viabiliza fazer desse bem um ponto de partida inicial para uma igualdade de condições. Deste modo, as diretrizes que devem nortear os conteúdos curriculares é o da igualdade de condições, assegurada e protegida pelo poder público (BRASIL, 1988).

A educação se mostra como uma tarefa importante numa sociedade com tantas desigualdades, é um vetor indispensável para que os seres humanos se apropriem dos mecanismos para desenvolver a condição de agentes e possam escolher, com liberdade, o tipo de vida que desejam valorizar (SEN, 2000).

Portanto, o investimento estatal em políticas públicas em prol da educação é imprescindível para que o direito social à educação seja efetivado. Esse investimento não



pode ser apenas quantitativo, mas qualitativo também, pois a educação deve ser para todos e com qualidade. Assim, além do acesso à escola, as questões relacionadas ao fluxo escolar e à qualidade do ensino devem ser observadas, contemplando as diversas dimensões do desenvolvimento humano.

Para pensar em desenvolvimento é preciso que tenha desenvolvimento humano, e pensar desenvolvimento por meio de educação é o meio que o indivíduo tem para se ter autonomia para tomar decisões e ser livre nas suas escolhas.

5. METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado com base na pesquisa qualitativa com natureza descritiva, pois essa abordagem apresenta uma estrutura flexível para a pesquisa, explorando novos enfoques. Para etapa desse trabalho fez-se um levantamento bibliográfico e documental, sobre as obras de Amartya Sen, para isso, foi realizada a revisão sistemática integrativa da literatura, esse levantamento foi feito em periódicos da CAPES, sites confiáveis e outros meios. Nela, busca-se a elaboração de uma síntese, capaz de criar uma ampla compreensão acerca do tema a ser tratado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo apresentar a teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e o direito a educação. Pôde-se verificar que a teoria desenvolvimentista de Amartya Sen trouxe um novo aspecto para o debate sobre desenvolvimento, tendo como ponto fundamental a liberdade e o homem como centro.

O crescimento econômico não pode ser um fim em si mesmo e o desenvolvimento acontece quando ocorre a expansão das liberdades reais que as pessoas podem desfrutar. Bem-estar e desenvolvimento devem estar ligados ao fortalecimento das liberdades e à melhora de vida dos indivíduos, pois a garantia de liberdade para o indivíduo por meio da ideia de desenvolvimento é o que permite a erradicação das desigualdades.

Os funcionamentos são as várias coisas que uma pessoa considera valioso ter ou fazer. O conjunto alternativo de funcionamentos executável de cada ser humano representa a sua capacidade, que é a possibilidade para ter estilos de vida diferentes.

A falta de capacidades faz com que os indivíduos possuam razões para se sentirem humilhados e sem esperanças de atingir a vida que almejam para serem felizes, como ocorre quando não há oportunidade de educação, uma das fontes de privação de capacidade.

A educação, como também a saúde, entre outros direitos sociais, instiga a liberdade substantiva de o indivíduo buscar uma vida melhor, uma vez que é crucial tanto para a vida privada, como também para o envolvimento em atividades políticas e econômicas, importantes para o desenvolvimento social. Ela, bem como outros direitos



sociais, gera instrumentos e capacidades para o exercício da autonomia e da liberdade, tirando o indivíduo da absoluta pobreza.

É dever do Estado garantir políticas que possibilitem o avanço das capacidades humanas, como a educação e a saúde, transformando o crescimento econômico em melhora da vida da população, dado que seu alcance e impacto dependem, em larga escala, de como seus frutos são investidos. Assim, é essencial que a receita pública por ele gerada seja investida em políticas dessa natureza.

Conclui-se que o desenvolvimento, compreende a expansão das capacidades humanas. A educação é relevante para o desenvolvimento humano, dado seu papel transformador das capacidades, para o exercício da autonomia e da liberdade, devendo o Estado fortalecer e proteger políticas públicas que assegurem o direito à educação entre outros direitos sociais, vistos como liberdade instrumental, é que vão instigar a liberdade do indivíduo buscar uma vida melhor, uma vez que são relevantes tanto para a vida privada como para o desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Fabrícus. **Distribuição de renda/diminuição da desigualdade social**. O Rebatô, Macaé, 6 fev. 2014. Disponível em: <http://jornalrebate.com.br/canais/colaboradores-do-rebate/11361-distribuicao-de-renda-diminuicao-da-desigualdade-social> .Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Agência Brasil. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-12/paises-devem-redesenhar-progresso-e-reduzir-pessao-sobre-o-planeta> . Acesso em: 17 ago. 2021.

COELHO, Rodrigo Batista. **Direitos fundamentais sociais e políticas públicas: subjetivação, justiciabilidade e tutela coletiva do direito à educação**. São Paulo: Habermann, 2017.

DRÈZE, Jean; SEN, Amartya. **Glória incerta: A Índia e suas contradições**. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes, Laila Coutinho. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. In: MAFRA, Jason. et al., (org.). **Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire: Editora Esfera, 2009. Disponível em: . Acesso em: 16 ago. 2021.





HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. **A construção de um Estado democrático para o desenvolvimento no século XXI**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

REGO, Alessandro Leão; PINZANI, Michel. **Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Liberdades políticas e necessidades econômicas em Amartya Sen. **Ideias**. Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 210–241, 2012.

_____. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WESTPHAL, Fernanda Prince Sotero. Direitos Humanos na Educação, um pilar para o exercício da cidadania e a concretização da dignidade da pessoa humana. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**. UniBrasil - Faculdades Integradas do Brasil.

*Recebido em 19/08/2021
Aprovado em 27/08/2021*

vol. 5, 2009.



Volume 11, Número 2
Julho - Dezembro
2021



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:





CELSO FURTADO E O CAMINHO ILUSÓRIO DO DESENVOLVIMENTO

CELSO FURTADO AND THE ILLUSORY PATH OF DEVELOPMENT

Luiz Carlos Dias¹
Clério Plein²

RESUMO:

Face a atual percepção de que a busca por desenvolvimento está justificando a adoção de medidas de crescimento econômico baseadas na exportação de matéria prima e exploração de recursos naturais não renováveis, onde a questão ambiental é colocada como um entrave ao processo, as contribuições de Celso Furtado nos parecem inteiramente pertinentes. Portanto, é com base nas considerações feitas no livro “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, escrito em 1974, que este trabalho procura demonstrar que o desenvolvimento não é simplesmente avançar nos índices de crescimento, requer uma readequação econômica, política e social que privilegie uma melhor distribuição de renda e acesso aos direitos fundamentais das pessoas para que se possa diminuir o fosso das desigualdades. O trabalho inicia destacando que a formação industrial dos países periféricos se deu pela concentração de renda gerada a partir da exportação primária e motivada pelo consumo supérfluo, em seguida discute-se o processo de aceleração industrial brasileiro e no terceiro tópico salienta-se que o desenvolvimento dos países periféricos baseado na cultura dos países centrais é ilusório e tem sido utilizado para legitimar a destruição da cultura e do meio ambiente dos países subdesenvolvidos, por fim, destaca-se que na concepção de Celso Furtado o desenvolvimento deve ser orientado pelas garantias sociais, ambientais e culturais de uma sociedade.

Palavras-chave: subdesenvolvimento, crescimento econômico, industrialização periférica

ABSTRACT:

Given the current perception that the search for development is justifying the adoption of economic growth measures based on the export of raw materials and the exploitation of non-renewable natural resources, where the environmental issue is placed as an obstacle to the process, Celso Furtado's contributions seem entirely pertinent. Therefore, it is based on the considerations made in the book "The Myth of Economic Development", written in 1974, that this paper searches to demonstrate that development is not simply advancing in growth rates, but requires an economic, political, and social readjustment that favors a better distribution of income and access to people's fundamental rights to reduce the inequality gap. The work begins by highlighting that the industrial formation of the peripheral countries was given by the concentration of income generated from primary exports and motivated by superfluous consumption. Next, the process of Brazilian industrial acceleration is discussed, and in the third topic it is emphasized that the development of peripheral countries based on the culture of the central countries is illusory and has been used to legitimize the destruction of the culture and the environment of underdeveloped countries. Finally, it is highlighted that in Celso Furtado's conception, development must be guided by the social, environmental, and cultural guarantees of a society.

Keywords: underdevelopment, economic growth, peripheral industrialization

¹ Graduado em Ciências Econômicas. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon. Professor da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Setor Palotina. E-mail: lcarlos-dias@hotmail.com

² Orientador. Graduado em Economia Doméstica (UNIOESTE). Mestre e Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professor adjunto da UNIOESTE. E-mail: clerioplein@gmail.com.



INTRODUÇÃO

A eterna busca por desenvolvimento e a preocupação com a crise ambiental revela duas faces da mesma moeda. Na atualidade assistimos discursos fervorosos de personalidades políticas passando um receituário de desenvolvimento baseado em nações com alto nível de consumo, relegando a segundo plano os avisos de especialistas quanto as consequências deste padrão de crescimento. Diante de inúmeras e importantes análises sobre o assunto, busca-se rever as contribuições de Celso Furtado em seu livro “O Mito do Desenvolvimento Econômico” que tratou de forma brilhante sobre essas questões.

Para que possa ser percebida a importância desta obra é necessário salientar o contexto em que o autor chama a atenção sobre a impossibilidade dos países subdesenvolvidos alcançarem os níveis de consumo dos países centrais. O “Mito” foi publicado em 1974, naquela época eram raras discussões sobre os temas ecológicos ou questionamentos sobre a capacidade do planeta em absorver a carga gerada pelos níveis de consumo crescente³.

Conforme aponta Cavalcanti (2002), neste livro Celso Furtado levanta duas questões que não eram comuns mesmo no restante de sua obra. A primeira considera os impactos do processo econômico na natureza. A segunda questão refere-se a situação econômica que o Brasil vivia na época, crescimento do produto interno Bruto acima de 10% em 1970 e chegando a 14% em 1973, nesta condição “*era preciso persistência, visão consistente da realidade e, com mais razão, coragem para afirmar com todas as letras que tudo aquilo não passava de uma miragem*” (CAVALCANTI, 2002, p. 74).

Entendendo que as questões sociais, ambientais e econômicas não podem ser tratadas isoladamente, Furtado analisa o caminho percorrido pelas nações periféricas ao longo do tempo.

Assim, este trabalho procura estabelecer uma ordem cronológica acerca das razões que segundo Celso Furtado levaram alguns países ao subdesenvolvimento, destacando na primeira seção o início e a forma de industrialização dos países subdesenvolvidos, após, se verifica a aceleração industrial por meio da atuação de grandes empresas internacionais nestes países, na terceira seção evidencia-se o “mito do desenvolvimento”, ou seja, a impossibilidade dos países subdesenvolvidos chegarem a condição de desenvolvidos tendo como base as formas de consumo dos países centrais, por fim, são elaboradas as considerações finais.

³ Sobre os trabalhos que trataram das controvérsias do crescimento econômico destacam-se o relatório do Clube de Roma de 1972 que estabeleceu uma relação entre crescimento e distribuição de renda, êxodo rural, exploração abusiva de recursos naturais, entre outros, bem como, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente-Conferência de Estocolmo, também realizada em 1972, onde pela primeira vez foram debatidos temas relativos ao crescimento econômico, desenvolvimento e cuidados sobre o meio ambiente (VARGAS, ARANDA e RADOMSKY, 2016).



A FORMAÇÃO DA DEPENDÊNCIA E O SUBDESENVOLVIMENTO

Segundo Furtado (1995), foi com a não aceitação de uma visão simplificada do processo de difusão geográfica da civilização industrial que surgiu a “*teoria do desenvolvimento*”, de forma que centraliza seus estudos nas malformações sociais geradas durante esse processo de difusão. “*A denúncia do falso neutralismo das técnicas deu visibilidade a face oculta, mas dominante, do processo de desenvolvimento, que é a definição dos fins, a criação dos valores substantivos*” (FURTADO, 1995, p. 5).

Inicialmente se faz necessário esclarecer duas premissas básicas no qual discorre Furtado sobre o processo de desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um país:

Vamos definir o progresso técnico como a introdução de novos processos produtivos capazes de aumentar a eficiência na utilização de recursos escassos e/ou a introdução de novos produtos capazes de ser incorporados a cestas de bens e serviços de consumo. E vamos supor que desenvolvimento econômico implica na difusão do uso de produtos já conhecidos e/ou na introdução de novos produtos à cesta de bens de consumo (FURTADO, 1974, p. 98).

Furtado (1974), considera a acumulação de capital condição necessária para qualquer processo de desenvolvimento econômico, importante tanto para difusão de produtos conhecidos como para introdução de novos.

Assim, principalmente na fase inicial de industrialização de um país, o acesso de novos produtos são limitados a uma minoria de pessoas de alta renda, com isso, o desenvolvimento baseado na introdução de novos produtos corresponde a concentração de renda, já, a difusão significa um número maior de pessoas terem acesso a produtos já conhecidos, desta forma, o desenvolvimento baseado nesta condição corresponde a um padrão de distribuição mais igualitário de renda. Neste sentido, Furtado (1974, p. 99) cita que:

O aumento da renda de uma comunidade pode resultar de pelo menos três processos diferentes: a) o desenvolvimento econômico: isto é, acumulação de capital e adoção de processos produtivos mais eficientes; b) a exploração de recursos naturais não renováveis; e c) a realocação de recursos visando a uma especialização num sistema de divisão internacional do trabalho (FURTADO, 1974 p. 9).

Desta forma, o aumento da renda pode ocorrer sem que haja acumulação de capital e introdução de processos produtivos mais eficientes, pode representar apenas incremento na exploração de recursos naturais e ou realocação de recursos para o consumo de bens importados, chamado por Furtado de “*modernização*”, que condiz com a realidade dos países subdesenvolvidos (FURTADO, 1974).

Sobre o processo de modernização Furtado (2002, p. 2) esclarece que:

Com o *crescimento econômico* eleva-se a renda da população. Com a *modernização*, adotam-se novas formas de vida, imitadas de outras sociedades



que, estas sim, beneficiam-se de autêntica elevação da produtividade física. Mas só o *desenvolvimento* propriamente dito é capaz de fazer do homem um elemento de transformação, passível de agir tanto sobre a sociedade como sobre si mesmo, e de realizar suas potencialidades. Daí que a reflexão sobre o desenvolvimento traga em si mesma uma teoria do ser humano, uma antropologia filosófica (FURTADO, 2002, p. 2).

Assim, os países subdesenvolvidos formam um rol de características intrínsecas em seu processo econômico e social, ligadas segundo Furtado (1974), à forma como o capitalismo industrial cresceu e se propagou desde os seus começos. As mais relevantes são pontuadas como grande heterogeneidade tecnológica, desigualdades na produtividade do trabalho rural e urbano, parcela da população vivendo no nível de subsistência e crescente subemprego urbano.

Neste sentido, a origem do subdesenvolvimento está no aumento da produtividade do trabalho gerado pela realocação de recursos, pelo qual, buscava-se obter vantagens comparativas no comércio internacional. Esta nova condição teve início com a Revolução Industrial ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, onde, principalmente através da Inglaterra passou-se a determinar a intensificação produtiva em recursos que o país fosse mais eficiente (FURTADO, 1974).

Desta forma, através do capitalismo industrial alguns países passaram a se especializar em atividades produtivas intensivas em novas técnicas e tecnologias cujo produto contava com crescente aceitação no mercado, e outros que não dispunham de condição de produção industrial poderiam garantir o acesso aos produtos modernos através do excedente gerado pela utilização dos recursos naturais, justificando o comércio internacional.

No entanto, essa dinâmica não considera a disparidade das condições de troca entre os produtos primários e os manufaturados, bem como, a possibilidade da produção interna de melhorar seus produtos com os meios existentes através da formação de capital interno. Sobre essa relação Furtado (1974, p. 79) descreve que:

Aspecto fundamental, que se pretendeu ignorar, é o fato de que os países periféricos foram rapidamente transformados em importadores de novos bens de consumo, fruto do processo de acumulação e do progresso técnico que tinha lugar no centro do sistema. A adoção de novos padrões de consumo seria extremamente irregular, dado que o excedente era apropriado por uma minoria restrita, cujo tamanho relativo dependia da estrutura agrária, da abundância relativa de terras e de mão de obra, da importância relativa de nacionais e estrangeiros no controle do comércio e das finanças, do grau de autonomia da burocracia estatal, e fatos similares (FURTADO, 1974, p. 79).

Sobre o aumento das exportações da agricultura brasileira Cano (2010), cita que esse modelo foi chamado de modernização conservadora por ser baseado em crédito rural subsidiado, centrado no uso de produtos químicos, mecanização e voltado basicamente para produtos exportáveis. Essa política atendeu os objetivos de aumento na



produtividade e exportação, mas, determinou o aumento na concentração da propriedade fundiária e agravou a concentração de renda.

Desta forma, a raiz do subdesenvolvimento está na utilização dos recursos gerados a partir do incremento no setor primário exportador para suprir a adoção de novos padrões de consumo copiados de países cuja sociedade encontra-se em patamar distante da realidade local.

Neste sentido, Furtado (1995, p. 5) cita que:

A teoria do desenvolvimento traduz a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial. O primeiro passo constitui em perceber que os principais obstáculos à passagem da simples *modernização* mimética ao desenvolvimento propriamente dito cimentavam-se na esfera social. O avanço na acumulação nem sempre produziu transformações nas estruturas sociais capazes de modificar significativamente a distribuição da renda e a destinação do novo excedente. A acumulação, que as economias cêntricas haviam conduzido à escassez de mão de obra, criando condições para que se dessem a elevação dos salários reais e a homogeneização social, produziu nas regiões periféricas efeitos totalmente diversos: engendrou a marginalização social e reforçou as estruturas tradicionais de dominação ou substituiu-as por outras similares. Em verdade, a acumulação periférica esteve de preferência a serviço da internacionalização dos mercados, que acompanhou a difusão da civilização industrial (FURTADO, 1995, p. 5-6).

Determinado a forma de geração de excedente e a destinação deste através do comércio exterior, se estabeleceu que quanto maior a dependência cultural do país subdesenvolvido, ou seja, a adoção das formas de consumo externa, maior será a necessidade de expansão das exportações que de forma similar está condicionada ao avanço da técnica e da acumulação.

No entanto, neste período, a medida que se manteve o nível de renda e a demanda interna ocorreu uma queda no valor das exportações primárias dificultando a manutenção do coeficiente de importação, isso acarretou uma forte expansão produtiva interna substitutiva de importações. As atividades internas cresciam motivadas pela maior rentabilidade e também por atrair capitais do setor exportador. Assim, a industrialização se dá *“inicialmente, com base num aproveitamento mais intensivo da capacidade previamente instalada, acrescida de importações, a preços reduzidos, de equipamentos tornados supérfluos nos países desenvolvidos em crise”* (BIELSCHOWSKY, 1989, p. 52-53).

Desta forma, o início da industrialização subdesenvolvida se deu por indústrias dispersas que concorrem com as atividades artesanais. Conforme descreve Furtado (1981, p. 42), a iniciativa de industrialização pelos Estados favoreceu a robustez da atividade industrial, mas de forma alguma modificou qualitativamente as seguintes características:

- (...) a) dependência vis-à-vis de exportação de uns poucos produtos primários;
- b) dependência crescente com respeito à tecnologia utilizada, mesmo quando



se desenvolvia uma indústria local de equipamentos; c) demanda demasiadamente diversificada, relativamente ao nível de acumulação alcançado, e d) não aproveitamento pleno das possibilidades da tecnologia utilizada, em razão da dispersão dos investimentos (FURTADO, 1981, p 42).

Furtado (1974, p. 84), analisou esse processo do início da industrialização nos países periféricos da seguinte forma:

A dependência, que é situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior, pode existir mesmo na ausência de investimentos estrangeiros diretos. Com efeito: este último tipo de investimento foi raro ou inexistiu durante toda a primeira fase de expansão do sistema capitalista. O que importa não é o controle do sistema de produção local por grupos estrangeiros e sim a utilização dada àquela parte do excedente que circula pelo comércio internacional. Na fase de industrialização, o controle da produção por firmas estrangeiras, (...) facilita e aprofunda a dependência, mas não constitui a causa determinante desta (FURTADO, 1974, p. 84).

Desta forma, têm-se duas situações que mesmo sendo diferentes em sua essência convergem para a mesma relação. A primeira, países do centro do sistema buscam estabelecer e ampliar novos mercados para os produtos gerados com a revolução industrial. A segunda, constituída pelos países periféricos, onde os dirigentes locais a fim de manter o consumo originado pela primeira impõem uma elevada taxa de exploração dos trabalhadores. Assim, *“uma vez estabelecida esta conexão, estava aberto o caminho para a introdução de todas as formas de “intercambio desigual” que historicamente caracterizam as relações entre o centro e a periferia do sistema capitalista”* (FURTADO, 1974, p. 85).

Furtado (1974), destaca que o processo de subdesenvolvimento persiste mesmo em regiões com possibilidade de competir com os países do centro como, por exemplo, quando há abundância e qualidade de recursos naturais. O excedente gerado pela exportação permite a criação de um substancial excedente por pessoa empregada, mesmo em situações em que o salário médio do setor se torne maior que os demais. No entanto, na medida em que o excedente gerado é direcionado para aquisição de produtos industrializados em outros países ocorre um processo de modernização equivalente ao visto anteriormente.

A situação de dependência decorre da disparidade de consumo e a acumulação de capital do aparelho produtivo, assim o excedente é gerado pela elevação da produtividade devido a *“utilização extensiva de recursos naturais no quadro de vantagens comparativas internacionais”* (FURTADO, 1974, p. 86).

Nesta relação, persistindo a pressão para renovar os padrões de consumo do centro, ocorre a concentração de renda com reflexos nas estruturas sociais. Com base nestes apontamentos, Furtado (1974, p. 87) chama atenção que a situação de dependência de um país é mais ampla que o próprio subdesenvolvimento.



Este ponto põe em evidência que o fenômeno que chamamos dependência é mais geral do que o subdesenvolvimento. Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência. Mas nem sempre a dependência criou as formações sociais sem as quais é difícil caracterizar um país como subdesenvolvido. Mais ainda: a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível, no quadro de dependência. Mas o mesmo não pode dizer do processo inverso, se a necessidade de acompanhar os padrões de consumo dos países cêntricos se alia a uma crescente alienação de parte do excedente em mãos de grupos externos controladores do aparelho produtivo (FURTADO 1974, p. 87).

Desta forma, a imposição de rápida diversificação de produtos de consumo transforma a dependência em algo dificilmente retornável conforme destaca Furtado (1974, p. 94).

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravação tanto da dependência externa como da exploração interna (FURTADO, 1974, p. 94)

Nesta citação, Furtado (1974) deixa claro que baseado neste modelo, taxas mais altas de crescimento ao contrário de reduzir o subdesenvolvimento atua no sentido de intensificá-lo, destacando a tendência de aumento das desigualdades sociais.

No próximo tópico aprofunda-se a análise sobre as razões do subdesenvolvimento, nesta relação, será destacado que o modelo de crescimento industrial utilizado pelos países periféricos privilegiou as grandes empresas estrangeiras.

ACELERAÇÃO INDUSTRIAL E AMPLIAÇÃO DO FOSSO DA DEPENDÊNCIA

À medida que os países subdesenvolvidos avançaram no processo de industrialização verificou-se uma inserção maior de empresas internacionais no mercado interno, neste sentido, aumentou a disparidade tecnológica nos países periféricos, pois a inovação e o progresso técnico ficaram restritos a empresas estrangeiras (FURTADO, 2002). As empresas transnacionais passaram a controlar o progresso técnico nos países periféricos de acordo com seus objetivos, elas utilizaram-se do fechamento comercial promovido pelo processo de substituição de importações e conseguiram um grande mercado utilizando filiais nestes países e aplicando tecnologia que já era obsoleta nos países centrais (FURTADO, 1981).



Já, num segundo momento, essas mesmas indústrias passaram a se empenhar para reabrir essas economias, “*mediante a diversificação de suas exportações, no quadro de uma reconstrução sobre bases novas do sistema de divisão internacional do trabalho*” (FURTADO, 1981, p. 43).

Furtado (1974), destaca que a medida que ocorre a introdução de novos produtos no mercado consumidor, aumenta a necessidade de utilização de recursos naturais, nessa nova ordem global, as grandes empresas passaram a descentralizar sua produção com vistas a facilitação na obtenção dos recursos naturais, bem como, encontraram na periferia a possibilidade de exploração de mão de obra barata.

Assim, a precária condição tecnológica e a dependência de grandes empresas prejudicaram o acesso dos países periféricos no mercado internacional. Enquanto o progresso técnico dinamizava as vantagens competitivas dos países centrais, nos países subdesenvolvidos essa dinâmica se dava ainda sobre a exploração de recursos naturais (FURTADO, 1981).

Ademais, o avanço das empresas internacionais nestes países contribui para um aparelhamento burocrático dos Estados, frequentemente o sistema de decisões internas são controlados de fora do país, por mais que surjam possibilidades políticas internas, as amarras da dependência econômica, que se verificam em âmbito interno limitaram a condição de atuação destes agentes.

Neste sentido, Furtado (1974, p. 61) destaca a percepção de uma mudança no cenário político global de forma que as grandes empresas passaram a sobressair sobre seus governos:

A destruição das formas tradicionais de colonialismo deve ser entendida como parte do processo de destruição das barreiras institucionais que compartimentavam o mundo capitalista. Na medida em que a economia internacional passou a ser principalmente controlada pelas grandes empresas, a ação direta dos Estados do centro sobre as administrações dos países da periferia tornou-se desnecessária, sendo correntemente denunciada como discriminatória em favor de empresas de certa nacionalidade (FURTADO, 1974, p. 61).

No entanto, salienta que não é possível a generalização, há situações de pressão da comunidade local e mesmo o temor de grupos dirigentes de perder o controle do poder e por isso apelam para o apoio político externo (FURTADO, 1974).

Com base em suas estruturas, as burocracias internas dos países periféricos buscaram sua “auto identificação” com os interesses nacionais. Mas, por vezes, tais interesses foram moldados a vistas dos que controlam o país, “*via de regra a concepção do interesse nacional é mais ampla e visa à melhoria das condições de vida de um grupo importante da população, quase sempre constituído pelas pessoas integradas no setor moderno da economia*” (FURTADO, 1974, p. 62).

Nesta perspectiva de afirmação da burocracia dos países periféricos quanto aos interesses nacionais, Furtado (1974), cita a condição de assegurar-lhes controle dos recursos naturais em relação às grandes empresas. Considera que a expansão do sistema



no centro depende do acesso aos recursos localizados na periferia, mesmo entendendo que o aumento da demanda dos recursos naturais não acompanha na mesma proporção, o aumento da renda per capita.

Ressalta que essa tarefa não é fácil, mas, para que haja efetividade, a opção de utilização dos recursos naturais como instrumento de poder por parte dos países periféricos deve centrar-se na união entre os países. No entanto, chama atenção que, caso esta medida se torne eficiente e os benefícios forem destinados a criar infraestrutura que atenderão as grandes empresas, “*as relações entre o centro e a periferia não se modificarão de forma sensível*” (FURTADO, 1974, p. 64).

Cabe citar que o papel hegemônico das grandes empresas age de forma distinta entre os países do centro e da periferia, no primeiro há uma tendência de aumento generalizado dos padrões de consumo, enquanto; nos demais países; essa condição recai somente sobre uma camada privilegiada.

Assim, a medida que há uma concentração de renda em favor dos países centrais e nas elites dos países periféricos, ocorre um aumento do nível de consumo gerando pressão sobre a utilização dos recursos, a esse respeito, Furtado (1974, p. 69) destaca que:

Se fosse mais bem distribuído no conjunto do sistema capitalista, o crescimento dependeria menos da introdução de novos produtos finais e mais da difusão do uso de produtos já conhecidos, o que significaria um mais baixo coeficiente de desperdício. A capitalização tende a ser tanto mais intensa quanto mais o crescimento esteja orientado para a introdução de novos produtos finais, vale dizer, para o encurtamento da vida útil de bens já incorporados ao patrimônio das pessoas e da coletividade (FURTADO, 1974, p. 69).

Para Furtado (1974), com base no cenário de então, se abre três possibilidades. A primeira considera a permanência da intensidade de concentração de renda em benefício de uma minoria; a segunda considera um maior poder de governo na periferia, levando a um maior poder de troca, com isso ampliaria a minoria privilegiada em contraposição ao centro do sistema; e a última, considera uma pressão dos excluídos da periferia levando a uma mudança no processo de desenvolvimento. Para ele, a terceira possibilidade e a melhora nos termos de troca, determina uma menor pressão sobre os recursos; por outro lado; persistindo as tendências de concentração de renda haverá a máxima pressão.

Desta forma, com base nestas considerações, Furtado (1974, p. 74-75) conclui que:

(...) a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cênicos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema. E é essa razão fundamental pela qual uma ruptura cataclísmica, num horizonte previsível, carece de fundamento. O interesse principal do modelo que leva a essa ruptura cataclísmica está em que ele proporciona uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria (FURTADO, 1974, p. 74-75).



Chama a atenção a percepção do autor quanto impossibilidade de generalização do consumo nos países periféricos tomando por base o padrão dos países centrais e principalmente sua sensibilidade quando relaciona essa forma de consumo com os impactos na natureza. Nesta relação, Furtado destaca a heterogeneidade cultural, social e econômica dos países subdesenvolvidos salientando que a massa da população fica à margem do processo de desenvolvimento, conforme será visto no próximo tópico.

A CONSTATAÇÃO DO MITO DO DESENVOLVIMENTO

A análise de Furtado sobre o mito do desenvolvimento se fundou na percepção de que os índices elevados de crescimento econômico geraram concentração de renda e aumento no nível de consumo supérfluo de uma pequena parcela da população. Assim, a concentração de renda fornece subsídio para que a elite nacional possa reproduzir os níveis de consumo dos países do centro. Para Furtado (1974, p. 71):

As informações relativas à distribuição da renda nos países periféricos põem em evidência que a parcela da população que reproduz as formas de consumo dos países cênicos é reduzida. Ademais, essa parcela não parece elevar-se de forma significativa com a industrialização (FURTADO, 1974, p. 71).

Nesta percepção, Furtado (1974) expõe a dependência cultural dos países periféricos em relação aos países centrais. O direcionamento do excedente à importação determina uma forma de consumo alheio às condições culturais e sociais locais, bem como, a partir da falta de condição de produção interna para atender essa nova demanda decorre a necessidade de importação de máquinas e equipamentos e formas de produção do exterior, determinando a dependência tecnológica.

Assim, percebe-se um distanciamento crescente entre os países centrais que tende a uma homogeneização cultural e econômica e as periferias onde há um distanciamento entre as formas de vida de uma elite privilegiada e a massa da população. Nesta contradição, Furtado (1974, p. 70) apresenta a impossibilidade de generalização dos níveis de consumo dos países ricos, justamente por promover a exclusão do desenvolvimento, verificando que a expansão demográfica se dá em maior escala na parcela da população excluída.

O que não se pode aceitar é a hipótese, também fundamental nessas projeções, segunda a qual os atuais padrões de consumo dos países ricos tendem a generalizar-se em escala planetária. Esta hipótese está em contradição direta com a orientação geral do desenvolvimento que se realiza atualmente no conjunto do sistema, da qual resulta a exclusão das grandes massas que vivem nos países periféricos das benesses criadas por esse desenvolvimento. Ora, são exatamente esses excluídos que formam a massa demográfica em rápida expansão (FURTADO, 1974, p. 70).



Neste sentido, deixa claro que o aumento de consumo baseado numa realidade que não está inserida nos países subdesenvolvidos não se traduz em desenvolvimento, a busca por uma melhor condição de vida das populações periféricas deve ser traçada por outros caminhos, conforme destaca Furtado (1974, p. 74).

Quaisquer que sejam as novas relações que se constituam entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas, a nova orientação do desenvolvimento teria que ser num sentido muito mais igualitário, favorecendo as formas coletivas de consumo e reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos grupos privilegiados. Nesta hipótese, a pressão sobre os recursos muito provavelmente se reduziria (FURTADO, 1974, p. 74).

Desta forma, na medida em que cita a necessidade de redução do desperdício e a pressão deste estilo de vida sobre os recursos naturais explicita que esta forma de vida tem um custo elevado em termos de depredação do meio ambiente. Desta forma, Furtado (1974, p. 75) descreve que:

O custo, em termos de depredação do meio físico, deste estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidade de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável (FURTADO, 1974, p. 75).

É justamente essa forma predatória de consumo aliado as condições precárias de vida da população e sua perda de identidade que leva Furtado a chamar esse desenvolvimento de mito.

Sabemos agora de forma irrefutável que as economias das periferias nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a grande destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que forçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ele tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentra-los em objetos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 1974, p. 75).

Cabe destacar que nesta citação, Furtado (1974) ao falar de desenvolvimento esteja se referindo a crescimento econômico, mesmo porque, em outras passagens do livro destaca a condição mais igualitária da população, ou seja, a ideia de



desenvolvimento no sentido de evolução em outras dimensões que não se refira estritamente ao tamanho da economia (CAVALCANTI, 2002). Em uma definição mais pontual pode-se complementar que o desenvolvimento ocorre quando aumento na produtividade modifica as formas de produção e gera distribuição e nova utilização da renda, com isso, novas técnicas são introduzidas no sistema produtivo que ocasiona novas variações na produtividade. Assim, somente o crescimento das atividades produtivas existentes não muda a estrutura, pois há a necessidade da difusão (QUEIROZ, 2011).

Assim, conforme expõe Furtado (2004, p. 4) “o desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade”.

Em outra passagem, Furtado (1974, p. 118) critica a ideia de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento e cita o índice do Produto Interno Bruto- PIB como “vaca sagrada dos economistas” e expõe os múltiplos sentidos que este índice pode ter, bem como, chama atenção aos efeitos colaterais que o crescimento do PIB pode causar: “Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não renováveis e dos solos e florestas (dificilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e dos peixes dos rios em que as usinas despejam seus resíduos?” (FURTADO, 1974, p. 118).

Destaca que nos países subdesenvolvidos, em virtude o baixo nível de renda, a concentração faz com que haja um maior consumo de bens supérfluos e por consequência elevação do PIB, assim, “quanto mais se concentra a renda, mais privilégios se criam, maior é o consumo supérfluo, maior será a taxa de crescimento do PIB” (FURTADO, 1974, p. 118).

Neste sentido, Veiga e Zatz (2008, p. 18), cita que:

Por um lado, de nada vale obter uma alta taxa de aumento do PIB se ela não se traduzir em melhor desempenho de pelo menos duas áreas: saúde e educação. Por outro, nada disso pode ser obtido com práticas predatórias que comprometam os ecossistemas e diminuam assim as chances de que nossos filhos, netos, bisnetos etc. também possam se beneficiar desses recursos no futuro (VEIGA e ZATZ, 2008, p. 18).

No entanto, Furtado (1974, p. 59) chama atenção que não se trata de negar a importância destes conceitos, nem de abandoná-los se não há a possibilidade de substituí-los por outros melhores. “Trata-se de conhecer-lhes a exata significação” (FURTADO, 1974, p. 118).

Assim, destaca que a medida que há crescimento econômico acelera-se a degradação ambiental e isto não aparece negativamente nos cálculos do crescimento, nesta mesma análise destaca que a exploração de determinado recurso ambiental (extração de ouro ou mesmo construção de uma usina) intensifica o crescimento do PIB e não aparece em nenhum momento a contrapartida negativa que seria a redução do capital natural. Conforme destaca Cavalcanti (2002), o reconhecimento de tais custos na



contabilidade nacional determinaria uma menor taxa de crescimento na economia de forma que revelaria a necessidade de diminuir o desperdício dos recursos.

Como uma forma de alcançar uma medida mais adequada de desenvolvimento Veiga e Zatz (2008) cita que em 1990 foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH que contempla a análise de três indicadores considerados indispensáveis para que haja o desenvolvimento, quais sejam: a renda por habitante, a saúde e a educação, por considerar-se que sem as quais não é possível alcançar outras dimensões de desenvolvimento.

Neste entendimento de desenvolvimento cresce a percepção que a melhoria de vida das pessoas na atualidade não deveria ser realizada em prejuízo das gerações futuras, o que certamente ocorrerá se as bases produtivas continuarem intensivas em exploração dos recursos naturais. Verifica-se uma maior consciência de que o desenvolvimento deve ser compatível com a conservação da biosfera, “*satisfazendo as necessidades da população que habita o planeta atualmente, sem com isso comprometer a satisfação das necessidades das populações que habitarão no futuro*” (VEIGA e ZATZ, 2008, p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou trazer à tona a origem e o caminho do processo de subdesenvolvimento dos países periféricos, entendendo que desenvolvimento se dá pela igualdade das condições de vida de uma população. Para tanto utilizou-se como base analítica o livro “O Mito do Desenvolvimento Econômico” de Celso Furtado.

O trabalho obedeceu a uma relativa ordem cronológica que está alinhada ao início da industrialização, formação industrial através da abrangência das empresas multinacionais e pôr fim a constatação que não há possibilidades de os países periféricos alcançarem o desenvolvimento baseado nas formas de consumo dos países centrais.

Nesta relação, Furtado (1974), destaca que a produção intensiva em recursos naturais e utilização de mão de obra barata, favoreceram a exportação e determinaram uma maior concentração de renda nos países periféricos, sendo que a inversão destes valores foi destinada a satisfação dos desejos das elites nacionais.

À medida que a limitação técnica e de recursos delimitava a atuação das empresas nacionais em produção básica para a massa da população, o avanço da industrialização se deu através da descentralização industrial europeia pós-revolução industrial, percebendo um potencial consumidor nas elites destes países e por outro lado conformou a economia à exportação primária.

O passo seguinte da industrialização foi através de uma modernização produtiva através das grandes empresas transnacionais, neste sentido, persistem os problemas de baixo nível tecnológico, má formação de mão de obra, salários de subsistência e consequente estado de dependência.

Através da análise da formação econômica dos países subdesenvolvidos que privilegiou a concentração da renda e consequentes desníveis sociais que Furtado conclui



que a processo de desenvolvimento da forma que é pregado, fundado no avanço dos níveis de consumo dos países centrais e crescimento econômico dos países periféricos é um mito.

A noção de desenvolvimento que se faz predominar na atualidade é a de assimilação de padrões de cultura importada e adoção de formas de vida distante das estruturas econômicas e sociais existentes nos países subdesenvolvidos. Essa realidade nos remete a 46 anos atrás quando da publicação do “Mito”, de forma que o conteúdo continua chamando atenção para uma condição que parece não ter resolução. Furtado (2004, p. 4) faz menção a essa realidade, caracterizando a condição brasileira com um caso de “*mau desenvolvimento*” e destaca que o desenvolvimento carece da “*realização de um projeto, expressão de uma vontade política*”.

Neste sentido, tal projeto deve ser orientado para um sentido mais igualitário, de formação social do indivíduo, de garantias do poder de escolha das pessoas, da preservação da autonomia cultural, e com uma urgência cada vez maior da redução dos desperdícios e preservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. **Revista de Economia Política**. v. 9, n. 4, p. 38-55, out.-dez, 1989.

CANO, W. Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**. ano 5, n.7, p.23-51, outubro, 2010.

CAVALCANTI, C. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 2, p.73-84, ago.-dez, 2002.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1974.

_____. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica, **Revista de Economia Política**, v. 1, n. 1, p.41-49, jan-mar 1981. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311220160.estados_e_empresas_transnacionais.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2020.

_____. A invenção do subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 2, p. 5-9, abr.- jun., 1995.



_____. **Metamorfoses do capitalismo**, 2002. Disponível em:
<<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/furtado1.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

_____. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**. v. 24, n. 4, p. 483-486, out-dez, 2004.

QUEIROZ, J. M. de. Desenvolvimento econômico, inovação e meio ambiente: a busca por uma convergência no debate. **Cadernos do Desenvolvimento**. v. 6, n. 9, p. 143-170, jul-dez, 2011.

VARGAS, F.; ARANDA, Y. P.; C. RADOMSKY, G. F. W. Introdução às teorias do desenvolvimento. *In*: NIERDELE, P. A. e RADOMSKY, G. F. W. (org.). **Desenvolvimento sustentável: Introdução histórica e perspectivas teóricas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 99-107.

VEIGA, J. E. da; ZATZ, L. **Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse?** Campinas: Editora Autores Associados, 2008.

Recebido em 05/04/2021

Aprovado em 27/08/2021





A PERSPECTIVA DE HA-JOON CHANG SOBRE O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

THE PERSPECTIVE OF HA-JOON CHANG ON THE ROLE OF INSTITUTIONS IN ECONOMIC DEVELOPMENT

Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor¹
Ricardo Rippel²

RESUMO:

O objetivo deste estudo é analisar a contribuição do economista institucional sul-coreano Ha-Joon Chang para a compreensão da relação entre o desenvolvimento institucional e o desenvolvimento econômico. Chang, ao realizar uma análise histórica do desenvolvimento institucional dos países atualmente desenvolvidos, demonstra que o progresso institucional destes países foi um processo longo e tortuoso e que o aprimoramento de suas instituições foi consequência e não a causa de seu desenvolvimento. Além disto, o autor questiona as pressões que os países em desenvolvimento veem sofrendo para adotarem as mesmas instituições das nações desenvolvidas. Ao comparar o avanço institucional dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, Chang demonstra que os últimos possuem instituições com qualidade superior às dos países desenvolvidos quando estes se encontravam em estágio semelhantes de desenvolvimento. Além disto, o autor afirma que nem sempre as instituições que maximizam a liberdade do mercado e protegem fortemente os direitos de propriedade promovem o desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: países atualmente desenvolvidos; desenvolvimento institucional; instituições do padrão global; países em desenvolvimento.

ABSTRACT:

The purpose of this study is to analyze the contribution of South Korean institutional economist Ha-Joon Chang to the understanding of the relationship between institutional development and economic development. Chang, conducting a historical analysis of the institutional development of the developed countries, shows that the institutional progress of these countries has been a long and tortuous process and that the improvement of their institutions has been a consequence, not the cause of their development. In addition, the author questions the pressures that developing countries are facing to adopt the same institutions of developed nations. By comparing the institutional advancement of developed and developing countries, Chang shows that the latter have institutions of higher quality than developed countries when they are at a similar stage of development. In addition, the author states that institutions that maximize market freedom and strongly protect property rights not always promoted economic development.

Keywords: institutional development; developed countries; Global Standart Institutions; developing countries.

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE. Docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: geisiane.pintor@unila.edu.br

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócios, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, PR, Brasil. Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: ricardorippel@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

As instituições começaram a ganhar popularidade como explicação das diferenças internacionais no desenvolvimento econômico com a ascensão dos teóricos da Nova Economia Institucional. Desde o final da década de 1990, a ideia de que as instituições com baixa qualidade são a causa dos problemas econômicos nos países em desenvolvimento se generalizou. Com isto, os organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, e os países ricos passaram a incluir condicionalidades relacionadas à governança aos seus auxílios bilaterais, de modo a pressionar os países em desenvolvimento a instituírem o que eles acreditam serem “instituições boas” ou instituições do padrão global (*Global Standart Institutions – GSIs*).

As pesquisas sobre o papel das instituições no desenvolvimento econômico foram encorajadas e estimuladas pela crescente demanda por reformas institucionais nos países em desenvolvimento. O economista institucional sul-coreano Ha-Joon Chang critica as exigências que os países em desenvolvimento veem sofrendo para adotarem as “instituições boas” em decorrência da visão dominante de que as instituições anglo-americanas devem ser adotadas por todos os países. Para Chang (2011a, p. 475), “[...] GSIs are institutions that inherently favour the rich over the poor, capital over labour, and finance capital over industrial capital [...]”. Além disto, Chang questiona a visão de que as instituições que maximizam o livre mercado e possuem forte proteção aos direitos de propriedade são melhores para promover o desenvolvimento econômico.

Deste modo, o objetivo deste estudo é analisar a contribuição de Chang para a compreensão da relação entre o progresso institucional e o desenvolvimento econômico. Para cumprir tal objetivo, este trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo a presente introdução. A segunda seção descreve a metodologia utilizada. A terceira seção descreve as principais considerações do autor a respeito da evolução institucional dos países atualmente desenvolvidos (PADs), expostas em sua obra *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, publicada em 2004. A quarta apresenta as ideias de Chang sobre o papel das instituições no desenvolvimento econômico de uma nação publicadas em seu artigo *Institutions and economic development: theory, policy and history* (2011a). Por fim, considerações finais encerram este estudo.

2 METODOLOGIA

Ha-Joon Chang utiliza o método histórico em sua obra *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica* (2004), para analisar a evolução das instituições nos PADs. Para o autor, são raras as discussões baseadas na experiência histórica das nações desenvolvidas e poucos estudos aplicaram a perspectiva história para a análise do desenvolvimento econômico. Um de seus objetivos com o referido livro é reafirmar a utilidade da análise histórica. O método histórico, para Lakatos (1990, p, 31):



[...] consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações.

Este trabalho utilizou como método a pesquisa bibliográfica, que consiste em uma técnica de documentação indireta, sendo “[...] elaborada com base em material já publicado” (GIL, 2010, p. 29). Considerando que o objetivo deste estudo é descrever a contribuição de Ha-Joon Chang sobre a importância das instituições para o desenvolvimento, a pesquisa bibliográfica abrangeu somente as publicações do referido autor relacionadas ao tema em questão.

3 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DOS PAÍSES ATUALMENTE DESENVOLVIDOS

Ha-Joon Chang em sua obra *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, publicada em 2004, questiona a pressão que os PADs exercem sobre os países em desenvolvimento para que os últimos adotem “instituições boas”. Segundo o autor, tais instituições seriam, basicamente, as que existem nos países desenvolvidos ou cópias das instituições norte-americanas. Na referida obra, o autor busca responder a seguinte indagação:

[...] as nações desenvolvidas não estarão se valendo do pretexto de recomendar políticas e instituições “boas” unicamente para dificultar o acesso dos países em desenvolvimento às políticas e instituições que elas implementaram no passado a fim de alcançar o desenvolvimento econômico? [...] (CHANG, 2004, p. 14).

O autor destaca que sua análise se estendeu a um número relativamente elevado de instituições, considerando a complexidade institucional das sociedades modernas e pela compreensão ainda limitada de quais instituições são necessárias ao desenvolvimento. Para Chang (2004, p. 124), “[...] ainda não se conseguiu entender a relação entre determinadas instituições e o desenvolvimento econômico”.

Dentre tais “instituições boas” recomendadas pelas nações desenvolvidas aos países em desenvolvimento, de acordo com Chang (2004, p. 124), figuram:

[...] a democracia, uma burocracia e um Judiciário limpos e eficientes; a forte proteção ao direito de propriedade (privada), inclusive de propriedade intelectual; boas instituições de governança empresarial, sobretudo as exigências de divulgação de informação e a Lei de Falência; e instituições financeiras bem desenvolvidas. [...] bom sistema financeiro público e boas



instituições previdenciárias e trabalhistas capazes de oferecer “redes de amparo” e proteger os direitos do trabalhador.

O autor defende a ideia de que muitas destas instituições consideradas essenciais ao desenvolvimento são consequência e não causa do desenvolvimento econômico dos PADs. Chang (2004) deixa claro que isto não significa que os países em desenvolvimento não devam adotar as instituições que hoje vigoram nos países desenvolvidos e que algumas delas podem ser benéficas para estes países. Entretanto, o autor questiona se tais instituições são realmente proveitosas e necessárias para os países em desenvolvimento e se sua implementação em países despreparados para recebê-las não poderia prejudicar o seu funcionamento.

De acordo com Chang (2004), o *upgrading* institucional traz consigo a atitude dos PADs de “chutar a escada” pela qual subiram ao desenvolvimento, visto que as instituições por eles impostas aos países em desenvolvimento são custosas, irrelevantes ou prejudiciais, considerando o estágio de desenvolvimento no qual se encontram.

Chang (2004) descreve como as instituições, que são vistas como essenciais, evoluíram nos PADs quando tais países estavam se desenvolvendo. O autor analisa três estágios de desenvolvimentos dos países atualmente desenvolvidos: 1820, os primórdios da industrialização mesmo nos PADs mais avançados; 1875, o auge da industrialização nos PADs adiantados e ao início dela nos menos desenvolvidos; e 1913, o começo da maturidade industrial nos PADs mais desenvolvidos e seu auge nos menos desenvolvidos.

Chang (2004) analisa seis amplas áreas: democracia; a burocracia e o Judiciário; os direitos de propriedade; a governança empresarial; as instituições financeiras privadas e públicas; e as instituições previdenciárias e trabalhistas.

O autor inicia sua análise da evolução institucional dos PADs demonstrando que a experiência histórica destes países questiona a visão ortodoxa de que a democracia é uma condição prévia do desenvolvimento. Isto é justificado pelo fato de que o início do processo de industrialização das nações desenvolvidas foi marcado pela inexistência do sufrágio universal. O direito ao voto, quando outorgado, era restrito a uma minoria de proprietários do sexo masculino. Além disto, o número de votos era desigual, variando de acordo com o patrimônio, nível de instrução e idade (CHANG, 2004).

Até o século XVIII, a venda de honras e cargos públicos era uma prática comum nos PADs, de modo que os cargos públicos eram formalmente vistos como propriedade privada. Nos Estados Unidos, por exemplo, havia o sistema de favorecimento, o qual era caracterizado pela alocação de cargos públicos aos correligionários do partido no poder. Tal sistema foi importante para a política norte-americana desde o surgimento do sistema bipartidário, em 1828. Além disto, havia um nepotismo generalizado. Na França pré-industrial, por exemplo, cerca de 23% dos burocratas do topo da hierarquia eram filhos de administradores da elite (CHANG, 2004).

A qualidade do sistema de direito de propriedade é de difícil mensuração, visto que apresenta diversos componentes, dentre eles a Lei de contrato, Lei de Empresa, Lei de Falência, Lei de Herança, Lei Tributária e leis de regulamentação do uso da terra. Para



Chang (2004), os direitos de propriedade intelectual permitem a avaliação da qualidade dos regimes de direito de propriedade ao longo da história pois são definidos por um número reduzido de leis identificáveis, como, por exemplo, a Lei de Patente, a Lei de Direito Autoral ou *copyright* e a Lei de Marca Registrada.

Chang (2004) questiona o discurso ortodoxo de que a maior proteção aos direitos de propriedade é melhor para o desenvolvimento econômico, pois estimula a criação de riqueza. Para o autor, existem casos na história nos quais a preservação dos direitos de propriedade foi nociva para o desenvolvimento econômico, bem como de exemplos nos quais a violação de tais direitos foi benéfica para o desenvolvimento. Deste modo:

A segurança dos direitos de propriedade não pode ser encarada como algo bom em si. [...] O que importa para o desenvolvimento econômico não é, portanto, a mera proteção de todos os direitos de propriedade em vigor [...] e sim qual direito de propriedade está sendo protegido e em que condições (CHANG, 2004, p. 144-145).

O primeiro sistema de patente foi inventado em Veneza, em 1474, e concedia dez anos de privilégio aos inventores de novas artes e máquinas, já a Inglaterra criou sua Lei de Patente em 1623. Até 1820 países como a Rússia, Prússia, Bélgica, Holanda e Espanha já haviam instituído as leis de patente (CHANG, 2004).

Os primeiros regimes de direito de propriedade intelectual (DPI) não eram eficientes, considerando os padrões atuais. Um exemplo disto é que não existia uma rigorosa verificação da originalidade da invenção. Até 1936, por exemplo, os Estados Unidos concediam patentes sem prova de originalidade (CHANG, 2004).

As instituições de governança empresarial, analisadas por Chang (2004), incluem: a sociedade por cotas de responsabilidade limitada; a Lei de Falência; auditoria, relatório financeiro e transparência de informação (*disclosure*) e a Lei da Concorrência.

A responsabilidade limitada, criada no século XIX para grandes projetos comerciais arriscados, era encarada com desconfiança. Acreditavam que levaria os proprietários e administradores a riscos excessivos ao solapar os mecanismos disciplinares do capitalismo (o medo ao fracasso e à destituição), principalmente diante das severas leis de falência da época (CHANG, 2004).

Nos Estados Unidos, por exemplo, a primeira lei de responsabilidade limitada geral foi aprovada no Estado de Nova York em 1811, porém caiu em desuso em 1816, em decorrência de uma apatia generalizada com as sociedades de responsabilidade limitada, visto que os demais Estados não as autorizaram antes de 1837 (CHANG, 2004).

O desenvolvimento industrial demonstrou que as empresas poderiam falir por razões distintas que escapam ao controle individual, não somente como consequência da desonestidade e esbanjamento. Assim, a Lei de Falência passou a ser vista, juntamente com a responsabilidade limitada, como uma forma de socialização do risco (CHANG, 2004).



De acordo com Chang (2004), existe um debate sobre qual seria a melhor lei de falência: a dos Estados Unidos (favorece o devedor), a do Reino Unido (beneficia o credor) ou a da França (protege o empregado). Apesar disto, há um consenso de que uma lei de falência eficaz é importante.

No Reino Unido, por exemplo, a primeira Lei de Falência foi instituída em 1542 e consolidada em 1571. Tal lei era rigorosa com os negociantes falidos pois considerava que o patrimônio futuro do devedor podia ficar comprometido com as dívidas antigas. Em 1705-1706 foram introduzidas medidas que permitiam aos falidos cooperativados manter 5% dos ativos e poderia desonerar dos débitos futuros se os credores permitissem (CHANG, 2004).

Apesar da importância da auditoria e da *disclosure* financeiras, os PADs não possuíam instituições de regulamentação que exigissem auditorias externas ou transparência total das informações (CHANG, 2004).

A governança empresarial não é somente uma questão interna da empresa, ela envolve outras regulamentações e normas informais que regem as práticas empresariais. Uma destas regulamentações é a Lei de Concorrência (legislação antimonopólio e/ou antitruste), a qual, até 1820, nenhum PAD possuía (CHANG, 2004).

O desenvolvimento do sistema bancário dos PADs ocorreu de forma lenta e desigual, o que fez com que a criação de instituições para regulamentação da atividade bancária fosse tardia (CHANG, 2004). Até 1820, os bancos eram uma novidade (CHANG, 2004).

A criação de um banco central foi também um processo lento nas nações desenvolvidas. Durante o início da industrialização, nenhum PAD possuía um banco central com monopólio de emissão monetária. O primeiro banco central do mundo foi fundado em 1688 na Suécia. Porém, somente conseguiu funcionar como tal em meados do século XIX, pois não possuía o monopólio da emissão monetária, obtido em 1904 (CHANG, 2004).

Os mercados de capitais e outros mercados de títulos tornaram-se fonte de instabilidade financeira, o que tornou necessária a criação de instituições que os regulassem. Na Inglaterra, por exemplo, a primeira tentativa de regulamentação do mercado de capitais ocorreu em 1697 e limitou o número de corretores e impôs teto à sua remuneração (CHANG, 2004).

A capacidade tributária de uma nação requer legitimidade política do governo e dos impostos cobrados. Para garantir tal legitimidade é necessário desenvolver instituições competentes e mecanismos para melhorar a coleta dos impostos. A capacidade tributária dos PADs era limitada em seus estágios iniciais de desenvolvimento. Durante os séculos XVII e XVIII, o poder de tributar das nações atualmente desenvolvidas era restrito, de modo que a atuação dos coletores particulares era vista como um modo de aumentar a renda do governo, visto que as instituições financeiras públicas eram precárias nesses países (CHANG, 2004).

Além da incapacidade de arrecadar impostos, as guerras frequentes agravaram os problemas de finanças públicas dos PADs, pois necessitavam de financiamento



público. O imposto de renda, inicialmente, foi utilizado como um tributo emergencial para financiar guerras. Em 1799, por exemplo, a Inglaterra instituiu o imposto de renda para financiar a guerra com a França, enquanto a Dinamarca usou o mesmo tributo como financiamento de emergência durante a Guerra Revolucionária de 1789 e a Guerra Napoleônica de 1809 (CHANG, 2004).

As instituições de bem-estar social, para Chang (2004), são mais do que “redes de seguridade”. Segundo o autor, quando tais instituições são bem projetadas e implementadas podem aumentar a eficiência e produtividade. O investimento público em saúde e educação, por exemplo, pode melhorar a qualidade da força de trabalho, o que aumenta a eficiência e a produtividade.

Chang (2004) analisa a adoção de quatro instituições de bem-estar social em dezenove PADs³: seguro de acidente industrial, seguro saúde, pensões estatais e seguro desemprego. Para o autor, no começo da industrialização nenhum PAD possuía tais instituições. A maioria dos PADs não possuía instituições que regulamentassem a jornada e as condições do trabalho adulto durante o século XIX.

O trabalho infantil se disseminou entre os PADs no início da industrialização, não existindo instituições que regulamentassem o trabalho infantil. Em 1820, as crianças inglesas trabalhavam entre 12,5 e 16 horas por dia, enquanto nos Estados Unidos metade dos operários da indústria têxtil de algodão possuía menos de dezesseis anos. Na Alemanha, entre 1840 e 1846, aproximadamente 20% da força de trabalho industrial era formada por crianças menores de quatorze anos de idade (CHANG, 2004).

O Quadro 1 apresenta uma síntese do desenvolvimento institucional dos PADs na primeira etapa de desenvolvimento analisada por Chang (2004).

O segundo período analisado por Chang (2004) foi caracterizado pelo auge da industrialização nos PADs adiantados e ao início dela nos menos desenvolvidos. Nele os PADs apresentaram um avanço institucional considerável. Entretanto, a qualidade das instituições existentes nestes países ainda estava aquém do que eles exigem atualmente dos países em desenvolvimento.

A partir de 1848 começaram a aparecer formas limitadas de democracia nos PADs, ano no qual a França instituiu o sufrágio universal masculino. Os Estados Unidos permitiram que os homens negros votassem a partir de 1870, porém os Estados sulistas utilizaram outros métodos, como impostos eleitorais, exigências de propriedade e testes de analfabetismo, para restringir o voto dos homens negros (CHANG, 2004).

O voto secreto somente tornou-se comum no século XX. A compra de votos e a fraude eleitoral eram comuns neste período. Nas eleições britânicas, por exemplo, suborno, ameaças e promessas de emprego para os eleitores eram comuns até o fim do século XIX (CHANG, 2004).

³ Chang (2004) analisa a adoção de instituições de bem-estar social nos seguintes PADs: Alemanha, Suíça, Áustria, Noruega, Finlândia, Reino Unido, Irlanda, Itália, Dinamarca, França, Nova Zelândia, Espanha, Suécia, Holanda, Austrália, Bélgica, Canadá, Estados Unidos e Portugal.



Quadro 1 - Desenvolvimento institucional dos PADs em 1820

Instituição	1820: o começo da industrialização
Democracia	<ul style="list-style-type: none">• Nenhum PAD tinha sufrágio universal masculino;• O direito de votar, quando e se outorgado, foi destinado unicamente aos homens que fossem donos de patrimônio substancial.
Burocracia e Judiciário	<ul style="list-style-type: none">• Em todos os países, o nepotismo, favoritismo, sinecuras e a venda de cargos públicos eram comuns nas nomeações burocráticas;• Os cargos eram formalmente tratados como propriedade privada e não existia uma burocracia profissional e assalariada no sentido moderno.
Regimes de direito de propriedade	<ul style="list-style-type: none">• O direito de propriedade em vigor tinha de ser violado rotineiramente para dar lugar a outros, novos, sobretudo nos países novos como os Estados Unidos;• Poucos países tinham leis de patente (Inglaterra, Estados Unidos, França e Áustria) e sua qualidade era péssima.<ul style="list-style-type: none">▪ Sem verificação da originalidade das invenções que solicitassem patenteamento.
Governança empresarial	<ul style="list-style-type: none">• A responsabilidade limitada não havia se generalizado em parte alguma e era mais um privilégio do que um direito;• Os países com sistemas financeiros empresariais mais desenvolvidos careciam de regulamentações que exigissem auditorias externas ou a transparência total das informações;• As leis de falência existentes eram muito deficientes e não cobriam senão uma classe restrita de empresas;<ul style="list-style-type: none">▪ Tinham capacidade limitadíssima de “socializar o risco” e de “limpar o nome” dos falidos;• Lei de concorrência simplesmente não existia.
Instituições financeiras	<ul style="list-style-type: none">• Os bancos ainda eram uma novidade;• Nenhum país contava com um banco central adequado, com o monopólio da emissão monetária e a função formal de prestador de último recurso;• A regulamentação do mercado de títulos existia em alguns países, mas era altamente inadequada e raramente aplicada;• Nenhum país recolhia imposto de renda, a não ser como medida de “emergência” em caso de guerra.
Bem-estar social e as instituições trabalhistas	<ul style="list-style-type: none">• Nenhum PAD tinha instituições de bem-estar social ou regulamentações da jornada adulta, do trabalho infantil, nem sistema de saúde ou de segurança no trabalho.

Fonte: Elaboração própria a partir de Chang (2004).

Até o final do século XIX havia falta de profissionalismo na burocracia na maioria dos PADs em decorrência da venda de cargos, do sistema de favorecimento e o nepotismo. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 1883, apenas cerca de 10% dos empregos públicos civis eram submetidos ao recrutamento competitivo (CHANG, 2004).

A Prússia foi pioneira na modernização da burocracia. No começo do século XIX ela já havia instituído alguns elementos da burocracia moderna: concurso ou exame de admissão, organização hierárquica, sistemas de pensão, procedimento disciplinar e segurança de estabilidade (CHANG, 2004).

Na segunda metade do século XIX, os PADs acrescentaram outros elementos aos regimes de DPI, como as leis de direito autoral e de marca registrada. Entretanto, a maioria dos países permitia o patenteamento de invenções importadas, o que fez crescer as pressões por um regime internacional de DPI (CHANG, 2004).

O primeiro país a introduzir a responsabilidade limitada generalizada foi a Suécia, em 1844, já nos Estados Unidos o preconceito com as sociedades de responsabilidade perdurou até o fim da década de 1850. Na França, a responsabilidade



limitada se generalizou em 1867, enquanto na Espanha as sociedades anônimas somente se estabeleceram plenamente em 1951, apesar de terem surgido em 1848 (CHANG, 2004).

A Lei de Falência continuou deficiente até metade do século XIX. No Reino Unido, por exemplo, a recuperação da falência era um privilégio para poucos homens de negócio, os credores eram responsáveis por processar os devedores e o sistema não era uniforme em toda a nação. Além disto, existia falta de profissionalismo e corrupção entre os comissários de falência (CHANG, 2004).

Embora as companhias limitadas necessitassem de mais transparência para coibir ações oportunistas dos acionistas e administradores, a regulamentação da obrigatoriedade do relatório e da *disclosure* financeiros nos PADs era de péssima qualidade. O Reino Unido, por exemplo, tornou obrigatória a auditoria externa das empresas em 1844, porém, em 1856, esta voltou a ser opcional (CHANG, 2004).

Apesar da ascensão dos grandes conglomerados, até 1875 nenhum PAD havia instituído uma legislação antitruste. Os Estados Unidos foram pioneiros da Lei da Concorrência ao instituírem o *Sherman Antitrust Act* em 1890, o qual não foi utilizado contra grandes conglomerados até 1902 (CHANG, 2004).

O desenvolvimento do sistema bancário nos PADs ocorreu de forma lenta. Na França, por exemplo, o uso de títulos de crédito somente se generalizou no meado do século XIX e, em 1863, a maioria da população ainda não tinha acesso ao sistema bancário. Na Suécia os bancos somente apareceram no final do século XIX (CHANG, 2004).

A instituição de um banco central também ocorreu vagarosamente nos PADs. O banco central da Bélgica, fundado tardiamente em 1851, foi um dos primeiros bancos centrais genuínos, com monopólio da emissão monetária. O banco central alemão, fundado em 1871, somente obteve o monopólio da emissão monetária em 1905, enquanto o banco central italiano, fundado em 1893, somente atingiu o monopólio da emissão monetária em 1926 (CHANG, 2004).

A primeira tentativa de regulamentação do mercado de títulos nos Estados Unidos ocorreu em 1789 e teve como objetivo as negociações internas, proibindo os funcionários do Tesouro de especular com títulos. Embora o Governo Federal tentasse introduzir regulamentações de títulos, isto foi feito pelos Estados individuais ao longo do século XIX. Porém, nem todos possuíam leis que regulamentassem as transações com títulos e as leis que existiam eram fracas em sua aplicação (CHANG, 2004).

As finanças públicas de muitos PADs viviam em dificuldade. Em 1842, por exemplo, alguns Estados norte-americanos não conseguiam saldar empréstimos assumidos com a Inglaterra. Neste mesmo ano, a Inglaterra instituiu permanentemente o imposto de renda, embora esta medida enfrentasse grande oposição (CHANG, 2004).

Até 1870, as instituições de bem-estar social dos PADs eram precárias. Os receptores de ajuda do Estado eram estigmatizados, sendo, em alguns países, privados do direito ao voto. Tais instituições só começaram a surgir nestes países no fim do século XIX. Em 1875, nenhum dos dezenove países analisados possuía seguro de acidente



industrial, seguro saúde, pensões estatais e seguro desemprego, exceto a Alemanha, que havia instituído o seguro de acidente industrial em 1871 (CHANG, 2004).

Em 1875, a maioria das nações ainda não havia instituído leis de regulamentação do trabalho infantil e o funcionamento de tais regulamentações era precário nos países que já as haviam instituído. Na Inglaterra, por exemplo, a primeira tentativa séria de regulamentação do trabalho infantil ocorreu em 1833 e somente se aplicava às indústrias do algodão, lã, linho e seda. A Prússia instituiu a primeira lei do trabalho infantil em 1839, proibindo o emprego de crianças menores de nove anos e das analfabetas com menos de dezesseis anos nas fábricas e nas minas. Porém, somente quando a fiscalização tornou-se mais rigorosa, em 1878, o trabalho infantil de menores de doze anos tornou-se ilegal (CHANG, 2004).

Somente na metade do século XIX começou a surgir a legislação de regulamentação da jornada de trabalho diário adulto. Uma das primeiras leis que controlaram a jornada adulta foi o *Factory Act*, instituído em 1844 na Inglaterra, que reduziu a jornada de trabalho feminino de mais de dezoito horas para doze. O *Factory Act* de 1847 diminuiu para dez horas a jornada feminina e infantil. Os empregadores, entretanto, passaram a explorar as brechas legais para reduzir o impacto da legislação. Deste modo, as regulamentações mínimas de jornada e condições de trabalho adulto não surgiram antes do fim do século XIX e início do XX (CHANG, 2004).

O Quadro 2 apresenta uma síntese do desenvolvimento institucional dos PADs na segunda etapa de desenvolvimento analisada por Chang (2004).

O terceiro período analisado por Chang (2004) teve como característica o começo da maturidade industrial dos PADs. Em relação à democracia, a maioria das nações desenvolvidas instituiu o sufrágio universal masculino até o final da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o direito ao voto ainda era negado para as mulheres e as minorias étnicas. Em 1946 a maior parte das dezenove nações desenvolvidas⁴ analisadas conseguiu instituir o sufrágio universal (CHANG, 2004).

A democracia formal estabelecida pelos PADs ainda possuía um problema de qualidade em relação ao direito eleitoral de acordo com a raça, gênero e patrimônio. Além destas restrições, algumas nações criaram restrições relacionadas ao credo político. Este foi o caso da Finlândia, que proibiu comunistas de votar até 1944 (CHANG, 2004).

O voto secreto somente tornou-se comum no século XX. A Noruega, por exemplo, somente o instituiu em 1884, enquanto a França adotou o envelope e cabine eleitorais em 1913, décadas após a instituição do sufrágio universal masculino (CHANG, 2004).

Segundo Chang (2004), o caminho da democracia trilhado pelos PADs foi “áspero e pedregoso”. Foram necessárias décadas de campanhas políticas e reformas eleitorais para que estas nações alcançassem duas bases fundamentais da democracia: sufrágio universal e voto secreto (CHANG, 2004).

⁴ Chang (2004) analisa a instituição da democracia nos seguintes PADs: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça.



Quadro 2 - Desenvolvimento institucional dos PADs em 1875

Instituição	1875: industrialização a todo vapor
Democracia	<ul style="list-style-type: none">• Nenhum deles tinha sufrágio universal;• Uns poucos haviam instituído, pelo menos teoricamente, o sufrágio universal masculino;• Faltavam algumas instituições básicas da democracia, como o voto secreto, e a fraude eleitoral era generalizada.
Burocracia e Judiciário	<ul style="list-style-type: none">• A burocracia apenas começava a adquirir as principais características modernas, como recrutamento meritocrático e as medidas disciplinares, porém somente em alguns países pioneiros;• Os sistemas de favoritismo continuavam grassando em muitos deles.
Regimes de direito de propriedade	<ul style="list-style-type: none">• Maioria dos PADs haviam instituído leis de patentes;• Qualidade dessa legislação deixava muito a desejar;• Proteção aos direitos de propriedade intelectual dos estrangeiros era particularmente ruim.<ul style="list-style-type: none">▪ Não havia um sistema internacional de proteção a esses direitos.
Governança empresarial	<ul style="list-style-type: none">• A responsabilidade limitada se generalizou em vários países;• Nenhum deles dispunha de regulamentações concernentes à auditoria e aos procedimentos de <i>disclosure</i> de informação;• Não existiam leis de concorrência, apesar da rápida ascensão das grandes empresas e das atividades de truste.
Instituições financeiras	<ul style="list-style-type: none">• Bancos seguiam como instituições novas em muitos PADs;• Alguns careciam de banco central;• Os que, nominalmente, tinham banco central, em geral a eficiência era limitadíssima, pois lhes faltava o monopólio da emissão monetária;• As regulamentações bancárias continuavam uma raridade;• Imperava o favorecimento pessoal nos empréstimos;• Falências eram frequentes;• Não havia regulamentação adequada do mercado de títulos;• Imposto de renda permanente, introduzido em 1842, era uma grande novidade.
Bem-estar social e as instituições trabalhistas	<ul style="list-style-type: none">• Nenhum PAD contava com um esquema moderno de previdência social;• Em alguns países existiam instituições regulamentando o trabalho infantil, mas com funcionamento precário;<ul style="list-style-type: none">▪ Muitas nações continuavam permitindo o emprego de crianças relativamente pequenas (9 e 12 anos de idade);▪ Outros não tinham nenhuma regulamentação do trabalho infantil.• Não havia limites à jornada de trabalho adulto nos PADs;<ul style="list-style-type: none">▪ Alguns tinham legislação restringindo a feminina;▪ Mesmo nestes, a jornada era relativamente longa (10 a 12 horas).• Leis de segurança no trabalho, quando existiam, dificilmente eram cumpridas.

Fonte: Elaboração própria a partir de Chang (2004).

O processo de modificação no qual as burocracias dos PADs se modernizaram também foi longo. A Bélgica, por exemplo, somente profissionalizou o serviço público



civil em 1933. Já na Espanha, até o começo do século XX, as carreiras do serviço público eram determinadas por apadrinhamento (CHANG, 2004).

A qualidade do sistema Judiciário pode ser avaliada em relação à sua independência política, o profissionalismo dos funcionários judiciais, a qualidade dos julgamentos e o custo da administração do sistema. O Judiciário das nações desenvolvidas sofreu influência política e corrupção nas nomeações até o final do século XIX e após este período. A justiça era ministrada, muitas vezes, de forma tendenciosa e sem profissionalismo em decorrência da nomeação de homens pertencentes a uma classe social privilegiada com pouco ou nenhum conhecimento jurídico (CHANG, 2004).

Em 1883, onze países assinaram a Convenção de Paris da União Internacional para a Proteção da Propriedade Industrial, a qual abrangeu patentes e leis de marca registrada. Já em 1886 firmou-se a Convenção de Berna sobre direito autoral ou *copyright*. Entretanto, apesar do surgimento de um regime internacional de DPI, as nações desenvolvidas continuavam violando com frequência o DPI dos cidadãos dos outros países no século XX (CHANG, 2004).

As sociedades de responsabilidade limitada passaram a ser vistas como um mecanismo importante para socializar o risco, o que possibilitou investimentos em larga escala. As sociedades aceitaram a responsabilidade limitada como a base da moderna governança empresarial (CHANG, 2004).

A Lei de Falência, segundo os padrões modernos, ainda era ineficiente. Somente em 1898 os Estados Unidos conseguiram instituir uma Lei de Falência duradoura. Tal Lei previa: pagamento de todas as dívidas, autorização da falência involuntária e da voluntária, exclusão dos agricultores e assalariados da falência involuntária, proteção das propriedades isentas de embargo pela lei estadual e concessão de um período de moratória para que os insolventes pudessem reorganizar os negócios ou fizessem acordo com os credores (CHANG, 2004).

Em pleno século XX, a qualidade das instituições de regulamentação que exigissem auditorias externas ou transparência total das informações estava aquém dos padrões modernos. Somente em 1900 o Reino Unido instituiu a auditoria externa obrigatória para as empresas. Entretanto, não havia a obrigatoriedade da elaboração e publicação de relatórios anuais para os acionistas, o que só se tornou obrigatório em 1907. Tal lei possuía uma brecha: não especificava o prazo de apresentação do relatório. As empresas britânicas se aproveitaram disto e apresentavam o mesmo relatório, ano após ano. Esta brecha somente foi corrigida em 1928. Até 1948 as normas da *disclosure* britânicas continuaram precárias (CHANG, 2004).

Até 1923 os PADs ainda não possuíam uma Lei de Concorrência de acordo com os padrões modernos. A Lei do Cartel, instituída em 1923, foi a primeira lei geral de concorrência da Europa e permitiu que a Justiça pudesse anular os cartéis. Na Noruega, a primeira Lei do Truste, introduzida em 1926, teve como principal efeito o de publicidade e controle, não de imposição de proibições diretas. Já o Reino Unido, durante a depressão dos anos 30, apoiou a cartelização, instituindo somente em 1956 uma legislação antitruste (CHANG, 2004).



No século XX os bancos se tornaram instituições profissionais do crédito. Antes disto, as decisões de empréstimos dos bancos eram influenciadas por conexões pessoais. A regulamentação da atividade bancária, entretanto, ainda era inadequada. Nos Estados Unidos, por exemplo, o sistema bancário, em 1929, ainda era composto de pequenos bancos e casas de corretagem que não eram geridas de forma profissional e nem eram supervisionadas (CHANG, 2004).

Em 1891, com a instituição do monopólio da emissão de dinheiro do Banco de Portugal, a maioria dos onze bancos centrais⁵ analisados por Chang (2004) adquiriu tal monopólio. Os Estados Unidos, entretanto, somente instituiu um banco central com monopólio de emissão de moeda após 1929. Os grandes bancos de Nova York exerciam a função de prestador de última instância para garantir a estabilidade. Em 1913 foi criado o *US Federal Reserve System*. Entretanto, em 1929, cerca de 65% dos bancos permaneciam fora dele, de modo que até a Grande Depressão o *Federal Reserve Board* era controlado por Wall Street.

A regulamentação do mercado de títulos ainda não existia, mesmo em países com mercados de títulos desenvolvidos. Nos Estados Unidos a primeira regulamentação federal efetiva de títulos foi instituída em 1933, com o *Federal Securities Act*. Já a Inglaterra somente instituiu um sistema abrangente de regulamentação de títulos em 1986, através do *Financial Service Act* (CHANG, 2004).

O imposto de renda permanente ainda era uma novidade. Nos Estados Unidos, por exemplo, somente conseguiram instituir o imposto de renda federal em 1913, após a primeira Lei de Imposto de Renda, de 1894, ter sido considerada inconstitucional. A Bélgica adotou o imposto de renda em 1919, enquanto a Suécia o fez em 1932 (CHANG, 2004).

Os PADs progrediram no desenvolvimento de suas instituições de bem-estar social no final do século XIX e início do XX. Em 1925, dentre os dezenove países analisados por Chang (2004), dezesseis já haviam instituído o seguro de acidente industrial, treze possuíam o seguro saúde, doze tinham um sistema de pensão e doze já haviam adotado o seguro desemprego. O Reino Unido, por exemplo, instituiu o seguro de acidente industrial em 1897, o sistema de pensão em 1908 e o seguro saúde e o seguro desemprego em 1911.

De acordo com Chang (2004), somente no início do século XX passou a prevalecer nos PADs uma regulamentação “razoavelmente séria” do trabalho infantil. Nos Estados Unidos, por exemplo, a proibição do trabalho infantil somente ocorreu em 1938, com a instituição do *Fair Labour Standart Act*.

As primeiras regulamentações “modernas” da jornada de trabalho surgiram no século XX. A Espanha, por exemplo, instituiu a jornada oito horas em 1902, enquanto a Dinamarca o fez em 1920. A semana de 48 horas foi instituída na Suécia em 1920 e na

⁵ Chang (2004) analisou o ano da fundação e o ano de obtenção do monopólio da emissão monetária de onze países desenvolvidos: Suécia, Reino Unido, França, Holanda, Espanha, Portugal, Bélgica, Alemanha, Itália, Suíça e Estados Unidos.



Bélgica em 1936. Já a semana de 40 horas foi implantada nos Estados Unidos em 1938 (CHANG, 2004).

O Quadro 3 apresenta uma síntese do desenvolvimento institucional dos PADs na terceira etapa de desenvolvimento analisada por Chang (2004).

Quadro 3 - Desenvolvimento institucional dos PADs em 1913

Instituição	1913: começo da maturidade industrial
Democracia	<ul style="list-style-type: none">▪ Sufrágio universal ainda era novidade;▪ Não era nem mesmo comum o sufrágio universal masculino autêntico, no sentido de “um voto por cabeça”.<ul style="list-style-type: none">▪ Estados Unidos e a Austrália tinham qualificações raciais;▪ Na Alemanha, o número de votos variava conforme o patrimônio, grau de instrução e idade do eleitor;▪ Voto secreto acabava de ser instituído na França, os alemães ainda não o conheciam.
Burocracia e Judiciário	<ul style="list-style-type: none">• A modernização burocrática progredira significativamente;• Sistema de favorecimento continuava disseminado em muitos países;• O profissionalismo burocrático apenas começava a surgir em países como os Estados Unidos.<ul style="list-style-type: none">▪ Não fazia duas décadas que se havia introduzido um grau mínimo de recrutamento competitivo na burocracia federal.
Regimes de direito de propriedade	<ul style="list-style-type: none">• Já vigorava a Convenção de Paris da União Internacional para a proteção da Propriedade Industrial (inclui patentes e leis de marca registrada) e a Convenção de Berna sobre direito autoral ou <i>copyright</i>;• Apesar a emergência de um regime internacional de direito de propriedade intelectual (DPI), mesmo os PADs mais desenvolvidos seguiam violando rotineiramente os DPI dos cidadãos dos outros países.
Governança empresarial	<ul style="list-style-type: none">• Mesmo nos Estados Unidos e Inglaterra, as instituições de governança empresarial estavam miseravelmente longe dos padrões modernos;<ul style="list-style-type: none">▪ 1900: Inglaterra instituiu a auditoria externa obrigatória nas companhias limitadas, mas, em razão de uma brecha da legislação, as empresas se furtavam a atualizar os balancetes.• Inexistia Lei de Concorrência.
Instituições financeiras	<ul style="list-style-type: none">• Setor bancário continuava subdesenvolvido;<ul style="list-style-type: none">▪ Exemplo: não se autorizavam as filiais bancárias.• Regulamentação do setor continuava sendo feita de remendos na maioria dos países;• Bancos centrais começavam a se tornar uma instituição comum;<ul style="list-style-type: none">▪ Qualidade estava longe do que hoje em dia se espera.• Nem os países com mercados de títulos mais desenvolvidos da época (Estados Unidos e Inglaterra) tinham regulamentação no setor;• Imposto de renda era uma novidade.<ul style="list-style-type: none">▪ Estados Unidos o introduziram em 1913, após duas décadas de lutas políticas e demandas judiciais.
Bem-estar social e as instituições trabalhistas	<ul style="list-style-type: none">• Maioria dos países possuía seguro de acidente industrial, seguro saúde e pensões estatais;• Seguro desemprego ainda era uma novidade;<ul style="list-style-type: none">▪ Países continuavam discriminando os que recebiam auxílio estatal.• Havia muitas leis regulamentando a jornada e a segurança do trabalho, o trabalho feminino e o infantil;<ul style="list-style-type: none">▪ Padrões eram baixos;▪ Cobertura limitada;▪ Aplicação precária.• Nenhum país havia chegado à semana de 48 horas (muito menos à de 40).

Fonte: Elaboração própria a partir de Chang (2004).

De acordo com Chang (2004), quando os países atualmente desenvolvidos compreenderam a importância das instituições, eles levaram décadas ou séculos para desenvolvê-las. No processo de desenvolvimento institucional, os PADs apresentaram



frequentes retrocessos. Deste modo, “[...] it took the developed countries a long time to develop their economic institutions. Institutions typically took decades, and sometimes generations, to develop” (CHANG, 2003, p.13).

Após analisar o desenvolvimento institucional das nações desenvolvidas, Chang (2004) realiza uma comparação entre os PADs e os países em desenvolvimento. Segundo o autor:

Contrary to the advice the rich nations now give to the poor ones, in the earlier stages of their development, today’s developed countries did not even have such “basic” institutions as professional civil service, central bank, and patent law. [...] the levels of institutional development in today’s developed countries in the earlier period were much lower than those in today’s developing countries (CHANG, 2003, p.13-14)

De acordo com Chang (2004), os PADs foram institucionalmente menos avançados do que os atuais países em desenvolvimento quando estavam em estágios semelhantes de desenvolvimento. O nível de desenvolvimento institucional das nações desenvolvidas estava muito abaixo dos “padrões globais” elevados impostos aos países atualmente em desenvolvimento.

Chang (2004) considera inadequados os prazos de transição de cinco a dez anos impostos aos países em desenvolvimento para que adaptem suas instituições aos “padrões globais”. Segundo o autor, as pressões internacionais exercidas pelos PADs para que os países em desenvolvimento aprimorem suas instituições não estão sendo exercidas de maneira realista, de modo que elas constituem um ato de “chutar a escada” pela qual os PADs se desenvolveram. Deste modo, “[...] rich countries are trying to kick away the ladder that allowed them to climb to where they are” (CHANG, 2003, p.14).

Entretanto, Chang (2004) destaca que isto não significa que os países em desenvolvimento não devam adotar instituições de “padrão global” ou que utilizem a justificativa de que ainda não estão preparados para não promoverem o aprimoramento institucional. Entretanto, tais nações devem avaliar a velocidade com que podem desenvolver suas instituições e explorar a vantagem de serem atrasados e conseguirem promover o mais alto nível possível de desenvolvimento institucional.

4 INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO

Ha-Joon Chang aprofunda sua análise da relação entre as instituições e o desenvolvimento econômico ao realizar uma avaliação crítica do discurso dominante sobre instituições e desenvolvimento em seu artigo *Institutions and economic development: theory, policy and history*, publicado em 2011 no *Journal of Institutional Economics*.

De acordo com Chang (2011a), as teorias institucionais do *mainstream* possuem problemas para compreender a relação entre as instituições e o desenvolvimento



econômico. Em primeiro lugar, elas ignoram a influência do desenvolvimento nas instituições e apenas analisam como as instituições influenciam o desenvolvimento. Em segundo lugar, acreditam que as instituições que maximizam o livre mercado e possuem forte proteção dos direitos de propriedade ocasionam maior crescimento e, assim, são melhores para o desenvolvimento econômico. Em terceiro lugar, tais teorias veem a relação entre instituições e desenvolvimento como linear e uniforme.

Chang (2011a) afirma que o discurso dominante possui dois problemas teóricos. O primeiro decorre do fato de que tal discurso, ao assumir que a relação de causalidade ocorre das instituições para o desenvolvimento econômico, ignora a possibilidade de o próprio desenvolvimento modificar as instituições. Em segundo lugar, mesmo considerando somente a causalidade das instituições para o desenvolvimento, a relação é simplista, linear e estática.

Para Chang (2011a), a visão dominante negligencia a causalidade do desenvolvimento econômico para as instituições. Segundo o autor, o desenvolvimento econômico modifica as instituições de diversas formas. Em primeiro lugar, o aumento da riqueza decorrente do crescimento aumenta a demanda por instituições de maior qualidade. Em segundo lugar, uma maior riqueza torna melhores instituições acessíveis, visto que as instituições com maior qualidade possuem custos elevados. Em terceiro lugar, o desenvolvimento econômico cria novos agentes de mudança, os quais demandam novas instituições.

Existem evidências históricas que sugerem que a causalidade pode ser mais forte no sentido do desenvolvimento econômico melhorando as instituições, do que melhores instituições promovendo o desenvolvimento. Para Chang (2011a, p. 476), “[...] today’s rich countries acquired most of the institutions that today’s dominant view considers to be prerequisites of economic development *after*, not before, their economic development [...]”. Deste modo, os países anglo-americanos não possuíam as instituições que hoje são consideradas requisitos para o desenvolvimento em seus primeiros estágios de desenvolvimento. Tais instituições somente foram conseguidas quando estes países se tornaram ricos.

Chang (2011b, p. 596) “[...] *not* believe that institutions are necessarily the most important determinant of economic development”. O autor, entretanto, deixa claro que isso não significa que as instituições sejam desnecessárias para o crescimento e desenvolvimento econômico. O autor ainda afirma que a relação entre as instituições e o desenvolvimento é muito mais complexa do que o discurso dominante conseguiu teorizar.

A relação entre as instituições e o desenvolvimento econômico não é linear. Ela difere entre as sociedades e se modifica ao longo do tempo em uma mesma sociedade. Embora uma instituição promova o crescimento em algum nível, ela pode dificultar em outro. Um exemplo disto são os Direitos de Propriedade Intelectual (DPI). Certo nível de proteção ao DPI é necessário para incentivar as empresas a investir em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Entretanto, a proteção excessiva pode dificultar a inovação ao tornar a difusão tecnológica custosa (CHANG, 2011a).



Uma mesma instituição pode ser boa para um país e ruim para outro. A proteção ao DPI, por exemplo, pode trazer benefícios para as nações ricas e ser prejudicial para os países em desenvolvimento, os quais possuem poucas patentes. Além disso, uma instituição pode promover crescimento em um determinado momento, já em outro não, podendo, inclusive, tornar-se um obstáculo ao longo do tempo (CHANG, 2011a).

Chang (2011a) questiona o argumento de que as instituições que maximizam o liberalismo e promovem uma forte proteção aos direitos de propriedade promovem investimentos e, assim, crescimento econômico. Para o autor, em primeiro lugar, é impossível definir objetivamente o limite do livre mercado à medida que pessoas diferentes com valores diferentes verão graus diferentes de liberdade em um mesmo mercado. Assim, não é possível saber qual arranjo institucional maximizará o liberalismo. Além disso, é improvável que as instituições que maximizam a liberdade nos negócios sejam mais eficientes do ponto de vista social. A crise de 2008, por exemplo, mostrou dar liberdade para que as empresas financeiras acumulassem riscos individuais não foi bom para a economia como um todo.

Para Chang (2011a), existem regulamentações podem restringir a liberdade dos negócios no curto prazo, mas promover maiores lucros para todas as empresas no longo prazo. O autor cita como exemplo a regulamentação do trabalho infantil. Segundo ele, as empresas poderiam beneficiar-se do uso do trabalho infantil no curto prazo. Entretanto, isto prejudicaria a educação e saúde das crianças, o que reduziria a qualidade da força de trabalho no futuro.

Chang (2011a) sugere que os recursos financeiros e humanos utilizados pelos países em desenvolvimento para adquirir tais instituições devem ser destinados para outras políticas que diretamente estimulariam o desenvolvimento econômico, como o investimento em educação, infraestrutura e subsídios industriais, visto que tais políticas contribuem indiretamente para o desenvolvimento institucional ao promoverem o desenvolvimento econômico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a contribuição do economista institucional sul-coreano Ha-Joon Chang para a compreensão da relação entre o desenvolvimento institucional e o desenvolvimento econômico. O autor questiona a visão dominante de que as instituições de padrão global que maximizem a liberdade do mercado e promovam forte proteção aos direitos de propriedade sejam essenciais para o desenvolvimento econômico.

Chang defende que as instituições não são condições *sine qua non* para o desenvolvimento de uma nação. Porém, o autor enfatiza que isso não significa que elas não sejam necessárias. Os países considerados desenvolvidos atualmente alcançaram tal *status* não possuindo instituições de padrão mundial, pelo contrário. A partir de uma análise histórica do processo de desenvolvimento institucional destes países, o autor



demonstra que as instituições foram se aperfeiçoando à medida em que as nações foram tornando-se desenvolvidas. Assim, Chang concentra sua análise em como o desenvolvimento econômico é capaz de promover o aprimoramento institucional.

Ao comparar os países desenvolvidos com os países em desenvolvimento, Chang conclui que os últimos possuem instituições mais desenvolvidas do que os primeiros quando estes estavam em estágios similares de desenvolvimento. Além disto, o autor considera incorreta a forma como os países em desenvolvimento têm sido pressionados para adotarem instituições de padrão global. A tentativa de impor a estes países instituições que eles não necessitam ou não conseguem sustentar, segundo ele, caracteriza-se como um ato de “chutar a escada” pela qual alcançaram o desenvolvimento.

Deste modo, tendo em vista a relação de causalidade no sentido do desenvolvimento econômico promovendo o institucional, Chang sugere que os países atualmente em desenvolvimento invistam em setores e/ou atividades que contribuam para gerar crescimento e desenvolvimento econômico, como infraestrutura e educação. Estes investimentos, ao promoverem o desenvolvimento econômico, contribuirão para o aprimoramento institucional destes países.

REFERÊNCIAS

CHANG, H.-J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHANG, H.-J. Institutions and economic development: theory, policy and history. **Journal of Institutional Economics**, v. 7, n. 4, p. 473-498, 2011a.

CHANG, H.-J. Kicking away the ladder: neoliberals rewrite history. **Monthly Review**, v. 54, n. 8, p. 10-15, 2003.

CHANG, H.-J. Reply to the comments on ‘Institutions and Economic Development: theory, policy and history’. **Journal of Institutional Economics**, v. 7, n. 4, p. 595-613, 2011b.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M. **Sociologia geral**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

Recebido em 28/03/2021

Aprovado em 27/08/2021





A DÉCADA DE OURO DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE¹

LA DÉCADA DEL ORO DE LA COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Armstrong Pereira da Silva²

RESUMO:

Partindo do marco histórico emergido após a Segunda Guerra Mundial, este trabalho resgata o contexto histórico-institucional que influenciou o destaque da Cepal ao longo da sua primeira década de existência, e apresenta as principais contribuições teóricas dessa Comissão. Por meio de uma revisão de literatura, destaca-se os argumentos de um dos principais expoentes dos seus anos dourados, Raul Prebisch, concluindo que a Cepal produziu uma leitura histórico-estruturalista da relação centro-periferia no sistema mundial, refletindo sobre a inserção internacional da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho, bem como sobre as possibilidades da ação estatal servir de catalisador para o desenvolvimento econômico regional. Entretanto, passado esse período áureo, a Comissão mostrou-se incapaz se manter na vanguarda e como instituição *policy-oriented* para os *policy-makers* latino-americanos.

Palavras-chave: Cepal, Desenvolvimento, Raul Prebisch; América Latina.

RESUMEN:

A partir del hito histórico surgido tras la Segunda Guerra Mundial, este trabajo rescata el contexto histórico-institucional que incidió en la importancia de la CEPAL a lo largo de su primera década de existencia, y presenta los principales aportes teóricos de esta Comisión. A través de una revisión de la literatura, se destacan los argumentos de uno de los principales exponentes de sus años dorados, Raúl Prebisch, que concluye que la CEPAL realizó una lectura histórico-estruturalista de la relación centro-periferia en el sistema mundial, reflexionando sobre la inserción internacional de América Latina en la División Internacional del Trabajo, así como sobre las posibilidades de la acción estatal como catalizador del desarrollo económico regional. Sin embargo, después de este período dorado, la Comisión no pudo permanecer a la vanguardia y como una institución *policy-oriented* para los *policy-makers* latino-americanos.

Palabras clave: CEPAL, Desarrollo, Raul Prebisch; América Latina.

¹ Este artigo adveio de um Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais, orientado pela Dra. Aline Conti Castro, na Universidade Federal da Paraíba, aproveitamos o espaço para agradecê-la imensamente.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Contato: armstron3@hotmail.com.



1 INTRODUÇÃO

No âmbito da América Latina, houve iniciativas, registros de ideias, objetivos e métodos para a coesão da região – seja em termos políticos, econômicos, culturais ou sociais – desde o século retrasado, comportando-se como uma constante histórica. No centenário XIX, já se pairava um *pensamento latinoamericano*, isto é, um conjunto de ferramentas teóricas-conceituais endógenas surgidas, desde os movimentos emancipatórios, com o objetivo de compreender e propagar a ideia de unidade latina sob diferentes espectros (PAIKIN; PERROTTA; PORCELLI, 2016). Institucionalmente, a partir de 1948, essa discussão foi encampada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Já nos seus trabalhos iniciais, ela consolidou-se como um organismo provedor do pensamento eminentemente latino-americano; fomentou um debate ontológico, epistemológico e metodológico na região além de produzir trabalhos *policy-oriented* para os *policy-makers* fortalecendo as relações Sul-Sul dentro e fora da região (BIELSCHOWSKY, 2000; DÁLIO, 2016; MORAES, 1995).

Para Rivarola Puntigliano (2012), o período de criação dessa Comissão representou um momento de “ruptura histórica”, também considerada por Mallorquín (2012) como sendo a “década de ouro” para o desenvolvimento e o regionalismo latino-americano, cronologicamente inserido nos “anos dourados” da “era de ouro” do capitalismo mundial, tal como situou Hobsbawm (1995).

Entretanto, apesar da importância conferida à Cepal (sobretudo, no que diz respeito a sua perspectiva estruturalista e a construção teórica do regionalismo latino-americano), costuma-se negligenciar as nuances do contexto regional e internacional envolvidos por trás do protagonismo dessa Comissão. Nesse sentido, é importante destacar que o próprio surgimento não foi consensual, isto é, ele envolveu um jogo de interesses, que rotineiramente não é reiterado pela literatura especializada.

Partindo de tal pressuposto e metodologicamente a partir de uma revisão de literatura, este trabalho buscou resgatar as controvérsias envolvidas por trás do surgimento da Cepal com objetivo de situar as expectativas e o contexto histórico-institucional que influenciou o destaque da Cepal, ao longo da sua primeira década de criação, e apresentar as principais contribuições teóricas dessa Comissão.

Assim, subdividindo-se estruturalmente em dois tópicos, o primeiro tópico desde artigo, “*O contexto histórico-institucional*”, parte do marco histórico emergido após a Segunda Guerra Mundial, para contextualizar o surgimento da Cepal, uma comissão da periferia latina, com ideias em ascensão que iam de encontro ao contexto da Guerra Fria e à Ordem Internacional lastreada pela hegemonia dos Estados Unidos.

Em interseção, o tópico seguinte, “*A importância da Cepal na primeira década do pós 1945*”, adentra nas principais ideias para pontuar a importância – teórico e prática – dessa Comissão na leitura da realidade que emergia na América Latina no primeiro decênio após a Segunda Guerra Mundial. Esse segundo tópico introduz a importância da Cepal para a disciplina regional do desenvolvimento, destacando os argumentos e o corolário de um dos seus principais expoentes, Raul Prebisch.



Com isso, buscamos destacar as contradições da época e construir um panorama mais holístico do primeiro “decênio de ouro” da atuação da Cepal.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL

Em 1947, buscando compreender a condição das economias socialmente vulneráveis, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas delegou a um comitê *ad hoc* a missão de estudar a conveniência da criação de uma Comissão regional para a América Latina. A partir do diagnóstico de que a região latino-americana tendia a um desenvolvimento econômico lento e já hipotetizando sobre a tendência da deterioração dos termos de troca criou-se, em fevereiro de 1948, a Cepal³.

Estabelecida pela resolução 106 (VI) do referido Conselho, ela começou a funcionar em caráter experimental por um período de três anos. Ao idealizá-la as Nações Unidas pretendiam diagnosticar os males do subdesenvolvimento e receitar o tratamento adequado à cura em uma escala regional (HERZ; HOFFMAN, 2004). Todavia, logo apareceram algumas restrições iniciais.

Sua criação foi fortemente questionada pelos Estados Unidos por, potencialmente, gerar um choque de funções com as instituições já atuantes na América Latina. Conforme afirmou Dalio (2016), a Cepal teria surgido em um cenário complicado:

De ameaça permanente de sua extinção pelo Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da União Pan-Americana (UPA), cuja atribuição era equivalente àquela que viria a ter a Cepal, qual seja, a de estudar os problemas econômicos dos países latino-americanos e de propor soluções adequadas à realidade do subcontinente (DALIO, 2016, p.3).

Nesse aspecto, no documento fundacional de 1948 buscou-se incluir uma cláusula de ressalva, a qual assegurava a necessidade de avaliação dos trabalhos da Cepal e da sua pertinência no entorno regional (DALIO, 2016). Ela seria avaliada pelo ECOSOC o qual poderia decretar a sua extinção ou permanência, tendo em vista o argumento apresentado da duplicação de esforços que a coexistência dessa Comissão com o CIES acarretaria (DALIO, 2016).

No contexto internacional ocidental, a institucionalização dessa Comissão ocorreu no período de reordenamento da economia mundial lastreada pela hegemonia dos Estados Unidos. Conforme apontou Sader (2006), nesse período esse país consolidava seu papel de indutor do desenvolvimento global a partir de uma política externa que incluía: (1) iniciativas de apoio à reconstrução da Europa (Plano Marshall)⁴;

³ Somente a partir de 1984, mediante a resolução 1984/67, que essa instituição passou a ser chamada Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, tal como conhecemos nos dias de hoje. Antes disso era apenas Comissão Econômica para a América Latina.

⁴ Conforme contabilizou Milani (2014), o plano contava com o pacote total de US \$13 bilhões, ou seja, mais de 5% do PIB dos Estados Unidos em 1948.



(2) medidas multilaterais de fomento e criação de comissões econômicas regionais no âmbito da ONU; (3) e estratégias bilaterais de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) na esfera Norte-Sul. Contudo, apesar do estímulo à criação de comissões regionais fazer parte da política hegemônica norte-americana na Guerra Fria, os EUA apenas as fomentavam em regiões que faziam fronteira com o comunismo. Como na América Latina não havia um perigo concreto de revolução (somente emergido após a revolução de Cuba), os norte-americanos não viram a necessidade de criação da Cepal.

Ademais, enquanto a Comissão era demandada pelos países da América Latina para servir de suporte ao seu desenvolvimento econômico e social, segmentos político-econômicos dos EUA (ligados ao imperialismo) temiam a perda de influência direta sobre questões econômicas. A evidência concreta disso pôde ser vista, em 1948, na Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) (DÁLIO, 2016). De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), era uma diretriz da OEA fazer um: “levantamento completo da situação e atividades dos organismos interamericanos existentes, com o fito de coordená-los, reforçá-los ou extingui-los, conforme o caso” (MRE, 1950, p. 72 *apud* DALIO, 2016). Assim, no âmbito da Política dos EUA:

[O surgimento dessa Comissão] contou com atitudes ambíguas ou mesmo fortemente restritivas do governo norte-americano. Desde a sua origem, este via com maus olhos o surgimento de uma entidade paralela à bem controlada Organização dos Estados Americanos. Além disso, temia uma tendência ao confronto e o enfraquecimento da influência norte-americana se a Cepal enveredasse por alianças políticas com o nacionalismo local (MORAES, 1995, p.20).

Nesse aspecto, visando lançar as diretrizes que deveriam ser seguidas pela América Latina nessa nova ordem internacional, os EUA convocaram três conferências: os encontros interamericanos – celebrados em Chapultepec (México, 1945), no Rio de Janeiro (Brasil, 1947) e em Bogotá (Colômbia, 1948). Essas conferências marcaram o declínio da política norte-americana de “bom vizinho” – executada durante a década de 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial – e o fim da posição estratégica que a América Latina possuía até 1945 (ESCOBAR, 1998). Em contrapartida, sinalizaram o início de uma política de combate ao comunismo nas periferias.

Em Chapultepec, buscou-se tratar de diversos âmbitos, principalmente das nuances securitárias enveredadas pelo contexto da Guerra Fria. Os norte-americanos insistiam nos assuntos de defesa hemisférica enquanto que, na esfera econômica, restringiram-se à uma advertência ao nacionalismo econômico. Nessa ocasião, vários presidentes latino-americanos ressaltaram a importância da industrialização para a consolidação das democracias e demandaram ajuda norte-americana para transitar de um programa de produção de insumos bélicos para um programa de produção industrial. Todavia, tais anseios não foram atendidos.

Enquanto que os EUA insistiam em objetivos militares e de segurança, os países latinos priorizavam metas sociais e econômicas (ESCOBAR, 1998). Ademais, conforme



destacou Moura (1990), esse encontro no México representou um dilema para os Estados Unidos:

De um lado, os governos latino-americanos advogavam uma abordagem regional para as questões de segurança internacional [e econômica]. De outro lado, os Três Grandes [Roosevelt, Churchill, Stálin] davam ênfase ao caráter mundial da futura organização encarregada de manter a paz. A própria delegação norte-americana à Conferência achava-se dividida entre os “regionalistas” que tendiam à criação de um organismo regional forte, por um lado, e os “globalistas”, que desejavam fortalecer a organização mundial, por outro (MOURA, 1990, p.6-7).

Esse descompasso de interesses acentuou-se na conferência de Paz e Segurança no Rio de Janeiro, que esteve permeada por uma crescente cruzada anticomunista no contexto de acirramento da Guerra Fria e pela continuação da agenda iniciada em Chapultepec. Assim:

Ao tempo em que a política externa norte-americana se militarizava ainda mais, na agenda latino-americana destacava-se cada vez a necessidade de políticas econômicas apropriadas, incluindo a proteção das indústrias incipientes (ESCOBAR, 1998, p. 60, tradução nossa).

Foi somente em Bogotá que os EUA debateram alguns pontos da pauta de políticas econômicas proposta pela América Latina. Nessa ocasião, o então secretário de Estado (o General Marshall) declarou que os latino-americanos não podiam esperar algo similar ao plano Marshall executado na Europa. Contudo, ele reconheceu a necessidade de tratar os assuntos econômicos a partir de uma política de “portas abertas”, a qual significava: livre acesso aos recursos de todos os países latinos, fomento à empresa privada e um tratamento diferenciado ao capital estrangeiro. Em um discurso de 1947, o próprio Truman, ao falar sobre a América Latina, deixou claro que “os problemas dos países desde o hemisfério são de natureza diferente e não podem ser aliviados com os meios e enfoques que se contemplam para a Europa” (MAYA, 1993: 13 *apud* ESCOBAR, 1998, p.69, tradução nossa)

Assim, o surgimento da Cepal brotou neste cenário de constantes queixas latino-americanas e de escassa ajuda externa dos EUA para a região (HIRST, 2003). No âmbito institucional, a regionalização dos estudos econômicos encabeçada pelas Nações Unidas era um anseio premente das periferias que encontrava respaldo nos reclamos dos países latino-americanos por uma maior cooperação econômica e financeira internacional – semelhante ao plano Marshall (DÁLIO, 2016).

Ademais, as demandas desses países não foram levadas em consideração quando se desenhou a nova ordem internacional a partir da conferência de Bretton Woods (1944), por sua vez, eles passaram a utilizar os principais fóruns multilaterais para pedir ajuda ao desenvolvimento e demonstrar a sua insatisfação com a ordem internacional vigente fomentando o crescimento da cooperação Sul-Sul após-1945 (PINO, 2014).

A exclusão do plano Marshall e a falta de acesso aos “dólares escassos” dificultava a reposição dos desgastados aparelhos produtivos da região e fermentavam o



florescimento de ideias nacionalistas e regionalistas em todo o continente latino-americano (BIELSCHOWSKY, 2000). Nesse aspecto, conforme destacaram Cervo e Bueno (1992), os países periféricos tinham muitos motivos para se queixar da ajuda internacional vinda dos EUA. Além de minguada, ela era politicamente dirigida e sobrecarregada de interesses imperialistas. Numericamente:

Entre 1946 e 1964, o total norte-americano de 84 bilhões de dólares em ajuda ao exterior repartiu-se entre 56,9 bilhões de investimento econômicos e 27,2 de ajuda militar, indo 43 bilhões para a Europa, 18,9 para o Extremo Oriente, 13,4 para o Oriente próximo, **4,4 para a América Latina** e 0,822 para a África (CERVO; BUENO, 1992, p. 372, grifo nosso).

Na esfera dos discursos, visões de mundo pró e contra a entrada de capital externo passaram a disputar o protagonismo dentro do projeto de desenvolvimento econômico da América Latina (HIRST, 2003; MOURA, 1990). Conforme sintetizou Moura:

Muitos países latino-americanos defendiam o desenvolvimento econômico mediante industrialização e protecionismo e uma ativa participação governamental nesse processo. De outro lado, a delegação norte-americana insistia numa política de “portas abertas”, assim sumarizada pelo professor R. A. Humphreys: “não discriminação; abolição de práticas comerciais restritivas; redução efetiva das barreiras alfandegárias; eliminação do nacionalismo econômico ‘em todas as suas formas’; tratamento justo e equitativo para as empresas e capitais estrangeiros; estímulo à empresa privada e desestímulo às empresas estatais de comércio; necessidade de que o desenvolvimento industrial tenha bases sólidas; e finalmente a necessidade de padrões de vida mais altos e de padrões de trabalho mais progressistas (MOURA, 1990, p.8).

A própria criação da Cepal ainda que incentivada pelos países da América Latina (em especial o Chile) surgiu neste cenário de controvérsia regionais: “Apesar desse incentivo transitório, a percepção generalizada à época parecia ser a de que a nova organização estaria fadada a tornar-se mais uma entre as inúmeras agências internacionais inexpressivas e burocratizadas já existentes” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.26).

Contudo, já nos primeiros anos de funcionamento, essa Comissão tornou-se a principal e mais autônoma Instituição fomentadora do pensamento eminentemente latino-americano e do diálogo Sul-Sul (MORAES, 1995). “As expectativas das nações latino-americanas sobre os resultados dos trabalhos da Comissão garantiriam, a seu tempo, a legitimidade que esse novo órgão das Nações Unidas precisaria para se consolidar” (DÁLIO, 2016, p.4).

Apesar de ser uma Instituição das Nações Unidas e uma Comissão ligada ao ECOSOC, a Cepal tornou-se um organismo provido de um pensamento próprio. Dentre as cinco Comissões Regionais criadas entre 1947 e 1973, ela foi a que alcançou maior independência, relevância acadêmica e proeminência política, contribuindo, portanto,



para a construção de um pensamento social latino-americano e de “contra-hegemonia”, sobretudo no período áureo da sua primeira década (SADER, 2006).

A primeira década após o seu surgimento representou os “anos de ouro” para o pensamento e prática desenvolvimentista e integracionista da América Latina. Contextualizado o surgimento da Cepal, a seção seguinte versará sobre a sua importância enquanto instituição fomentadora da busca pelo desenvolvimento nas periferias, sobretudo, entre os países latino-americanos no recorte temporal da primeira década após a Segunda Guerra. Para tal, dada a necessidade de inserir um recorte, pontuam-se os argumentos e o corolário de um dos grandes responsáveis pelo destaque da Cepal na sua década de ouro, Raul Prebisch.

3 A IMPORTÂNCIA DA CEPAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO PÓS- 1945

No início da primeira década após a Segunda Guerra Mundial a realidade latino-americana de industrialização já não estava sendo explicada, em sua abrangência, pela perspectiva da Divisão Internacional do Trabalho (DIT). A tese das vantagens comparativas formulada por David Ricardo (que defendia que os países do Centro, especializando-se na produção de manufaturas, poderiam fornecer ao restante do mundo produtos de alta qualidade e baratos – enquanto os da Periferia, ao assumir a sua vocação de celeiro mundial, se beneficiaram especializando-se na exportação de bens primário) entrou em descrédito diante das novas realidades do pós-1945 (GILPIN, 2002).

Factualmente, as duas guerras mundiais e a crise de 1930, alteraram essa lógica defendida pelo *mainstream*. Tal como sintetizou Bielschowsky (2000):

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, as economias latino-americanas estavam em pleno processo de industrialização e urbanização, potencializado pelo rápido crescimento de 5,8% ao ano entre 1945 e 1954, e por uma folga na restrição externa que permitiu uma expansão nas importações de 7,5% ao ano, no mesmo período. **Isso abria espaço ao fortalecimento da ideologia industrializante, que apenas vinha dando os primeiros passos na região.** Ao mesmo tempo, disseminava-se a ideia de que as exportações tradicionais tendiam a recuperar terreno com a volta à normalidade no pós-guerra, potencializando a restauração da ideologia liberal dominante até os anos de 1930 (BIELSCHOWSKY, 2000, p.24, grifo nosso).

Contudo, mesmo diante desses fatores, na América Latina ainda não havia um escopo ontológico, epistemológico e metodológico próprio capaz de explicar essa nova conjuntura de forma sistematizada. Conforme expressou Bielschowsky (2000), a defesa do desenvolvimento - via industrialização - tinha no imediato pós-guerra a inconveniência de se encontrar insuficientemente instrumentalizada do ponto de vista analítico.

Havia, para os defensores da industrialização, uma espécie de “vazio teórico”, e a descrença em relação à teoria econômica existente gerava uma perplexidade face à falta de teorias que pudessem ser adaptadas às realidades econômicas e



sociais que se tentava entender e transformar (BIELSCHOWSKY, 2000, p.24, grifo nosso).

Esse vácuo entre a realidade econômica latino-americana e a teoria foi, pois, preenchido pela teorização construída pela Cepal⁵ em diálogo com as ideias nacionalistas elaboradas por List, na Alemanha, e Hamilton, nos EUA. Logo os escritos da Comissão tornaram-se a versão regional da teoria do desenvolvimento – contribuindo para a construção da nova disciplina que se instalava progressivamente no mundo acadêmico anglo-saxão⁶, todavia, inovando ao incluir o enfoque do Sul Global (BIELSCHOWSKY, 2000).

Ademais, a perspectiva da Cepal serviu como uma luva para a justificar os projetos políticos de vários governos da América Latina. A necessidade de se realizar políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza foi o tom das reflexões da Cepal e, de modo geral, acabou sendo bem acolhida por retratar a nova realidade da região na década de 1950, mesmo não sendo bem recebida pelos Estados Unidos⁷.

Por ser uma Comissão diretamente vinculada às Nações Unidas, desde os primórdios, os trabalhos da Cepal tiveram um caráter fortemente *policy-oriented*. Ela produziu diversos textos com recomendações de caráter econômico, além de ter encabeçado inúmeras missões de assistência técnica nos mais variados campos da atividade econômica e nos múltiplos subtemas que compõem a problemática do subdesenvolvimento latino-americano (BIELSCHOWSKY, 2000).

Seu público alvo era, portanto, os *policy-makers* da América Latina (BIELSCHOWSKY, 2000). O debate intelectual Sul-Sul e a agenda de pesquisa inicial que a mesma suscitou não eram as suas pretensões centrais. Contudo, tal como destacou Cardoso (1977), a Comissão fomentou um pensamento original diante das expectativas de que ela reproduzisse apenas uma cópia das teorias advindas do Norte.

A Cepal teve tanto um respaldo estatal quanto acadêmico construindo uma teoria própria sobre o desenvolvimento diferente das perspectivas da modernização do mundo

⁵A tarefa de sistematização dos trabalhos da CEPAL foi feita pela primeira vez, conforme afirmou Bielschowsky (2000), por Aníbal Pinto em 1968 para a comemoração do vigésimo aniversário da instituição. Posteriormente, esse trabalho foi feito, em 1981, por Rodríguez atendendo a pedidos de Prebisch. No ano 2000, tendo como justificativa a comemoração de cinquenta anos da comissão, Bielschowsky organizou uma versão em português dos principais trabalhos da mesma, intitulando-a de: “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL”. Feita em dois volumes, essa obra percorreu a trajetória intelectual da instituição desde a sua fundação até os dias contemporâneos. Ela oferece uma visão conjuntural do Pensamento Cepalino e, por isso, tornou-se a principal fonte de coleta de dados do presente trabalho.

⁶Essa disciplina se respalda em um conjunto de reflexões a respeito do desenvolvimento fundamentadas na esteira “ideológica” da heterodoxia keynesiana.

⁷Os Estados Unidos viam as ideias de Prebisch e da CEPAL com muita desconfiança. O Departamento de Estado do governo norte-americano as associavam a ideias comunistas, sobretudo no período macarthista da Guerra Fria (BIELSCHOWSKY, 2000). Qualquer expressão de nacionalismo na América Latina era diretamente assimilada pelos EUA como possível ponto de questionamento do *status quo* e possibilidade de revolução comunista.



desenvolvido. Na academia, ela fomentou um debate ontológico, epistemológico e metodológico sobre o subdesenvolvimento da América Latina, marcando todos aqueles que se aventuraram no entendimento dos problemas econômicos e sociais do continente (MORAES,1995). Conforme destacou Bielschowsky (2000), o espaço dessa “cultura”, intelectualmente construída pela a Instituição, foi ocupado por uma plêiade de pensadores o qual reuniu alguns dos principais historiadores econômicos latinoamericanos – a citar: José Medina Echavarría, Regino Botti, Jorge Ahumada, Juan Noyola Vázquez, Osvaldo Sunkel e outros. Nas palavras desse autor:

Foram da Cepal ou estiveram sob seu raio direto de influência autores de livros clássicos de história econômica dos países da região, como Aníbal Pinto e seu *Chile un Caso de Desarrollo Frustrado* (1956), Celso Furtado (1959) e seu *Formação econômica do Brasil*, e Aldo Ferrer (1979) e seu *La Economía Argentina* (BIELSCHOWSKY, 2000, p.20).

Contudo, dentre esses autores, Raúl Prebisch foi o que mais destacou-se na primeira década de ouro da Cepal, sobretudo a partir da sua obra: “*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*”, na qual o mesmo sistematizou as problemáticas sensíveis do pós-guerra, conferindo-lhes um tom de manifesto.

O Manifesto de Havana, conforme o ensaio de Prebisch ficou conhecido, iniciou-se e foi concluído com um apelo, aos economistas latino-americanos, sobre a necessidade de conhecer - ontológica, epistemológica e metodologicamente - a América Latina, para “penetrar, com critério original, nos fenômenos concretos latino-americanos”, sobretudo nos oriundos do contexto pós-transição hegemônica da Grã-Bretanha para os Estados Unidos (PREBISCH, 1949a, p. 13).

Para Prebisch (1949a), a realidade latino-americana já não estava mais sendo explicada, em sua totalidade, pelos conceitos universais da teoria econômica geral, e a América Latina carecia de economistas capazes de enxergar essa disjuntura. Nesse sentido, o Manifesto se inseriu como uma das primeiras iniciativas de interpretação da realidade latino-americana e como um chamamento a uma agenda regional desenvolvimentista.

O Marco de Havana foi uma observação, empírica e sistematizada, que inovou ao se distanciar da ótica dos grandes centros mundiais para analisar a realidade sob o prisma das periferias. Ele não era um rechaço teórico ao liberalismo, tampouco uma apologia ao protecionismo e à autarquia. Quanto ao primeiro ponto controverso, Prebisch (1949), inclusive, afirmou no próprio manifesto, que, na tarefa de conhecer a realidade latino-americana, não se deve adotar uma postura particularista e excludente:

Pelo contrário, essa tarefa só será cumprida mediante um sólido conhecimento das teorias elaboradas nos grandes países, com seu grande caudal de verdades comuns. Não se deve confundir o conhecimento reflexivo com o conhecimento estrangeiro e com uma sujeição mental às ideias alheias, das quais, muito lentamente, estamos aprendendo a nos livrar (PREBISCH, 1949a, p. 13-14).



Enquanto manifesto, o tal documento foi uma crítica à real divisão internacional do trabalho e ao pressuposto de que ela propagaria, indubitavelmente, os benefícios do progresso técnico do centro para as periferias. Para Prebisch (1949b):

É certo que a argumentação relativa às vantagens econômicas da divisão internacional do trabalho é de validade teórica inobjetable. Mas, esquece-se, via de regra, que se baseia em uma premissa terminantemente negada pelos fatos. Segundo esta premissa, o fruto do progresso técnico tende a repartir-se igualmente em toda a coletividade, seja pela baixa dos preços, seja pela alta equivalente das remunerações. Por meio do intercâmbio internacional, os países de produção primária obtêm sua parte nesse fruto. Não necessitam, portanto, de industrializar-se. Pelo contrário, sua menor eficiência fá-los-ia perder irremissivelmente as vantagens clássicas do intercâmbio. **O erro dessa premissa consiste em atribuir caráter geral ao que de si mesmo é muito circunscrito. Se por coletividade se entende, apenas, o conjunto dos grandes países industriais, é certo que o fruto do progresso técnico se distribui, gradualmente, entre todos os grupos e classes sociais. Mas, se o conceito de coletividade também se estende à periferia da economia mundial, essa generalização encobre um grave erro.** As grandes vantagens do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia em medida comparável ao que lograram desfrutar as populações dos grandes países. Daí as diferenças tão acentuadas entre os níveis de vida das massas nestes e naquela, e as notórias discrepâncias entre suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a margem de poupança depende, primordialmente, do aumento da produtividade. **Existe, portanto, manifesto desequilíbrio, e qualquer que seja sua explicação ou a maneira de justificá-lo, trata-se de um fato certo, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho** (PREBISCH, 1949b, p. 47-48, grifos nossos).

Como a lógica da divisão internacional do trabalho (centro-industrializado/periferia-primária) não estava garantindo o desenvolvimento periférico devido à tendência conjuntural de baixo coeficiente de importação norte-americano - associada ao fenômeno estrutural de Deterioração dos Termos de Troca -, o Manifesto Latino-americano já apresentava traços prescritivos ao defender a industrialização endógena - *hacia adentro* - afiançada em uma política anticíclica, em médio a longo prazo, para as periferias. “Para escapar aos constrangimentos da ordem internacional existente, os países periféricos tinham que adotar a via da industrialização, caminho real de acesso aos frutos do progresso técnico” (FURTADO, 1985, p. 62).

No entanto, ao defender a industrialização *hacia adentro*, Prebisch não assumiu uma postura dogmática e excludente, isto é, de idolatria à industrialização - como um fim em si mesma - e de eliminação dos demais setores que compunham a estrutura socioeconômica latino-americana (tal como pregam as interpretações errôneas que o associam ao protecionismo, à autarquia e ao regionalismo fechado).

Quanto à contradição industrialização V.S. autarquia, Prebisch (1949b, p. 52, grifo nosso) ressaltou:



A este respeito é necessário definir, com precisão, o objetivo que se persegue mediante a industrialização. Se se tem em vista um ideal de **autarquia**, no qual as considerações econômicas passam para o segundo plano, seria admissível qualquer indústria que eliminasse importações. Mas se o propósito é aumentar o que se chamou com justeza de bem-estar mensurável das massas, **convém ter presente os limites além dos quais uma industrialização maior poderia significar perda de produtividade.**

Prebisch (1949a, b) tinha consciência dos limites da industrialização e, por saber disso, concebia os demais setores como aportes a ela. Sistematizando trechos do argumento do argentino, Dosman (2011, p. 285, grifo nosso) sintetizou:

O texto [...] não era anticomércio: “Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, maiores as possibilidades de aumentar a produtividade mediante a formação intensiva de capital”. **Não era antiagricultura:** “A industrialização da América Latina não é incompatível com o desenvolvimento eficiente da produção primária”. **Tampouco era cegamente favorável à industrialização.** O capítulo 6 chamava-se “Os limites da industrialização”: “**A industrialização não é um fim em si mesma**, mas é o único meio para obter uma parcela dos benefícios do progresso técnico e de aumentar progressivamente o padrão de vida das massas”.

Tratava-se, portanto, de um marco histórico holístico e incitativo. A respeito desse último ponto, destacou Dosman (2011, p. 282, grifos nossos):

A atratividade do Manifesto residia em uma dupla força: oferecia um diagnóstico poderoso [o da Deterioração dos Termos de Troca somada ao baixo coeficiente de importação norte-americano] e prometia uma saída [conciliatória] para o dilema dos países agrícolas [a industrialização]. [...] **Tratava-se de uma receita de mudança não revolucionária e não comunista** que os governos da região podiam aplaudir independente da orientação ideológica de cada um.

Para autores como Braga (2008) e Bielschowsky (2000), o trabalho de Prebisch desenvolvido dentro da Cepal produziu o arcabouço analítico dos problemas latino-americanos dando o pontapé na agenda de pesquisa econômica de toda a década de 1950 não só na América Latina como também no Sul Global. A partir da constatação feita pela ONU – sobre a deterioração dos termos de troca – produziu-se uma reflexão empírica dos principais problemas latinoamericanos, enquanto periferia girando em torno da órbita de poder norte-americana e propôs-se a instrumentalização da industrialização como uma nova realidade a ser perseguida pela América Latina e pelas periferias no pós-guerra.

Para Braga (2008) e Ruiz (2012), as proposições elaboradas por esse economista foram exitosas, na medida em que conseguiram fazer uma boa leitura dos condicionantes presentes na economia mundial durante os anos cinquenta. No âmbito sistêmico, o início da reestruturação das economias europeias centrais, logo depois da Segunda Guerra Mundial, fazia ilusória qualquer política de promoção imediata das exportações de



manufaturas europeias para as periferias (RUIZ, 2012). Além disso, no âmbito regional, o tradicional modelo primário-exportador - que adequou perfeitamente à realidade do comércio internacional no período que antecedeu a primeira guerra mundial – não podia mais ser tomado como referência para os países latino-americanos no novo contexto pós-1945 (BRAGA, 2008). Deste modo, conforme destacou Ruiz (2012, p. 42, tradução nossa):

Entendia-se que a industrialização por substituição de importação ajudaria a resolver o problema da baixa elasticidade de preço da oferta exportável da periferia, ao permitir-lhe auto abastecer-se de certos produtos industriais, evitando um aumento na oferta de suas exportações tradicionais para obter maiores quantidades de bens industriais e diminuir a pressão sobre os preços de suas importações.

Ainda em 1949, Prebisch reapresentou essas mesmas ideias, todavia com pequenas modificações na parte conceitual, no “Estudo econômico da América Latina, 1949”. Esse foi o primeiro documento destinado a realizar um balanço das tendências econômicas dos principais países latino-americanos (BIELSCHOWSKY, 2000). O objetivo de Prebisch, nesse novo estudo, era fazer um exame teórico mais aprofundado a respeito da já apresentada tendência de deterioração dos termos de troca e debruçar-se sobre a propagação do progresso técnico com a finalidade de melhor compreender a índole e de desfazer algumas dúvidas que costumavam aparecer a respeito do desenvolvimento econômico.

O autor concluiu que esse é um fenômeno essencialmente dinâmico. E procurou demonstrar que, em última instância, o mesmo pode ser explicado pela relativa lentidão com que o desenvolvimento industrial do mundo absorve o excedente real ou potencial da população ativa dedicada às atividades primárias (BIELSCHOWSKY, 2000). Nas palavras de Prebisch:

O progresso técnico, como sabemos, tende a fazer com que se reduza a população empregada na produção primária. Mas essa diminuição tem-se efetuado, historicamente, com grande lentidão; enquanto isso, surge na técnica produtiva outras inovações que impõem a necessidade de novos reajustes na distribuição da população empregada. Assim, em geral, há uma relativa abundância de potencial humano nas atividades primárias, que tende a pressionar continuamente os salários e os preços dos produtos primários e que, com isso, impede a periferia de compartilhar com os centros industrializados o fruto do progresso técnico obtido por estes. Mais ainda, impede essa periferia de conservar uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico (BIELSCHOWSKY, p 142-143).

Já consagrado na metade do século XX, o economista argentino redigiu os cinco capítulos introdutórios do “Estudo Econômico da América Latina, 1950”, o qual posteriormente ganhou o nome de “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico” (BIELSCHOWSKY, 2000). Enquanto no estudo anterior constataram-se algumas proposições teóricas, nesse segundo, Prebisch propôs-se a discutir, com maior



propriedade, os efeitos dessa formulação na política do desenvolvimento (CEPAL, 2000). Nele, o autor tratou dos efeitos do progresso técnico da periferia sobre a demanda de importações e voltou a reafirmar realidades fáticas da época como: a inflação, a escassez de capital, a baixa produtividade e a má alocação dos fatores de produção.

Conforme afirmou Bielschowsky (2000), nesse conjunto de documentos introdutórios já havia todos os elementos que passariam a figurar como referência intelectual e analítica para os desenvolvimentistas latino-americanos e das demais periferias do mundo ao longo de toda a década de 1950. Tal como foi sistematizado por Braga (2008), esses trabalhos advogaram pela industrialização das periferias baseada, além da ideia associada à indústria nascente, em três outros argumentos: (a) Uma evidência empírica em torno de uma deterioração conjuntural dos termos de troca (maléfica aos países produtores de matérias-primas e bens primários); (b) Uma formulação teórica instrumentalizada para explicar essa deterioração; (c) A percepção conjuntural acerca da necessidade de tomar-se uma decisão estratégica no importante momento em que se consolidava um novo modelo nas relações econômicas e políticas internacionais.

De acordo com Bielschowsky (2000), tais argumentações reafirmavam e representavam, sobretudo, três coisas: (1) Primeiramente, argumentava que a industrialização espontânea em curso tinha significado ímpar na história econômica das periferias, pois demonstrava a possibilidade de captação, pela região subdesenvolvida latino-americana, dos frutos do progresso técnico mundial (até então restrita aos países centrais); (2) em segundo lugar, expunha os elementos da matriz analítica do estruturalismo cepalino⁸, levando em conta: a análise da inserção internacional das economias periféricas, a vulnerabilidade externa, além das condições problemáticas e das tendências “perversas” com as quais se processava internamente o crescimento econômico da periferia latino-americana; (3) e, por último, realizava uma incursão introdutória na temática da intervenção estatal, baseada na tese de que as forças de

⁸ É importante reiterar (já que poucos atualmente fazem esta distinção) que existe uma diferença entre a visão Centro-Periferia de Prebisch e o estruturalismo de meados do século XX. De acordo com Pérez Caldentey, Sunkel e Torres (2012, p.6), esta primeira perspectiva “se trata de um método que caracteriza estruturas socioeconômicas internas e as inter-relacionam de maneira sinérgica para explicar o progresso em um polo da economia mundial e o atraso ou estancamento em outro polo”. Ela é “essencialmente sincrônica: assinalava uma descontinuidade estrutural no sistema capitalista geradora de dinâmicas distintas nos segmentos central e periférico. [Prebisch] Quando comparava o comportamento do sistema na época em que o centro principal era a Grã-Bretanha com o da época em que esse centro passou a ser os Estados Unidos, ele se limitava a fazer a interface dos dois cortes sincrônicos [sem se importar, em primeira instância, com a análise em perspectiva histórica]” (FURTADO, 1985, p. 67). A partir da incorporação de aportes historicistas de outros pensadores, sobretudo de Furtado e Aníbal Pinto, este enfoque sincrônico foi se tornando diacrônico. “Desta fusão entre o conceito centro-periferia e a análise histórica surgiu o método histórico estrutural, que é a metodologia que a Cepal tem empregado recorrentemente ao longo de sua trajetória de produção intelectual. Segundo Bielschowsky (2010 apud PÉREZ CALDENTEY, SUNKEL, TORRES, 2012, p.6), se trata de um método “dedicado ao exame das especificidades produtivas, sociais, institucionais e de inserção internacional dos países da América Latina e o Caribe, em seu caráter de ‘periféricos’, examinadas em contraposição às características das economias ‘centrais’, e observadas a partir de uma perspectiva prioritária de sua transformação a médio e longo prazo”.



mercado não seriam capazes de resolver (espontaneamente) o problema da má distribuição do progresso técnico e deterioração (BIELSCHOWSKY, 2000).

Deste modo, os debates da Cepal sobre desenvolvimento, industrialização e seus corolários teóricos dentro e fora da América Latina conferiram o primeiro decênio de funcionamento da Comissão como sendo a “Década de Ouro”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na “década de ouro” – a partir da constatação empírica da tendência de deterioração dos termos de troca – a Cepal produziu uma leitura histórico-estruturalista da relação centro-periferia no sistema mundial, refletindo sobre: (a) a inserção internacional da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho (DIT); (b) a respeito dos condicionantes estruturais internos; (c) e das possibilidades da ação estatal servir de catalisador para o desenvolvimento econômico da região (BIELSCHOWSKY, 2000; CARDOSO, 1977).

Os estudos dessa Comissão, sobretudo a partir de Prebisch, defenderam a saída de um modelo de desenvolvimento primário exportador rumo à um processo de Industrialização por Substituição de Importação endógeno – surgido das restrições do comércio exterior e em corolário a uma política externa de ajuda norte-americana desfavorável para a América Latina. Visou-se repetir aceleradamente, guardada as condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos (TAVARES, 2000).

Em mais de meio século, essa Instituição foi a principal fonte mundial de informação e análise sobre a realidade socioeconômica latino-americana. Em um balanço geral é possível identificar quatro traços analíticos em todo esse período. Conforme sistematizou Bielschowsky (2000), as forças motrizes que regeram o pensamento da Cepal foram o *método* em conjunto com uma tríade de escalas de análise referentes: (1) À *inserção internacional da América Latina* no âmbito da economia e comércio mundial; (2) Aos *condicionantes estruturais internos econômico e sociais* latino-americanos (relacionados aos problemas de: crescimento e o progresso técnico, poupança, emprego e distribuição de renda); (3) As necessidades e possibilidade da *ação estatal*.

A partir do método *histórico-estruturalista* o pensamento cepalino encarou o subdesenvolvimento como algo, simultaneamente, histórico-estrutural marcado por um sistema em que dois pólos antagônicos coexistem e determinam-se mutuamente (MOURA, 1990). E a partir disso, construiu a reflexão de que o caminho para o desenvolvimento econômico não poderia ser pensado como algo linear e executável em etapas, tal como afirmaram teorias a-históricas da modernização como a de Rostow, Buchanan, Baldwin, Kindleberger, Adelman, Lewis e Rodan. Ele seria peculiar, histórico e específico em cada continente.

Ademais, todas estas três escalas de análises – internacional, regional e estatal – conjugadas com o método estruturalista foram fundamentais para a emergência de um



pensamento endógeno e autônomo sobre a região sobretudo no seu primeiro decênio (isto é, no recorte temporal considerado por Mallorquín (2012) como sendo a “década de ouro”). Cada nível fomentou uma gama de reflexões e diagnósticos sobre os principais dilemas da América Latina.

Em síntese, a análise da *inserção internacional* teve como enfoque o estudo da deterioração dos termos de intercâmbio. Ela constatou a tendência de desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos e prescreveu a integração econômica regional como forma de amenizar a força dos gargalos externos atuantes na América Latina (BIELSCHOWSKY, 2000).

Por sua vez, a escala da análise dos *condicionantes estruturais internos econômicos e sociais* advogou pelo processo de industrialização por substituição de importação (que já vinha sendo efetivado por alguns países latino-americanos) ao constatar empiricamente as duas tendências causadas pela especialização primária/agroexportadora regional: a inflação galopante e o desemprego crescente (BIELSCHOWSKY, 2000).

Nesse mesmo recorte temporal, a escala de análise direcionada à *ação estatal* buscou compreender bem como conduzir racionalmente a industrialização como forma de amenizar os condicionantes externos do mercado mundial e atenuar os estrangulamentos internos das economias latino-americanas (BIELSCHOWSKY, 2000).

Portanto, em síntese, de 1948 até aproximadamente 1960, as ideias centrais da CEPAL giraram em torno da industrialização e cada escala de análise produziu reflexões específicas a partir disso. O resultado desse processo foi o fortalecimento das relações Sul-Sul, em especial na América Latina, numa relação mutualística entre as ideias da Comissão e as práticas dos governantes regionais, bem como com a conjuntura da época. Com erros e acertos, o projeto da Cepal coadunava com o método histórico-estruturalista.

A partir da década de 1990, quando a Comissão advogou pelo “regionalismo aberto”, no marco do neoestruturalismo e no contexto de crescimento da pauta neoliberal, acabou perdendo forças. As *práticas* dos governantes latino-americanos caminharam em sentidos opostos às ideias da Comissão, fazendo com que a sua defesa à integração se tornasse muito mais declarativa. Obviamente isso se deve às influências do contexto regional, às mudanças no triângulo “centro, semiperiferia e periferia”, assim como à própria configuração da ordem internacional no ano de 2021. Mas, mesmo assim, carecem os debates: será vamos ter, ao menos, a década de bronze da instituição? Onde se encontra aquela força, analítica e teórica, da década de 1950 na atual conjuntura?



REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha.** In: Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 13-68, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decenio 1998-2008. Siglo Veintiuno, 2010. BRAGA, Márcio Bobik. Raul Prebisch e o Livre Comércio: as origens do pensamento econômico estruturalista. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 7, n. 13, p. 76-99, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. La originalidad de la copia: la CEPAL y la idea de desarrollo. **Revista de la CEPAL**, v. 4, n. 7, p. 40, 1977.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**, v.2, 2002.

DALIO, Danilo José. Integração econômica na América Latina: a CEPAL e a construção de uma consciência integracionista. In: **Encontro da Pós da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica**, 2016. p. 1 - 35. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/uploads/Textos Encontro Pós ABPHE 2016/Danilo_Dalio.pdf>. Acesso em: 15 fev 2021.

ESCOBAR, Arturo; ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo.** Editorial Norma, 1998.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GILPIN, Robert; GILPIN, Jean M. **A economia política das relações internacionais.** UnB, 2002.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações internacionais: teoria e prática.** Editora Campus/Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.

HIRST, Mônica. O Pragmatismo Impossível: A Política Externa do Governo Vargas (1951-1954). **Cena Internacional**, vol. 05, nº1, jun/2003.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX.** Editora Companhia das Letras, 1995.

MALLORQUÍN, Carlos. La CEPAL y Raúl Prebisch. La década de oro: 1950. **Integración Latinoamericana y Caribeña.** Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2012.



MORAIS, Reginaldo C. **Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal.** Editora Ática, 1995.

MOURA, Gerson. **O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra.** Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990.

PAIKIN, Damián; PERROTTA, Daniela y PORCELLI, Emanuel Pensamiento latinoamericano para la integración. **Crítica y Emancipación**, (15): 49-80, primer semestre de 2016.

PÉREZ CALDENTEY, E.; SUNKEL, O.; TORRES OLIVOS, M. Raúl Prebisch (1901-1986). **Un recorrido por las etapas de su pensamiento sobre el desarrollo económico.** Santiago de Chile: CEPAL, 2012.

PINO, Bruno Ayllón. Evolução histórica da cooperação sul-sul (CSS). **Repensando Cooperação Internacional**, p. 57, 2014.

PREBISCH, Raúl. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas** = The economic development of Latin America and its principal problems. Santiago: NU. CEPAL, 1949a. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/30088?show=full>. Acesso em: 13 jan. 2021.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. Revista brasileira de economia, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949b. FURTADO, Celso. **A fantasia organizada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PUNTIGLIANO, Andrés. De CEPAL a ALALC: tres vertientes del pensamiento regionalista en Latinoamérica. José Briceño Ruiz, Andrés Rivarola Puntigliano & Angel Casas-Gragea (comp.). **Integración Latinoamericana y Caribeña. Política y Economía. Política y Economía**, Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, p. 846-864, 2012.

REIS, Oswaldo Dehon R. As três gerações do Regionalismo Político. **Working paper, Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI).** Brasília, 2007.

RUIZ, José Briceño. Autonomía y desarrollo en el pensamiento integracionista latinoamericano. In: Briceño Ruiz J.; Rivarola Puntigliano A., Casas Gragea AM (eds.) **Integración Latinoamericana y Caribeña. Política y Economía**, Fondo de Cultura Económica, Madrid, 2012.

SADER, Emir; JINKINGS, I. Enciclopedia contemporânea de América Latina. **Boitempo Editorial, Rio de Janeiro**, 2006.





SOUZA, André de Mello et al. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento.** 2014.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. **IN: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-** Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 217-237, 2000.

*Recebido em 16/02/2021
Aprovado em 27/08/2021*





DIMENSÕES PSICOLÓGICAS DO DESENVOLVIMENTO

PSYCHOLOGICAL DIMENSIONS OF DEVELOPMENT

Eduardo de Pintor¹
Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor²
Cristiano Stamm³

RESUMO:

O objetivo deste estudo foi desenvolver um instrumento que possibilite a mensuração dos atributos comportamentais que possam contribuir positiva ou negativamente com o desenvolvimento local. Para isto foi desenvolvido um questionário composto de dezesseis perguntas que buscam avaliar 34 dos comportamentos apontados por Sorensen (2010) como comportamentos que afetam o desenvolvimento de uma região. Após finalizado o questionário, entende-se que quanto mais respostas das questões elaboradas forem classificadas como atributos positivos, maior será capacidade de ação dos agentes em prol de atitudes que auxiliem no processo de desenvolvimento local de uma determinada região, evidenciando um processo de mudança de comportamento e mental.

Palavras-chave: desenvolvimento; atributos; dimensões.

ABSTRACT:

The objective of this study was to develop an instrument that allows the measurement of behavioral attributes that may contribute positively or negatively to local development. For this purpose, a questionnaire was developed consisting of sixteen questions that aim to evaluate 34 of the behaviors pointed out by Sorensen (2010) as behaviors that affect the development of a region. After completing the questionnaire, it is understood that the more responses of the questions elaborated are classified as positive attributes, the greater will be the agents' ability to act in favor of attitudes that aid in the local development process of a certain region, evidencing a process of change of behavior and mental.

Keywords: development; attributes; dimensions.

¹ Professor e Economista na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo). E-mail: eduardo.pintor@unila.edu.br

² Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutora e mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo). E-mail: geisiane.pintor@unila.edu.br

³ Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo). Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS). E-mail: stamm_br@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento de uma região é complexo e depende de diversos fatores, dentre eles o capital humano, a capacidade de organização social da região, o empoderamento das comunidades locais e capacidades mentais dos indivíduos.

A inclusão da análise de como fatores psicológicos do comportamento humano pode possibilitar uma nova perspectiva analítica para abordagens do desenvolvimento econômico regional. Neste sentido, Sorensen (2010) identifica 41 atributos comportamentais que podem ser tanto positivos quanto negativos para o desenvolvimento local. Os comportamentos são agrupados em quatro categorias: orientação futura, ação preferível, base de conhecimento e relações interpessoais.

Assim, este estudo tem como objetivo desenvolver um instrumento para possibilite identificar a presença de alguns comportamentos que possam influenciar o desenvolvimento, de acordo com as categorias elaboradas por Sorensen (2010), levando em consideração a discussão do processo de desenvolvimento local como uma mudança mental.

Para tanto, este artigo está dividido em quatro seções, incluindo a presente introdução. A segunda seção apresenta as discussões sobre o desenvolvimento regional endógeno e sobre as dimensões psicológicas do desenvolvimento. A terceira seção expõe o instrumento desenvolvido para aferir os comportamentos dos indivíduos que são relacionados positivamente e negativamente com o desenvolvimento. Por fim, considerações finais encerram este estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO

A teoria do desenvolvimento regional endógeno surgiu com as mudanças nas teorias de desenvolvimento regional nas últimas décadas. Essas transformações foram ocasionadas pela crise e declínio de regiões tradicionalmente industriais e pelo surgimento de regiões com novos paradigmas industriais. O conceito de endogenia unifica os termos desenvolvimento local, desenvolvimento regional e desenvolvimento territorial (PIACENTI, 2009). Assim, o desenvolvimento endógeno:

[...] pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL FILHO, 1996, p. 37-38).

Neste modelo, o desenvolvimento baseia-se nos próprios atores locais e não mais no planejamento centralizado. O desenvolvimento ocorre “de baixo para cima”, começando pelas potencialidades socioeconômicas do local. Assim, um dos pressupostos da teoria do desenvolvimento endógeno é o protagonismo dos atores locais (AMARAL FILHO, 1996; PIACENTI, 2009). Segundo Oliveira e Lima (2003, p. 31), “pensar em desenvolvimento



regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”.

A teoria endogenista identificou os fatores de produção decisivos que eram determinados dentro da região, como capital social, capital humano, conhecimento, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e informação. As regiões que possuem tais fatores ou que possam desenvolvê-los têm mais condições de alcançar um desenvolvimento acelerado e equilibrado (PIACENTI, 2009).

A teoria enfatiza a importância do conhecimento, considerado como um fator de produção separado, e do investimento na criação de conhecimento e em P&D. Neste contexto, as pessoas qualificadas são indispensáveis, seja, por exemplo, para descobrir novos conhecimentos, inventar novos produtos e processos tecnológicos, ou para operar equipamentos mais complexos. “O capital humano e as habilidades de um país ou região determinam o seu crescimento econômico no longo prazo e suas chances de transformar este crescimento em processos de desenvolvimento” (HADDAD, 2004, p.10).

De acordo com a teoria do desenvolvimento regional endógeno, a localização e a implantação de novas atividades econômicas podem aumentar a produção, a renda, o emprego e a base tributável de um município, estado ou região em um ritmo superior ao crescimento populacional. Entretanto, tal expansão pode ocorrer sem que haja desenvolvimento econômico e social (HADDAD, 2004).

O aumento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e da renda regional indicam que a área na qual as novas atividades estão instaladas passa por um período favorável na trajetória de seu crescimento econômico. Se a taxa de crescimento do PIB e da renda *per capita* continuar positiva e elevada por um longo período, a região encontrou uma alternativa de aumento sustentado de sua economia (HADDAD, 2004).

O crescimento econômico da região depende diretamente dos recursos nacionais, públicos ou privados, que ela é capaz de captar e do impacto das políticas macroeconômicas e setoriais. Tais políticas podem tanto criar condições que estimulam o crescimento de uma região quanto gerar condições que freiam o mesmo (BOISIER, 1992).

Já o desenvolvimento de uma região é mais complexo e qualitativamente diferente do crescimento. Ele depende da capacidade de organização social e política da região, que está associada ao aumento da autonomia regional para tomada de decisões, expansão da capacidade de reter e reinvestir o excedente econômico decorrente do crescimento regional, à crescente inclusão social e à preservação e conservação permanente do ecossistema regional (BOISIER, 1992; HADDAD, 2004).

A capacidade de organização social da região é um fator endógeno e constitui um elemento crucial para transformar o crescimento em desenvolvimento, por meio de instituições e agentes do desenvolvimento, que estão articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional (BOISIER, 1992; HADDAD, 2004).

O potencial endógeno de uma região inclui, dentre outros fatores, os aspectos populacionais, os recursos físicos e ecológicos, a estrutura urbana e o capital acumulado. Estes elementos também configuram o potencial de inovação e adaptação regional (BOISIER, 1992).

Boisier (1999) discute sobre os modelos reais e mentais do desenvolvimento regional. Ele aponta três principais processos no qual foram embasados os chamados modelos reais na América Latina, a saber: primeiro na regionalização do País, segundo descentralização do sistema de decisão público e privado, e terceiro o desenvolvimento das regiões, de forma descentralizada. Apesar da maneira que foi pensado o processo de



desenvolvimento na América Latina, o desenrolar dele não se consolidou da forma como planejado, solidificando-se mais como uma função administrativa do que de forma efetiva. Sendo este fato relacionado a amplitude dos conceitos sobre os quais se apoia a ideia teórica, como o conceito de “região e território”.

Inicialmente estes conceitos eram ligados apenas a dimensão econômica do desenvolvimento o que acabou por constituir-se em um limitante. Também se observou que o conceito de região, por exemplo, estava mais ligado a construção mental de seu significado para um determinado grupo de indivíduos, do que o expresso arbitrariamente, como por exemplo, uma “região” delimitada de forma administrativa. Logo, o que se configura como uma região perpassa o campo do real (tangível) podendo estar no campo virtual (pós-moderno) (BOISIER, 1999).

Assim, apesar do esforço realizado na América Latina para elevar os níveis de desenvolvimento das Nações, além das barreiras físicas existentes, identificou-se também umas barreiras mentais. Para executar determinado processo que possua certo grau de complexidade, a etapa inicial consiste na formulação de uma ideia ou modelo mental no qual a execução será embasada. O mesmo ocorre com o processo de desenvolvimento econômico local (BOISIER, 1999).

Deste modo, Boisier (1999) levanta a hipótese de que existiriam deficiências de natureza cognitivas consideráveis, sendo isto, um limitante para que seja possível construir modelos mentais de desenvolvimento regional pensados para resultar em uma ação social eficiente na América Latina. Bem como, também se entende que processo de desenvolvimento regional está amplamente apoiado nas capacidades mentais dos indivíduos e partilha do mesmo projeto ou modelo mental a ser executado. Portanto, acredita-se que o desenvolvimento regional é multidimensional, sendo necessário aprofundar os estudos no âmbito cognitivo e psicossomático.

2.2 DIMENSÕES PSICOLÓGICAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento regional ocorre de várias formas. Uma delas consiste no empoderamento das comunidades locais, de modo a controlarem seu próprio destino. As economias locais devem tornar-se autossuficientes e altamente adaptáveis para criar empregos com boa remuneração e intelectualmente ou socialmente satisfatórios para manter a população e os serviços no local (SORENSEN, 2010).

O debate sobre os fatores psicológicos do comportamento humano pode abrir uma gama de novas possibilidades para análise do desenvolvimento econômico regional. Possibilitando assim uma nova ótica para as abordagens menos tradicionais do desenvolvimento econômico regional como a abordagem endógena. A final os [...] “*Economic systems are not mechanistic like the universe, but operate more akin to wicked problems and social messes, in which human psychology and behaviours can assume great importance*” (SORENSEN, 2010, p. 85).

Tanto é que a teoria microeconômica clássica vem sendo questionada sobre sua representatividade da realidade, principalmente sobre questões relativas ao comportamento do consumidor. Thaler (1985) apresenta uma teoria alternativa ao *mainstream* microeconômico questionando um ponto central da teoria do consumidor clássica. Em sua crítica argumenta que a maximização das curvas de utilidade da teoria do consumidor não ocorre apenas via preço, mas também por fatores psicológicos contidos na escolha dos indivíduos.



Neste caso, a função utilidade não é representada estritamente preço, mas por uma junção de dois tipos de utilidade, denominadas *acquisition utility* e *transaction utility*. A primeira está ligada diretamente ao preço recebido ou pago por determinado produto. Já a segunda depende estritamente dos méritos percebidos no acordo da transação econômica. Isto foi realizado para incorporar os aspectos psicológicos da compra ao modelo. Sendo que a medida de utilidade vai além de maximização da quantidade, sendo considerada a felicidade como satisfação do indivíduo (THALER, 1985).

Este é apenas um dos conceitos trazidos pelo autor para incorporar os elementos psicológicos à teoria do consumidor. No geral, *“the theory presented here represents a hybrid of economics and psychology that has heretofore seen little attention”* (THALER, 1985, p. 214). Decorrido três décadas, percebe-se que a área da psicologia ainda não está sendo tão utilizada a fim de complementar à teoria econômica.

No mesmo sentido, Kahneman e Tversky (1979) também discorreram sobre a dificuldade da teoria microeconômica sobre a escolha do consumidor em abranger questões psicológicas presentes na escolha dos indivíduos. Eles constataram que dependendo do risco envolvido em certa transação, os indivíduos modificam suas preferências dependendo do resultado, por exemplo, quanto maior for a probabilidade de ganho em certa transação menos os indivíduos estariam dispostos a arriscar escolhendo o resultado que possua maiores garantias, mesmo que o resultado escolhido apresente uma utilidade esperada inferior ao preterido.

No que diz respeito ao desenvolvimento regional, Sorensen (2010) em seu artigo *The psychology of regional development*, identifica 41 comportamentos que podem ser tanto positivos quanto negativos para o desenvolvimento econômico local e bem-estar. Os comportamentos são agrupados nas seguintes categorias: orientação futura, ação preferível, base de conhecimento e relações interpessoais.

Em relação à categoria orientação futura, Sorensen (2010) afirma que os agentes que lideram o desenvolvimento regional precisam ter visão, otimismo e confiança, além de serem inventivos. Já a categoria ação preferível abrange 16 comportamentos que orientam ações que contribuem para alcançar bons resultados de forma rápida, eficiente e efetiva.

O conhecimento é essencial para a realização das ações. Entretanto, além de ideias e informação, para o autor, os protagonistas regionais devem desenvolver rotineiramente capacidade de avaliação crítica de modo a, por exemplo, diferenciar o conhecimento bom do ruim e conceber futuras trajetórias de desenvolvimento prováveis.

Os atores locais não trabalham de forma isolada. O progresso local refletirá as relações interpessoais de seus participantes ao longo do tempo, ou seja, sua capacidade de trabalhar conjunta e propositalmente (SORENSEN, 2010). O Quadro 1 apresenta os aspectos comportamentais identificados pelo autor.

Sorensen (2010) destaca que os dois polos, positivo e negativo, não são absolutos, pois estão sujeitos à interpretação. O autor exemplifica que abordagens conservadoras, tradicionais e cautelosas podem ser benéficas especialmente sob condições complexas e turbulentas. Para ele, na prática, a maioria dos atores apresentam comportamentos entre os dois polos.



Quadro 1: Tipologia de comportamentos

	Positivo		Negativo
Orientação futura			
1	Pensamento futuro		Preso no passado
2	Otimista		Pessimista
3	Inventivo		Estável
4	Confiante		Tímido
Ação preferível			
5	Empreendedor		Não empreendedor
6	Liderança		Seguidor
7	Aceita riscos		Averso ao risco, aversão à perda
8	Estratégico		Fragmentário
9	Radical		Conservador
10	Energético		Preguiçoso
11	Pragmático		Dogmático
12	Realismo		Pensamento ilusório
13	Razão		Emoção
14	Eficiente		Desperdício
15	Disciplinado		Impetuoso
16	Assertivo		Resignado, fatalista
17	Competitivo		Passivo
18	Ambicioso		Desmotivado
19	Criativo		Imitativo
20	Original		Tradicional
Base de conhecimento			
21	Amplo		Limitado
22	Integrado		Desconectado
23	Autoritativo		Banal, estúpido
24	Receptivo		Fechado
25	Reflexivo		Tacanho
26	Engenhoso		Sem imaginação
27	Imaginativo		Maçante, chato
Relações interpessoais			
28	Cooperativo, colaborativo		Isolacionista
29	Democrático		Autoritário
30	Gracioso		Grosseiro
31	Informal		Informal
32	Acessível		Inacessível
33	Respeitoso		Desrespeitoso
34	Empático		Desdenhoso
35	Aberto		Enganador
36	Reservado		Inclinado a fofocar
37	Ordenado		Amorfo
38	Autocontrolado		Anárquico
39	Não agressivo		Combativo
40	Vontade de contestar		Aquiescência
41	Autossuficiente		Dependente do bem-estar

Fonte: Sorensen, 2010, p. 89. Tradução nossa.

3 AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO

A fim de propor um instrumento que possa ser utilizado para verificar se os indivíduos apresentam comportamentos que, de acordo com por Sorensen (2010), podem ser



tanto positivos quanto negativos para o desenvolvimento local foi elaborado um questionário com perguntas relacionadas às quatro dimensões apresentadas pelo autor.

O questionário consiste em “[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 184).

A utilização de questionários como técnica de coleta de dados apresenta vantagens e desvantagens. Algumas delas são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Vantagens e desvantagens da utilização de questionários como coleta de dados

Vantagens	Desvantagens
Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados; Atinge maior número de pessoas simultaneamente; Abrange uma área geográfica mais ampla; Economiza pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo; Obtém respostas mais rápidas e mais precisas; Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato; Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas; Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador; Há mais tempo para responder e em hora mais favorável; Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento; Obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.	Porcentagem pequena dos questionários que voltam; Grande número de perguntas sem resposta; Não pode ser aplicado a pessoas analfabetas; Impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas; A dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente; Na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las, pode uma questão influenciar a outra; A devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização; O desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos torna difícil o controle e a verificação; Nem sempre é o escolhido quem responde o questionário, invalidando, portanto, as questões; Exige um universo mais homogêneo.

Fonte: MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 184-185.

Deste modo, foram elaboradas dezesseis questões com o objetivo de identificar comportamentos que afetem positivamente e negativamente o desenvolvimento local. A distribuição das questões, segundo as dimensões, foi realizada da seguinte forma: duas questões relacionadas à dimensão “orientação futura”; cinco questões associadas à dimensão “ação preferível”; três questões referentes à dimensão “base de conhecimento”; e seis questões sobre a dimensão “relações interpessoais”.

3.1 QUESTÕES RELACIONADAS À DIMENSÃO “ORIENTAÇÃO FUTURA”

As questões 1 e 2 estão relacionadas à dimensão orientação futura.

Questão 1 - O Sr. N é chefe do Sr. X. Ele tem um problema em sua empresa que deve ser solucionado. O Sr. N solicita alternativas para solução ao Sr. X. Este, por sua vez, apresenta as seguintes opções para resolver o problema:

A) Adoção de um método novo, com adoção de novas tecnologias ainda pouco utilizadas em seu ramo de atividade, mas promissor. Se adotado ele pode dobrar o



lucro da empresa. Contudo, alerta que o método é duas vezes mais arriscado que outros métodos tradicionais;

B) Adoção de um método tradicional, com a utilização de tecnologias já conhecidas e dominadas em seu ramo de atividade. Se adotado ele manterá a taxa de lucro que a empresa possui. Contudo, alerta que o risco associado a esse método está na baixa modernização da empresa.

Qual das duas alternativas você acha mais adequada o Sr. N escolher?

Questão 2 - O Sr. X chega para trabalhar e fica sabendo que o Sr. N (dono da empresa), convidou todos os funcionários a apresentarem suas ideias para reduzir custos da empresa. As melhores ideias serão recompensadas pelo Sr. N, por meio de promoção, bônus em dinheiro, bem como reconhecimento. Para apresentar suas ideias os funcionários terão de:

- 1) Apresentar uma ideia original;
- 2) Explicar sua ideia descrevendo o passo a passo de como implantá-la, quais serão as suas vantagens e enviar ao gabinete do chefe;
- 3) Participar de um debate público, caso a ideia seja selecionada.

Funcionará da seguinte forma: após analisadas as propostas pelo gabinete do chefe, serão selecionadas as cinco melhores para que seja feito um debate convidando todos os funcionários da empresa para assistir. Nesse debate os cinco funcionários selecionados pelas melhores ideias terão de responder e perguntar uns aos outros para defender suas ideias. Após o debate serão anunciados o vencedor e a classificação de cada um.

O Sr. X está pensando se participará ou não. Se fosse você, o que você faria?

- A) Não participaria, pois a empresa anda bem, não há instabilidade no seu emprego e, por isso, não possui motivos para participar;
- B) Não participaria, pois caso selecionado não acha adequado ter que debater a ideias em público;
- C) Não participaria, pois acha difícil que sua ideia seja selecionada;
- D) Participaria, pois acredita que sua ideia poderia ganhar;
- E) Participaria, pois acredita ser uma boa oportunidade.

3.2 QUESTÕES RELACIONADAS À DIMENSÃO “AÇÃO PREFERÍVEL”

As questões 3 a 7 estão relacionadas à dimensão ação preferível.

Questão 3 - Você ganhou um prêmio de uma promoção do Banco Bom Negócio. Você pode receber o prêmio de duas formas, qual você escolhe?

- A) Receber metade do valor em dinheiro para utilizar em qualquer coisa;
- B) Receber o valor inteiro com o compromisso de investir em uma ideia inovadora com alta probabilidade de retorno. Além do dinheiro, o banco também oferece assessoramento ao seu negócio e financiamento.

Questão 4 - O Sr. X e a Sra. Y são casados e tem a meta de pagar o financiamento de sua casa no máximo em 10 anos. A Sra. Y é responsável por investir o dinheiro que eles poupam por mês com a intenção de quitar a casa. Ela vai ao banco, diz o quanto eles poupam por mês e lhe é oferecido as seguintes opções:

- A) Investir em um fundo com uma taxa fixa de retorno e baixo risco. O tempo para quitar a casa será de 10 anos;
- B) Investir em um fundo com uma taxa variável de retorno e médio risco (30% mais arriscado que a opção A). O tempo para quitar a casa será de 7 anos;



C) Investir em um fundo com uma taxa variável de retorno e alto risco (50% mais arriscado que a opção A). O tempo para quitar a casa será de 5 anos;

Na sua opinião, qual seria a melhor alternativa para a Sra. Y?

Questão 5 - - Foi solicitado que você apresente uma solução sobre um problema que está ocorrendo no setor do qual você é o responsável. Após estudar o caso, você achou a solução para o problema apontado. Entretanto, ao investigar o problema você descobriu que este problema afeta outros setores. O que você faz?

A) Apresenta a solução para o seu setor, pois os outros setores não são sua responsabilidade;

B) Apresenta a solução de forma subjetiva, pois não quer ser visto pelos outros responsáveis como aquele que evidencia o problema dos outros setores;

C) Apresenta a solução para o seu setor e avisa os seus superiores que os outros possuem o mesmo problema;

D) Apresenta a solução para o seu setor e recomenda aos superiores aplicar a mesma solução para os outros setores pois ajudará no resultado de toda a empresa.

Questão 6 - O prefeito da cidade K tem um problema com poluição no município que precisa ser resolvido. Ele apresenta um relatório ao especialista Sr. X que é contratado para prover a solução. Após estudo o Sr. X apresenta as alternativas:

A) Uma solução global que resolverá o problema sem gerar outros efeitos negativos. Esta solução exige maior esforço dos envolvidos e somente apresentará resultados no longo prazo;

B) Uma solução global que resolverá o problema mas gera efeitos negativos em outras áreas da cidade. Esta solução também exige esforço e possui resultado mais rápido podendo ser apresentado no ano seguinte, mas será necessário remediar os efeitos negativo no longo prazo;

C) Uma solução imediata pontual que resolve temporariamente o problema. Esta solução exige pouco esforço e resultado em poucos meses. Contudo, resolverá o problema apenas por um ou dois anos.

Qual seria a sua escolha caso fosse o prefeito da cidade K?

Questão 7 - A empresa em que a Sra. V trabalha acabou de lançar uma competição interna entre seus funcionários e o Sra. V está pensando em participar. Ela sabe que a competição vai ser desgastante, mas quem ganhar possivelmente será promovida a gerente da área, pois a empresa tem uma posição de gerência vaga, por isso a disputa vai ser acirrada. Os competidores terão de desenvolver um novo produto diferenciado dos que já existem na região de atuação da empresa. Primeiro a Sra. V tem de decidir se vai competir. O que você faria?

A) Competiria;

B) Não competiria.

Independente da resposta, favor responder a próxima questão:

Qual seria sua estratégia para o produto, dada as alternativas:

A) Elaborar um novo produto diferente dos oferecidos atualmente buscando um produto realmente diferenciado;

B) Melhorar um produto já existente fazendo nele melhorias que o diferencie dos demais já ofertados, transformando o produto atual em um produto novo e melhor;

C) Procura por um bom produto, líder de mercado, ainda não lançado na região em que sua empresa atua. Utilizar ele como modelo de seu novo produto fazendo apenas algumas adaptações.



3.3 QUESTÕES RELACIONADAS À DIMENSÃO “BASE DE CONHECIMENTO”

As questões 8 a 10 estão relacionadas à dimensão base de conhecimento.

Questão 8 - A empresa onde o Sr. X trabalha foi comprada por um grupo multinacional e estão realizando mudanças operacionais nos setores internos e realocação de pessoal. Atualmente o Sr. X é chefe do setor de logística da empresa. A nova administração solicitou a ele uma reestruturação aplicando novas ideias. O setor do Sr. X possui pessoas capacitadas, contudo é necessário sempre melhorar, para tanto ele desenvolveu as seguintes ideias:

A) Focar o treinamento de sua equipe nas funções internas do seu setor com a intenção de torná-las especialistas e afunilar o conhecimento da equipe. E solicitar a divulgação dos seus resultados pela comunicação da empresa mostrando seus resultados;

B) Diversificar o treinamento de sua equipe para além das funções internas com a intenção de ampliar os seus conhecimentos de maneira abrangente. E aumentar a integração do seu setor com os outros setores internos e externos a fim de tornar o setor cada vez mais ágil.

Qual das ideias do Sr. X você considera mais adequada?

Questão 9 - Após formular as duas estratégias o Sr. W está em dúvida se discute com a equipe ou se apresenta uma das estratégias sem discussão. Na sua opinião ele deve:

A) Debater com a equipe antes, mesmo que ele já tenha sua posição forte pode ser que as ideias da equipe talvez a modifiquem;

B) Apresentar sem debater com a equipe, pois ele é o responsável por tomar as decisões no seu setor;

C) Debater com a equipe antes, pois a equipe pode apresentar ideias que melhorem a estratégia a ser entregue;

D) Debater com a equipe antes, pois além da equipe poder melhorar a estratégia este diálogo aberto com a equipe ajuda na confiança que eles depositam no chefe.

Questão 10 - O Sra. G é responsável pelo setor de propaganda da empresa. Atualmente existe uma nova empresa concorrendo contra a dela, mas o produto da firma da Sra. G é o líder de mercado. Para não perder a liderança a empresa solicita uma nova campanha publicitária para a Sra. G. Ela apresenta as seguintes alternativas:

A) Usar a antiga campanha, apenas atualizando-a, pois, esse produto já é líder de mercado;

B) Desenvolver uma campanha nova, modernizando a imagem do produto;

C) Desenvolver uma campanha nova, utilizando novas tecnologias para inserir a propaganda desse produto em outros espaços como as mídias sociais e outros espaços virtuais.

Se você fosse responsável pela liderança da empresa o que você faria?

3.4 QUESTÕES RELACIONADAS À DIMENSÃO “RELAÇÕES INTERPESSOAIS”

As questões 11 a 16 estão relacionadas à dimensão relações interpessoais.

Questão 11 - Na reunião mensal dos chefes dos setores da empresa foi apresentado um problema que está ocorrendo no setor de pagamentos. O Sra. H já passou por uma experiência parecida em outra empresa e acredita que pode ajudar a solucionar o problema.



Contudo, atualmente o Sra. H é chefe do setor de Recursos Humanos, setor que possui muito trabalho, assim ela não tem motivos para intervir em outro setor. O que você acha que o Sra. H deve fazer:

- A) Apresentar sua ideia de solução, mas deixar bem claro que não será a responsável por auxiliar o outro setor na implantação da solução;
- B) Apresentar a sua ideia de solução e oferecer sua ajuda na implantação;
- C) Não intervir, pois não é um problema que afetará o seu setor.

Questão 12 - O Sra. L diretora da empresa apresenta uma ideia para modificar o sistema operacional utilizado na empresa, visando com isso modernizar o sistema, melhorar o desempenho e aumentar o lucro da empresa. Como modificar o sistema é custoso e afeta várias áreas, foi realizado um estudo sobre o novo sistema e apresentado ao conselho consultivo da empresa. Após debate em uma reunião, os membros do conselho consultivo votaram, pois não houve consenso entre eles sobre o tema. O conselho não aprovou a modificação do sistema, foram 8 votos contrários e 7 a favoráveis. Se você fosse a diretora, o que você faria?

- A) Devido a pequena diferença dos votos você modificaria o sistema, pois acredita ser viável comprovando sua ideia;
- B) Implantaria o novo sistema de qualquer forma, pois já havia estudado e ele irá trazer melhorias para a empresa;
- C) Não implantaria, pois mais da metade do conselho desaprovou a implantação.

Questão 13 - Você foi almoçar e depois de esperar por 40 minutos conseguiu uma mesa para sentar e saborear seu almoço. Você está sozinho, mas em sua mesa ainda cabem mais 3 pessoas. Um casal se dirige até sua mesa e pergunta se pode se sentar junto a você, o que você faz?

- A) Apenas diz que não, sem explicar o motivo;
- B) Inventa a desculpa que irão chegar mais pessoas, afastando assim o casal;
- C) Aceita que eles se sentem, mas fica na sua, interagindo o menos possível;
- D) Aceita que eles se sentem, aproveita e se apresenta puxando assunto;
- E) Aceita que eles se sentem, apresenta-se e puxa assunto, pois se solidariza com eles uma vez que esperou 40 min apenas por uma mesa.

Questão 14 - Você trabalha no departamento de assuntos financeiros e vai haver uma reunião geral da empresa para tratar do o planejamento financeiro do próximo ano. Essa reunião é conduzida pelo diretor da área financeira (que não é seu chefe imediato) e está presente todo o conselho diretor da empresa. Nela são apresentados vários relatórios e você percebe uma inconsistência grave no que foi relatado. Ao final da apresentação eles perguntam se alguém tem algo a complementar. O que você faz?

- A) Intervém apontando a inconsistência e chamando a atenção sobre o assunto;
- B) Não intervém, pois seu papel é apenas para prestar esclarecimentos dentro dos assuntos que foi diretamente direcionado a você;
- C) Não intervém, pois não é o responsável pelo erro.

Questão 15 - Você sai atrasado para trabalhar, começa a chover quando chega no trabalho. Você tem de estacionar longe, percebe que não tem guarda-chuva e acaba se molhando até entrar no prédio. Chegando em sua mesa se dá conta que ficou de entregar um relatório para a diretoria, entre outras atividades. Devido à chuva a energia está oscilando e de vez em quando seu computador reinicia. O que você faz?

- A) Realiza suas atividades no seu tempo, afinal de contas se entregar hoje ou amanhã não fará muita diferença;



B) Esquece os imprevistos e foca em terminar o relatório até o final do dia, conforme tinha combinado;

C) Considerando os imprevistos, é justificável entregar o relatório com um pequeno atraso pois os acontecimentos do dia afetam o seu desempenho.

Questão 16 - Você mora com um colega. A garagem da casa de vocês também é usada como depósito. Já faz tempo que vocês vêm jogando os objetos lá e ela está toda bagunçada. Você se incomoda e arruma tudo em um final de semana. Chegando do trabalho na segunda-feira a garagem está a mesma bagunça e você descobre que foi o seu colega que bagunçou. Você diz a ele que ele vai ter de arrumar tudo. Ele responde que você esquentou a cabeça toa e que nem precisa arrumar nada afinal vocês não moram na garagem. O que você faz?

A) Conversa com calma novamente e explica que ele vai ter de arrumar tudo;

B) Fala firmemente para ele que ele vai ter de arrumar por bem ou por mal, ele que escolhe;

C) Vai a garagem arruma as suas coisas e joga as que são deles para fora;

D) Não fala mais nada para ele, arruma tudo na garagem novamente, e depois começa a procurar outro colega para morar junto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi de propor um método que seja efetivo para aferir as dimensões psicológicas do desenvolvimento. Para isto, foram elaboradas 16 questões abrangendo vários dos aspectos comportamentais propostos por Sorensen (2010). A fim de mitigar possíveis problemas estas questões foram testadas previamente.

O referido autor divide as tipologias de comportamentos em quatro categorias, a saber: orientação futura, ação preferível, base de conhecimento e relações interpessoais. Para cada uma destas categorias são especificados atributos, negativos e positivos, que visam evidenciar se o indivíduo possui atitudes pró-desenvolvimento ou não.

Deste modo, as questões abordam estes atributos contidos em cada categoria. As questões 1 e 2 abordam a categoria ação futura. A questão 1, tem como objetivo aferir evidências do atributo pensamento futuro, sendo assim, a alternativa “A” evidência o pensamento futuro do respondente, já a “B” o pensamento preso ao passado.

A questão 2 aborda os atributos inventivo, otimista e confiante. A alternativa “D” evidencia um comportamento otimista, confiante e inventivo, a alternativa “E” afere o comportamento otimista e confiante. Já a “C”, o comportamento pessimista e tímido, a alternativa “B” evidencia o atributo tímido e estável e a alternativa “A” os atributos tímido, estável e pessimista.

As questões 3 a 7 são relativas a dimensão ação preferível. A questão 3 testa o atributo empreendedor ou não empreendedor, sendo que a primeira alternativa (A) revela o atributo não empreendedor e a segunda (B) o empreendedor. Já a questão 4, avalia o atributo de aceita risco ou avesso ao risco, sua primeira alternativa (A) revela aversão ao risco, a segunda alternativa (B) mostra aceitação ao risco moderada e a terceira alternativa (C) exhibe atributo de aceitação ao risco.

A questão 5 revela os atributos estratégico e pragmático, sendo sua primeira alternativa (A) indica atitude pragmática e fragmentada. A segunda alternativa (B) mostra os atributos dogmáticos e fragmentado, já a terceira e quarta alternativa (C e D) revelam um



comportamento estratégico e pragmático, sendo que a quarta revela maior inclinação em relação ao estratégico.

A questão 6 afere sobre os atributos enérgico, eficiente e razão. A primeira alternativa (A) mostra um comportamento enérgico, eficiente e razão, enquanto a segunda (B) demonstra os atributos enérgico, desperdício e razão. Já a terceira alternativa (C) mostra os atributos preguiçoso, desperdício e emoção.

Já a questão 7 evidencia os atributos competitivo, ambicioso, criativo e original. Em sua primeira resposta revela o primeiro atributo na alternativa (A) competitivo e ambicioso e na alternativa (B) desmotivado e passivo. A segunda etapa da pergunta mostra em sua primeira alternativa (A) os atributos criativo e original, a segunda alternativa (B) criativo e tendência ao tradicional e na terceira alternativa (C) imitativo e tradicional.

As questões 8, 9 e 10 são referentes à dimensão base do conhecimento. A questão 8 apresenta os atributos amplo e integrado. Sendo que a sua primeira alternativa (A) refere-se aos atributos limitado e desconectado e a segunda alternativa (B) aos atributos amplo e conectado.

A questão 9 afere os atributos receptivo, reflexivo e autoritativo. Em sua primeira alternativa (A) revela os atributos receptivo, tacanho e banal estúpido, na segunda alternativa (B) os atributos aferidos são: fechado, tacanho e banal estúpido. Já a terceira alternativa (C) mostra os atributos receptivo, reflexivo e banal estúpido. Na quarta alternativa (D) os atributos analisados correspondem à receptivo, reflexivo e autoritativo.

A questão 10 analisa os atributos engenhoso e imaginativo. A primeira alternativa (A) mostra os atributos sem imaginação e maçante. Já a segunda alternativa (B) evidencia o comportamento engenhoso, mas maçante, enquanto a terceira alternativa (C) demonstra os atributos engenhoso e imaginativo.

A análise dos atributos ligados à dimensão relações interpessoais é realizada nas questões 11 a 16. A questão 11 refere-se aos comportamentos colaborativo e cooperativo, sendo que as alternativas (A e B) revelam o atributo colaborativo cooperativo enquanto a alternativa (C) mostra o atributo isolacionista.

A questão 12 relata sobre o atributo democrático. Nesta questão, a primeira e segunda alternativa (A e B) mostram um comportamento autoritário. Já a terceira alternativa (C) evidencia o atributo democrático. Os atributos analisados na questão 13 são: acessível, empático, aberto e gracioso, em sua primeira alternativa (A) os atributos revelados são: inacessível, desdenhoso, enganador e grosseiro. Na alternativa “B” estes atributos mudam para inacessível, desdenhoso, enganador e gracioso. Já na terceira alternativa (C) os atributos revelados são: acessível, desdenhoso, aberto e gracioso, enquanto que na quarta alternativa (D) estes atributos são: acessível, empático, aberto e gracioso.

A questão 14 avalia o atributo vontade de contestar. Em sua primeira alternativa (A) é evidente o comportamento vontade de contestar, do outro lado, as alternativas “B” e “C” indicam o atributo aquiescência. A questão 15 apresenta o comportamento autossuficiente, na qual a segunda alternativa (B) indica o indivíduo autossuficiente e as demais alternativas (A e C) o atributo depende do bem-estar.

A questão 16 é referente aos atributos autocontrolado e não agressivo. Em sua primeira e última alternativa (A e D) o respondente possui os referidos atributos. Já na resposta da segunda alternativa (B) ele revela os atributos autocontrolado e combativo, e na terceira alternativa (C) ele mostra os atributos anárquico e combativo.

Deste modo, foram elaboradas as 16 questões para testar 34 dos 41 atributos elencados no Quadro 1. Sete atributos não foram abordados, pois entendeu-se que já estavam



contidos em outros que foram utilizados, ou não foram considerados pertinentes para evidenciar um comportamento pró desenvolvimento da maneira que eles estão expressos, possuindo um sentido ambíguo.

Portanto, entende-se que quanto mais respostas das questões elaboradas forem classificadas como atributos positivos, maior será capacidade de ação dos agentes em prol de atitudes que auxiliem no processo de desenvolvimento local de uma determinada região. Sendo assim, quanto maior for a quantidade de respostas consideradas positivas ao desenvolvimento local aferidos pelo instrumento, maior será a capacidade dos indivíduos, consequentemente da região de inserção dos indivíduos, de mudança em direção ao desenvolvimento do local, sendo nítida a própria mudança de comportamento e mental dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**, nº 14. Dez. 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129/131>>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- BOISIER, S. **El difícil arte de hacer región**. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos, 1992.
- _____, S. Post-Scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 19, p. 307-343, jun. de 1999.
- HADDAD, P. R. **Texto de referência da palestra sobre cultura local e associativismo**. Seminário do BNDES sobre Arranjos Produtivos Locais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 27/10/2004. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl_texto2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. An Analysis of Decision under Risk. **Econometrica**, v. 47, n. 2, p. 263-292, mar., 1979.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Rev. FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.
- PIACENTI, C. A. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. 2009. 201p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2009.
- SORENSEN, T. The psychology of regional development. **Australasian Journal of Regional Studies**, v. 16, n. 1, p. 85-98, 2010.



THALER, R. Mental accounting and consumer choice. **Marketing science**, v. 4, n. 3, p. 199-214, 1985.

Recebido em 31/07/2021

Aprovado em 27/08/2021



FOOD, TERRITORY, AND DECOLONIZATION: A PROFILE OF THE SLOW FOOD MOVEMENT

ALIMENTO, TERRITÓRIO E DESCOLONIZAÇÃO: UM PERFIL DO MOVIMENTO *SLOW FOOD*

Juçara Elza Hennerich¹

Clério Plein²

Luciana Oliveira de Fariña³

ABSTRACT:

The purpose of this article is to propose a reflection on the centrality of food and its bias in relation to territoriality as a path towards decolonization, for this purpose it uses an overview of the Slow Food movement, based on its main principles and actions for the valorization of the place and ways of doing and living. The study bases the triad: food, territory and decolonization and discusses the possibility of it forming a basis in the construction of relations of thought and actions capable of converging in processes of development and decolonization. The Slow Food movement, in addition to permeating the concepts of territoriality and decolonization, adds an element of contemporaneity between the “worlds” of the local and the market in a challenge to build a globalized reality, but based on the pluriversal, diversity and uniqueness as element of wealth, protagonism and foundation for integral development.

Keywords: Territoriality. Colonization. Food production. Diversity.

RESUMO:

O objetivo deste artigo é propor uma reflexão sobre a centralidade do alimento e seu viés de relação com a territorialidade como percurso para a descolonização, para tal utiliza uma visão geral do movimento *Slow Food*, com base em seus princípios e ações principais de valorização do local e dos modos de fazer e viver. O estudo fundamenta a tríade: alimento, território e descolonização e discute a possibilidade desta, formar uma base na construção de relações de pensamento e ações capazes de convergir em processos de desenvolvimento e descolonização. O movimento *Slow Food*, além de permear os conceitos de territorialidade e descolonização acrescenta um elemento de contemporaneidade entre os “mundos” do local e do mercado em um desafio a construção de uma realidade globalizada, mas fundamentada no pluriversal, na diversidade e na unicidade como elemento de riqueza, protagonismo e fundamento para o desenvolvimento integral.

Palavras chave: Territorialidade. Descolonização. *Slow Food*. Alimento.

¹ Graduada em engenharia agrônômica pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2000). Especialista em Espaço, Sociedade e Meio Ambiente, mestre em produção vegetal pela UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste, Doutoranda da Unioeste em Desenvolvimento Rural Sustentável. E-mail: jucaraeh@gmail.com

² Doutor e Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduado em Economia Doméstica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: clerioplein@gmail.com

³ Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Docente do Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável, do Mestrado em Ciências Farmacêuticas e do colegiado de Farmácia da UNIOESTE, Campus de Cascavel. E-mail: luciana.farina@unioeste.br



1. INTRODUCTION

The centrality of food in discussions about locality can be related to the very history of agriculture, humankind's fixation to the territory, as well as the emergence of communities, villages and even social relations. Humans' constant struggle for survival can be guided, from a certain point of view, by food and the movements surrounding it, which are points of cohesion within many analyses and theories. Such thought can be seen in isolation, with food as an element of physiological survival or, in a broader sense, with an agenda that deals with the consequences and objectives of eating.

This kind of analysis opens a range of possible and irremediably involved actors for each added element, placing food at the center of much broader discussions on economics, society, ecosystems and survival itself, which is when an individual action becomes a collective element. From such angle, relating food to the concepts of territory is laterally embedded in this range of factors and elements to be considered in the search for development forms that are not centralized on commodification. These formats lead to new fields of research, involve different actors and organizations, create different rules, promote relational networks, provide shelter and refuge to alternative thoughts, and end up providing new ways of living.

For Saquet (2006), territories - as a concept, beyond the geographic aspect, have as fundamental paradigms their territoriality, which are spaces for building relationships, ways of living, actions and pathways in social and historical aspects. It is where "power relations, circulation and communication networks, and identity" (MUSATTO; SAQUET, 219, p. 76) are the foundations of its characterization.

This and many other concepts were (and still are) being built and improved based on the historical context of humanity and its relations; however, one must single out a period of intensification of this search, based on questions raised after the Green Revolution, its framework of measures and mercantilist ways of producing food.

Questions on this model, concentrated in the 1980s, came from different sectors of society that have been devising alternatives and new ways to reconcile urban living, now dependent on rural living and vice versa. In this period, such environments assumed a certain polarity, sometimes seen as dichotomous spaces.

In building an alternative view, numerous social movements were formed, among which was Slow Food, which emerged in Italy in the 1980s to counter the way of life that distanced food production from its real function of maintaining life, that is, a human way of involving natural resources, connecting this to a social construction process able to drive it forward.

Salviano (2010) states the movement works to value food, with respect to those who produce it in harmony with the environment, in addition to seeking to reproduce knowledge maintained by local traditions. Slow Food has three prerequisites for a quality food item: it must be good, considering its criteria of taste and quality; fair, with a fair price for the producer and final consumer, considering the diverse production processes



and production and consumption relations; and clean, free of pollutants throughout its production chain.

In the last two decades, a broad view on this whole foundation can be seen through the lens of decolonization, which, more than a concept, is a proposition of analysis on what has been colonized in these narrated processes and for how long, historically, and to which depth and scope of sectors are they built.

Therefore, to understand the path proposed by decolonization, one must understand and admit its own colonization and reach in our current life structure. For Walsh (2007), thought and social construction themselves are the result of colonization, in which European values are seen as the best and correct for all the others to follow, listen, seek, aim for and obey. In this perspective, those who were colonized intrinsically understand the superiority of Eurocentric-Western knowledge as “the only rationality capable of ordering the world” (WALSH, 2007, p. 103).

From such concept, the relationship between man and food was also ordered by the colonized “Being”, who values the industrialized and the hegemonic, while producing to meet the rules of commodification and globalization proposed by this Western-European guiding axis.

The Slow Food movement circumvents this reality, proposing the valorization of what is local, as well as the ways of doing and living, and placing food again in this centrality, as something fundamentally within - not outside of - a production and consumption system, as well as the construction of relationships of thought and actions that converge in the development processes.

The reflection proposed here aims to unite the triad: food, territory and decolonization, within the “universe” of relations and foundations of the Slow Food movement.

2. DEVELOPMENT

2.1. Permeability of coloniality

It is important to have a basic understanding that the concept of coloniality is broader than that of colonialism; however, they are interconnected, complementary in their processes, and both can be thought of by their most abrupt marks considering the “European invasions of Abya Yala, Tawantinsuyu and Anahuac, with the formation of the Americas and the Caribbean, and the massive trafficking of enslaved Africans” (OLIVEIRA, 2017, p.2); however, the great navigations of the sixteenth century are still considered to be the starting point of the expansive process of colonization (ASSIS, 2014, p.613).

For Oliveira (2017, p.2), “‘coloniality’ is already a ‘decolonial’ concept, and decolonial projects can be traced from the 16th to the 18th centuries”. This corroborates with Grosfoguel (2008), when affirming that in colonial environments there are internal spaces that are not colonized. One could also argue that these spaces may be fragmented



or still interconnected, in the spheres of colonialism determined by Walsh (2007): of Power, Knowledge, Being and Nature.

To clarify the consequences of, and between colonialism and coloniality, Assis (2014, p.613) affirms that “coloniality transcends the particularities of historical colonialism and does not disappear with independence or decolonization”.

By cutting out the spheres proposed by Walsh (2007), one can visualize the subordinate view of the colonized impregnated in all sectors and spaces of life. Grosfoguel (2008, p.118) compiles this and at the same time expand the concept, calling it “patriarchal/capitalist/colonial/modern world system”. What the author points out in this denomination, in addition to the breadth of coloniality, is the hierarchical process that expands in the ways of life and in the very formation of society; the author states “Nobody escapes the class, sexual, gender hierarchies, spiritual, linguistic, geographical and racial aspects of the patriarchal/capitalist/colonial/modern world-system” (GROSFOGUEL, 2008, p.118).

The hegemonic character of the ways of life preached by the process of colonialism is historically portrayed by Oliveira (2017), citing Armstrong (2002); his argument is that colonialism is reinforced in the transformation of knowledge in the 16th century from the “scientific revolution”, and that it proposed control over the environment and its commercialization. The author adds as a result of this process the “celebratory modernity” and complements the connection of this vision “the rhetoric of salvation and novelty”, however, he concludes that in this process, modernity centers human life itself as a commercial element:

Thus, hidden behind the rhetoric of modernity, economic practices dispensed human lives, and knowledge justified racism and the inferiority of human lives, which were naturally considered expendable (OLIVEIRA, 2017, p.4).

It is this modernity that is dragging on, restructuring and remaining in our current globalized world and life, so centered on mercantilization or on the “colonial power matrix” (GROSFOGUEL, 2008, p.121) and which reproduces its own coloniality in all actions, considering the past, the present and projections of the future.

Within the perspective of coloniality, the territorial component can be seen in Walsh's (2007) statement that globalization tendencies suppress the locality giving flow to universal monoculture. One could also propose that, with wide prospecting when carrying out the exercise proposed by Grosfoguel (2008), who asks us: why do we not see development based on the native and not the Western gaze? Thus, it would be possible to argue that this would shift the way we are subordinate to spirituality, language, capital, concepts of sexuality, and consequently the consumption options indicated by the “colonial power matrix”.

2.2. Territoriality and food in the context of coloniality

Furthering this discussion, we find a fundamental point of convergence between coloniality, territoriality, and food, to which Oliveira (2017) contextualizes:





“Coloniality” involved “nature” and “natural resources” in a complex system of Western cosmology, structured both theologically and secularly. It also fabricated an epistemological system that legitimized its uses of “nature” to generate massive amounts of agricultural “products”, first, and massive amounts of “natural resources” after the Industrial Revolution. The former was still the period of regeneration; with the latter, we entered the recycling period. The industrial and technological revolution also enabled the industrialization of agricultural “products” and the commodification of food and life (OLIVEIRA, 2017, p.8).

The concentrated Green Revolution in Brazil, between the 1960s and 1970s, impregnated food production with the intensive use of mechanization, external inputs, selection techniques for seeds and varieties, heavy use of chemical substances, opening up for increasingly specific and distant markets, assuming homogeneity in the relations of production, consumption and commercialization. The results were reflected in all aspects of life as previously known, whether human or from the ecosystem itself; rural exodus, indebtedness, seizing of land by banking systems, concentration of land, all factors that became constant in rural areas. Pollution, silting up of rivers, contamination and selection of plant and animal species, intoxication of producers and workers also came to figure in the very concept of rural production.

In parallel to this fact is the growing affirmation of eating habits that are by-products of the “power matrix” itself, of the capitalist, mercantilist universe, of life driven by work, for the urban, of fast food, seen in a certain analysis as a substrate for the functionality of a “system gear”, given the value of man as a commodity.

This “cofactor” of the system adapted the territories to produce *commodities*, monocultures destined for the “patriarchal / capitalist / colonial / modern world system” that processes the raw material and normally returns the by-products of the process as well as its version of how to consume them.

This form of rural production added to the “field” productivity, of soy, corn, milk, meat, among many other products and to the table added refined oil, long life milk and canned vegetables, even at the table of farmers, who started to appear as gears of the capital market.

Machado *et al.* (2016, p. 507) reinforce that food as a commodity was definitively validated, starting from the second world war, with the statements of insufficient food in different parts of the world, and increased hunger in the poorest countries, according to authors, these data were corroborated by international bodies such as the United Nations Food and Agriculture Organization and the World Bank that emphasized that low agricultural productivity was responsible for hunger and poverty.

For McMichael (2016), the common point of the different diets developed from this view, has been the supply of low-cost food, which in addition to accumulation in the state system has the function of reducing wage charges, improving real wages, pacification of labor, appropriation of food resources, generation of dependence, costing



of debt and undercutting of producers, the author concludes by placing food as an instrument of dominance used for the exercise of power.

Situation that impels us to reflect on the role of the farmer considered to be inefficient, how he articulates himself to stay alive within this corporate food system, and how the consumer, on the other hand, assumes a fundamental role to keep this type of farmer alive today and active within this marketing policy adopted in relation to food.

Coloniality in this oppressive context comes to be seen as an obstacle to the proposed development format, and perhaps a first obstacle to be removed for the break with territoriality, factors that have as a substrate the transformation of food into a homogeneous product in the service of “colonial matrix”, a concept totally interconnected with the “celebratory modernity”, which Oliveira (2007) deals with, whose final product is the commodification of life.

2.3. Slow Food and the construction to “decolonize” it

It is in the questioning of society that the “cracks of resistance” appear in the movements that propose to decolonize and socialize the power matrix, to bring plurality to the discussion, the local, the good, clean and fair for the centrality of the food; figuratively, setting Slow Food in opposition to Fast Food.

Fast food, also known as convenience food or plastic food, can be defined as a ready-to-eat, cheap meal that is served immediately at the counter. This type of food basically includes: sandwiches, pizzas, soft drinks, hamburgers and fries. Fast food is very popular mainly with children and young people, however, consumption is growing among adults due to the fast pace of life that makes time to eat scarce. Generally, this food, in addition to being cheap and conveniently available, provides an injection of carbohydrates and fats, which, in the opinion of some scientists, relieve stress and cause a feeling of well-being (SOUSA, 2013, p. 2)⁴.

It was in this dichotomy that Carlo Petrini, Azio Citi and Giovanni Ravnale, in Bra, a village in the Piedmont region in northern Italy, idealized the Slow Food movement. The name was first used by Folco Portinari, a poet and intellectual, who wrote in 1986 a manifesto opposing the fast-food style. His manifesto contested the values that supported what was defined as “fast life”, criticized the confusion between efficiency and frenzy, and extolled the virtues of a slow life, based on the values and pleasures of the senses and wisdom (PETRINI, 2009). Today's international movement is formed from this base, based in Milan (Italy), which works to value food with respect to those who produce it in harmony with the environment, in addition to seeking to reproduce the knowledge maintained by local traditions (MANUAL DO SLOW FOOD, 2016).

Currently the movement integrates 1500 gatherings in 160 countries, 61 of which are distributed in Brazil. Such structures move different sectors of society around

⁴ Author's translation.



production, distribution, consumption and mainly the concept of food (MANUAL DO SLOW FOOD, 2016). The small, the local and the slow are, according to Petrini (2005), fundamental principles of the movement that can be characterized respectively as the approach in terms of, scale, economy and ecosystem, of valorization of the local knowledge, environment and society, of the slowness addressing the quality of life, the pace imposed by daily life and tastefulness at the table.

Slow Food 's structure is made up of global and local bodies, with institutions interconnected by the foundation as a network. In the international sphere, the Slow Food International, the Slow Food Foundation for biodiversity, the Terra Madre Foundation and UNISG - University of Gastronomic Sciences all follow these guidelines. National associations give structure to local action by the movement and are responsible for the “*Convivium*”, which are local nuclei formed around different actors, activists and supporters of the movement. The word “*Convivium*” comes from Latin, and means “a feast”, a banquet; it is at the core of the movement's philosophy, where coexistence is shared and through it the pillars of slowness, actions, campaigns and relationships are built (SALVIANO *et al.* 2016).

The Foundation's actions are guided by projects, currently distributed in five specific axes, named as follows: fortresses, ark of taste, African gardens, land markets, food communities and chefs' alliances. Each of the projects has actions designed locally, discussed and optimized in a network.

In this structure, the Food Communities are the basis of all transversal processes and structures; they involve actors and products that represent a specific location, and include farmers, seed custodians, artisanal fishermen, collectors and extractivists, animal breeders, butchers, and co-producers, among many other actors involved. The Food Community can produce artisanal food according to the principles of good, clean and fair food, or work on building a model of sustainable production, distribution and consumption (MANUAL DO SLOW FOOD, 2016). According to the same guidelines, each community is linked to a specific territory, not only from a geographical point of view, but also from a social, cultural and historical point of view, considering that the connection of food with the territory is a fundamental element of identity and that quality products are manufactured, distributed and/or promoted by these communities.

Food Communities play a key role in rebuilding local production chains and promoting traditional systems for growing or processing products. The relationship of the Food Communities with the Slow Food chain is dependent on each community, that is, they may exist independently, or arise directly from the collaboration of a Community in its territory. Until 2016 there were 2400 communities identified by the movement worldwide (MANUAL DO SLOW FOOD, 2016).

In this context, the consumer is for Slow Food as the center of the power of choice, being in a certain angle “held responsible” for the consequences of themselves, understanding that for the participant of the movement these are not limited to the pleasure of consuming the food, but to co-production as a whole.



2.4. The triad: decolonization, territory and food in the context of Slow Food

The transversal relations from production to consumption, as well as the different actors in the network context, are aspects that can be related to what was indicated by Walsh (2007) when referring to the decolonization process, in every sphere previously expressed (Being, Power, Nature, Knowledge), to a collective construction and shared responsibility. It is also important to keep in mind Grosfoguel's (2008) analogy, which points to the need to change from closed systems, as a way of seeing social relations towards open systems, with the perspective of networks interspersed with autonomous domains.

In its characteristics of geographic breadth, permeability of markets, actors and sectors of activity, Slow Food's fundamentals refer to Bourdieu, which states that "the principles for classifying consumption are not static, they move in contemporary societies" (BOURDIEU, 1974, p. 19), and are feasible to knowledge and its capacity for judgment and can therefore be touched or modified. In this regard, Slow Food proposes "education for taste" and the location of the consumer as a co-producer of his own food, not necessarily in an effective way, but also by consumption.

This situation is analogous to the awareness of our colonized state, from which the reinforcements to the resistance and the construction of new forms of life and systems start; all of which can, like Slow Food, create environments of and in permanent construction, which allow the displacement of vision. of development proposed by Grosfoguel, from outside to inside; from the Western, to the native, to the local.

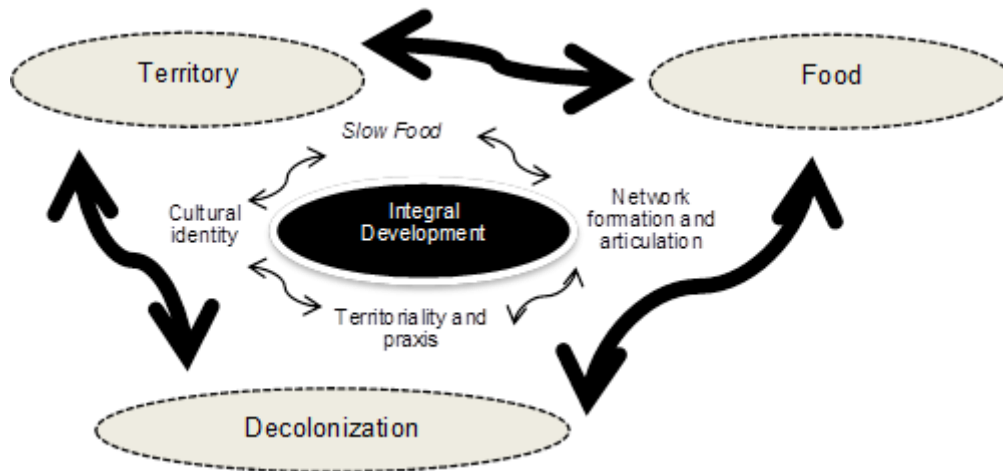
This value of locality approach places territory and territoriality as one of its bases (Figure 1⁵), a cyclical and feedback-based path that builds the reverse spheres for decolonization, of Being, of Knowledge, of Nature and of Power.

In Figure 1, it is possible to verify a new element complementary to those previously discussed in this text, "territoriality and praxis", contextualized in this focus as a scientific and popular construction process that develops in perfect harmony with the proposed complex, thus allowing for a "territorial adjective to praxis, as the territory contains, in this perspective now evidenced, the necessary content of mobilization, resistance and political struggle against the bourgeois state and the dominant agents of capital" (SAQUET, 2019, p.10) affirmed as tools of a hegemonic movement in the construction of integral development.

⁵ Legend Figure 1: territory, food and decolonization are the basis of a cyclical and feedback-based construction that houses "territoriality and praxis", as a scientific and popular construction process as tools of a movement against hegemony, in the case presented, Slow Food, interconnected in the construction of integral development.



Figure 1 - Illustrative scheme of the triad in the context of *Slow Food*.



Source: By the authors.

3. CONCLUSION

The Slow Food movement is permeated by education for taste, and thus encourages tasting, visiting and monitoring production processes, and the very broad and complex sense of relationships involved in the designation of “food communities”, resulting in a series of actions capable of promoting the recognition of the local sphere, in a proposal to retake the styles and ways of life of the territories themselves through the understanding of eating as a political, social, economic and environmental act, in clear connection with the proposal to decolonize and modify the matrix of life built so far.

In another perspective, Slow Food does not defend a single food model; it defends the local, understanding the ways of living and doing, affirming, in Petrini's words, “That good is what is good for each culture”, to be built in local, territorial, and unique ways.

A contribution that must be deepened is the global articulation capacity of the movement, which adds an element of contemporaneity and even of connection between the worlds of the local and the market in a clear challenge to the construction of a globalized reality; however, it must be based on plurality, in diversity and uniqueness as an element of wealth and protagonism, to which must be added what Grosfoguel (2008) reminds us, that we always talk about a place of hierarchy and denying it is a permanent exercise.

REFERENCES

ASSIS, W. F. T (2014). Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez.



Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n72/11.pdf>, acesso em 15 de julho de 2020.

BOURDIEU, P (1983). "Gostos de classe e estilos de vida". In ORTIZ, R. (org.) Pierre Bourdieu: sociologia São Paulo: Ática. p.19. A economia das trocas simbólicas, São Paulo: Perspectiva, 1974, 361p.

GROSGOUEL, R (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Tradução de Inês Martins Ferreira. **Revista Crítica de Ciências Sociais: Epistemologias do Sul**, n. 80.

LOURENÇO, F.; SANTOS, L. C. R (2017). O movimento slow food: um estudo da rede de produtos agrícolas de Orange County. In: VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária, VI., 2016. Bahia. Anais... Paraná: PUC.

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, R. F. N.; MENDES, N. A (2016). O Indigesto Sistema do Alimento Mercadoria. **Saúde e Sociedade**: São Paulo, v.25, n.2, p. 505-515.

MANUAL DO SLOW FOOD (2016). **A centralidade do alimento**. Disponível em: <https://www.slowfoodbrasil.com/campanhas-e-manifestos/598-a-centralidade-do-alimento>. Acesso em 15 de julho de 2020.

MCMICHAEL, P (2016). Regimes Alimentares e Questões Agrárias. **Estudos camponeses e Mudança Agrária**. São Paulo: UNESP, Porto Alegre: UFRGS, n. 1.

MUSATTO, R. M.; SAQUET, M. A (2019). Território, redes curtas de comercialização e consumo de alimentos da agricultura camponesa – Francisco Beltrão, PR. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 11, n. 2, p. 72-99.

OLIVEIRA, D (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade (recorte da obra de Walter D. Mignolo). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – RJ, Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 32, n. 94. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>, acesso em 15 de julho de 2020.

PETRINI, C (2005). *Buono, pulito e giusto. Principi di nuova gastronomia*. Torino: Einaudi, 2005.

PETRINI, C (2009). **Buono, pulito e giusto**. Principi di nuova gastronomia. Torino: Einaudi, (Ed. brasileira). *Slow Food: princípios de nova gastronomia*. São Paulo: Editora Senac.



SALVIANO, G. et al (2016). Slow food na cidade de Manaus. **Revista de Produção Acadêmico-Científica**, Manaus, v.3, nº 2 jun-dez.

SAQUET, M. A (2019). O conhecimento popular na praxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas. **AGEI - Geotema**, Suplemento. Disponível em https://www.ageiweb.it/geotema/suplemento2019_saquet/ acesso em 15 de julho de 2020.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F (2011). A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**. Porto Alegre: SEER, ano 13, n. 27, p. 180-219.

SOUSA, C. M. F (2013). Os valores em spots de fast food: estudo sobre a televisão generalista portuguesa. **Dissertação**. 175p. (Mestrado em Marketing e comunicação). Instituto Politécnico da Guarda Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Portugal.

WASH, C (2007). Son posibles unas ciencias sociales/ culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologias decoloniales. **Nómadas** (Col), Universidad Central Bogotá, Colombia, n. 26. pp. 102-113.

Recebido em 11/07/2021

Aprovado em 27/08/2021



ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA MOEDA MONÓLITO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL NO BAIRRO CAMPO VELHO, MUNICÍPIO DE QUIXADÁ-CE

SOLIDARITY ECONOMY: AN ANALYSIS OF THE INFLUENCE OF THE MONÓLITO CURRENCY ON THE DEVELOPMENT OF LOCAL COMMERCE IN BAIRRO CAMPO VELHO, MUNICIPALITY OF QUIXADÁ-CE

Maria Maiane Batista Bessa¹
Francisco Sávio Bernardo Batista²
Domingos Isaias Maia Amorim³
Pedro Herlleison Gonçalves Cardoso⁴

RESUMO:

O presente trabalho objetivou-se identificar a relevância da moeda Monólito, moeda social, como mecanismo para o desenvolvimento do comércio local, localizado no bairro Campo Velho no município de Quixadá-Ce, local que apresenta baixa vulnerabilidade. Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa. Fez-se um relato de experiência a partir da observação e experiência durante a coleta dos dados em campo. Na coleta foi utilizada uma entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas. Para gravação da entrevista utilizou-se um aparelho celular. Os dados coletados foram organizados e analisados a partir da análise de conteúdo temática proposta por Bardin, resultando em quatro categorias. Em conformidade com os aspectos éticos e legais em pesquisa com seres humanos, o participante assinou previamente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Identificou-se que o Banco Quixadá é indutor da economia solidária, comprovando a sua relevância com a criação da moeda Monólito, essa ação vem ser uma forma inovadora de saída econômica viável para atender as necessidades da população do bairro Campo Velho, que possibilitou um aumento no consumo por parte população carente, contribui para o desenvolvimento do comércio com o ganho de novos clientes, logo visto no aumento das vendas e também fortalece a economia local por haver mais circulação de renda dentro da comunidade. Contudo, têm-se a necessidade de assistência para manter as atividades do banco, de maneira a intensificar as oportunidades de crescimento para a comunidade.

Palavras-chave: Economia Solidária; Moeda Social; Banco Quixadá; Moeda Monólito.

ABSTRACT:

This study aimed to identify the relevance of the Monolito currency, a social currency, as a mechanism for the development of local commerce, located in Campo Velho in the municipality of Quixadá-Ce, a place of low vulnerability. It is a descriptive and exploratory field investigation with a qualitative approach. An experience report was prepared based on observation and experience during the collection of data in the field. In the collection a semi-structured interview was used, with open and closed questions. To record the interview a cell phone was used. The collected data were organized and analyzed based on the analysis of thematic content proposed by Bardin, resulting in four categories. In keeping with the ethical and legal aspects of research with human beings, the participant previously signed a Free and Informed Consent Form. It was identified that Banco Quixadá is an inductor of the solidarity economy, demonstrating its relevance with the creation of the Monolito currency, this action is an innovative way of viable economic solution to meet the needs of the settlement of Campo Velho, which allowed an increase in consumption of the needed population, contribute to the development of commerce through the capture of new customers, which will soon be seen in the increase of sales, and also strengthens the local economy while having a greater circulation of tickets within the community. However, assistance is needed to maintain the bank's activities in order to intensify the growth opportunities for the community.

Keywords: Solidary Economy; Social Currency; Banco Quixadá; Monolith Currency.

¹ Economista. Especialista em Gestão Financeira, controladoria e auditoria - Faculdade Vale do salgado-FVS; E-mail: maianebatistabessa@gmail.com

² Mestrando em Demografia, pelo Programa de pos graduação em Demografia-PPGdem/UFRN; E-mail: saviobernardoeconomia@gmail.com

³ Doutorando em Economia Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada – PPGEA/USP; domingos_isaias@usp.br

⁴ Doutorando em Economia Rural – PPGER/UFC; pedroherlleison@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) é um meio inovador na geração de renda, trabalho e inclusão social, voltado para a busca do desenvolvimento de todas as pessoas de forma igualitária. Como defini Singer (2008), ela é um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, em que os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham.

A ES é um fato social que chegou ao Brasil por volta da década de 1980, ganhando força maior na segunda metade da década de 1990, trazendo alternativas para atender as necessidades das pessoas e diminuir as desigualdades. De acordo com Vidal (2017), o surgimento da economia solidária vem atuar como fonte de aumento de expectativas dos mais pobres, ganho no poder de compra, aumento da renda e contribuição para o meio ambiente do qual fazem parte, trazendo condições melhores de vida e desenvolvimento local.

A ES mostra uma nova forma de desenvolvimento para fornecer trabalho e renda para população mediante o crescimento econômico, sendo caracterizada pela autogestão, cooperação, dimensão econômica e solidariedade (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2006).

Diante disso, surgem formas práticas de ES, como a moeda social, a qual possui características próprias, surgindo como uma alternativa de escambo e considerada um mecanismo de desenvolvimento local. Então, evidencia-se que a moeda social vem estimular o “comércio e o consumo nos empreendimentos locais e faz com que o dinheiro seja notoriamente gasto dentro da comunidade em que se torne e retenha como moeda de troca para que o intuito maior seja o diferencial de ajuda” (GOLTARA, 2015 p.13).

Assim buscou conhecer uma ação que está sendo desenvolvida em um bairro no município de Quixadá-CE, ele é considerado um local carente, sob famílias com condições de vulnerabilidade social e pouca circulação de renda. A ação é denominada Banco Quixadá, onde foi criada a moeda social Monólito, como forma de microcrédito para o consumo de famílias carentes, como também para a produção, fornecendo um crédito a pequenos empreendedores para investirem em seus negócios.

A relevância de se discutir as práticas da economia solidária ligada à solidariedade, se justifica pelo fato dela trazer para a sociedade uma nova perspectiva para geração de renda, trabalho e inclusão social das pessoas que se sentem excluídas.

O interesse pela temática despertou ainda por conhecer a utilização da moeda social e suas contribuições para uma comunidade, principalmente para os comerciantes. Essa prática pode ser vista como uma nova forma para a economia, pois contribui para o crescimento local e assim proporciona saídas econômicas que sejam viáveis para atender as necessidades e reduzir as desigualdades sociais existentes na comunidade local.

Assim sendo, também houve interesse em decorrência da escassez de literaturas locais relacionadas à temática. Alusivo às contribuições para a comunidade científica, a presente pesquisa almeja somar com as literaturas já existentes, oportunizando dispor de conteúdos atualizados, possibilitando o conhecimento e/ou reiterando aquele já constatado em estudos de mesma natureza.

Dessa forma, no que se refere à relevância para o meio acadêmico, é pertinente notificar que, por meio de trabalhos deste cunho, é permitido á comunidade acadêmica tomar



o conhecimento sobre a importância de discutir sobre os elementos que envolvem a economia solidária.

A significância para o meio social centraliza-se na possibilidade de permitir à sociedade o conhecimento acerca da economia solidária e os seus mecanismos de desenvolvimento, pois, a partir do conhecimento, a sociedade pode desconstruir, sobre importantes elementos que precisam ser compreendidos e trabalhados na sua realidade para a melhoria na busca para o desenvolvimento local.

Sendo assim, em meio à relevância que a economia solidária vem apresentando com suas ações para uma sociedade mais carente, a pesquisa irá abordar apenas uma delas, um projeto que foi desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento de Trabalho Integrado ao Social (CDTIS) criando um banco comunitário de desenvolvimento, o Banco Quixadá existente no Bairro Campo Velho no município de Quixadá-Ce. Levando-se ao seguinte questionamento: Qual a relevância da moeda Monólito para o desenvolvimento do comércio local?

O estudo tem como objetivo geral identificar a relevância da moeda Monólito para o desenvolvimento do comércio local, no Bairro Campo Velho, município de Quixadá-CE. Como objetivos específicos têm-se: conceituar Economia Solidária, Banco Comunitário de Desenvolvimento Local e Moeda Social; descrever o Banco Quixadá como prática de socioeconômica solidária do Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS); verificar a contribuição da moeda Monólito para o desenvolvimento do comércio local, no Bairro Campo Velho município de Quixadá-Ce.

Visando o alcance dos objetivos, a metodologia teve uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, quanto aos procedimentos utilizados citam-se à pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e o relato de experiência. As informações foram coletadas através de livros, revistas, artigos, teses, dissertações, monografias, documentos, questionário e entrevista. O questionário foi aplicado ao funcionário do banco e a entrevista ao comerciante que recebe a moeda Monólito em seu estabelecimento. Os tipos da análise de dados foram bibliográficos e documentais, descritiva e análise de conteúdo temática.

Assim, além dessa seção introdutória, esse trabalho conta com as seguintes seções: os procedimentos metodológicos; o referencial teórico acerca dos conceitos da economia solidária, bancos comunitários de desenvolvimento local e a moeda social; a descrição do Banco Quixadá como prática socioeconômica solidária do Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS); a Moeda Monólito e as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Esse estudo quanto a sua abordagem caracteriza-se como qualitativo. Nesse sentido, Prodanov e Freitas (2013), consideram que a abordagem qualitativa possibilita maior relação entre o sujeito e o objeto, na qual se tem uma interpretação e a atribuição dos fenômenos, em que a pesquisa tem o ambiente como fonte direta para coleta de dados.

Em relação ao tipo de pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Gil (2008), define a pesquisa exploratória como um estudo que apresenta menor rigidez em seu planejamento, tendo em vista a formulação de problemas ou hipóteses que tem a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias.



A pesquisa descritiva segundo Ribas e Fonseca (2008), tem o objetivo de se familiarizar ou constatar a uma nova percepção acerca do fenômeno. Essa pesquisa conhece e interpreta por meio da observação, do registro e da verificação das variáveis, esmiuçando a realidade tal como esta se apresenta.

Quanto aos procedimentos utilizados, o estudo contou com uma pesquisa bibliográfica, estudo de campo e o relato de experiência. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica é constituída de contribuições de vários autores sobre determinado assunto, com a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com material já escrito sobre o tema da pesquisa. Em relação ao estudo de campo Nascimento (2012), trás que, a pesquisa de campo caracteriza-se por propiciar o contato do pesquisador com os participantes, em que, detêm-se a partir da observação de um problema de ordem social, busca coletar dados pertinentes à ocorrência dos fenômenos e, posteriormente, busca fundamentar em métodos e técnicas específicas. Cabe ressaltar a necessidade de delimitar a área onde a pesquisa foi realizada e quais foram os participantes.

Diante da pequena amostra que se obteve em decorrência da não participação dos sujeitos durante a pesquisa em campo, se buscou compreender melhor os resultados de um relato de experiência da pesquisadora.

Assim, o relato de experiência enquadra-se nas pesquisas de cunho social, pondo em questão tanto o observado, quanto as suposições prévias ao estudo, possui relevância na descrição, concepção e reflexão a cerca de uma vivência específica (LOPES, 2012).

Diante do exposto, é perceptível que cada procedimento utilizado tem a sua função e importância nesse estudo, ou seja, para que os objetivos propostos sejam cumpridos é necessário que se apliquem os procedimentos adequados.

O estudo se desenvolveu no território da cidade de Quixadá localizada na microrregião do sertão de Quixeramobim e, na região Sertão Central do estado do Ceará. De acordo com os dados do IPECE (2017), esse município está situado em relação ao norte de Ibaretama, Itapiúna e Choró, ao sul Quixeramobim e Banabuiú, ao leste Banabuiú, Morada Nova, Ibicuitinga e Ibaretama, e ao oeste os municípios de Choró e Quixeramobim. Apresenta uma distância em linha reta de 147km da capital, Fortaleza. Possui um território de cerca de 2.019,8 km² e densidade demográfica 39,91 hab/km².

O Banco Quixadá configura-se como banco de finanças solidárias, que foi fundado em junho de 2011 pelo Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS), está localizado na Rua Tenente Cravo, nº 433, no Bairro Campo Velho, município de Quixadá-CE. O critério da escolha do banco se justifica pela grande representação que o Banco Quixadá promove em sua região, em proporcionar desenvolvimento local através de atividades solidárias (QUIXADÁ, 2018a). Diante disso, viu-se a possibilidade de verificar a

Conforme os dados informados pela Agente de Crédito têm-se em torno de 20 comércios de pequeno porte cadastrados no Banco Quixadá, entre eles supermercados, padarias e lanchonetes. Então diante da pesquisa em campo realizada, o trabalho obteve como sujeito de estudo, apenas um comércio do bairro Campo Velho, que participou da entrevista.

Inicialmente, para saber a viabilidade do estudo foi necessário entrar em contato com os representantes do Banco Quixadá. E posteriormente realizou-se uma visita ao mesmo a fim de verificar as informações que já haviam sido repassadas por seus membros, também foi realizada uma entrevista via e-mail, com umas das agentes de créditos do banco para obtenção de mais informações sobre o Banco Quixadá e a Moeda Monólito.



Salienta-se que a entrevista, enquanto instrumento de pesquisa qualitativa, visa captar as concepções, compreender sentimentos e vivências que emanam de uma dada temática e contexto (COSTA et al., 2017).

Para cada objetivo proposto houve sua forma de coleta e análise de dados, que se configuram de suma importância na realização dos mesmos. No primeiro objetivo, desenvolveu uma pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos, dissertações, teses, monografias, documentos e arquivos relacionados à temática. Com relação à análise dos dados, foi feita uma análise bibliográfica através de conteúdos já publicados, para obter a base teórica acerca dos conceitos de Economia solidária, Banco Comunitário de Desenvolvimento e Moeda Social.

No segundo objetivo, realizou uma pesquisa descritiva feita pela pesquisa documental e a entrevista realizada com um dos gestores do banco. De acordo com Severino (2007), essa pesquisa documental é realizada pela investigação dos conteúdos e análises dos mesmos, constituída por meio do tratamento analítico de documentos legais, impressos, jornais, revistas, fotos e etc. A análise dos dados, se deu pela análise documental, a qual se refere a arquivos do Banco Quixadá e das informações coletadas na entrevista com uma das agentes de créditos do banco para a caracterização do *lócus* de estudo.

A coleta de dados para o último objetivo foi à pesquisa de campo por meio da entrevista semiestruturada, a qual foi realizada com perguntas abertas e fechadas, o que possibilitou o entrevistador a discorrer sobre o assunto proposto. Nesse tipo de entrevista, os participantes da pesquisa são provocados a transporem às perguntas realizadas e comentarem mais acerca da temática e/ou questões que surgirem, estando essas alicerçadas no conteúdo de base (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A entrevista foi gravada, e logo transcrita visando amenizar a perda de informação, para posterior análise. À vista disso, prevaleceu o direito de livre participação do sujeito da pesquisa. Para tanto, foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi devidamente assinado pelo participante que consentiu participar do estudo.

Para realizar a análise de dados, utilizou-se a análise descritiva com o objetivo de relatar a experiência em campo. Também foi realizada uma análise de conteúdo temática, que se fez a partir da fala do entrevistado. Nesse sentido Bardin (1997), define análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Os dados foram categorizados, a partir das palavras que possuem uma maior concentração de informações relevantes, a fim de se obter uma melhor interpretação dos mesmos. As categorias consistem no agrupamento de informações que assumam semelhante valor em sua essência. Os dados podem ser agrupados em categorias, que possibilita a alocação dos dados da forma bruta, para uma estruturação organizada e explicativa (BARDIN, 2011; BRANCO, 2014).

Assim sendo, os dados foram agrupados em quatro categorias, que seguem:

- Categoria 1: adesão da moeda Monólito;
- Categoria 2: desenvolvimento do comércio e a economia local;
- Categoria 3: sugestões para fortalecimento da moeda na comunidade e o diferencial das outras comunidades e;
- Categoria 4: conhecimento sobre a Economia Solidária.



3. CONCEITUANDO ECONOMIA SOLIDÁRIA, BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E MOEDA SOCIAL

A Economia solidária (ES) configura-se como um meio inovador na geração de renda e trabalho. Segundo Singer (2008), é um novo modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, onde os meios de produção são de posse coletiva, tendo como característica central a autogestão e organização de cooperativas.

Silva (2015), ressalta que a ES ou economia popular solidária vem propor a autogestão como uma nova alternativa de gerenciar e acreditar em decisões democráticas e descentralizadas⁵. Essa economia vem para valorizar o indivíduo em seu processo produtivo, possuindo valores éticos e de sustentabilidade.

A ES tem como visão de futuro ser reconhecida social e politicamente como parte de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, incluída num ambiente institucional adequado à legalização, financiamento, participação nos mercados e ao acesso às políticas públicas, possibilitando a efetiva promoção da organização coletiva de autogestão de trabalhadores e trabalhadoras, sua proteção social e a melhoria de sua qualidade de vida (BRASIL, 2015).

Ecosol Base Brasileira⁶ (2009), discorre sobre as características da ES, destacando o seguinte: a Cooperação a existência da interação social, em que os objetivos são comuns, “união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária”; a Autogestão é praticada pelos participantes das organizações nos seus processos de trabalho, nos seus diversos graus e interesses; a Dimensão Econômica “envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais”; e a Solidariedade tem seu caráter solidário com “uma justa distribuição dos resultados alcançados, melhoria das condições de vida dos participantes; preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores”.

A Economia Solidária surge, “como uma alternativa ao desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores controla e participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas” (SANTOS, 2009, p.20). Sendo assim, essa economia vem surgir das relações coletivas em busca de suprir as necessidades das pessoas, para melhorar a sua sobrevivência, apoiada pela confiança e pela reciprocidade, evidenciando uma nova economia que vem alicerçar uma riqueza social e o bem-estar (RAPOSO, FARIA, 2015).

A ES se apresenta por meio de uma pluralidade de atividades propícias para a geração de trabalho e renda, incluindo empreendimentos produtivos e de prestação de serviços, como também organizações que prestam atividades de suporte, como financiamento, comércio e consumo dos bens e serviços ofertados pelos empreendimentos (COSTA, CARRION, 2009).

⁵ Descentralizar significa dar certos poderes às coletividades locais. (Dicionário Aurélio)

⁶ Ecosol rede Brasileira é uma Cooperativa Central Base de Apoio ao Sistema ECOSOL no Distrito Federal – Base Brasília Ltda, regida pela Lei 5.764 de 16/12/71 e fundada em 05 de outubro de 2009, com prazo de duração indeterminado, sede, administração e foro no Distrito Federal. A Ecosol Base Brasília, fomenta atividades de geração de trabalho e renda, promoção econômica e social, fortalecimento das práticas e dos princípios do cooperativismo e da economia solidária, bem como, promove a acessibilidade e inclusão econômica e social dos cidadãos em desvantagem no mercado econômico, visando criar a possibilidade de se constituírem cooperativas sociais para organização e gestão de serviços sóciosanitários e educativos, mediante atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços, contemplando pessoas com deficiência.



A ES no Brasil baseia-se de acordo com Santos (2009, p.24), em “um processo de organização social e econômica de trabalhadores; na geração de trabalho; renda e inclusão social, bem como para o processo de desenvolvimento local”, por meio da criação de empreendimentos econômicos solidários, como também a junção de redes de cooperação.

Segundo Cunha e Dias (2015, p.4), a ES “nasce no Brasil em meio às intensas lutas de trabalhadores organizados que lutavam contra a exploração do trabalho e o modelo capitalista de produção e consumo”. Então o surgimento se deu devido ao crescimento acelerado do capitalismo durante o século XIX, surgindo como movimento social na Inglaterra.

A ES “envolve um diversificado conjunto de ações sociais e coletivas voltadas à geração de trabalho e renda e projetos de desenvolvimento local sob o princípio da autogestão” (IPEA, 2017). Por se tratar de um novo campo, a ES vem se tornando de maneira diversificada uma inovação de finanças solidárias para economia, em que a solidariedade e a ética são bases para as práticas sociais.

De acordo com Raposo (2014), o objetivo das finanças solidárias é democratizar o acesso ao crédito em comunidades carentes com risco social, e ainda proporcionar desenvolvimento territorial com novas ações. Então se destaca como experiências de finanças solidárias: as cooperativas de crédito, os fundos rotativos, os bancos comunitários de desenvolvimento com a introdução de moedas sociais, podendo haver outras iniciativas coletivas.

Conforme estudos do Ipea, o II Mapeamento de Economia Solidária no Brasil ocorreu entre fins de 2009 e início de 2013, gerando uma nova base para compor Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). O mapeamento identificou 19.708 empreendimentos, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os estados da Federação (IPEA, 2016).

Desse modo os dados indicam que a economia solidária tem grande relevância como ferramenta para geração de emprego e renda. Assim sendo, os empreendimentos são formados de acordo com Culti (2009, p.153), “por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em vias de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregado e pelos empobrecidos”.

Maturana, Costa e Kohler (2018, p. 1), ressaltam que a ES esta associada “a um conjunto de alternativas que possuem como objetivo melhorar a vida da população de um determinado local”. Constata então que essa economia tem vários mecanismos como fonte de trabalho e renda capaz de suprir as necessidades das pessoas, porém este trabalho irá abordar apenas um, o Banco Comunitário de Desenvolvimento, que se baseia em princípios da economia solidária fornecendo uma moeda como forma de microcrédito para empreendimentos e consumo das pessoas.

3.2 Bancos Comunitários de Desenvolvimento Local

O Conselho Económico e Social (1996, p.48), “reconhece às iniciativas de desenvolvimento local um papel motor na dinamização das capacidades dos mercados locais, criando emprego e proporcionando melhores condições de vida às populações”. Assim de acordo com o mesmo autor, uma comunidade desenvolve-se à medida que promove as suas competências, não somente econômicas, mas sociais e culturais.

Desenvolvimento Local configura-se “como processo de mudança centrada numa comunidade que tenha problemas a ser resolvidos, que procura dar respostas com os recursos



endógenos através de uma pedagogia de participação”, com isso identifica-se na comunidade a insuficiência de recursos (SILVA, 2013, p. 22).

Uma melhoria que pode ser vista como uma inovação social que propõe desenvolvimento local para uma comunidade que possui baixa vulnerabilidade é a implantação de um banco comunitário e moeda social, realizado por meio do fornecimento de serviços financeiros que são ofertados a sua população, sociedade e ainda fortalece o consumo e produção local, assim como também viabiliza a expansão e potencialização das capacidades da população das comunidades locais onde se localizam (FARIAS, RAPOSO, 2015).

Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) são redes de finanças solidárias que têm como base a economia solidária. França Filho e Silva Junior (2009) definem “como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano”.

Araújo (2012), sanciona que o principal objetivo dos BCDs é proporcionar o desenvolvimento de territórios que são de baixa renda, isso acontece mediante ao apoio de iniciativas de economia solidária, com a criação de redes locais de produção e consumo, fazendo com que esses bancos gerem trabalho e renda na comunidade em que são inseridos.

O Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP (2013, p.35), salienta reflexões de Paul Singer destacando que “a finalidade do banco comunitário não é maximizar seu lucro, como fazem os bancos capitalistas, mas fomentar o desenvolvimento econômico da comunidade que o criou e o utiliza”.

Conforme o Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento⁷, os BCDs tem o objetivo de proporcionar o desenvolvimento de territórios de baixa renda, isso acontece através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, que se baseiam no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, tais como: empreendimentos sócios produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.

De acordo com Rigo, França Filho e Leal (2015), os BCDs são tidos como alternativas de inclusão financeira, “para as pessoas mais pobres por se apoiarem nas relações sociais do território e se basearem em valores como solidariedade e confiança que permeiam as operações financeiras reguladas comunitariamente”.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento têm o propósito de executar um trabalho de inclusão social por meio do crédito solidário, financiamento de produção e consumo local, os mesmos estão inseridos no campo de finanças solidárias, de maneira que fortalece as relações econômicas da comunidade e colaborando de maneira positiva para a exclusão social e econômica através do desenvolvimento territorial (RAPOSO, 2014).

Segundo Rigo e França Filho (2017), os BCDs atuam nos territórios⁸ de maneira em que grande parte das diferentes ações e intervenções se baseia na constituição de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) dos mais variados tipos, tais como: cooperativas populares de diferentes ramos, associações de moradores, e/ou de produtores, grupos de trabalho como os de artesões, catadores de lixo, mulheres, jovens entre outros.

⁷ Esse Termo de Referência foi aprovado no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado nos dias 18, 19 e 20 de Abril de 2007, no SESC Iparana, em Caucaia – Ceará.

⁸ Rigo e França Filho definem os territórios não pelos seus limites físicos, mas pelas suas próprias interações sociais. (2017, p. 14)



Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento oferecem “para a comunidade serviços bancários próprios e outros serviços que dependem da parceria com bancos públicos” (RAPOSO, 2014).

O surgimento dos BCDs conforme os estudos de Rigo, França Filho e Leal (2015), se deu a partir da criação do Banco Palmas, em 1998, em Fortaleza, Ceará, esta Rede de BCDs vem se instituindo. A criação do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, ocorreu notadamente a partir de 2003, sua ampliação vem se permitindo devido ter o estabelecimento de parcerias com outras instituições públicas e privadas, como também vem alicerçar seu fortalecimento e o envolvimento de outras Entidades de Apoio e Fomento (EAF) na metodologia de criação de BCDs.

Rigo e Cançado (2017), ressaltam que o segundo BCD no Brasil, está também localizado no Ceará foi fundado em 2004; em 2009 já tinham 49 BCDs e, em maio de 2012, a rede brasileira se constituía de 78 BCDs. No final de 2013 eram 103 BCDs localizados em vários Estados. Neste conjunto, no Nordeste estão localizados 52 BCDs, 16 na Região Norte, 6 na Centro-Oeste, 25 na Região Sudeste e 1 BCD no Distrito Federal. Com isso têm-se que o Estado com maior número de BCDs é o Ceará (37), seguido de São Paulo (10) e da Bahia (8).

Assim sendo, Maturana, Costa e Kohler (2018), em seus estudos constataram que 14,8% dos Bancos Comunitários se encontram na região Norte, que 49% se localizam na região Nordeste. Na região Centro-Oeste se localiza 9,4%; na região Sudeste 24% e 2,8% na região Sul.

O funcionamento dos BCDs é baseado nas relações de proximidades, confirmando essa ideia Rigo, França Filho e Leal (2015), destacam que “ao solicitar um empréstimo, o agente de crédito do BCD realiza um cadastro simplificado, e em seguida consulta sua rede de relações e vizinhança como principal fonte de informação sobre a pessoa na comunidade”.

Os bancos fornecem crédito às pessoas físicas e jurídicas (agentes econômicos) que acreditam que vão honrar seus compromissos nos prazos estipulados. Para acreditar nos demandadores de crédito são necessárias basicamente duas coisas: tempo e informação. Só se confia em pessoas que conhecem. A convivência, ao longo do tempo, dá informações que permitirão firmar conceito sobre a conduta. Assim, o banco somente emprestará dinheiro a clientes que conheça a algum tempo, de sorte que experiências positivas forneçam dele informações suficientes para acreditar/confiar ser ele merecedor de crédito (SERPA, 2008).

Os BCDs têm o intuito de estimularem a produção e o consumo local, eles criam e mantém no território instrumentos que irão incentivar ao consumo e também a produção, podemos citar o cartão de crédito e a moeda social circulante local (RIGO, FRANÇA FILHO E LEAL, 2015). Sendo assim, trataremos da moeda social, como instrumento de troca dentro de uma comunidade.

3.3 Moeda Social

Pode-se definir moeda social de acordo com Soares (2009, p. 255), “como uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia”.

A moeda social ou moeda local tem a finalidade de conservar e proporcionar a riqueza na comunidade local, ela é criada para circular dentro de um limite territorial. De maneira oposta a moeda nacional, que faz troca com moedas de outros países, a moeda local não é válida fora do espaço em que está inserido, o que significa que o uso dessa moeda se dar



apenas dentro da comunidade favorecendo o consumo e investimento da economia local (MENEZES, CROCCO, 2009).

Nesse sentido, é relevante destacar que a moeda social possui essa característica de caráter social, assumindo um importante papel social ao transmitir vínculos de cooperação entre os seus próprios moradores das diversas comunidades que a utiliza, ela é criada, distribuída e administrada com transparência e equidade por seus próprios usuários, usam de forma equilibrada para que não se acumule moeda (REDLASES, 2006; GOLTARA, 2015).

De acordo com Soares (2011, p.61), “a moeda social deve ser entendida como a base de todo um sistema econômico/financeiro/social alternativo que existe potencialmente, mas que ainda precisa ser desenvolvido”. O mesmo autor constata que além da moeda social ser descentralizada e autônoma, ela propõe em sua dinâmica não permitir a usura⁹, ou seja, não cobrar juros, assim impossibilitando do dinheiro se transformar em capital financeiro. O que torna necessário incorporar parâmetros que são indispensáveis em sua dinâmica que são: o compromisso com a sociedade e o meio ambiente, a busca pela autonomia e principalmente a prática da solidariedade.

Conforme Souza e Fernández (2015, p.14), “as moedas sociais devem ser encaradas como mecanismos de indução do desenvolvimento socioeconômico tanto por suas características propriamente monetárias e econômicas, como por questões sociais”.

A função da moeda social é promover desenvolvimento através de melhorar a qualidade de vida, troca de produtos, serviços e saberes, inclusão social e reinvenção da economia, circulação de dinheiro local, crédito barato, aumento de monopólio, diminuição do desemprego, aumento de cuidados ambientais, solidariedade, valorização de serviços não remunerados, aumento da capitalização dos empreendimentos locais e diminuição dos custos fixos locais financeiros (DIAS, CUNHA E ARAÚJO, 2015).

De acordo com Resgala (2017), a circulação das moedas sociais manifesta de forma mais ampla na economia solidária. É possível identificar pela moeda social o quanto uma ação de economia solidária é capaz de abranger toda uma área urbana e não apenas um pequeno grupo. De fato, a moeda configura um potencial de extensa abrangência e adesão pela população na medida em que viabiliza a conformação de um extenso clube de trocas em toda a área delimitada como de atendimento do banco comunitário.

As moedas sociais podem representar uma inovação tecnológica com potencial para enfrentar as dificuldades e/ou falhas dos sistemas monetários vigentes, principalmente no pós-crise global, quando países considerados sustentáculos da economia mundial viram ruir suas teorias, abalando a estrutura financeira mundial. Moedas sociais são usadas, no Brasil, para fortalecer programas de economia solidária, privilegiando comunidades carentes que, de outro modo, não teriam acesso ao sistema (RIBEIRO, 2013).

Corroborando com o contexto já mencionado, Raposo e Faria (2015, p. 553), ressaltam que além da circulação local que a moeda social apresenta, ela se caracteriza como uma “prática monetária inovadora que ressignifica o processo social e econômico, recupera a capacidade dos agentes de influenciar os fluxos da economia local e na reprodução social como mecanismo de circular na comunidade os recursos locais”.

Segundo Soares (2011), a experiência da moeda social está acompanhando os movimentos da economia solidária no Brasil, o que significa dizer, de contestação do padrão dominante de desenvolvimento econômico e social no País, ela vem se caracterizando como

⁹ Usura significa, contrato de empréstimo com cláusula de pagamento de juros por parte do devedor



um dos instrumentos dessa nova proposta de desenvolvimento a qual os diversos movimentos da economia solidária vêm buscando.

A introdução da moeda social fortalece a economia local, com ações diretas no mercado de trabalho, na produção, no consumo e na distribuição de renda, dinamizando a economia local em atender as necessidades existentes dentro de uma comunidade (KOHLER, OLIVEIRA, 2013).

4 DESCRIÇÃO DO BANCO QUIXADÁ - UMA PRÁTICA SOCIOECONÔMICA SOLIDÁRIA

O Banco Quixadá, criado em junho de 2011, recebeu uma carta de crédito de um projeto da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES), sendo fundado pelo Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS), o qual se constitui como uma organização sem fins lucrativos. O CDTIS captou uma carteira de crédito de 30 mil reais para desenvolvimento de ações de microcrédito orientado para famílias de baixa renda. O Banco Quixadá teve a sua moeda suspensa por cerca de quatro anos, mas retornou em outubro de 2017, atualmente o banco desenvolve suas atividades que visam a fortalecer a economia local com o incentivo à produção e consumo (BANCO QUIXADÁ, 2018a).

O Banco Quixadá, desempenha sua assistência ao atendimento a microempreendedores, visando o investimento em seus negócios. Nesse sentido, alicerça-se em um empreendimento de crédito produtivo. Destacando-se que o atendimento é dispensado, especificamente, o microempreendedor, o microcrédito de consumo, tendo no centro as famílias sob condições de vulnerabilidade social.

Diante de tal cenário, é válido evidenciar que a política do microempreendedor possibilita o desenvolvimento de ações voltadas para populações em condições de vulnerabilidade social, e ainda favorece as contribuições para seguridade social¹⁰ (AGAPITO; IRIGOYEN, 2017).

A fim de facilitar o acesso no banco, o mesmo possuía, até recentemente, parcerias com outros bancos. A saber: havia nas dependências internas, o funcionamento de um Caixa Aqui, em decorrência da parceria entre o Banco Quixadá e a Caixa Econômica Federal (BANCO QUIXADÁ, 2018a).

Assim como os demais bancos, o banco em questão acarreta benefícios para a comunidade, dentre esses, cita-se: um caráter facilitador no acesso ao crédito a pequenos empreendedores e ainda se evidencia o fortalecimento da economia local.

Ainda nessa perspectiva, o microcrédito se configura como a dispensação de crédito para micro e pequenos empreendedores, em que os negócios assumem um pequeno porte, sendo relevante para a ascensão ao mercado comercial e de trabalhado, compreendendo assim fonte de renda para família e localidade (ZOUAIN, BARONE, 2008).

¹⁰ Martins conceitua o direito a seguridade social como conjunto de princípios, de regras e instituições destinadas a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover suas necessidades pessoais básicos e de famílias, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social. (2006, p. 169)



Corroborando com o já mencionado, Viana e Fonseca (2011), em seu estudo relacionado ao impacto social de um banco específico, evidenciaram que as ações desenvolvidas pelo banco surtiram efeitos positivos no desenvolvimento local.

De acordo com as informações repassadas pela Agente de Crédito, o bairro Campo Velho é considerado um dos bairros mais carentes do município de Quixadá, o mesmo possui uma vulnerabilidade social das famílias e pouca circulação de renda. Em função desse cenário o Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS) criou esse projeto denominado Banco Quixadá, como uma forma de melhoria para pequenos comércios e auxiliar as famílias com carências sociais (BANCO QUIXADÁ, 2018a).

O Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos que nasceu oficialmente em outubro de 2003 no município de Quixadá, a partir do desejo de um grupo de profissionais e lideranças sociais do município de Quixadá motivados pelo desejo de contribuir para a mudança de realidades que colocam milhares de famílias em situação de pobreza e de falta de dignidade (BANCO QUIXADÁ, 2018b).

O CDTIS tem hoje, 15 anos de existência e surgiu com a certeza que através de ações e incentivo a geração de emprego e renda, estimulando a criação de pequenos empreendimentos, agregando a consciência cidadã junto às famílias, era possível colocá-las em outro patamar de dignidade. Assim, motivados pela certeza de que existem tecnologias sociais capazes de melhorar a vida de muitas famílias a equipe do CDTIS iniciou um processo de parcerias com o poder público e iniciativa privada para desenvolvimento de projetos nesta perspectiva.

Vasconcelhos (2008, p. 216), destaca a importância das políticas políticas para o desenvolvimento, as quais vão “possibilitar que um maior número de indivíduos da sociedade possa participar do processo econômico e social, para estabelecer os valores importantes ao desenvolvimento, de uma determinada nação”.

Dentro dos inúmeros projetos desenvolvidos visando à geração de renda e trabalho no município, o CDTIS em junho de 2011 fundou o Banco Comunitário de Quixadá, o qual logo quando implantado teve ações diretas em 04 bairros de Quixadá, especificadamente na zona urbana, atendendo a pequenos comércios. Esse banco possibilitou a circulação em nível municipal uma moeda social chamada de “monólitos”. A fundação do Banco Comunitário de Quixadá é fruto de uma parceria com o Banco Palmas, que por sua vez tinha uma parceria com o Governo do Estado do Ceará visando ampliar o número de bancos comunitários no Estado. Atualmente o Banco Quixadá atende somente um bairro (BANCO QUIXADÁ, 2018b).

Assim o CDTIS é responsável juridicamente pelo Banco Comunitário de Quixadá, e apresenta para a execução dos serviços a disponibilização de 02 agentes de créditos, 01 atendente cotidianamente no próprio banco junto aos usuários da moeda Monólitos, consumidores e empreendedores.

No Banco Quixadá salienta-se que a moeda social utilizada é a moeda Monólitos, sendo a mesma liberada para o consumo, apresentada de três formas: 1. Microcrédito Produtivo – 30% do Crédito Produtivo é Liberado em moedas Monólitos, este tipo de microcrédito é voltado para pequenos empreendedores; 2. Microcrédito de Consumo – 100 % Liberado em moeda monólitos, este crédito é voltado para as famílias que se encontram com dificuldades financeiras, objetivando prestar um apoio às mesmas; 3. Trocas – Troca da Moeda Real por monólitos (BANCO QUIXADÁ, 2018a).



Atualmente, cada Monólito disponibilizado pelo Banco Quixadá vale R\$ 1 e é aceito em cerca de 20 estabelecimentos de pequeno porte da região. A Agente de Crédito acrescenta que os comércios chegam a oferecer descontos de 3% a cada compra (BANCO QUIXADÁ, 2018a).

A mesma fonte salienta ainda que, por meio do microcrédito produtivo, microcrédito de consumo e troca, os moradores têm acesso à moeda local, viabilizando o alcance dos objetivos e aumento da circulação local da moeda, fato que finda proporcionando um desenvolvimento local.

Por fim, cabe salientar que a adesão à moeda, por parte dos comerciantes, é antecedida por explicação esmiuçada do funcionamento da moeda, bem como das vantagens. A troca da moeda local pela moeda Real viabiliza a maior adesão por parte da classe em questão, os comerciantes.

5 MOEDA MÓNOLITO

Nesta seção estão descritas as análises de dados e resultados a partir das informações coletadas em campo. Assim sendo, buscou contemplar aos resultados do estudo dando a caracterização da moeda Monólito, um relato de experiência e a contribuição da moeda para um comércio, conforme o uso das ferramentas descritas na metodologia.

A moeda Monólito foi criada em junho de 2011, com o intuito de abranger todo o município de Quixadá, tendo em vista que foi inviável por falta de recursos para a demanda, então se concentrou em apenas um bairro, o qual foi caracterizado com um índice maior de vulnerabilidade social (BANCO QUIXADÁ, 2019).

O nome Monólito dado à moeda, se deu em função do município Quixadá ser conhecido como “terra dos monólitos” por possuir em seu território incontáveis monumentos naturais de pedra.

As novas moedas em circulação no bairro são M\$ 0,50, M\$ 1,00, M\$ 2,00, M\$ 5,00 e M\$ 10,00. As estampas que destacam as cédulas são monumentos históricos da cidade que são: o Chalé da Pedra (M\$ 1,00), o Mosteiro da Serra do Estevão (M\$ 2,00), o Santuário de Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão (M\$ 5,00), o Açude do Cedro (M\$ 10,00,) e um dos mais famosos repentistas do Brasil, Cego Aderaldo (M\$ 0,50).

De acordo com agente de crédito a moeda Monólito tem exclusividade do Banco Quixadá, sendo ela válida apenas dentro do bairro. Cada Monólito equivale a R\$ 1,00 e os moradores do bairro conseguem a moeda através de empréstimos no banco e assim realizarem as compras de produtos nos comércios que aceitam a moeda. Quem compra com monólitos no comercio local tem até 3% de desconto na mercadoria.

O Monólito surgiu da necessidade de gerar a circulação de renda dentro da comunidade. A agente de crédito ressalta as vantagens da mesma: desenvolve a economia do bairro, pois o dinheiro está circulando dentro da comunidade; os empréstimos realizados pelas pessoas não têm cobrança de juros; os comércios dão descontos; e também é vantajosa para os mesmos, pois o Monólito pode ser trocado pelo Real no banco. Assim sendo, o objetivo dessa moeda é alicerçar o desenvolvimento, a fim de proporcionar benefícios as pessoas mais carentes em gerar mais renda e emprego dentro do bairro.

Ainda se relatou na percepção dos funcionários do banco não haver conhecimento sobre a economia solidária, a agente de crédito descreve o Banco Quixadá como um projeto social criado pelo Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS) de



Quixadá, com o objetivo de proporcionar melhorias para as pessoas mais carentes de uma comunidade.

5.2 Relato de experiência

A experiência que relato, deu-se no bairro Campo Velho no município de Quixadá-Ce, local onde é utilizada a moeda social Monólito, como alternativa de melhorar a circulação de renda na comunidade.

Antes de realizar a pesquisa no local com os devidos sujeitos os comerciantes, procurou-se a agente de crédito do banco para buscar mais informações sobre os comércios da localidade, até então só tinha sido repassado apenas à quantidade de estabelecimentos. Assim sendo, não foi satisfatório quando se buscou por mais detalhes para facilitar a pesquisa, a funcionária colocou dificuldades para disponibilizar os dados, como nome e endereço dos estabelecimentos que recebem a moeda.

Diante dessa limitação imposta pela agente de crédito de obter essas informações que seriam viáveis para progresso em campo, então se prosseguiu com a pesquisa, deslocando-se para cada estabelecimento existente no bairro, para facilitar o andamento contratou um moto táxi para guiar pelas ruas do bairro. Assim passou-se nos comércios de cada rua, identificando-se e logo em seguida direcionando as seguintes perguntas “se conhecia a moeda Monólito”, “se seu estabelecimento usava essa moeda”, para afins obtendo respostas não louváveis a pesquisa.

Percebeu-se outra dificuldade, em não ter a colaboração dos sujeitos do estudo, com isso utilizou o método da observação para com os mesmos diante das respostas dadas, além de observar o local que estava passando.

Então constatou-se haver estabelecimentos que só conheciam a moeda por falar, não usavam em seu estabelecimento, obtendo como resposta: “ouvi falar, mas não uso”. Outros comércios falam que se cadastraram para receber a moeda, mas não apareceu no seu estabelecimento relatando: “me cadastrei, mas nunca apareceu a moeda aqui”. Já em outros comércios relataram que utilizou até dois meses “recebia aqui, mas antes de dois meses não quis mais” questionando o motivo da desistência de receber a moeda, responderam “porque recebia pouco dinheiro”. Além dos estabelecimentos que relataram nem ouvir falar da moeda.

Evidenciou ainda que os principais sujeitos do estudo que recebem a moeda Monólito se recusaram a responder a entrevista, quando afirmavam conhecer e receber a moeda, pediu-se para participar da pesquisa explicando como iria ocorrer, porém se recebeu as seguintes respostas: “não quero participar”; “não vou responder perguntas”. Na tentativa de obter mesmo poucas respostas tentaram-se discorrer na conversar sobre as perguntas da entrevista, de forma que pudessem responder com um Sim ou Não, mas não foi favorável.

Assim sendo, diante dessa dificuldade que se encontrou durante a pesquisa em campo, observou que os sujeitos do estudo que se recusaram a participar, possuem estabelecimentos pequenos que podem ser vistos como mercearias¹¹, locais em que se vende de tudo um pouco. Percebeu-se ainda que alguns dos comércios ficavam dentro de suas residências e, ao observado, os donos eram, prioritariamente, idosos.

¹¹ De acordo com dicionário online Mercearia significa: Lugar dedicado à venda de produtos alimentícios, bebidas e artigos de uso doméstico; armazém, venda.



Com isso, o ocorrido durante a trajetória da pesquisa em campo vem dar embasamento aos resultados, mas o estudo não foi totalmente falho com as entrevistas, tivemos um comerciante que não se recusou a responder. Vejamos a seguir o resultado da entrevista que alicerçou contribuições ao estudo.

5.3 Contribuição da moeda social Monólito em um comércio

Nessa etapa da pesquisa é importante caracterizar o perfil socioeconômico e demográfico do participante. Além de destacar o período de utilização da moeda Monólito no estabelecimento.

Salienta-se que a amostra foi composta de apenas um participante, com idade de 31 anos, de etnia parda, o qual declarou seu estado civil de solteiro, possui escolaridade superior completo, cursando especialização, tem um filho. É residente do município de Quixadá, sua profissão é empresário, com renda mensal entre 1 e 2 salários-mínimos.

Seu negócio é no ramo de varejo alimentício, que está localizado no bairro Campo Velho município de Quixadá-Ce. O comerciante declarou ser um pequeno negócio quando iniciou, no qual o dono era seu pai. Atualmente o comércio cresceu e está sendo administrado por ele. Diante disso, se perguntou sobre o tempo que vem utilizando a moeda Monólito no seu estabelecimento, o participante também relatou um período em que a moeda estava mais fraca na comunidade, isso decorrendo pela falta de recursos. Observe o relato que segue:

“No ano que foi inaugurada em 2011 essa moeda ela tinha o objetivo de ser utilizada em toda a cidade, mas não foi possível conforme ficamos sabendo que não houve recursos para se expandir por todo o território, escolhendo um local que houvesse mais pessoas carentes. Então depois que ela foi inaugurada no ano seguinte foi feito o cadastro no banco para receber a moeda no estabelecimento, esta com mais ou menos uns 8 anos que utilizo, no decorrer desse tempo houve um período, não lembro o ano que ela quase parava de circular, isso por falta de apoio para manter o banco”. - Comerciante

Assim sendo, veremos a seguir a divisão em 4 categorias para melhor compreender a entrevista com o comerciante.

5.3.1 Categoria 1: Adesão a moeda Monólito

Esta categoria permite conhecer como se deu o processo de cadastramento do comércio no Banco Quixadá, o participante relatou o seguinte:

“Recebemos os funcionários do banco convidando o estabelecimento para se cadastrar, eles antes de fazer o cadastro explicam como funciona e é os procedimentos em relação à troca e ao uso da moeda, que só é permitido dentro daquele bairro, nos locais que se cadastraram e aí então é assinado um contrato para permitir que se receba a moeda no comércio”. - Comerciante

Leal e Almeida (2016), relatam como ocorreu o cadastramento dos comércios do banco Comunitário Olhos D'Água, sendo inicialmente realizada uma visita e em seguida efetuado o cadastro para aderir a moeda.

Colaborando com o argumento anterior sobre como o comércio aderem ao sistema da moeda social Rigo e França Filho (2017, p. 18), destacam o caso da moeda Palmas,



ressaltando a estratégia do Banco Palmas para fazer a moeda circular. Como incentivo “foi sensibilizar os comerciantes locais para que aceitassem a moeda social como meio de pagamento, por meio de incentivos como a criação de linhas de crédito [...] que aceitassem receber o pagamento dos clientes em Palmas”. Assim sendo, tantos os comércios como os moradores aderem à moeda no seu dia a dia, cientes que a mesma só pode ser utilizada dentro daquela comunidade.

5.3.2 Categoria 2: Desenvolvimento do comércio e economia local

Nessa categoria, evidenciam-se quais as contribuições que ocorreu com uso da moeda Monólito, tanto para o comércio e para a comunidade. Assim foi indagado se o seu negócio melhorou e como a moeda Monólito ajudou no desenvolvimento do seu comércio, o participante disse que:

“Sim. Com a moeda em vigor o estabelecimento ganhou novos clientes o que fez com que aumentassem as vendas no comércio”. -Comerciante

Para o IPEA (2017, p. 11), as iniciativas de finanças solidárias visam dar suporte financeiro para atividades produtivas diversas no campo da economia popular, provendo recursos para seu funcionamento [...] com o intuito da continuação ou do aprimoramento de seus negócios.

Em virtude da contribuição da moeda monólito no comércio, buscou-se saber dessa contribuição para a economia da comunidade. Então questionou se houve desenvolvimento da economia local e quais foram às contribuições para a comunidade depois que passou a utilizar a moeda monólito. O participante ressaltou que:

“Sim. Observa que dentro da comunidade teve-se mais circulação de renda, embora os empréstimos da moeda monólito são realizados em pequenos valores pelos consumidores, eles usam conforme as suas necessidades. Mas ela é vantajosa para o comércio, possibilitando maior consumo e produção na comunidade”. – Comerciante

Frente ao que fora referido pelo participante, Raposo e Faria (2017), ressaltam que o fluxo da moeda social vem alicerçar no comércio local um aumento no seu lucro com a inserção de novos clientes, fazendo com que eles invistam mais nos seus estabelecimentos, assim como, permite aos consumidores a oportunidade de comprar de forma a suprir suas necessidades. Essa circulação da moeda social vem possibilitar dentro da comunidade o poder de consumo e a produção do desenvolvimento local.

Oliveira et al. (2018), constatam em seus estudos sobre a moeda social Ideal, que a mesma está potencializando consumo e produção na comunidade, além de promover a renda para as pessoas carentes, também aumenta o poder de comprar das pessoas que utilizam a moeda, fazendo com que os comércios consigam mais clientes e ofereça vantagens como descontos em suas compras.

Notável que a moeda Monólito tenha essa relevância dentro da comunidade, o que revela que sua aplicação é de forma positiva para o comércio, mesmo que a sua distribuição ainda aconteça de forma pequena para os consumidores, mas não deixa de alicerçar contribuições benéficas aos usuários do bairro.



Com isso, para Rigo (2014), compreende-se que a criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento por meio da moeda social tem o objetivo de impulsionar a economia local e melhorar a circulação de renda.

5.3.3 Categoria 3: Sugestões para fortalecimento da moeda Monólito na comunidade e o diferencial das outras comunidades.

Nessa etapa é possível perceber pontos citados pelo participante, que devem ser melhorados para que a comunidade avance em seu desenvolvimento com o uso da moeda Monólito.

“Bom é um projeto que trás oportunidade de melhorar a vida das pessoas, principalmente das que passam por necessidades”. - Comerciante

Leal e Almeida (2016, p. 151), em um estudo do Banco Comunitário Olhos D’Água revelam que a elaboração de bancos comunitários é uma ação que presta “serviços financeiros solidários, que se volta para um público caracterizado por alto grau de vulnerabilidade social e baixo índice de desenvolvimento humano, vivendo de trabalhos precários e programas governamentais de transferência de renda”.

Visto isso, compreende-se que os BCDs estão ligados à solidariedade, de tal maneira que as suas atividades sejam desenvolvidas para a população que apresenta maiores dificuldades financeiras.

Observe a seguir que a participação de políticos é um ponto citado pelo participante como sugestões para melhorar o uso da moeda dentro da comunidade.

“[...] Então considero que deveria haver mais interação dos políticos, havendo esse engajamento em contribuir com recursos de maneira a ampliar o volume de moedas dentro da comunidade e assim o banco poder ter mais serviços, procurando expandir em outros comércios dentro do bairro não só na área de alimentos [...]”. – Comerciante

Sabe-se que a contribuição de representantes no poder vem a ser um suporte para o desenvolvimento de projetos desse tipo. Lucena (2013, p. 124), aponta em seu estudo na comunidade de São Rafael, a iniciativa dos responsáveis do banco em procurar dialogar com entidades municipal e estadual, na tentativa de apoio ao projeto, contudo “não houve avanço no que tange a um apoio efetivo à iniciativa do banco”.

Oliveira et al. (2018, p. 481), destacam que “apesar das limitações políticas e institucionais, as moedas sociais apresentam ainda a potencialidade para promover a ativação de capacidades produtivas” e assim favorecer para as comunidades um desenvolvimento econômico local e solidário.

Outro ponto que o participante relata é a falta de conhecimento da população sobre a moeda.

“[...] E também a população tomar mais conhecimento da moeda no bairro sendo isso o papel dos funcionários do banco em divulgar na comunidade, pois muitas pessoas não têm conhecimento. Assim seria mais visível a circulação e o desenvolvimento em todo bairro”. – Comerciante



Diante do exposto, identifica-se que apenas parte da população da comunidade sabe da existência da moeda Monólito, o que revela que “é importante sensibilizar a população para este projeto inovador, respeitar as diferenças entre as comunidades a abranger e apresentar o projeto como ferramenta para o desenvolvimento do local” (SILVA, 2013, p. 66).

Assim percebem-se as possíveis dificuldades atreladas para a utilização da moeda dentro da comunidade, como o participante citou que deve haver um apoio dos políticos, isso pode ser visto como possível solução para os problemas enfrentados, em que os mesmos devem ser procurados e mostrar as boas ações que o projeto vem trazendo para a comunidade e assim pedir-se o apoio para manter essa economia do bairro, que facilita o consumo da população mais carente.

Com isso, consegue-se perceber que a moeda Monólito tem possibilidades viáveis para crescimento na comunidade. Corroborando com o mencionado, Oliveira et al. (2018, p. 482), sanciona em seu estudo da moeda social Ideal, que mesmo a moeda não atingindo toda a comunidade em que está inserida, é vista sua potencialidade para adquirir abrangência em expansão e na criação de vantagens benéficas para a população.

Quando indagado sobre o diferencial da economia do bairro com o uso da moeda Monólito em comparação as outras comunidades que não usam essa moeda, o participante foi breve e relatou o seguinte:

“O diferencial da economia das outras comunidades, que havendo o apoio para fortalecer a moeda, faria circular uma renda maior e ajudaria as pessoas mais carentes no consumo aqui dentro do bairro”. - Comerciante

Frente a esse sentido, tem-se que a circulação de renda localmente pelo uso da moeda, é o diferencial das demais economias. Assim sendo, Lima (2011, p. 19), frisa a importância do uso de moedas sociais que “ganham um destaque por modificar a realidade das comunidades que adotam essa prática de característica socioeconômica, que conseguem de forma coletiva e autônoma resultados satisfatórios para seus usuários”.

5.3.4 Categoria 4: Conhecimento sobre a Economia Solidária

Nesta categoria, percebe não haver conhecimento sobre economia solidária, quando o participante foi indagado sobre esse termo e se o mesmo sabia se teria alguma ligação ao Banco Quixadá, ressaltou o seguinte:

“Eu como estudante, já ouvi falar sobre esse termo, mas não me interessei em saber mais. O Banco Quixadá é considerado um projeto social voltado para ajudar as pessoas que possuem maior necessidade. Mas nada foi dito que isso seria ação de Economia Solidária como você está me perguntando, é tanto que nem mesmo nas reuniões que tivemos não se falou nesse termo aí”. - Comerciante

Assim sendo, vislumbra-se não haver conhecimento da Economia Solidária (ES) na percepção dos moradores da comunidade e dos funcionários do banco. Diferente do estudo de Lucena (2013), que tanto a população de uma comunidade e os gestores de um banco comunitário tem conhecimento sobre economia solidária, é tanto que as lideranças locais já participaram de diversas atividades que envolvem a mesma, possibilitando ao grupo um melhor desempenho na comunidade.



Contudo, salienta-se que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são mecanismos desenvolvidos pela ES, os quais estão incluídos nas finanças solidárias com o objetivo de ajudar a uma determinada população que enfrenta dificuldades financeiras. De acordo com IPEA (2017, p. 67), “os bancos comunitários surgem como inovações recentes no campo da economia solidária, sobretudo por proporcionar oportunidades de organização social em torno do tema das finanças em comunidades” que apresentam problemas financeiros, principalmente em comunidades com maior índice de vulnerabilidade social [...] os quais tem o intuito de possíveis vetores para o desenvolvimento local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi exposto na fundamentação teórica deste trabalho, um relato de experiência da pesquisadora através da observação e vivência durante a pesquisa em campo, decorrente dos sujeitos do estudo. Cabe salientar que os comerciantes se recusaram a participar da entrevista. Frente a isso, o estudo contou com apenas um comércio participante, que fundamentou a relevância do Banco Quixadá, através da moeda social monólito para um comércio do bairro Campo Velho, mostrando a contribuição para o desenvolvimento local.

Durante a atividade em campo, percebeu-se que alguns dos comerciantes, quando indagados sobre conhecer a moeda monólito, despertavam na sua fala não ter tanto conhecimento, outros não ter interesse, como também os que não conheciam a moeda. Enquanto os comércios que recebiam e recebem a moeda no seu estabelecimento não se interessaram em cooperar com a entrevista.

Observou-se ainda que os comerciantes, os quais constituem a população da amostra do estudo que recusaram a participar, possuem estabelecimentos pequenos que podem ser vistos como mercearias, ou seja, locais em que se vende de tudo um pouco, a saber: alimentos, bebidas, produtos de uso doméstico e entre outros. Percebeu-se ainda que alguns dos comércios estão localizados dentro de suas residências e, ao observado, os donos eram, prioritariamente, idosos.

No que se refere ao comerciante participante, constatou a contribuição da moeda monólito para o comércio, resultando no ganho de novos clientes em seu estabelecimento, fato esse que favorece o aumento das vendas, e assim vislumbrando que dentro da comunidade está havendo mais circulação de renda, possibilitando maior consumo e produção dentro da comunidade.

Contudo, evidenciou que a moeda monólito apresenta pontos que precisam ser aperfeiçoados quanto ao seu uso dentro do bairro, destacando a existência da necessidade do apoio do poder político com formas que sejam viáveis para manter as atividades ativas do Banco Quixadá, bem como ter mais interação dos responsáveis do banco com a comunidade, de maneira que possa ter maior expansão do uso da moeda quanto à população que necessita e estabelecimentos que recebam.

Diante disso, pode-se perceber a necessidade de assistência para manter as atividades do banco, de maneira a intensificar as oportunidades de crescimento para a comunidade. Para além disso, também potencializar um contato maior entre gestores do banco com o comércio e a população.

Ainda na entrevista, identificou-se na percepção dos gestores do banco e da população não terem conhecimento sobre a Economia Solidária. A saber, da importância que se tem o



Banco Quixadá no desenvolvimento do bairro, que está voltado para ajudar as pessoas com dificuldades financeiras. Assim sendo, é relevante a busca por compreender a ES, principalmente por parte dos funcionários do banco, de forma que se aperfeiçoem as atividades desenvolvidas dentro da comunidade.

Enfim, diante da pesquisa realizada, conclui-se que o Banco Quixadá é indutor da economia solidária, comprovando que ele acarreta benefícios para a comunidade, demonstrando ser uma ação inovadora que possibilita aumento no consumo por parte população carente do bairro e também contribui para o desenvolvimento principalmente dos pequenos empreendedores para fortalecer a economia local, apesar das dificuldades existentes na utilização da moeda.

É perceptível que, haja vista a participação de um único comércio, tal realidade torna-se uma fragilidade para a constatação mais fidedigna dos resultados alcançados. Desta forma, sugere-se que sejam desenvolvidas pesquisas com um quantitativo de maior representatividade. Além disso, faz-se importante que as universidades e a sociedade debatam e, sejam conhecedoras de ações que alicercem o desenvolvimento de comunidades que necessitam de oportunidades de melhoria para a população que vive na pobreza.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, E.R.; IRIGOYEN. **Política Pública do Microempreendedor Individual: perfil e evolução histórica**. 2017. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Federal Fluminense, Niteroi – RJ, 2017.

ARAÚJO, Fabiano Soria de. **Políticas de Microcrédito e Iniciativas de Desenvolvimento Social: Banco Capivari**. 2012. 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia) – Curso de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDARIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

BANCO QUIXADÁ. **Histórico do Banco Quixadá**. Quixadá, 2018a.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 1977.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANCO, P.C.C. Diálogo entre análise de conteúdo e método fenomenológico empírico: percursos históricos e metodológicos. **Rev. Abordagem Gestáltica**. Goiânia, v.20, n.2, p.189-197, jul./dez. 2014.

BRASIL, 1º PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2015- 2019). Brasília, 2015.

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL. **Iniciativas de Desenvolvimento Local – Série “Documentos e Estudos Internos”**. Lisboa, 1996.



COSTA, P. A; CARRION, R. S. M. Situando a Economia Solidária no Campo dos Estudos Organizacionais. **Otra Economía**, v. 3, n. 4, p. 66-81, 2009.

COSTA, W.F.; TITO, A.L.A.; BRUMATTI, P.N.M.; ALEXANDRE, M.L.O. Uso de instrumentos de coleta de dados em pesquisa qualitativa: um estudo em produções científicas de turismo. **Revista Turismo - Visão e Ação – Eletrônica**. v. 20, n. 1, jan - abr. 2018.

CULTI, M. N. Conhecimento e práxis: processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários como Processo Educativo. **Otra Economía**, v. 3, n. 5, p. 146-165, 2009.

CUNHA, F. C; DIAS, A. A. B. A importância das moedas sociais nas feiras de economia solidária: um estudo de caso. **Cadernos Gestão Social**, v. 6, n. 2, 2015.

DIAS, A. A. B; CUNHA, F. C; ARAÚJO, T. V. C. O papel das moedas sociais nas feiras de economia solidária e seu papel no desenvolvimento regional. **Cadernos Gestão Social**, v. 6, n. 2, 2015.

ECOSOL. Base Brasília. Cooperativa Central de Apoio ao Sistema ECOSOL no DF. Brasília/DF, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de, SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. Banco Comunitários de Desenvolvimento. In CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Edições Almedina, 2009, p. 35-36.

GERHARDT, T.E., SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. 1ª edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas em Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLTARA, Livia de Jesus. Moeda Social e Economia Local. 2015. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

KOHLER, Romualdo; OLIVEIRA, Marcos Prestes. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 6, 2013, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: UNISC, 2013. p. 1-19.

LEAL, L.P.; ALMEIDA, S.C.S. Incubação de Iniciativas de Finanças Solidárias: Perspectivas da Gestão Coletiva dos Bens Comuns no Banco Comunitário Olhos D'água em Igaci, Alagoas. **Revista NAU Social**. Salvador: v.7, n.12, p. 143-162. Maio/Out 2016.

LIMA, José Carlos. **Bancos comunitários e moeda social como política para o desenvolvimento local – um estudo de caso sobre o bairro São José – João Pessoa – PB**.



23f. Trabalho de Conclusão de Curso (pós graduação em gestão pública municipal) – Curso de Economia, Universidade Aberta do Brasil, João Pessoa. 2011.

LOPES, O.M.V. Sobre estudos de casos e relatos de experiência. **REVRENE**. Fortaleza: v.13, n.4, p. 1-2, 2012.

LUCENA, Sarah Araújo de. **A implantação de um banco comunitário de desenvolvimento**: um estudo de caso sobre o processo organizativo comunitário. 2013. 196f. Dissertação (Mestrado em Gestão em Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2013.

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de Direito Público e Privado**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MATURANA, A.V.K.; COSTA, L.G. da.; KOHLER, R. Moeda social como instrumento de desenvolvimento local: um levantamento das práticas realizadas no território nacional. In: **XXVI Seminário de Iniciação Científica**. 2018, Rio Grande do Sul. Anais **2318-2385**. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2018. p.1-5.

MENEZES, M. S.; CROCCO, M. A. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 371-398, ago. 2009.

NASCIMENTO, L.P. **Elaboração de Projetos de Pesquisa**: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. 1 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Núcleo de Economia Solidária-NESOL-USP e Instituto Palmas. **Banco palmas 15 anos: resistindo e inovando**. A9 Editora. v. 1. São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, E.G.; BENINI, E.G.; ESTIVAL, K.S.G.; NEMIROVSKY, G.G.; NASCIMENTO, F. Moedas Sociais e Suas Contribuições em Comunidades Economicamente Precarizadas. **Desenvolvimento em questão**. Unijuí: v.1, n.43, p.453-486, abr./jun, 2018.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAPOSO, Jacira Gomes. **Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico: Gestão Social Comunitária e desenvolvimento Local**. 2014. 141f. Dissertação (Mestrado em Profissional em Gestão de Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

RAPOSO, Jacira Gomes; FARIA, Maurício Sardá. Banco Comunitário e Moeda Social: Organização Comunitária e Desenvolvimento Local. **Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, v. 11, n. 22, p. 551- 569, 2015.



- REDLASES. Rede Latino-Americana de Socioeconomia Solidária. **Moeda social e democracia: manual para compreender e fazer**. Buenos Aires, 2006.
- RESGALA, G. A moeda social e o fortalecimento do espaço diferencial nas periferias. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (online)**, v. 19, n. 2, P.267-287, maio-ago. 2017.
- RIBAS, C. C. C; FONSECA, R. C. V. **Manual de metodologia OPET**. Curitiba, 2008.
- RIBEIRO, C. E. V. **Moedas Sociais**. 2013. vi, 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2013.
- RIGO, Ariádne Scalfoni. **Moedas sociais e bancos comunitários no brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas**. 2014. 344f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2014.
- RIGO, A. S; CANÇADO, A. C. Gestão Social e Construção de Espaços Públicos: Reflexões a Partir da Rede Brasileira de Bancos Comunitários do Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, Salvador/BA, v. 7, n. 1, p. 37-44, 2015. Disponível em: <<https://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/download/660/390>> Acesso em: 10/06/2018
- RIGO, A. S; FRANÇA FILHO, G. C. **Bancos Comunitários e moedas sociais no Brasil: reflexões a partir da noção de economia substantiva**. 1 ed. Salvador: Edufba, 2017.
- RIGO, A.S.; FRANÇA FILHO, G.C. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. **Cad. EBAPE.BR**. Rio de Janeiro: v.15, n.1, p.169-193. Abri./jun., 2017.
- RIGO, A. S; FRANÇA FILHO, G. C; LEAL, L. P. Os bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do nordeste e discutindo proposições. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 70-107, 2015.
- RIGO, A. S; FRANÇA FILHO, G. C; LEAL, L. P. Moedas Sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: a Experiência das Conchas em Matarandiba/BA. **Revista interdisciplinar de gestão social**, v. 4, n. 2, 2015.
- SANTOS, Renata Faria. **Economia solidária e organização do trabalho: um estudo de caso sobre as cooperativas leiteiras do Noroeste Fluminense**. 2009. vi. 87 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, 2009.
- SERPA, Luiz Carlos Moreira da Rocha. **Geração de trabalho e renda de forma sustentável através da economia solidária: a experiência do banco palmas**. 2008. 84f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.



SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luiz Antonio Coêlho da. **Autogestão na Economia Solidária: metodologias e práticas coletivas de atores sociais**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – RN, 2015.

SILVA, Maria Alice Queiroga da. **O Contributo dos Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Local e a Economia Solidária: Estudo de Caso do Banco Palmas**. 2013. 81f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais) – Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2013.

SINGER, P. **Economia Solidária**. Entrevistador: Paulo de Salles Oliveira, Estudos Avançados 22 (62), 2008.

SOARES, Cláudia lúcia Bisaggio. Moeda Social. In CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Edição Almedina, 2009, p. 255-259.

SOARES, C. L. B. A moeda social e a Economia Solidária no Brasil: instrumentos para um novo padrão de desenvolvimento. *Revista Orbis Latina*, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p. 54-69, 2011.

SOUZA, H. P. B; FERNÁNDEZ, R. V. G. MOEDAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA. In: 3rd International Conference on Social and Complementary Currencies, 2015, Bahia. Anais... Bahia: Management School at Federal University of Bahia, 2015. p. 1-17.

VIANA, L.; FONSECA, F. Impactos Sociais e Econômicos da Atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento nas Políticas Públicas. **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v.6, n.9, p.199-213, jul./dez. 2011.

VIDAL, Bruno. **Economia solidária como estratégia de distribuição de riqueza e desenvolvimento econômico e social no Brasil**. 2017. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ZOUAIN, D.M.; BARONE, F.M. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Rap**. Rio de Janeiro, v.42, n.6, p.1249-67, nov./dez. 2008.

Recebido em 29/07/2021

Aprovado em 27/08/2021



REGIONALIZAÇÕES BRASILEIRAS DO ÚLTIMO SÉCULO

BRAZILIAN REGIONALIZATIONS OF THE LAST CENTURY

Jonhey Nazario Lucizani¹
Jandir Ferrera de Lima²

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo estudar a evolução conceitual de região e seus impactos nas regionalizações brasileiras do último século. Desta forma observa-se o primeiro recorte do território nacional em 1942, pós a criação do IBGE. Nota-se assim, durante o último século, a criação das regionalizações fisiográficas, as homogêneas, as geográficas e as imediatas e intermediárias em 2017. Durante esse processo de divisão do território nacional, evidencia-se também a evolução conceitual, em que sua gênese partiu do conceito de regiões homogêneas, trasladando-se para funcionais e programa, correlacionando o conceito de território rede e território zona, fundamentais para a criação da última regionalização do Brasil, refletindo a função da regionalização para o planejamento estatal do desenvolvimento.

Palavras chave: Região; Regionalização; Regionalização Brasileira.

ABSTRACT:

This article aims to study the conceptual evolution of the region and its actions in Brazilian regionalizations in the last century. In this way, the first section of the national territory can be seen in 1942, after the creation of the IBGE. Thus, over the last century, the creation of physiographic regionalizations, as homogeneous, as geographical and as immediate and intermediate in 2017, is noted. During this process of division of the national territory, the conceptual evolution is also evident, in which its genesis it started from the concept of homogeneous regions, moving to formulate and program, correlating the concept of network territory and zonal territory, fundamental for the creation of the last regionalization of Brazil, reflecting the role of regionalization for the state planning of development.

Keywords: Region; Regionalization; Brazilian Regionalization.

¹ Matemático. Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Toledo, PR, Brasil, e Gerente de Planejamento e Gestão pela Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil, Fundação PTI-BR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil. Contato: jonheynazario@gmail.com.

² Economista. Ph.D. em Desenvolvimento Regional pela Université du Québec à Chicoutimi, UQAC, Canadá. Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, Toledo, PR, Brasil. Contato: jandirbr@yahoo.ca.



INTRODUÇÃO

Em 2017, a problemática da regionalização brasileira ganhou atenção com a publicação intitulada “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal publicação é decorrente de vários trabalhos que se iniciaram em 2007 e resultaram em uma nova proposta de divisão regional do Brasil, alterando a espacialização das mesorregiões e microrregiões geográficas instituídas no final do século XX para as atuais Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias.

A proposição dos diferentes modelos de Divisão Regional do Brasil formulados pelo IBGE buscou a compatibilização teórica e metodológica com o atual cenário nacional. Antes, a Divisão Regional do Brasil passou por quatro modelos de divisão, quais sejam: Zonas Fisiográficas, da década de 1940, e suas revisões; Microrregiões Homogêneas, de 1968; Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, de 1989; e Regiões Imediatas e Intermediárias, de 2017 (IBGE, 2017a).

A penúltima divisão regional - Mesorregiões e Microrregiões Geográficas de 1989 - esteve vinculada ao intenso processo de ocupação e ampliação dos espaços produtivos e o acelerado movimento de criação de municípios, a partir da Constituição Federal do Brasil, de 1988. Nesse contexto, um duplo processo de mudança, não só estritamente socioeconômico, mas também de natureza político-administrativa, alterou a geografia do País, gerando diferenças e desigualdades que tornaram mais complexa a leitura de seu território. Aumentou-se, assim, a demanda por uma nova Divisão Regional do Brasil no período que vai da última década do Século XX à primeira do Século XXI (IBGE, 2017a).

Diante disso, percebe-se que a questão da regionalização é um instrumento de planejamento dos governos para reduzir ou minimizar as desigualdades regionais. Tal planejamento busca entender as peculiaridades de cada território, propondo contrabalançar as tendências à concentração, por meio da promoção e da valorização da diversidade regional, conciliando competitividade e expressão produtiva de valores socioculturais diversos (BRASIL, 2007).

Assim, a divisão regional e a regionalização são ferramentas imprescindíveis para o processo de planejamento, pois condicionam a identificação de gargalos, desafios, potencialidades, a avaliação de custos/benefícios, a hierarquização das mais diversas políticas públicas e perspectivas futuras do território.

Frente ao exposto, o objetivo deste trabalho é realizar uma revisão de literatura sobre as regionalizações brasileiras do último século. Para tal este trabalho está estruturado da seguinte forma: uma introdução sobre regionalização, posteriormente será apresentada os aspectos teóricos e conceituais sobre regiões e regionalizações, na sequência é apresentada as regionalizações brasileiras oficiais, desde a criação do IBGE, e por fim serão apresentadas as considerações finais.



REGIÕES E REGIONALIZAÇÃO: ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

O período de transição do século XIX para o XX representou importantes avanços para a conceituação de região. Neste período, foram desenvolvidas as primeiras definições sistemáticas e/ou científicas para a região. Os principais conceitos, no campo da geografia, são: região natural e região geográfica ou lablacheana³ (BALBIM; CONTEL, 2013).

A definição de região natural teve em Herbertson (1905) seu principal precursor. Por trabalhar com critérios amplos, ligados à configuração física da superfície terrestre, estabeleceu as primeiras grandes regionalizações do espaço mundial, ainda no começo do século XX. O destaque foram três elementos específicos – clima, relevo e vegetação – e permitiu ao autor propor uma unidade de configuração em grandes áreas do globo, tendo nos oceanos, nas principais cadeias montanhosas e nos grandes desertos as essenciais linhas de demarcação das regiões naturais. A identificação de grandes áreas homogêneas nos continentes tornaria possível determinar estas grandes regiões naturais (HERBERTSON, 1905).

No início do século XX iniciou-se um relativo consenso de que a definição das regiões agregaria uma combinação dos fatores físicos, e assim caracterizar as regiões naturais do globo. A definição de região a partir de um só fator era a tarefa mais comumente executada por outros pesquisadores preocupados com a regionalização do mundo (botânicos, meteorologistas, geólogos etc.) (BEZZI, 2004).

Durante essa transição secular, foi incorporada a principal definição complementar, qual seja, região geográfica, desenvolvida pela Escola Francesa de Geografia. O princípio deste novo conceito embasa-se nos diferentes *pays*⁴ existentes na França, permitindo incorporar elementos físicos e técnicos para o significado de região, de modo a agregar fatores derivados da ação antrópica.

Percebe-se que ambas as definições – região natural e geográfica – podem ser categorizadas como regiões homogêneas, isto é, parcelas do espaço que possuem propriedades específicas, única ou em conjunção, que as distinguem das demais. Outra peculiaridade é que consideram a região como realidade dada pelo mundo, incumbindo o pesquisador de detectar as lógicas de formação, funcionamento e suas formas de materialização no globo terrestre. A circunscrição das críticas às regiões homogêneas é inerente ao fato de as definições das regiões estarem ligadas a elementos empíricos e descrição da superfície terrestre pelo pesquisador, no tocante a um tratamento teórico e analítico para a compreensão da dinâmica e do fenômeno regional (GOMES, 1995).

Assim, o conceito de regionalização seguiu o princípio de identificar como se formam, espontaneamente, ao longo do tempo, as diferentes regiões do mundo; descartando influências teóricas nesta definição, cabendo reconhecer empiricamente a formação das regiões.

Nesse sentido, por oposição à definição de regiões pela uniformidade espacial e seus critérios selecionados dentro de uma área determinada, passou-se a privilegiar as

³ Delegada ao Historiador e Geógrafo Vidal de La Blache.

⁴ Parcela do espaço que considera elementos naturais (geologia, relevo e tipos de solo) e elementos da ação humana (tipos de cultivos, insumos, habitações e costumes) (BALBIM e CONTE, 2013).



relações e os fluxos das cidades com suas respectivas áreas de influências. O embasamento desta alteração para compreensão do fenômeno regional é vinculado a Walter Christaller, em sua obra denominada de *Central Places in Southern Germany*, publicada originalmente em 1933 (GRIGG, 1973; BREITBACH, 1988).

Porém, não se devem minimizar as contribuições de August Losch (1954) para o sistema econômico e sua organização espacial, o qual imputa a localização ótima vinculada à maximização dos lucros e não à minimização dos custos. O autor elabora uma teoria geral das atividades produtivas e das redes urbanas, demonstrando como as cidades emergem a partir da configuração locacional das atividades econômicas, resultante da relação dos custos e retornos crescentes de escala.

A teoria dos lugares centrais (TLC), elaborada independente nos trabalhos do geógrafo CHRISTÄLLER (1933) e do economista LÖSCH (1954), embasaria a compreensão da relação das áreas de mercado com a hierarquia dos centros urbanos, definido, conforme Jordan (1973) por “qualquer agrupamento de habitações que constitui o centro de um *hinterland* rural e serve de intermediário econômico entre a periferia que dele depende e o mundo exterior”.

A transição do entendimento de regiões homogêneas para funcionais tem dois elementos fundamentais extraídos de Christaller (1933), a dizer: 1) atribuiu ao mercado o papel de função e elemento central para a definição de área de influência das cidades, agregando elementos mais abstratos para a compreensão e análise das regiões; e 2) teve o mercado como princípio prioritário para compreensão geográfica, propôs a ideia de região complementar para o entendimento do espaço geográfico. Nesse entendimento, região complementar é compreendida como área de alcance de um serviço central. O serviço central é compreendido como mercadoria ou serviço disponível para cidades com certa densidade populacional e/ou com determinada dinâmica urbana e comercial.

Complementarmente à proposta regionalização de Christaller, Rochefort (1967) entende que a análise regional deveria partir da identificação das relações entre as cidades, considerando a rede urbana regional e a vida estabelecida entre as cidades. Em suas concepções, a análise regional incorpora mudanças significativas em relação aos critérios das regiões homogêneas, que são: 1) o setor terciário (comércio e serviços, atividades de transportes, de administração e/ou de decisão) torna-se variável-chave para análises urbana e regional; e 2) o conceito de rede urbana torna-se prioritário na definição das regiões.

Para a definição de região, nesta perspectiva, Rochefort (1967) considera como necessário: 1) a identificação da influência da grande cidade; 2) a observação da existência e influência de certas cidades intermediárias hierarquizadas, que se transformam na malha polarizada pela grande cidade; 3) o nível de interação e desenvolvimento das atividades do setor terciário com relação a sua região de influência.

Nesse sentido, a lógica na definição das regiões translada-se de homogêneas para funcionais, que passam a considerar a coesão e a intensidade dos fluxos de pessoas, mercadorias, bens e informações. Este conceito passa, portanto, a definir as regiões na hierarquia e intensidade funcional das cidades transladando do conceito tradicional da concepção geográfica e populacional.

Sob um olhar puramente econômico, insere o alcance de mercado como um dos



elementos para a delimitação de uma região, conferindo-lhe dinamismo, de acordo com as alterações dos parâmetros (oscilação no custo de transporte, escala dos retornos crescentes, concorrência intertemporal no espaço entre outros). Ademais, ressaltam-se duas dificuldades que podem ser enfrentadas pelos três conceitos destacados, que são:

1. Cada bem tem uma área de mercado variável em função de custos e demanda de longo prazo, ou seja, uma localidade que produz α produtos tem α áreas de mercado, distintas entre si.

Para enfrentar esta dificuldade, o próprio Lösch consulta Christaller (1933), introduzindo a perspectiva de centralidade urbana. A essência da centralidade urbana emerge contraposição à distribuição espacial dos indivíduos, não se limitando como lugar central da produção, mas também como lugar central do consumo. Tendo em vista os distintos requisitos de escala mínima eficiente para a produção de bens, terá hierarquia urbana, de modo que os lugares centrais, de ordem superior, são centros de produção e de consumo de bens não produzidos por lugares centrais de ordem inferior, assim se configuram áreas de mercado de centralidades urbanas hierarquicamente superiores. Independentemente de haver interseções de áreas de mercado concorrentes entre centralidades urbanas, é admissível vislumbrar uma região como uma rede urbana hierarquicamente centralizada na produção e consumo de bens. Assim, a região emerge da maior intensidade de fluxos de trocas entre os determinados vizinhos espaciais, e tais fluxos acabam organizando a oferta e a demanda no espaço.

2. Autarquia ou autossuficiência das regiões, ao introduzir a distinção entre bens de exportação e bens de consumo residencial.

Para este problema se introduz a base de exportação de Douglass North (1977), que introduz a distinção entre produtos de exportação e produtos destinados aos locais (atividades não básicas). Desta forma, a renda regional e sua evolução temporal estão em função da robustez da base exportadora e seu crescimento – atividades básicas –, enquanto as atividades não básicas evoluem em função do crescimento da renda regional. Portanto, a base exportadora ultrapassa os limites do que delimita por região, configurando-se em especialização produtiva regional com vantagem comparativa de Adam Smith como também pode ter vantagem absoluta de David Ricardo, que a torna exportável para demais regiões, na divisão social do trabalho inter-regional.

Complementarmente, com a teoria de polarização econômica de Perroux (1967), agregada à perspectiva da base exportadora, melhora a compreensão do conceito de região. A polarização econômica é o poder de dominação no espaço, inicialmente concebido por Perroux sob a forma de indústria motriz e empresa motriz, capaz de estabelecer encadeamentos de compras e vendas em um espaço geograficamente delimitado. A constituição de uma região supõe um nível de polarização do polo difusor de demanda induzida no espaço, suficiente para estabelecer forte complementaridade produtiva via trocas inter-regionais de insumo-produto. Dessa forma, as interdependências setoriais são regionalizadas, por meio da complementaridade produtiva inter-regional, que possibilita endogenizar os efeitos de encadeamento no espaço regional.



Pode-se articular esta ideia com a teoria da base, se supusermos que esta complementaridade integra as atividades da base em si e as atividades residenciais com os requisitos de "insumos urbanos" da base, especialmente os serviços e a força de trabalho do mercado regional constituído. Os "vazamentos", ou seja, os efeitos não endogenizados regionalmente, representam as trocas inter-regionais, que viabilizam as exportações da região e possibilitam suas importações de insumos complementares e, assim, permitem apropriar os benefícios da difusão inter-regional de conhecimento tecnológico.

O destaque do urbano como organizador do espaço regional pode ser compreendido pela expansão da ideia da polarização da unidade motriz para a de centro urbano polarizador de produção e consumo, ou seja, aquele que tem a função de lugar central de ordem superior na rede urbana regional. Uma segunda possibilidade seria a empresa motriz industrial para a aglomeração industrial de um conjunto de empresas, que podem ou não estar coordenadas por uma empresa âncora ou motriz. O ambiente regional seria aquele constituído por aglomerações produtivas, geradores de economias externas de escala, via interdependências setoriais e complementaridades produtivas da rede urbana regional, em que se cria um mecanismo de retroalimentação entre sua base exportadora, o crescimento da renda regional e as atividades não básicas (PIFFER, 1999 e 2016).

Assim, ressalta-se que desde a segunda metade do século XX, no processo de formação das regiões consideraram-se as cidades como determinantes na regionalização, onde a polarização dos fluxos define as parcelas do espaço geográfico com um funcionamento coeso, sistêmico e regional. Assim, a região e sua própria definição tornam-se debates teóricos mais sofisticados, embasando-se no campo de ação de fluxos de toda ordem (JUILLIARD, 1962; BALBIM; CONTEL, 2013).

As regiões funcionais são mais adaptadas aos preceitos da ação pública, pois permitem observar as desigualdades nos territórios, vislumbrando o direcionamento das determinações políticas. Esse processo também foi acompanhado pelas principais universidades do Mundo, no pós-Segunda Guerra Mundial, quando se observou a migração do conceito de região homogênea para regiões funcionais ou nodais na análise regional.

Entretanto, apesar de sua sofisticação teórica, agregada à concepção de regional funcional, é com a matriz anglo-saxônica que se "repudiam" definitivamente as concepções empiristas de região e regionalização, incrementando o uso de recursos matemáticos e estatísticos, originando o campo de conhecimento da geografia quantitativa (BALBIM; CONTEL, 2013).

Esse campo da geografia é denominado como taxonomia regional, que tem por objetivo agrupar em classes as parcelas regionais do espaço geográfico, por método sistemático, possuindo atributos indicados como semelhantes para definir as regiões. A geografia quantitativa para determinar as regiões segue o método dedutivo, saindo do geral para o particular, buscando minimizar as diferenças dentro das classes e ampliar as diferenças entre elas (BUNGE, 1966; DUARTE, 1980).

A incorporação de procedimentos científicos na classificação regional e, por extensão, na regionalização, permite identificar tanto as características intrínsecas às



regiões e suas similaridades, como também as relações entre as regiões diferentes e conectadas (GRIGG, 1965).

Regionalizar é reconhecer que as regiões são definidas por atributos dos entes geográficos e não em uma relação causal. O procedimento metodológico também permite distinguir as regiões homogêneas das regiões funcionais, assim como as regiões genéricas e regiões específicas, concedendo um rigor à delimitação das regiões com a utilização de análise de fatores. Nesse caso, o processo de regionalização é entendido como evolução de ferramentas para atingir o objetivo, na qual o sistema de regiões é entendido como a primeira etapa para a finalidade pretendida, seja acadêmica ou de planejamento, principalmente o planejamento estatal, quer seja setorial ou territorial (GRIGG, 1973).

O período pós-Segunda Guerra Mundial é circunscrito pela influência, principalmente, das grandes organizações e corporações no escopo político e na modernização do Estado. Com esta nova influência, corroboram-se novos princípios para a regionalização dos territórios (BALBIM; CONTEL, 2013). Assim, François Perroux e Jacques Boudeville, entendendo essa necessidade, incorporam novos elementos para o processo de regionalização dos territórios com foco no planejamento, em que conceituam a região-programa ou região-piloto (LIMA, 2009).

François Perroux (1967) mostrou que é possível uma análise das regiões a partir do que denominou espaço abstrato, isto é, considera o funcionamento dos atores econômicos – sobretudo as indústrias – e suas “relações geoeconômicas”, que se dão entre “pontos, linhas, superfícies e volumes” de “homens” e “coisas”. O incremento de elementos científicos e abstratos para a análise das regiões – permitindo escapar do empirismo – ampliou a utilização do conceito de região e regionalização como subsídios para a ação mais direta do estado: o planejamento (FERRERA DE LIMA, 2005; LIMA, 2009).

Para Breitbach (1988) e Boudeville (1973) – principal articulador das ideias de Perroux na década de 1970 –, a concepção das regiões-programa deve fundamentar-se no fato de o interesse supremo do espaço homogêneo e do espaço polarizado ser tão somente esclarecer uma política e ajudar a construir um espaço-piloto (programa) mais aprimorado possível, de modo que a região não constitui um fim em si mesma, mas sim um instrumento de bem-estar nacional.

Ainda, as três definições para região (homogênea, funcional e programa) de Boudeville serviriam para promover uma verdadeira integração econômica dos espaços nacionais, integração esta que é praticamente sinônimo de desenvolvimento econômico para o autor, em que a região homogênea, região polarizada e a região-plano correspondem, individualmente, a uma categoria distinta de agregação e um sentido diverso de integração.

[...] a harmonização do desenvolvimento dos espaços pode ser interpretada como o contraponto de três movimentos paralelos e interdependentes; a realização de uma maior homogeneidade dos níveis de vida e de cultura, o que supõe um crescimento acelerado das regiões de menor importância; a intensificação e a multiplicação polarizada de intercâmbios, o que supõe a implantação de novos centros hierárquicos de desenvolvimento; e, finalmente, a criação de órgãos de coordenação supra regionais, suscetíveis de arbitrar os



jogos de estratégia econômica impostos pelas grandes potências cujas áreas de influência se defrontam (BOUDEVILLE, 1973, p. 121).

Insta ressaltar o destaque dado por Kayser (1980), quando considera elementos administrativos na determinação das regiões, permitindo o estabelecimento da formação de regiões de planejamento ou regiões-programa nos países. A lógica das regiões-programa não se refere a constatar ou individualizar o que está em operação coerentemente como região, mas sim de estabelecer regiões.

Com esta perspectiva, Kayser (1980) infere duas correntes para o entendimento da análise regional no período:

1. As regiões expressam-se como entes ontológicos, ou seja, existem independente do pesquisador regional, sendo dada pela realidade objetiva, em que sua formação está vinculada à organização espacial das atividades humanas;
2. As regiões são também entes lógicos, isto é, definidas por critérios de caráter mais abstrato e na identificação da realidade concreta, combinando critérios e variáveis.

O autor interpreta, ainda, que não são conflitantes as duas correntes supracitadas, pois é possível organizar as parcelas do espaço geográfico a partir da ação estatal, e é este o processo de regionalização, a partir da identificação de condicionantes históricos ou naturais de formação de regiões.

A regionalização, compreendida como organização, deve embasar-se em atividades da população empregada existente na cidade, como: bancos, companhias de seguros, hotéis, e assim por diante. Por conseguinte, a cidade comanda o entorno espacial e o limita conforme sua rede de relações administrativas, comerciais, demográficas, da qual ocupa o centro. No entanto, Balbim e Contel (2013) observaram os problemas desta regionalização: i) o excesso de polarização exercida por algumas cidades no contexto da rede urbana das regiões que são meta da regionalização; e ii) ampliação de burocratização das estruturas necessárias para o controle e/ou funcionamento das regiões idealizadas.

Os processos de regionalização tornam-se, nesse período, elementos essenciais para operar a política e o desenvolvimento econômico dos países, pois a complexidade produtiva e da divisão regional do trabalho são insuficientes na dimensão local para ação do estado na superação dos gargalos dos territórios. Por outro lado, a escala nacional não consegue a proximidade necessária com a realidade local para definir ações eficientes (DAYRIES; DAYRIES, 1978).

Nesse sentido, as políticas regionais se configuram na necessidade de tornar as regiões mais densas e dinâmicas economicamente, embasadas pelo processo de regionalização conduzido fortemente pelo Estado, focando na necessidade de reforço de estruturas regionais por meio do planejamento estatal.

A contribuição da teoria econômica para a regionalização do espaço é, portanto, na perspectiva do desenvolvimento econômico, que impõe ao Estado a função de coordenador, em observância às falhas de mercado em economias em desenvolvimento. O planejamento econômico cumpre o papel do Estado nos investimentos estratégicos, que visam a mudanças na estrutura física e produtiva do território. De modo que o Estado desempenha o papel de indutor nos investimentos nestas economias, possibilitando a



maximização das externalidades positivas dos investimentos, assumindo a função de coordenação do Estado via planejamento econômico (LEMOS, 2006).

Das referências supracitadas, é possível perceber que as regiões e o processo de regionalização podem adotar dois enfoques: primeiro, a formação das regiões por fatores espontâneos ou históricos; segundo, a regionalização induzida – principalmente pela ação estatal.

Constata-se que a região deve ser considerada como espaço intermediário entre a escala das cidades e o território nacional, podendo ser definida também como um ente intermediário entre o Estado e a população local (DAYRIES; DAYRIES, 1978).

A questão principal na análise espacial – e até mesmo na política territorial – deve ser a busca pelo policentrismo das atividades econômicas. A principal característica do desenvolvimento capitalista é a exclusão social, dos espaços e das culturas que não se adaptam à sua lógica de produção. Por isso, o processo de polarização é um elemento de conflito, pois vem reforçar as desigualdades regionais e o caráter excludente do sistema produtivo. Assim, a análise econômica deve buscar formas e alternativas de corrigir e regular as formas de produção sobre o espaço. Deve transcender a polarização e fornecer às regiões elementos significativos de planejamento, para melhor homogeneizar os espaços, no tocante à sua estrutura de produção (FERRERA DE LIMA, 2003).

Na análise regional, privilegia-se a dimensão das trocas e dos fluxos em detrimento de demais características históricas espaciais para a perspectiva econômica, que tem objetivo de identificação de espaços homogêneos, principalmente pelo ponto de vista produtivo. Ressalta-se que o critério de homogeneidade não permite por vezes focar na dimensão econômica da sociedade, não permitindo avaliar os níveis de integração, hierarquia e complementaridade do sistema econômico e o fluxo de trocas. Por oposição, os critérios de heterogeneidade na configuração e segmentação do espaço ampliam a possibilidade de avaliar a intensidade de sistema econômico e conceituação de região econômica (BRASIL, 2008).

O recorte da região pelos princípios e critérios de homogeneidade permitiu verificar as diferenças e serve de orientação para os objetivos de redução das desigualdades, principalmente de essência econômica e social, mas não atende como instrumento de intervenção. Já, os elementos de polarização possibilitam identificar forças que coordenam e configuram o território e, por isso, têm que ser utilizados como instrumento de intervenção territorial. Ademais, não rejeita a homogeneidade, mas evidencia a necessidade de confluência com a polarização para determinar elementos de intervenção no território. Os elementos de polarização, principalmente a rede urbana e a infraestrutura e seus complementos, são os elementos de intervenção para a diminuição das desigualdades observadas pelos critérios de homogeneidade (BRASIL, 2008).

Esses são, conseqüentemente, os motivos pelos quais o recorte da região deve ter como fundamento de partida para o planejamento duas bases teóricas e metodológicas distintas para atender o objetivo único que é fazer uso das forças polarizadoras como mecanismos de redução das desigualdades, observadas pelos de critérios de homogeneidade natural, social e econômica (CHRISTALLER, 1933; LOSCH, 1940; PERROUX, 1967; BRASIL, 2008).

Um ponto essencial para a regionalização está associado à direção dos fluxos



privilegiados no planejamento: fluxos intrarregionais, fluxos inter-regionais e fluxos do comércio exterior. Já, da perspectiva da integração econômica do território e do comércio exterior os fluxos inter-regionais são os mais relevantes, com prioridades inerentes aos eixos de integração física, principalmente o sistema de transportes. Sob a ótica da integração urbano-regional, os fluxos intrarregionais devem ser priorizados conforme privilegiam as infraestruturas intermediárias que influenciam o processo de integração urbano-regional.

Por vezes, a regionalização do ponto de vista do desenvolvimento econômico tem a função de incumbir o Estado no planejamento dos investimentos estruturantes de integração regional e nacional e o desenvolvimento do complexo urbano-regional (LEMOS, 2006).

Para que a regionalização não seja simplesmente datada, delimitada no tempo, o critério de partição deveria captar também as transformações econômicas do território que levem em conta as taxas diferenciadas de crescimento econômico e os fluxos migratórios. Os centros urbanos de crescimento rápido progridem na hierarquia urbano-regional, enquanto centros estagnados tendem a perder posição relativa. No entanto, espera-se que a rigidez de progressão na hierarquia dos sistemas regionais aumente nas escalas territoriais mais elevadas, dado que os grandes centros têm funções estruturais na oferta e demanda de bens, resultado de um processo cumulativo de longo prazo. Nas escalas inferiores espera-se uma maior mobilidade das funções econômicas dos centros urbanos.

REGIONALIZAÇÕES BRASILEIRAS

As regionalizações do território brasileiro são circunstanciadas com a criação do IBGE. O Instituto foi criado em 1936 – com a junção do Instituto Nacional de Geografia e o Instituto Nacional de Estatística –, e a primeira proposta de regionalização do território nacional ocorreu em 1942.

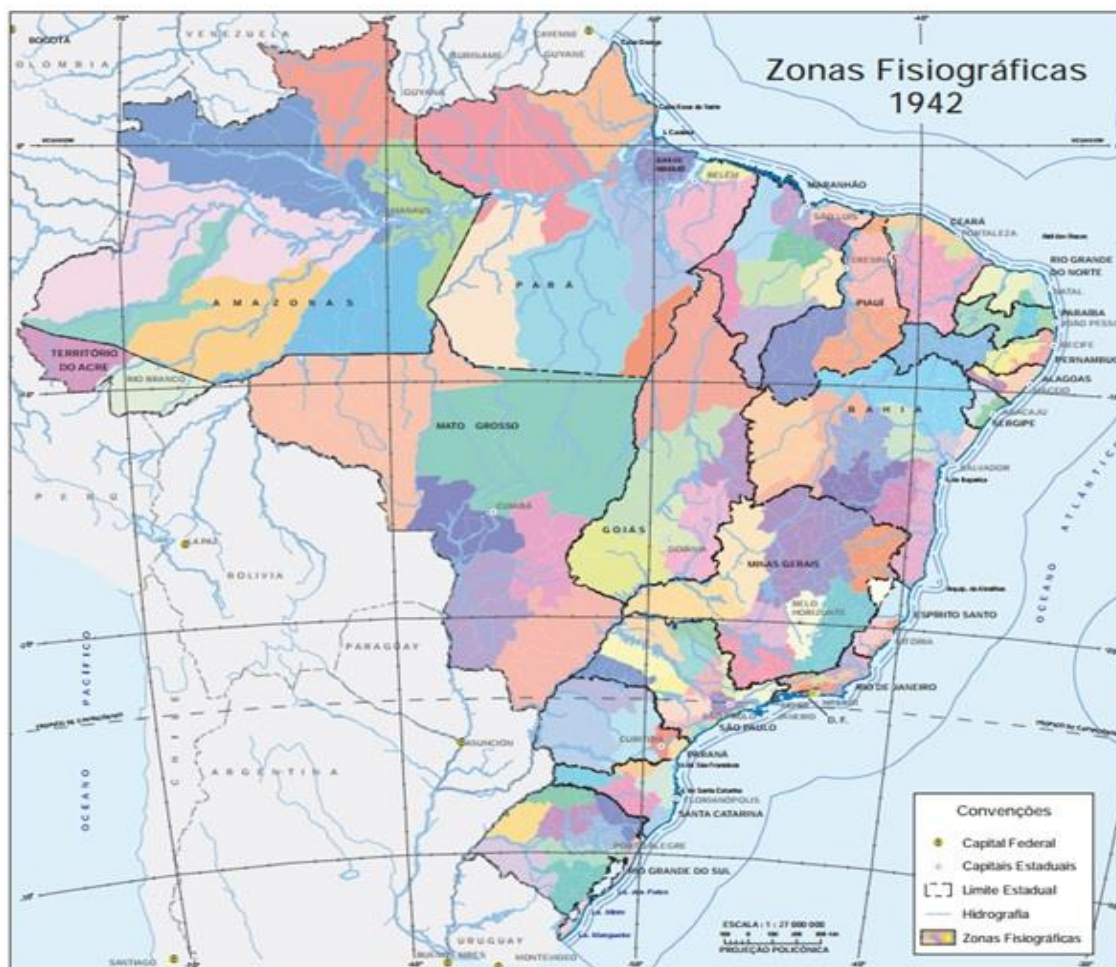
A partir da criação do IBGE, observou-se ao longo do século XX sua atuação na implementação de processos de regionalização, na correlação evolutiva entre as definições teóricas e metodológicas de região e de regionalização com as alterações do território nacional; gerando informações e conhecimento sistemático para embasar as políticas públicas sob o aspecto espacial (PENHA, 1993).

As divisões regionais determinadas pelo IBGE induziram efeitos estruturantes na esfera pública – por meio de políticas, planos e programas –, na economia, na sociedade e na cultura brasileira. Tais efeitos derivaram de: i) estatísticas oficiais coletadas e organizadas conforme as regionalizações, direcionando ações de planejamento estatal e de empresas privadas; ii) ampla difusão na sociedade nacional, com a inserção em livros didáticos e escolares, gerando identidades regionais, senso comum e memória coletiva, sobretudo das macrorregionalizações de 1970; e iii) direcionamento para a criação de importantes órgãos de planejamento regional, a partir da macrorregionalização, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência do Desenvolvimento da



Região Sul (Sudesul) e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), pautando também a maior parte das políticas, dos planos e dos programas federais recentes (BEZZI, 2004).

Figura 1 - Zonas Fisiográficas Brasileiras - 1942



Fonte: IBGE, 2017a.

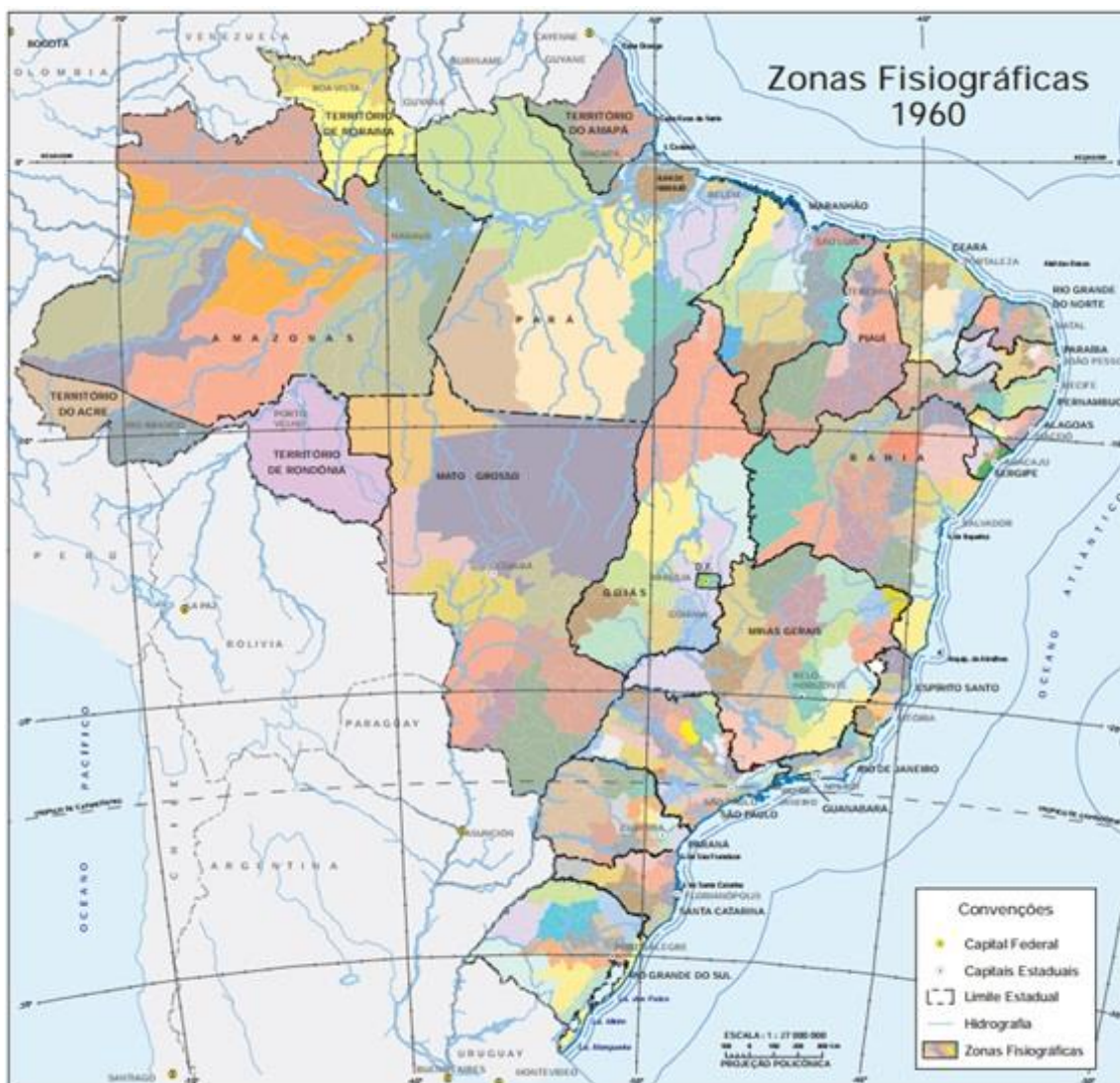
O marco da série de regionalizações do IBGE, conforme supracitado, tem início em 1942, agregando as Unidades Federadas em Grandes Regiões, tendo como critérios fundamentais as características físicas do território (IBGE, 2017a), conforme Figura 03.

Sob a perspectiva teórica, a relevância referencial da regionalização em zonas fisiográficas foi o conceito de região natural, como consequência das distinções de elementos físicos territoriais. O fruto desta primeira regionalização foi o estabelecimento das denominações regionais Norte, Meio-Norte, Nordeste Ocidental, Nordeste Oriental, Leste Setentrional, Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste brasileiro (IBGE, 2017a).



A perspectiva de regiões de elementos físicos – fisiográficas – teve a corroboração de Guimarães (1941), que afirma que as divisões territoriais pautadas na dimensão econômica têm a desvantagem de efemeridade maior, resultando na necessidade de alterações decenais. A partir dessa análise, entendeu-se que a região fisiográfica permitia a observância de uma divisão estável de dados para analisar a evolução do país em quadros fixos regionais, definidos pela natureza.

Figura 2 - Zonas Fisiográficas Brasileiras – 1960



Fonte: IBGE, 2017a.

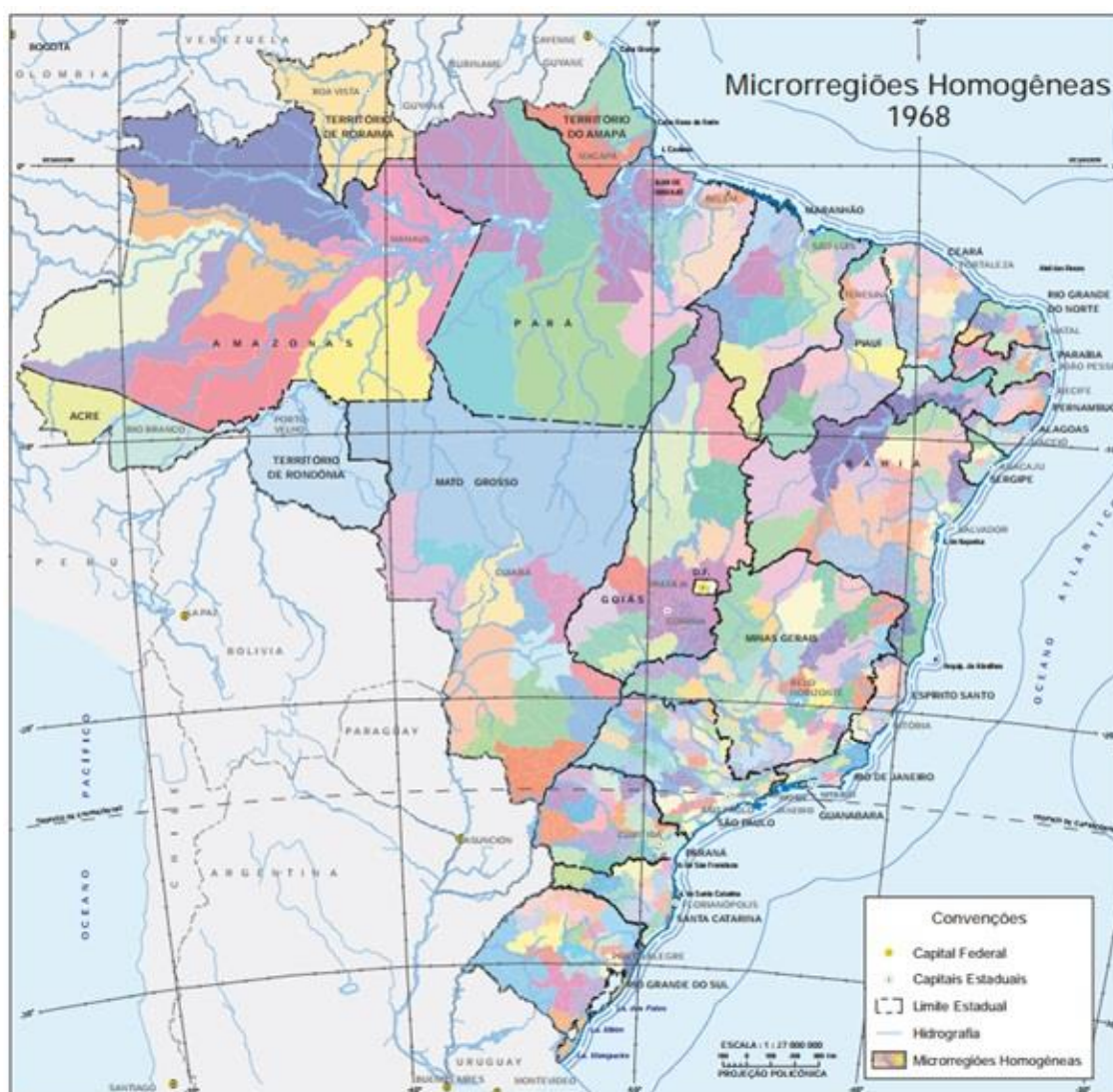
Posterior à noção dessa regionalização de característica mais abrangente, surgiu a necessidade de produção de estatísticas mais fidedignas para a definição, implementação



e monitoramento de políticas públicas. Com este objetivo, o IBGE determinou o recorte territorial em zonas fisiográficas, conforme Figura 4, preservando o critério físico como componente classificador da representação regional do país (IBGE, 2017a). Essa regionalização, no entendimento de Magnano (1995), com fins estatísticos e práticos, pode ser considerada como regionalização empirista.

A regionalização fisiográfica permaneceu até 1968, quando foi então elaborado o novo recorte regional baseado em microrregiões homogêneas, congregando novos critérios para regionalização (IBGE, 2017a).

Figura 3 - Microrregiões Homogêneas Brasileiras - 1968

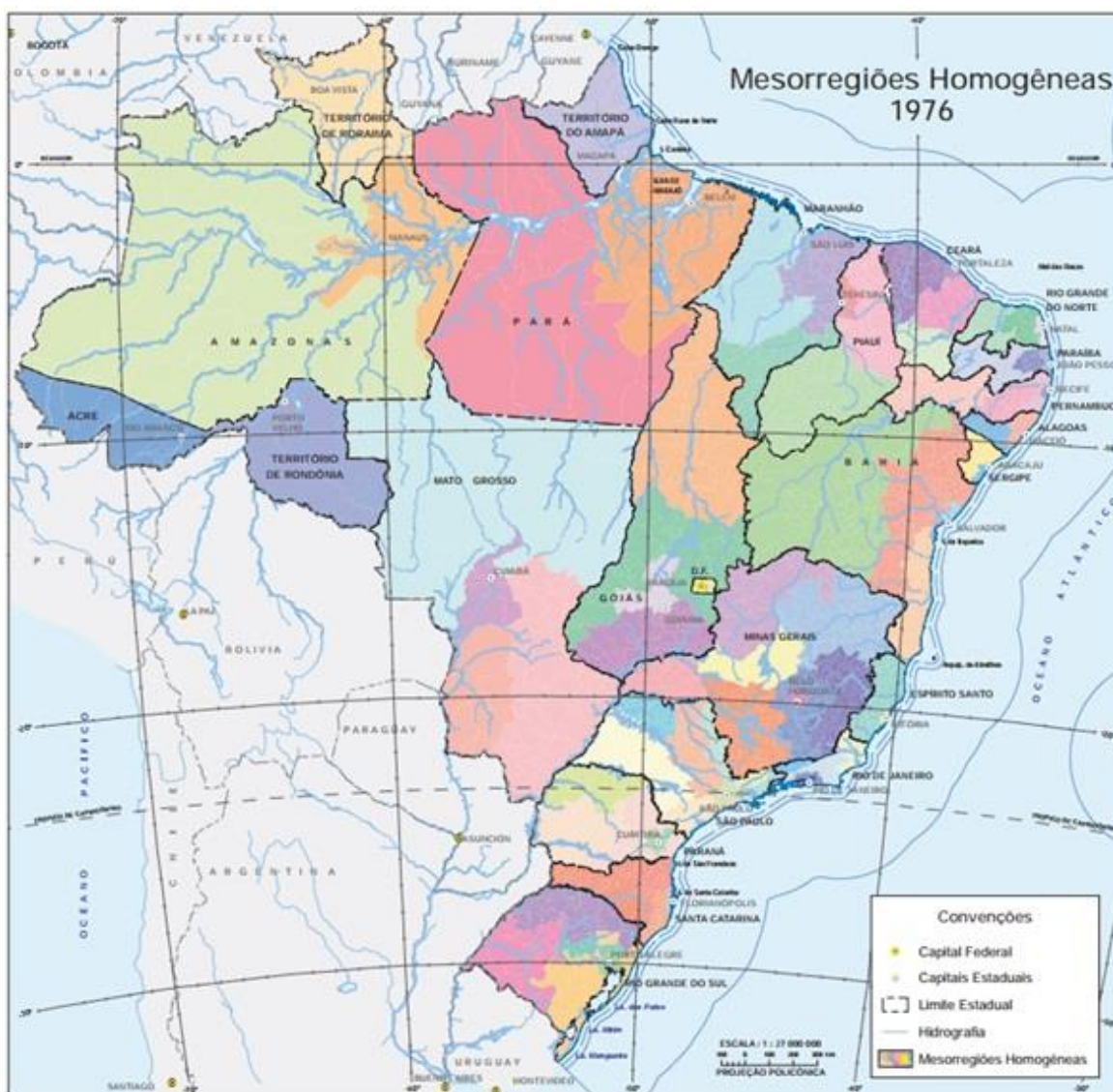


Fonte: IBGE, 2017a.



A nova proposta derivou-se de desafios que superaram a divisão de 1945, buscando interagir com as necessidades de caráter mais prático decorrentes da crescente industrialização e da urbanização do país, à qual agregou novos critérios para a produção da regionalização. Em caráter teórico, a perspectiva de região natural perdeu importância explicativa com a influência da economia regional e da geografia quantitativa. A fundamentação das novas definições translada para as teorias de localização e de polos de crescimento, como elementos para a análise do território (PERIDES, 1994; BEZZI, 2004).

Figura 4 - Mesorregiões Homogêneas Brasileiras - 1976



Fonte: IBGE, 2017a.



Assim, a definição de microrregiões homogêneas buscou novas formas de olhar a organização territorial do país. O conceito de espaço homogêneo considerou as seguintes variáveis: i) áreas ecológicas; ii) estrutura agrária e cultivares; iii) base industrial; iv) infraestrutura de transporte; distribuição espacial da população e atividades terciárias não polarizadoras, como as turísticas, militares, portuárias, entre outras (MAGNANO, 1995). A partir disso, foram definidas 361 microrregiões homogêneas, utilizadas como referência para o Censo de 1970, conforme Figura 5.

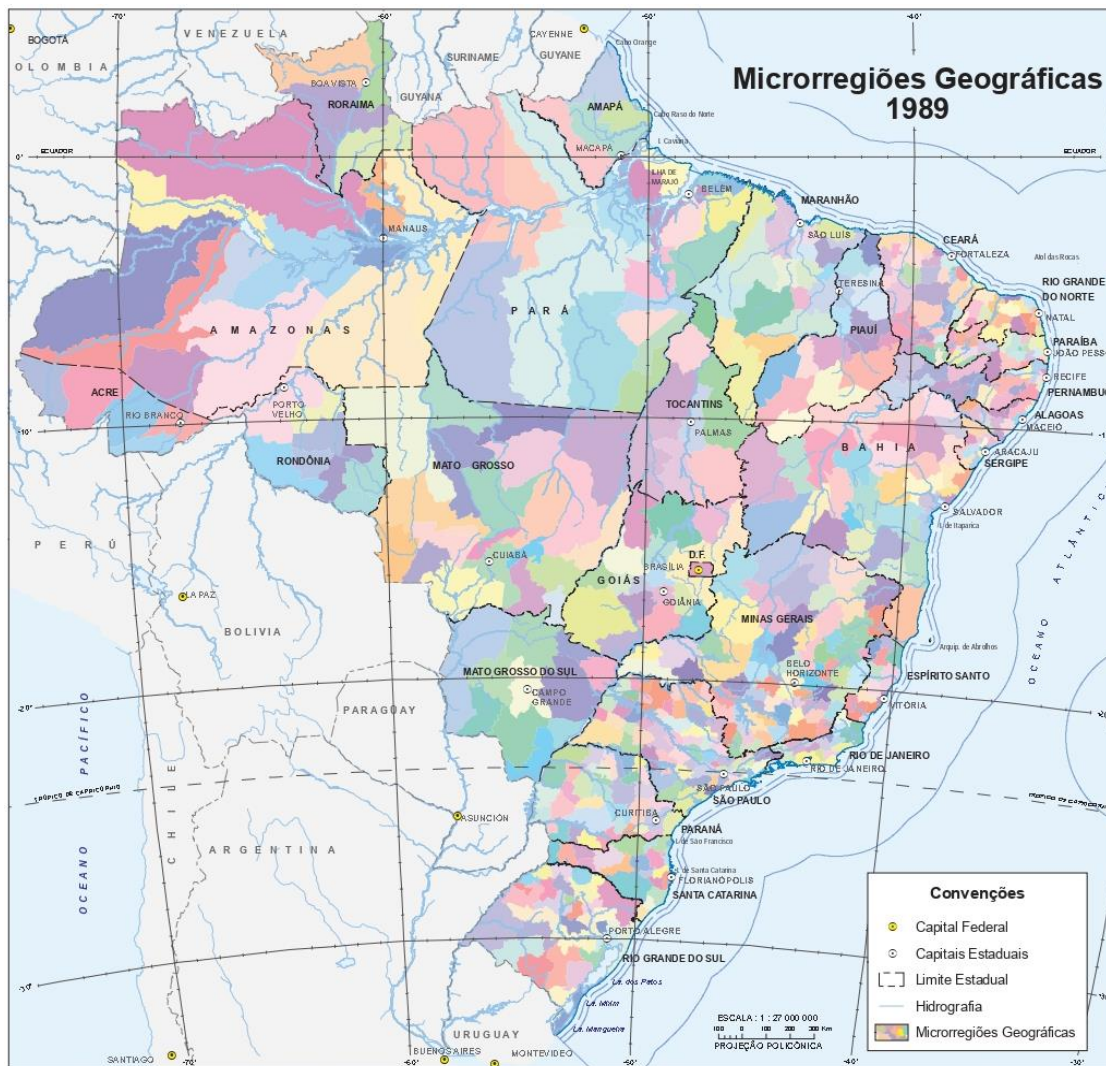
Ainda nos anos 1970, a partir da reconfiguração espacial ocorrida no país – transladando para uma estrutura mais urbano-industrial, principalmente no Sul e Sudeste e, pontualmente, em partes do litoral e interior do país –, tornou-se necessário um novo instrumental conceitual que subsidiasse as políticas contemporâneas de planejamento econômico (ANDRADE, 1970), como também uma nova divisão macrorregional do país.

Esse recorte territorial do país foi considerado como uma desconexão na lógica tradicional de aperfeiçoamento das regionalizações elaboradas pelo IBGE, pois seguem uma tendência de incorporação de novos elementos para classificação de regiões, permitindo analisar a estrutura urbano-industrial.

Com essa modificação, a região e regionalização estreitaram sua relação com o planejamento regional e com a nova função do Estado e determinaram a grande regionalização do país com as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Apoiado na necessidade de ter uma escala intermediária que permitisse a divulgação de informações censitárias sem riscos de individualização – subsídios para as políticas de planejamento – cria-se, então, em 1976, as mesorregiões homogêneas, conforme Figura 6, sendo uma escala territorial entre as microrregiões, conforme Figura 7, e as macrorregiões (IBGE, 2017a).



Figura 5 - Microrregiões Geográficas Brasileiras - 1989

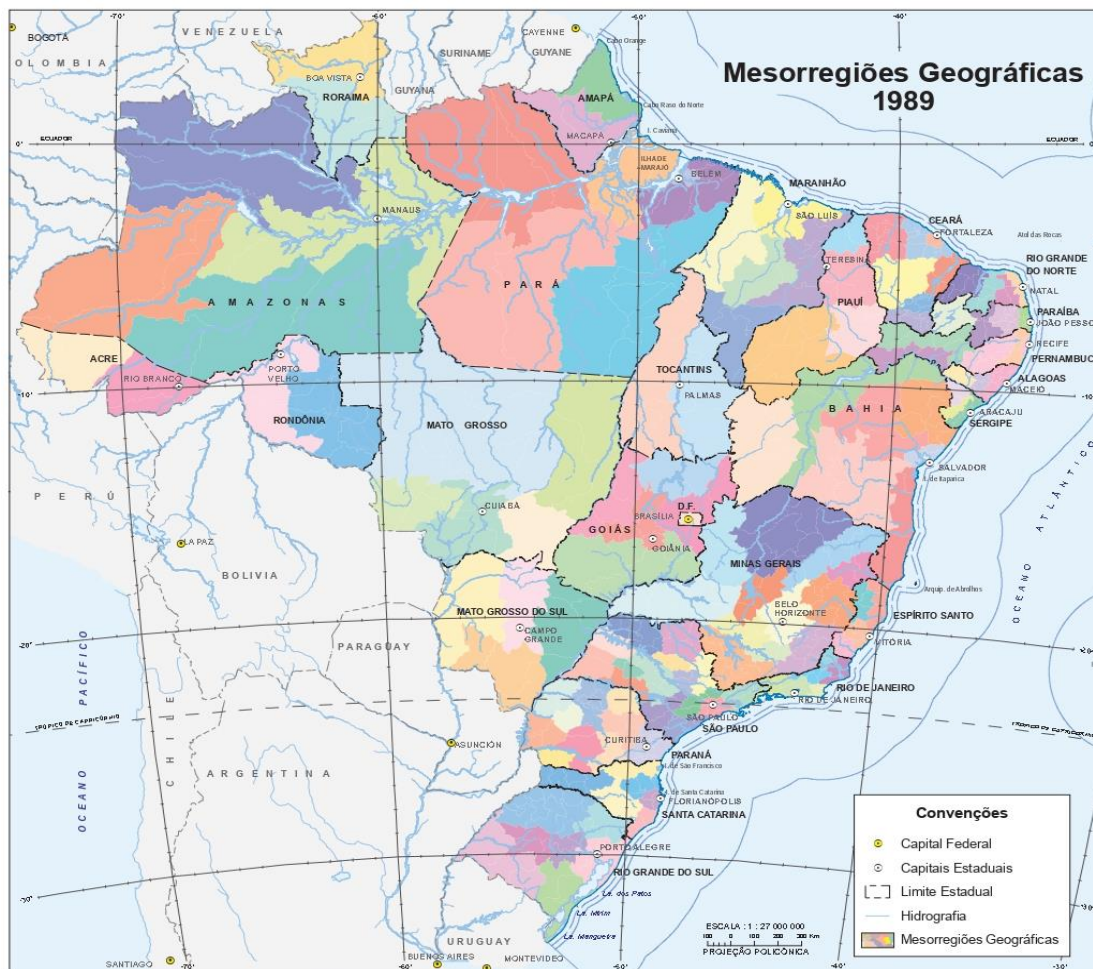


Fonte: IBGE, 2017a.

São instaurados 87 recortes territoriais, que consideraram a mesma arquitetura teórica das microrregiões, como os setores básicos da economia e as estruturas urbana e rural como critérios de homogeneidade intragrupos. Mesmo assim, houve a necessidade do aprimoramento das regionalizações e das mesorregiões, com vistas a promover o desenvolvimento das parcelas mais periféricas e/ou deprimidas, fundamentando-se nas grandes alterações institucionais e socioeconômicas desiguais no território nacional (MAGNANO, 1995; BEZZI, 2004).



Figura 6 - Mesorregiões Geográficas Brasileiras - 1989

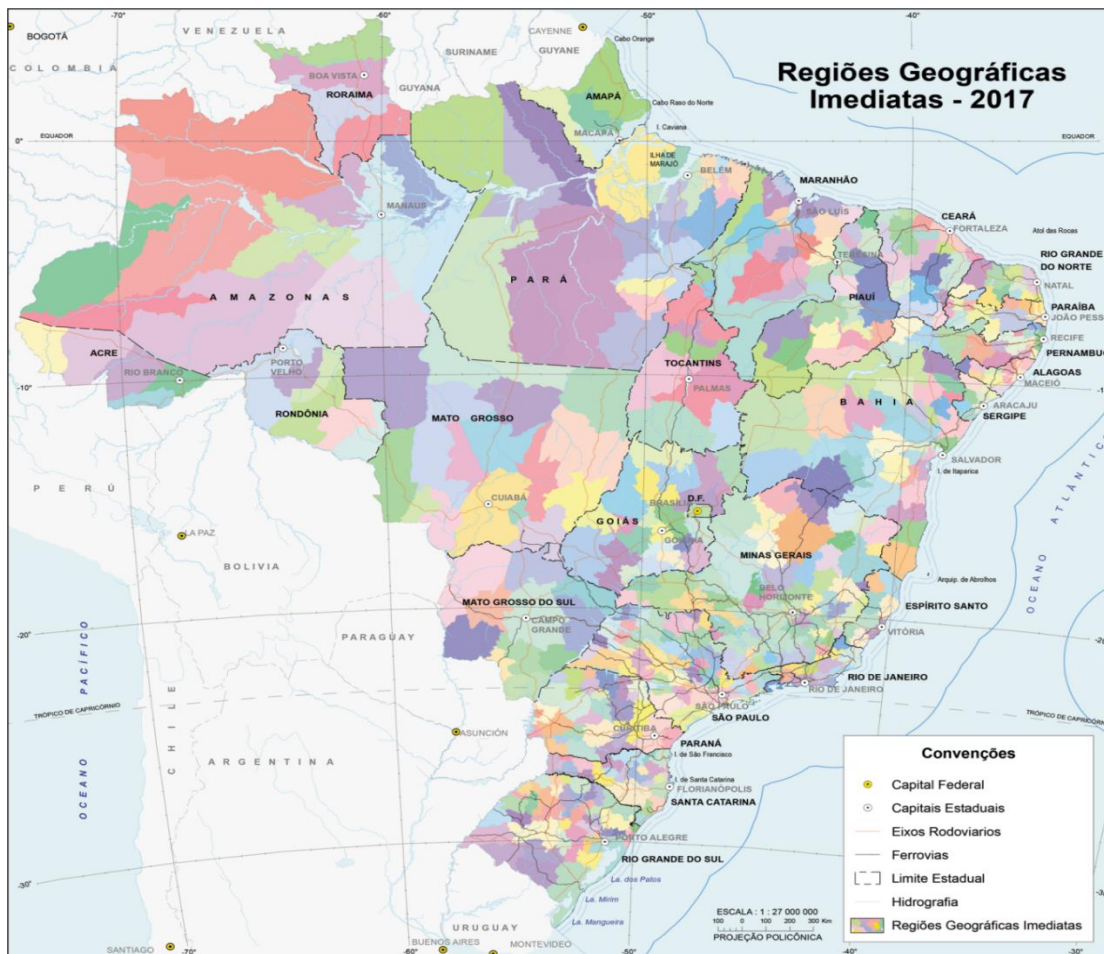


Fonte: IBGE, 2017a.

Em 1990, ocorreram aperfeiçoamentos, determinando as novas divisões do território, quais sejam: i) Microrregião geográfica, que considerou “um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma UF, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração” (IBGE, 2017a), passando a ter 558 microrregiões; e ii) Mesorregião geográfica, que tratou-se de “um conjunto de microrregiões, contíguas e contidas na mesma UF, definidas com base no quadro natural, no processo social e na rede de comunicações e lugares” (IBGE, 2017a) dando origem a 137 mesorregiões (Figura 8).



Figura 7 - Divisão Regional do Brasil - Regiões Geográficas Imediatas - 2017



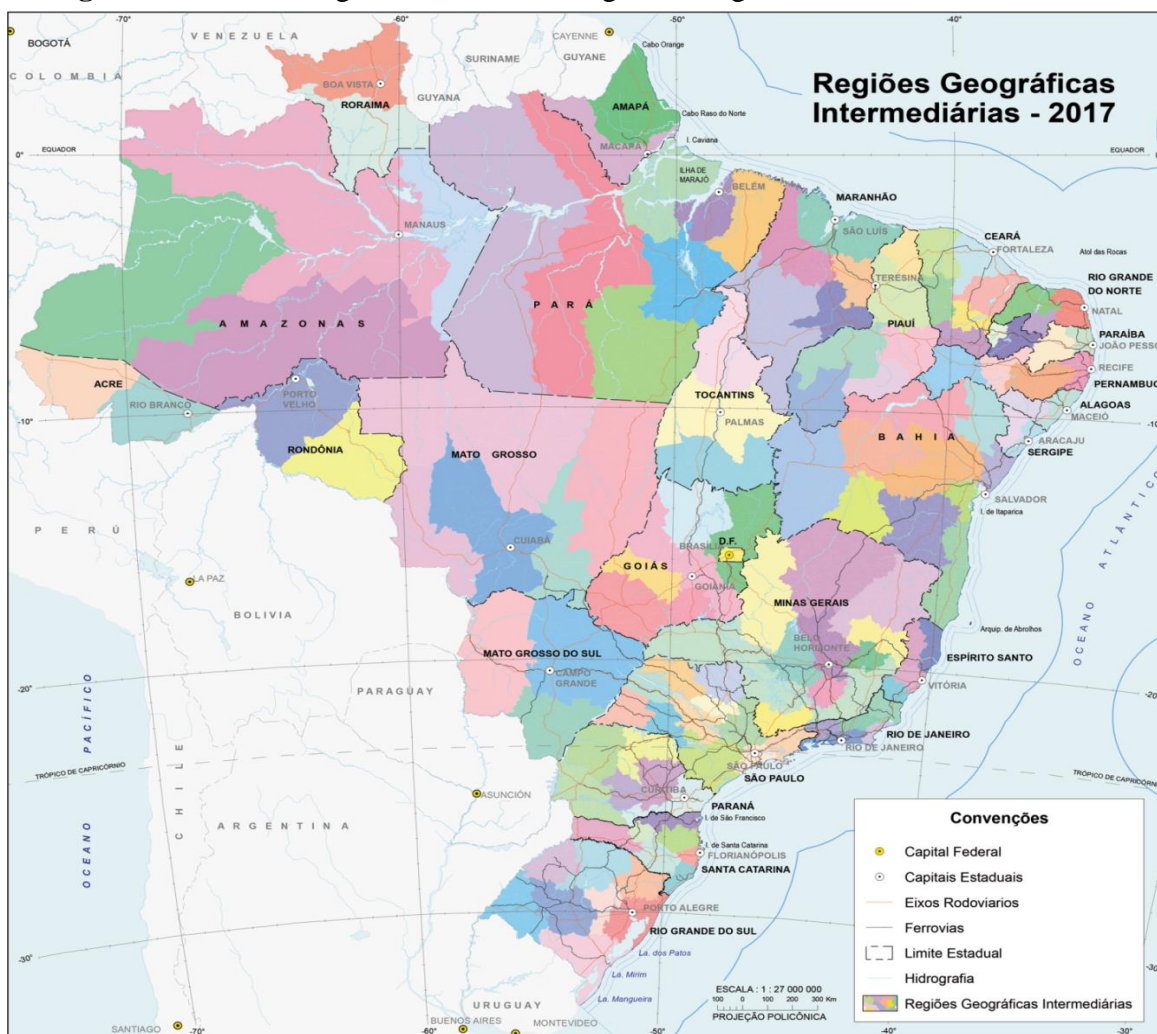
Fonte: IBGE, 2017a.

Em 2017, o IBGE apresentou uma nova proposta de regionalização do território brasileiro, categorizada como Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Nessa proposição, o IBGE considerou as definições de território-rede e território-zona, com vistas a manifestar as formas de observar o espaço e sua relação com os agentes sociais

Os conceitos de território-rede e território-zona carregam uma profunda combinação e correlação com o conceito de regiões funcionais, regiões homogêneas e regiões plano (IBGE, 2017a). O território-zona é delimitado pelos fluxos fixos em um espaço contíguo e homogêneo, correspondendo a um aglomerado de municípios com elementos imóveis, que apresentam conurbação e deslocamentos regulares para trabalho e estudo, em uma porção coesa do território. Ademais, por si só território-zona não tem sentido. É preciso considerar que esse território está localizado em um espaço maior e se conecta, por relações em rede, com outros centros. Por desdobramento, as interações espaciais, dispendo de rede e polos, também reordenam a estrutura e dinâmica para a delimitação de regiões polarizadas (BARBOSA, 2014).



Figura 8 - Divisão Regional do Brasil - Regiões Geográficas Intermediárias - 2017



Fonte: IBGE, 2017a.

O território-rede, por sua vez, tem fundamentação na centralidade do controle e influência que as cidades desempenham por suas funções de alçada intra e inter-regionais. Nesse sentido, observa-se a ampliação dos fluxos derivados da diversificação de novos processos modernos, complexificando ainda mais a divisão regional. A diferenciação dos fluxos – ao considerar níveis, intensidades e orientações –, definiu o quadro regional, congregando usos contínuos, relacionando fluxos de divisão regional do trabalho e da diversificação de objetos e ações construídas socialmente (RIBEIRO, 2001).

A conciliação dessas perspectivas espaciais valorizou tanto a organização e uso contínuo do território – lógica zona – como a lógica em rede para a interação espacial,



definindo assim espaços de continuidade e polarizações estruturadas conforme funções territoriais.

Diante dessas considerações conceituais e metodológicas, o IBGE (2017a) nomeou as Regiões Geográficas Imediatas, conforme o polo de maior hierarquia urbana, considerando os seguintes critérios gerais: caso se encontre mais de um polo de mesma hierarquia, estipulou-se que se as populações dos polos urbanos forem equivalentes, o nome da Região Geográfica Imediata é constituído pelos nomes de todos os polos, ordenando pelo tamanho da população; e se a população de um dos polos urbanos superar em 50% a população do(s) outro(s) polo(s), o nome da Região Geográfica Imediata é a do polo de maior população.

Já as Regiões Geográficas Intermediárias foram nomeadas a partir do polo de maior hierarquia urbana. Havendo mais de um polo de mesma hierarquia, então são adotados os seguintes critérios gerais: i) se as populações dos polos urbanos forem equivalentes, o nome da Região Geográfica Intermediária é formado pelos nomes de todos os polos de mesma hierarquia, ordenando pelo tamanho da população; e ii) se a população de um dos polos urbanos supera em 50% a população do(s) outro(s) polo(s), o nome da Região Geográfica Intermediária é a do polo urbano de maior população.

Essa regionalização foi construída por duas etapas distintas e complementares: primeiramente, embasou-se nos levantamentos bibliográficos de conceitos de região e de regionalização, elaborados pelo IBGE⁵. A complementação desta etapa foi a avaliação da regionalização pela Rede de Agências e Unidades Estaduais (RAUE) do IBGE, bem como pelas Secretarias e/ou Institutos de Planejamento Estaduais. Esse referencial estabeleceu as principais regionalizações do território brasileiro desde a criação do IBGE e apresentou como essas regionalizações repercutiram no país – produção de dados, direcionador de políticas públicas, regionalismos e identidades regionais –, reforçando a compreensão de que as regionalizações têm a função de especificar maneiras de organização espacial como expressão concreta da estrutura e dinâmica econômica e social (PENHA, 1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi realizar uma revisão de literatura sobre as regionalizações brasileiras do último século, compreendendo os aspectos evolutivos e conceituais de regiões e regionalizações.

Do ponto de vista nacional, as propostas de regionalizações do território brasileiro, observa-se que o marco foi a criação do IBGE em 1936, conseqüentemente a primeira regionalização ocorreu em 1942, agregando as Unidades Federadas em Grandes Regiões, tendo como critérios fundamentais as características físicas do território.

Para esta regionalização e as posteriores, consideram as definições de regiões

⁵ Regiões de Influência das Cidades - Regic (2007), Divisão Urbano-Regional, Gestão do Território (2014), Logística dos Transportes do Brasil (2014), Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (2016).



homogênea, funcional e programa, tendo funções desde classificação do território até função de promover a integração econômica dos espaços nacionais, que muitas vezes é compreendida como desenvolvimento econômico.

O conceito de espaço homogêneo que considera as variáveis: i) áreas ecológicas; ii) estrutura agrária e cultivares; iii) base industrial; iv) infraestrutura de transporte; distribuição espacial da população e atividades terciárias não polarizadoras, como as turísticas, militares, portuárias, entre outras, definiram 361 microrregiões homogêneas, utilizadas como referência para o Censo de 1970.

Na década de 70, considerando incorporação de novos elementos para classificação de regiões, permitindo analisar a estrutura urbano-industrial – conceito de região funcional – acabou sendo uma desconexão na lógica tradicional de aperfeiçoamento das regionalizações elaboradas pelo IBGE, pois determinou a grande regionalização do país com as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Entretanto, essa regionalização estreitou sua relação com o planejamento regional e com a nova função do Estado.

Em 1990, ocorreram aperfeiçoamentos das microrregiões e mesorregiões geográficas, determinando as novas divisões do território, sendo elas: i) Microrregião geográfica e ii) Mesorregião geográfica.

Os conceitos de território-rede e território-zona carregam uma profunda combinação e correlação com o conceito de regiões funcionais, regiões homogêneas e regiões plano, determinaram as considerações conceituais Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017.

Insta ressaltar que um ponto essencial desta regionalização está associado aos fluxos intrarregionais, inter-regionais e com o comércio exterior, considerando a hierarquia de serviços, transportes e administrativos entre outros, bem como o processo de integração urbano-regional, ressaltando que a regionalização do ponto de vista do desenvolvimento econômico incumbi o Estado no planejamento dos investimentos estruturantes de integração regional e nacional e o desenvolvimento do complexo urbano-regional.

Por fim, destaca-se que o processo de regionalização não se limita ao contexto socioeconômico e/ou teórico, está relacionado aos seus objetivos, que podem ter diversos interesses, entre eles: ambientais, sociais, econômico dentre outros. Além disso, a regionalização pode ter uso para uma escala de planejamento nacional e/ou regional, e quanto aos seus fins pode propiciar o desenvolvimento de políticas públicas, quer seja com um viés estatal e da perspectiva do desenvolvimento de um recorte territorial. Porém, isso não foi objetivo do presente estudo, mas recomenda-se como escopo de trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1970.



BALBIM, R; CONTEL, F. B. Região e regionalização: subsídios teóricos para o ordenamento territorial e o desenvolvimento brasileiro. In: IPEA. **Brasil em desenvolvimento 2013**: estado, planejamento e políticas públicas, p. 25-48. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, 2013.

BARBOSA, P. P. B. de C. **Releituras da Geografia Particular**: a questão da regionalização e sua relação com o planejamento no Estado do Rio de Janeiro. 2014. 259f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BEZZI, M. L. **Região**: Uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

BOUDEVILLE, J. R. **Os Espaços Econômicos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 118 p. 1973.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento**: Volume III – Regiões de Referência / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2008. 146 p.

BREITBACH, Á. C. de M. **Estudo sobre o conceito de região**. 1 ed, v. 1, 96p. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1988.

BUNGE, W. **Theoretical Geography**. Vol. 1. Royal University of Lund: Department of Geography. Glerup, 1966.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

DAYRIES, J. e DAYRIES, M. **La Regionalisation**. Paris: PUF, 1978.

DUARTE, A. C. Regionalização – considerações metodológicas. **Boletim Geografia Teorética**. Rio Claro: 1980.

FERRERA DE LIMA, J. A concepção do espaço econômico polarizado. **Interações**: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. vol. 4, n. 7, p. 7-14, Set. 2003.

FERRERA DE LIMA, J. Notes sur les pôles de croissance et les strategies Territoriales au Québec. **Canadian Journal of Regional Science**, v. 28, n.1, p. 161-171, 2005.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias et al. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas, p. 49-76. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.





GRIGG, D. Regiões, Modelos e Classes. In: CHORLEY, Richard e Peter Hagget (eds.). **Modelos Integrados em Geografia**, p. 23-66. Rio de Janeiro/São Paulo: LCT/Edusp,1973.

GRIGG, D. The Logic of Regional Systems. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 55, ano 3, p. 465-491, 1965.

GUIMARÃES, F. M. S. Divisão Regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v.3, n. 2. p.318-373. 1941.

HERBERTSON, A. J. The Major Natural Regions: an essay in systematic geography. **The Geographical Journal**, v. 25, n. 3, p. 300-312. 1905.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional no Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e em Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro, 2017a.

JUILLARD, É. La région: essai de définition. In: **Annales de Géographie**, t. 71, n. 387, p. 483-499, 1962.

KAYSER, B. A Região como Objeto de Intervenção. In: GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; LACOSTE, Y.; KAYSER, B. (orgs.). **A Geografia Ativa**. 5 ed. São Paulo; Rio de Janeiro, DIFEL, p. 322-354. 1980.

LEMOS, M. Desenvolvimento econômico e a regionalização do território. In: CAMPOLINA DINIZ, C; CROCCO, M. **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2006.

LIMA, A. C. C. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

LÖSCH, A. (1940) **The economics of location**. New Haven: Yale University Press, 1954.

MAGNANO, A. A. A. Divisão Regional Brasileira – Uma Revisão Bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**., v 52, n 4. p. 67-94. 1995.

NORTH, D. C. A Agricultura e o Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, p. 333-344,1977.

NORTH, D. C. Teoria da Localização e o Crescimento Econômico Regional. In:





SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. p 291-314.

PENHA, E. A. A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo. **Memória Institucional – Documentos para Disseminação**. Rio de Janeiro, 1993.

PERIDES, P. P. Divisão Regional do Brasil de 1945: propostas e problemas. **Revista do Departamento de Geografia**, vol. 7, p. 87-94. 1994.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1967.

PIFFER, M. Apontamentos sobre a base econômica da Região Oeste do Paraná. In: CASSIMIRO FILHO, F.; SHIKIDA, P. F. A. (Org.). **Agronegócio e Desenvolvimento regionais**, p. 57-84. Toledo: EDUNIOESTE, 1999.

PIFFER, M. A dinâmica da base econômica regional. In: FERRERA DE LIMA, J.; PIACENTI, C.; EBERHARDT, P. H. (org.) **Economia & desenvolvimento regional**, p 108-122. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.

RIBEIRO, M. A. As redes geográficas sob a ótica analítica de Miossec. **Geo UERJ**, v.2, n. 10, p. 35-46, 2001.

ROCHEFORT, M. **O problema da regionalização no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1967.

Recebido em 25/07/2021

Aprovado em 27/08/2021



A RELAÇÃO ENTRE FINANCEIRIZAÇÃO E PRODUTIVIDADE: UMA ANÁLISE PARA O BRASIL APÓS 1980

THE RELATION BETWEEN FINANCIALIZATION AND PRODUCTIVITY: AN ANALYSIS FOR BRAZIL AFTER 1980

Thais Andreia Araujo de Souza¹

RESUMO:

A financeirização ganhou espaço na economia mundial junto com o neoliberalismo e a globalização. De acordo com esta teoria, os países se beneficiariam na parte produtiva da abertura das economias ao capital estrangeiro. Entretanto, de acordo com alguns estudos, se verifica que isso não ocorre nas economias subdesenvolvidas. Portanto, o objetivo do estudo é verificar como se desenvolveu a relação entre o lado produtivo da economia brasileira e o capital especulativo advindo da liberalização financeira na década de 1980. Entre os resultados obtidos se verificou que a partir desta década o desempenho produtivo do país passou a ser inferior ao anterior, indicando que a financeirização da economia brasileira teve como consequência negativa a piora do lado produtivo em detrimento do lado especulativo e financeiro, característicos de uma dependência em relação ao capital estrangeiro.

Palavras-chave: Capital Produtivo; Capital Especulativo; Atividades Produtivas.

ABSTRACT:

Financialization has gained ground in the worldwide economy along with neoliberalism and globalization. According to this theory, countries would benefit in the productive activities of the opening of their economies to foreign capital. However, according to some studies, this does not occur in underdeveloped economies. Therefore, the aim of the study is to verify how the relationship between the productive side of the Brazilian economy and speculative capital developed as a result of financial liberalization in the 1980s. From the results obtained it was verified that from this decade the productive performance of the country started to be inferior to the previous one, indicating that the financialization of the Brazilian economy had as negative consequence the worsening of the productive side to the detriment of the speculative and financial side, characteristic of a dependence on foreign capital.

Keywords: Productive capital; Speculative capital; Productive Activities.

¹ Doutoranda em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduada e mestra em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Doutoranda em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: thaisandreiaa@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

No período pós-guerra enfrentado pelos países houve predominância do Estado de bem-estar social, que tinha características de política keynesiana. Neste sistema havia preocupação com o desenvolvimento de políticas sociais, e os países estavam gozando de crescimento, alto nível de emprego e expansão do setor industrial. Contudo, mais precisamente a partir da década de 1980, com o Estado de bem-estar social em crise por causa da alta carga tributária e crises do petróleo, de acordo com Vicente (2009), houve ascensão mundial das ideias de cunho liberal e a chegada ao poder de governos que defendiam esta ideia.

De acordo com esta teoria a maior liberalização financeira e globalização fariam com que os países precisassem se tornar mais eficientes para competirem internacionalmente, então, a financeirização levaria a uma melhora na produtividade dos países. Contudo, existem diversos estudos que discordam desta afirmação (Bresser-Pereira (2009), Saad-Filho (2011), Antunes (2015)), entre outros. Seu principal argumento se baseia na distinção entre as economias avançadas e as economias subdesenvolvidas, sendo que foi criada uma nova relação de dominação.

Considerando o exposto anteriormente, é importante verificar como a maior participação do mercado financeiro em detrimento do mercado produtivo no Brasil após a década de 1980 teve efeito no pobre desempenho da produtividade do trabalho quando comparado com o período anterior em que houve predomínio das políticas de bem-estar social. A hipótese é de que a produtividade brasileira passou a ter um desempenho aquém do esperado por causa da maior importância do setor financeiro, sendo que os investimentos seriam de cunho especulativo ao invés do setor produtivo, mudando o foco do interesse do empresariado no país.

Portanto, o objetivo do estudo é verificar o papel da financeirização na diferença da tendência da produtividade seguida pelo Brasil após a década de 1980. Primeiramente se busca explicar a importância da produtividade do trabalho para que o país possua crescimento sustentado no longo prazo e também contextualizar o estado de bem-estar social que era característico anteriormente à década citada, em que a participação do Estado era maior na economia, além disso, se busca caracterizar a transição que houve entre a mudança da maior participação do Estado para o controle pelo mercado, a ascensão do neoliberalismo, globalização e financeirização. Por fim, se pretende analisar dados que mostrem o diferente comportamento da produtividade do país antes e depois do período para verificar como a financeirização impactou no crescimento da produtividade.

Com o objetivo delimitado, o presente estudo se encontra estruturado em três seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção é feito um breve levantamento teórico sobre a importância da produtividade do trabalho para o crescimento econômico. Na segunda seção é feita uma revisão sobre a transformação pela qual a economia passou entre o Estado de bem-estar social, sua crise, a ascensão das ideias neoliberais, o desenvolvimento da globalização e a financeirização. E, por fim, na terceira seção são apresentados alguns dados a respeito da economia brasileira com o



intuito de verificar como se encontrou o desempenho da produtividade em relação à financeirização no país.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Ao relacionar a importância da produtividade para o crescimento econômico e o lado produtivo da economia, ela pode ser relacionada com o crescimento econômico através da segunda lei de Kaldor ou lei de Kaldor-Verdoorn², conforme Thirwall (1983). De acordo com essa lei, quão mais rápida fosse a taxa de crescimento da produtividade do trabalho da indústria, maior seria a taxa de crescimento do produto da indústria de manufatura, devido à existência das economias de escala e os retornos crescentes. Os retornos à escala eram um fenômeno macroeconômico relacionado à interação entre a elasticidade da demanda e da oferta dos bens da indústria manufatureira. Além disso, esta interação seria a responsável pela relação positiva entre produto e produtividade na manufatura.

Kaldor (1978) estudou as razões do por que a taxa de crescimento do Reino Unido ser baixa na primeira metade do século XX. Segundo o autor, a taxa de crescimento econômico seria associada à taxa de crescimento do setor de manufatura em um estágio intermediário de desenvolvimento econômico. Neste estágio, a economia transitaria de imatura para madura, e, para o autor, o baixo crescimento da economia no Reino Unido residia no fato de que o estágio de maturidade foi alcançado mais cedo do que em outros países, e que por isto o seu potencial para o crescimento rápido foi desgastado antes que fossem atingidos altos níveis de produtividade. Assim, o Reino Unido sofreu de maturidade prematura.

Ademais, quão maior a taxa de crescimento do produto da indústria de manufatura, maior seria a transferência do trabalho de outros setores com retornos decrescentes para esta indústria, induzindo o crescimento da produtividade nos outros setores da economia. Portanto, quanto maior a taxa de crescimento do produto na indústria de manufatura, maior seria a taxa de crescimento da produtividade na economia como um todo, conhecida como a terceira lei de Kaldor, de acordo com Thirwall (1983). Quando a transferência de trabalho dos setores com retornos decrescentes aumentasse, ou quando a produção comesse a depender do emprego em todos os setores da economia, o crescimento da produtividade geral induzido pela manufatura tenderia a diminuir, juntamente com a taxa de crescimento do produto correspondente.

Neste sentido que surgiu a ideia de que países mais desenvolvidos, com menos pessoas na agricultura teriam queda no crescimento da produção, conhecido como o processo de mudança estrutural, de acordo com Baumol (1967), sendo um processo de migração de mão de obra da agropecuária para a indústria e serviços. Ou seja, conforme

² Verdoorn e Kaldor, em estudos separados, estabeleceram a teoria para a relação empírica entre crescimento da produção e da produtividade do trabalho. Assim, quando a produção aumenta, há uma tendência para que a produtividade do trabalho também aumente, ficando conhecida como a lei Kaldor-Verdoorn.



os países passassem a se desenvolver, a mão de obra que estaria empregada na agropecuária seria substituída por capital físico e seria absorvida pelo setor industrial, o que causaria ganhos de produtividade em ambos os setores. Após isto, conforme os países passassem a ser cada vez mais desenvolvidos, chegaria uma etapa em que a mão de obra da indústria migraria para o setor de serviços, caracterizando um novo processo de mudança estrutural.

3 REVISÃO HISTÓRICA

3.1 O Estado de Bem-estar Social

No período que procedeu ao pós-guerra, mais precisamente o período de 1940 a 1960 teve ascensão no palco econômico o estado de bem-estar social, com o intuito de auxiliar as economias a se recuperarem da guerra, conforme Vicente (2009). Como característica desse movimento se destaca que era uma política de cunho keynesiana, com o estado intervindo na economia. Durante este período o que se verificou foi que as economias conseguiram se recuperar, sendo que esta recuperação beneficiou as diferentes camadas da população, classe empresarial, classe média e trabalhadores. Também se destacou que houve aumento nas políticas de cunho social, de modo a diminuir a desigualdade econômica dentro dos países. Este período é conhecido como a era dourada do capitalismo, em que houve compatibilização de crescimento com melhora na área social, sendo alto o nível do emprego, e também avanço na parte industrial dos países, sejam eles avançados ou subdesenvolvidos. De uma visão mundial se verificou o aumento no crescimento da produção acompanhado de aumento no consumo.

Conforme observado por Wolf e Oliveira (2016), as políticas sociais no estado de bem-estar social tinham o objetivo de proteger os indivíduos contra o que limitasse sua capacidade de ter suas necessidades fundamentais atendidas. Assim, o Estado funcionava como um sistema de proteção social no atendimento das necessidades individuais fundamentais. Entretanto, em meados da década de 1970 este modo de intervenção na economia passou a ser alvo de crises. Dentre elas, conforme destacou Vicente (2009), as duas crises do petróleo tiveram grande impacto nos governos por meio de uma paralisação econômica e de altas taxas de inflação. Além disso, para preservar o seu papel de protetor social, o Estado impunha aos empresários uma alta carga tributária, o que prejudicava a sua capacidade de geração e manutenção de lucro. Portanto, o Estado de bem-estar social passou a receber críticas por ser um mau administrador e ser um empecilho para o progresso técnico, ao mesmo tempo em que as ideias de cunho neoliberais passaram a receber atenção. Isto porque as políticas de cunho social estavam sendo custosas em termos de lucros para os empresários. Assim, com a crise do Estado de bem-estar social, teve ascensão internacional o neoliberalismo.



3.2 Neoliberalismo e Globalização

O neoliberalismo, apoiado nas ideias de Hayek, que estava sendo discutido desde meados da década de 1960, passou a ganhar destaque. Entre as suas ideias estavam que o capitalismo deveria ser livre de regras, que o mercado deveria ser o responsável por coordenar as atividades econômicas, que deveria existir livre mercado global, e o Estado deveria ter papel mínimo nesse sistema. Vicente (2009) afirma que com o neoliberalismo houve chegada ao poder de vários governos de direita que apoiavam o neoliberalismo, sendo que seus objetivos eram o comércio livre e *laissez-faire*.

Conjuntamente com o neoliberalismo, a crise do Estado de bem-estar social também desencadeou a transformação do mundo em direção à globalização, que é a homogeneização das diferentes culturas em direção àquela cultura dominante, no caso a cultura americana. Assim, houve globalização das instituições, padrões culturais, além do consumo dos diferentes locais. A globalização também representou uma nova forma de competição, em que, para que um país fosse competitivo era necessária a adoção de algumas reformas, entre elas, a regulação do mercado pela livre competição de preços, a defesa do Estado como instrumento de superação para a adoção da livre iniciativa, privatização de diversas empresas estatais produtoras de serviços públicos, além de reformas no âmbito tributário e previdenciário. Na era da globalização também foram incentivadas a entrada de empresas estrangeiras nos países, ou seja, conforme Vicente (2009) houve preferência por fomento às empresas estrangeiras em detrimento das empresas domésticas.

Além da globalização, o neoliberalismo também trouxe consigo o fenômeno da financeirização. Sendo que houve aumento dos mercados financeiros e fluxos financeiros, isto porque de acordo com Almeida (1997), dentre as transformações decorridas do neoliberalismo houve a desregulação e liberalização dos mercados financeiros internacionais e nacionais. Ao abordar mais especificamente o Brasil, Marinho, Castro e Aires (2016), comentaram que o neoliberalismo e a globalização propiciaram a integração dos mercados financeiros, formação de blocos econômicos e o acúmulo de riqueza por parte privilegiada da sociedade, ou seja, houve aumento na desigualdade de renda no país. Com o avanço da globalização, neoliberalismo e financeirização, houve internacionalização do capital financeiro dos países avançados em direção aos países subdesenvolvidos. Portanto, se verificou uma dominação do capital financeiro nos países subdesenvolvidos.

Nesse sentido, Bresser-Pereira (2009), afirma que a financeirização é a criação de uma riqueza financeira fictícia e também a apropriação por parcela considerável dessa riqueza pelos grandes financistas. No argumento do autor, foi a desregulação dos mercados financeiros, tal como evidenciado por Almeida (1997), que levou à financeirização. O autor ainda defende que o neoliberalismo afirmava que o Estado não precisava realizar a regulação dos mercados financeiros porque estes eram autorregulados. Com a financeirização sendo criação de riqueza fictícia, significa que ela não tem efeitos positivos no lado produtivo da economia, ou seja, esse fenômeno não produz impacto e melhorias em termos de produtividade, por exemplo.



Assim como Bresser-Pereira (2009), Epstein (2005) também definiu o termo de financeirização. De acordo com o autor, a financeirização é o aumento do motivo financeiro, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras na operação das economias domésticas e internacional. Na década de 1970 em que estava ocorrendo transformação de um modelo de Estado de bem-estar social para o de neoliberalismo, houve mudança estrutural que incentivou os países a elevarem as suas transações financeiras. Relacionado ao comentado por Marinho, Castro e Aires (2016), Epstein (2005) afirma que a transmissão da financeirização em direção às economias emergentes geralmente possui consequências negativas, sendo que muitas delas são crises financeiras. Outra das consequências negativas advindas da financeirização, conforme Antunes (2015), é que ela leva à terceirização do mercado de trabalho, ou seja, há perda de direitos por parte dos trabalhadores, tais como redução salarial, redução de custos, enfraquecimento da organização sindical, entre outros. Ademais, a informalidade e precarização do mercado de trabalho contribuem positivamente para o aumento dos lucros empresariais, o que é um dos objetivos da globalização. Portanto, novamente se verifica que o neoliberalismo, globalização e financeirização levam ao aumento da desigualdade nos países.

Em relação à maior atuação do sistema financeiro na economia, Assad-Filho (2011) afirma que a capacidade do Estado de alocar os recursos intertemporalmente, intersetorialmente e internacionalmente foram repassadas para os mercados financeiros que estão cada vez mais globalizados e no qual as instituições americanas têm papel dominante. Com a influência sobre a forma de alocação de recursos, as instituições financeiras também têm impacto sobre o nível e composição dos investimentos, produto, emprego, padrão internacional de especialização, entre outros. Portanto, com a financeirização se expandindo por meio do crescimento das atividades especulativas e a remuneração dos grandes financistas, se verifica que elas podem ter impactos no lado produtivo da economia, contudo, esses impactos são negativos nos países subdesenvolvidos, como exemplo as crises, sendo que estes países possuem maior vulnerabilidade em relação às atividades especulativas decorrentes da financeirização e globalização, como exemplo a fuga de capital, de acordo com Epstein (2005). Assim, o que se verifica contraria a teoria neoliberal em que, conforme explicita Assad-Filho (2011), as finanças mobilizariam a alocação de recursos de modo eficiente, reduzindo riscos sistêmicos e produzindo ganhos de produtividade significativos para a economia.

Portanto, se verifica que juntamente com a ascensão do neoliberalismo ganharam espaço a globalização e a financeirização que, conforme explicitado, deixam as economias emergentes e subdesenvolvidas vulneráveis às atividades especulativas, fuga de capital e crises financeiras, causando consequências negativas ao lado produtivo da economia, tal como piora na produtividade. Sendo que este fato é contrário ao que a teoria neoliberal afirma, entretanto, também se destaca que a teoria neoliberal não leva em consideração a diferença entre os países avançados e subdesenvolvidos e o padrão de dominância dos primeiros sobre os últimos.



3.3 Problemas do Capital Especulativo

Conforme se verificou na subseção anterior, as economias emergentes e subdesenvolvidas se encontram presas em um novo padrão de dominância pelos países avançados. Sendo esta dominância por meio do mercado financeiro, de acordo com Corsi e Alves (2009). As economias emergentes se encontram em situação vulnerável porque a dominância do capital financeiro gerou uma dinâmica econômica instável e baseada em bolhas especulativas, sendo que a formação e o estouro dessas bolhas são características do padrão de acumulação do capitalismo global. Além disso, Dias (2006) também afirma que nos países subdesenvolvidos não há a formação e consolidação de uma base financeira nacional, mas sim que há caracterização de inchaço especulativo no mercado financeiro.

Um exemplo desse fenômeno, conforme citado por Corsi e Alves (2009) é que na década de 1990 se verificou que a taxa de investimento dos países não acompanhou a taxa de lucros, produzindo fraco estímulo para o crescimento, dificuldade crônica de valorização para o capital e contínuo inchaço da esfera financeira, sendo que a única exceção foram os Estados Unidos. Atílio (2016) cita que entre os problemas atuais enfrentados no sistema financeiro estão especulação, securitização, afastamento da relação de instituições financeiras com os clientes, manipulação dos mercados, negligência com a produtividade dos empréstimos e perda de foco no combate à pobreza. Sendo que estes impactos são percebidos no lado produtivo da economia por meio da eclosão de inúmeras crises financeiras desde a liberalização financeira.

De acordo com a teoria neoliberal, os países deveriam abrir suas economias para o capital especulativo e produtivo. Contudo, ao se verificar empiricamente, se percebe que há divisão dos países entre centro e periferia na aplicação destes capitais, conforme Mello (1997). Nos países localizados na periferia existe maior concentração de capital especulativo e os governos encontram dificuldades para manter uma taxa de câmbio favorável às exportações, e, portanto, acabam acumulando dívidas públicas elevadas.

Este é o caso em que se encontra a região da América Latina, conforme Amaral (2007). A dependência das economias avançadas decorre da generalização do movimento especulativo de capital, existindo um intenso processo de financeirização em que a lógica especulativa domina a lógica produtiva. Sendo assim, há dificuldades enfrentadas para que estes países possam se desenvolver, visto que não há estímulos para o desenvolvimento de um setor industrial que possa ser o motor de crescimento da economia. Portanto, na região da América Latina o capital produtivo é subordinado ao capital especulativo e os países possuem vulnerabilidade externa a qualquer movimento de capital internacional. Entre os modos que o capital especulativo se apresenta, o autor destaca que podem ser por meio de doações, investimento estrangeiro direto ou lançamento de títulos de dívida, os quais possuem baixa credibilidade e acabam adquirindo caráter especulativo, além disso, o mercado de derivativos também é um exemplo de um capital especulativo parasitário, que ocorre quando o capital fictício ultrapassa o capital produtivo, de acordo com Mattei (2015).



3.4 Comportamento da Produtividade a partir de 1980

Concernente à produtividade, o crescimento que ocorreu por volta os anos 1965 a 1980, de acordo com Menezes-Filho, Campos e Komatsu (2014) foi principalmente por causa de melhorias internas nos setores, e, também pelo movimento de deslocamento da mão de obra para os setores mais produtivos da economia. Ademais, afirmaram também que no período abrangendo de 1950 até 1980, a produtividade brasileira cresceu acima da produtividade americana. A produtividade dos serviços e da indústria, segundo os autores, tinha comportamento similar neste período, porém, foi a indústria que mais influenciou no resultado agregado e o respectivo crescimento da produtividade. Contudo, devido à queda da produtividade agregada na década de 1980, a agropecuária passou a apresentar maior crescimento embora com queda na mão de obra. Menezes, Campos e Komatsu (2014) também afirmaram que foi neste período que a produtividade na indústria iniciou seu comportamento de queda, apesar de ter se recuperado durante o processo de abertura comercial na década de 1990.

Considerando a década de 1980, Silva, Menezes-Filho e Komatsu (2016) afirmaram que as poucas contribuições positivas da produtividade foram principalmente conduzidas por causa da mudança estrutural, ou seja, pelo deslocamento de trabalhadores da agropecuária para os setores da indústria e serviços, corroborando com Menezes-Filho, Campos e Komatsu (2014), que afirmaram que na década houve queda da mão de obra da agropecuária. Além disso, Silva, Menezes-Filho e Komatsu (2016) afirmaram que a produtividade intrassetorial não contribuiu para o crescimento da produtividade, portanto, seria possível que a queda da produtividade no período tivesse decorrido desta falta de contribuição do crescimento intrassetorial da produtividade.

Menezes-Filho, Campos e Komatsu (2014), também afirmaram que a diferença na taxa de crescimento da década de 2000 para 1990 decorreu principalmente dos comportamentos da produtividade total dos fatores e da escolaridade, também entendida como capital humano. De Negri e Cavalcante (2014) afirmaram que o aumento da taxa de crescimento da década de 2000 em relação a 1990 se deveu ao resultado das reformas na década de 1990, pois, de acordo com o autor, era preciso um longo prazo para que as reformas se refletissem na produtividade.

4 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS PRODUTIVAS E ESPECULATIVAS

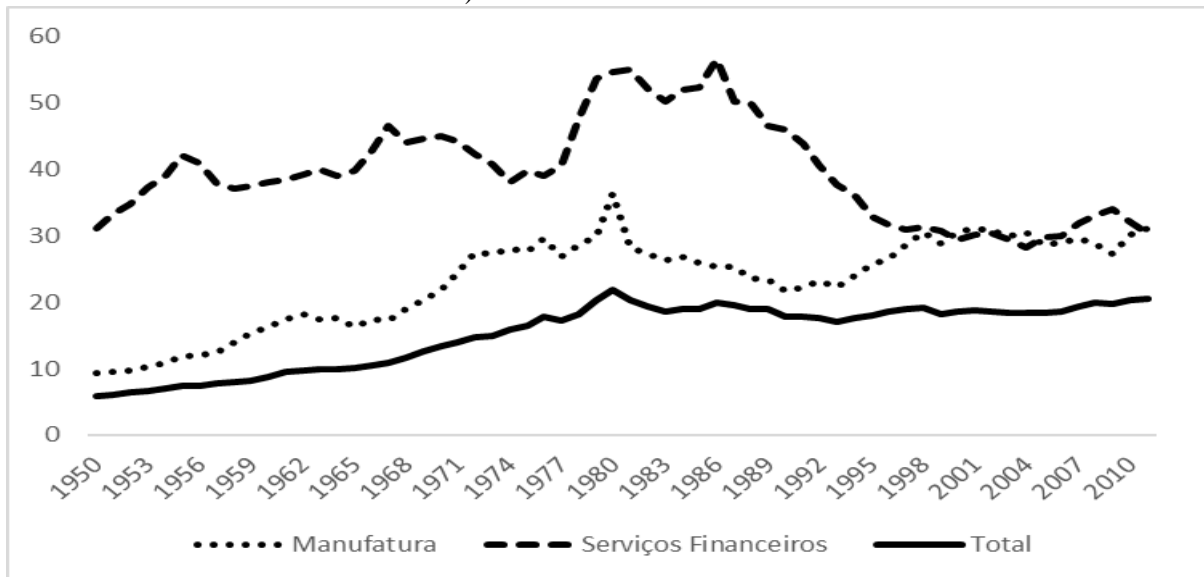
Nesta seção são apresentados alguns dados referentes ao mercado produtivo e mercado especulativo brasileiro para mostrar como se desenvolveu esta relação após a liberalização financeira adotada pelo país em meados da década de 1980, e, para isto são analisados diversos indicadores de diferentes fontes de dados. Primeiramente o que se observa é o comportamento da produtividade do trabalho no período de 1950 a 2011 (dados mais recentes). Conforme demonstrado no Gráfico 1, são apresentadas as produtividades desagregadas em duas atividades, manufatura e serviços financeiros, além da produtividade agregada. Entre a década de 1950 e a década de 1980 se verifica tendência de crescimento constante nas três produtividades observadas (incluindo a total). Este período coincide com o período em que havia predomínio do Estado de bem esta



social, com políticas keynesianas mais voltadas para as atividades produtivas da economia. Entretanto, a partir da década de 1980 passou a ocorrer decréscimo na produtividade nas atividades, ou seja, a produção ficou menos eficiente. A partir desta década, que foi marcada pelas crises do fim do Estado de bem-estar social, houve adoção de políticas de cunho mais neoliberais, que visam a evolução da globalização com a crença errônea de que ao abrir os mercados para a competitividade internacional, a produção será mais eficiente. O que é verificado no Gráfico 1 é que isto não ocorreu, ao contrário, como sintoma da dominação dos países avançados sobre os emergentes e subdesenvolvidos, como no caso do Brasil, o país passa a sofrer consequências negativas no seu lado produtivo por causa da maior financeirização ocorrida.

Além disso, considerando que as atividades relacionadas aos serviços financeiros não contribuem para a melhora do lado produtivo da economia se verifica que, durante todo o período analisado, a produtividade dos serviços financeiros é a maior, sendo mais alta inclusive que a produtividade da manufatura, (que, de acordo com Kaldor, é o motor da economia, sendo responsável por expandir os ganhos de eficiência para toda a economia por causa da sua característica de retornos crescentes a escala). Por fim, se verifica que a produtividade dos serviços financeiros, que em tese deveria se beneficiar da maior financeirização, passou a decrescer a partir da década de 1980 e a produtividade agregada desde então apresenta características de estagnação.

Gráfico 1 – Evolução do Nível de Produtividade de Diversos Setores entre 1950-2011 (em milhares de dólares constantes de 2005)



Fonte: GGDC 10 Sector Database (2018).

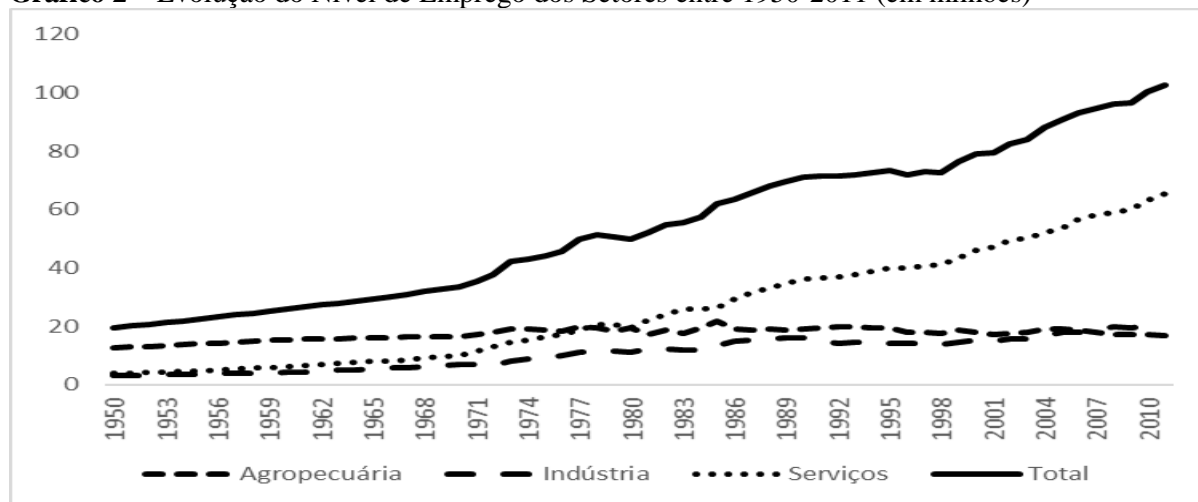
O Gráfico 2 apresenta a evolução do nível de emprego nos três setores da economia (agropecuária, indústria e serviços) e o agregado durante o período de 1950 a 2011. É interessante destacar que, de acordo com Kaldor (1978), conforme ocorressem ganhos de produtividade na economia decorrente dos retornos crescentes a escala da



indústria, haveria migração da mão de obra da agropecuária para este setor em um processo conhecido por mudança estrutural, de acordo com Squeff e De Negri (2014). Verificou-se que da década de 1950 até a década de 1970 havia maior ocupação no setor agropecuário, sendo que desde então há migração para a indústria e serviços, corroborando a afirmação de Kaldor.

Entretanto, a partir da década de 1970, o crescimento dos serviços passou a se descolar do crescimento da indústria, o que também é defendido por Baumol (1967), que afirma que após a economia atingir certa maturidade e o setor da indústria estar contribuindo para a melhora nos demais setores da economia, começaria a existir migração da mão de obra da indústria para os serviços, contudo, conforme afirma o autor, essa migração deveria ocorrer para as atividades mais produtivas dos serviços, o que não ocorreu de fato. Enquanto houve cada vez mais crescimento da ocupação no setor de serviços, a produtividade dos serviços financeiros, que é a atividade mais produtiva dentro do setor, passou a decrescer, ou seja, se houve piora na eficiência da atividade mais eficiente, as outras atividades do setor também não obtiveram o desempenho desejado, mostrando novamente que o período de liberalização financeira não foi bom para o desempenho do lado produtivo, afetando inclusive a produtividade da atividade de serviços financeiros, a atividade mais relacionada com a nova estrutura de mercado.

Gráfico 2 – Evolução do Nível de Emprego dos Setores entre 1950-2011 (em milhões)



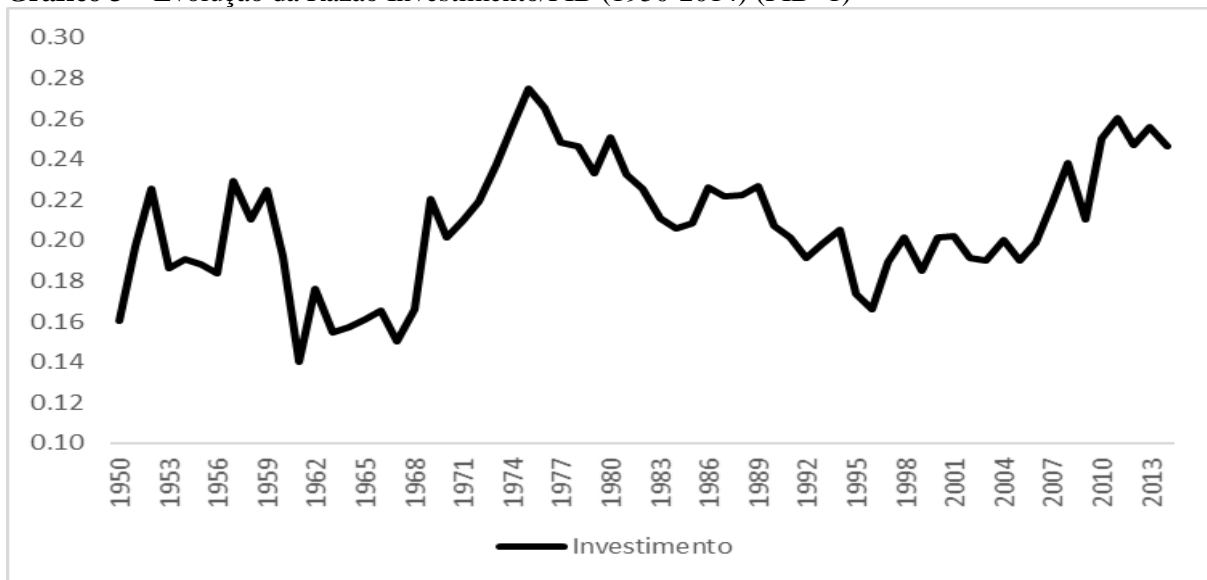
Fonte: GGDC 10 Sector Database (2018).

Outra variável muito importante para verificar o comportamento das atividades produtivas da economia é o investimento, que é o responsável pela manutenção do nível de atividades futuros de uma economia e a sua possível transformação em uma economia mais dinâmica. Conforme é possível observar no Gráfico 3, a parcela do investimento no PIB passa por alguns períodos de ciclos, conforme já estabelecido na teoria econômica. Entretanto, se destaca que durante a década de 1970, que ainda era caracterizada pelo Estado de bem-estar social, o investimento assumiu uma tendência de crescimento, contrariando o que se observou a partir da década de 1980. No período em que houve



maior adoção de políticas de cunho liberal, o investimento, que é uma variável que afeta diretamente o lado produtivo, passou a apresentar tendência decrescente, que continuou até meados da década de 1990. Portanto, se constata que desde a ascensão das políticas de cunho neoliberal, duas variáveis que representam o lado produtivo da economia (produtividade e investimento), passaram a apresentar resultados negativos no Brasil, refutando a teoria de que maior liberalização tornaria a produção mais competitiva com ganhos de eficiência. Esse resultado contribui para caracterizar a afirmação de que os países da América Latina passam por um novo processo de dominação pelos países avançados, dessa vez através da dependência financeira, conforme Corsi e Alves (2009).

Gráfico 3 – Evolução da Razão Investimento/PIB (1950-2014) (PIB=1)

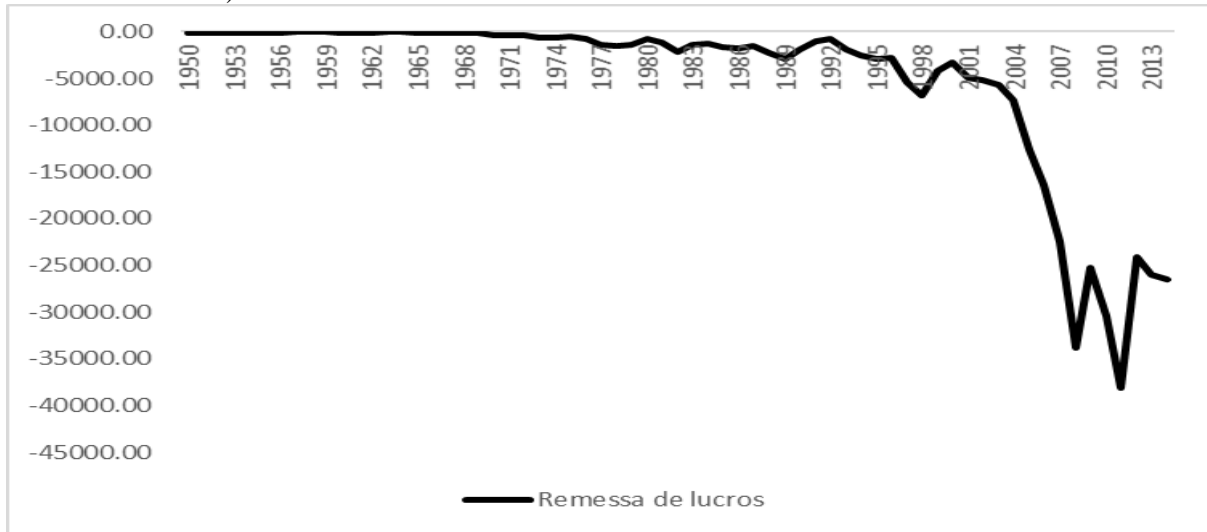


Fonte: Penn World Table (2018).

Em seguida, no Gráfico 4, são apresentados dados referentes ao saldo da remessa de lucros e dividendos da conta de serviços e renda do balanço de pagamentos brasileiro no período de 1950 a 2014. Primeiramente, o que se destaca é que começou a haver maior remessa de lucros ao exterior a partir de meados da década de 1970, mais precisamente a partir de 1980, compatibilizando também com a transformação da economia em direção a políticas mais neoliberais e visão mais globalizada. Assim, também é destaque no gráfico que o saldo dos lucros durante todo o período é negativo, indicando que há saída de lucros do país para o exterior. Ou seja, os lucros que são obtidos das atividades no país não ficam em solo brasileiro. Então, este dado mais uma vez mostra a situação do país como dependente do capital internacional, sendo que este capital em grande parte é especulativo, como é possível concluir através da análise do nível de investimento no país e o saldo da remessa de lucros e dividendos. O resultado negativo do saldo de lucros e dividendos no Brasil mostra a vulnerabilidade do país às crises financeiras e também à fuga de capital, conforme tinha sido destacado por alguns autores na seção anterior.



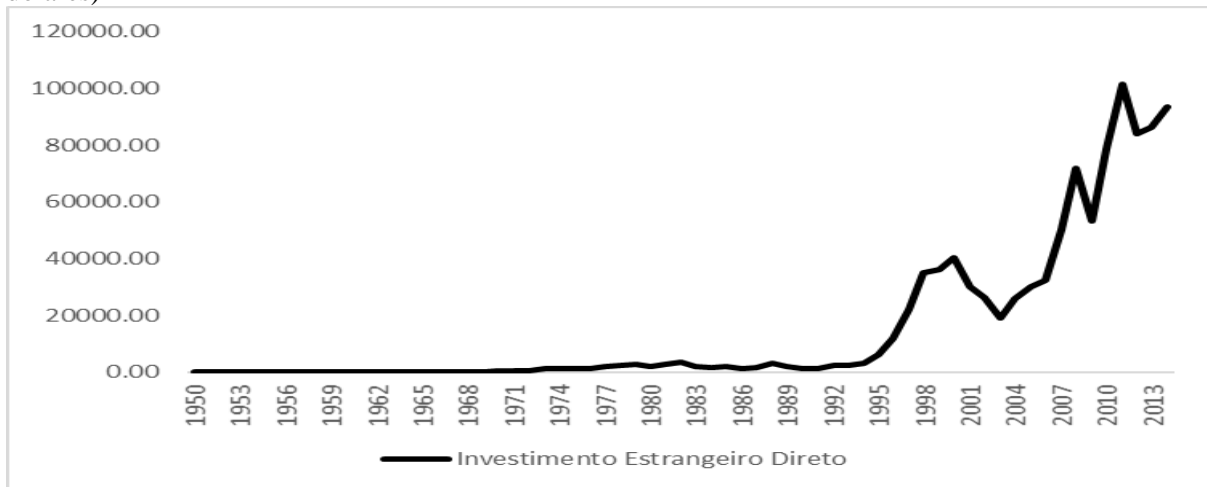
Gráfico 4 – Saldo de Lucros e Dividendos da Conta de Serviços e Renda (1950-2014) (em milhões de dólares)



Fonte: Ipeadata (2018).

Outro modo de verificar a dependência do capital financeiro por uma economia é o ingresso de investimento estrangeiro direto, conforme observado por Amaral (2007). O Gráfico 5 apresenta o ingresso de investimento estrangeiro direto no país a partir de 1950 e, como tinha sido observado pela remessa de lucros e dividendos, se verifica que houve maior movimentação de IED no país a partir de meados da década de 1970, novamente coincidindo com a maior liberalização financeira no Brasil e também com a redução da eficiência do lado produtivo da economia doméstica.

Gráfico 5 – Ingresso de Investimento Estrangeiro Direto no Brasil (1950-2014) (em milhões de dólares)

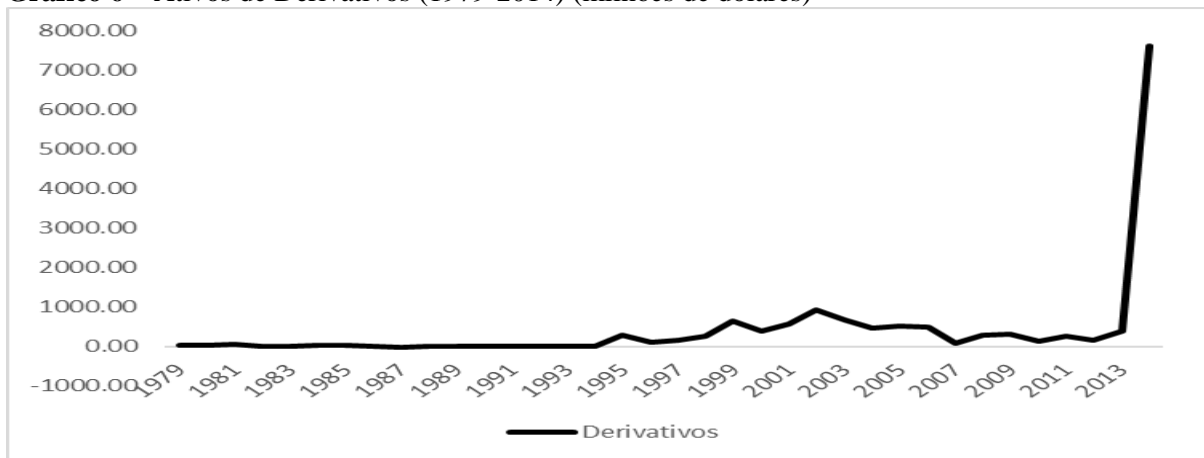


Fonte: Ipeadata (2018).



Ademais, a respeito da entrada de IED no país, se verifica que a partir de 1995, o ano da estabilização econômica brasileira por meio da implementação do Plano Real, o crescimento do ingresso de investimento estrangeiro passou a aumentar exponencialmente, caracterizando a maior dependência da economia por meio do capital financeiro estrangeiro. Por fim, é apresentado no Gráfico 6 a evolução dos ativos do mercado de derivativos no país. Conforme destacou Mattei (2015), a análise do mercado de derivativos é importante para identificar o capital especulativo parasitário que ronda as economias emergentes e subdesenvolvidas.

Gráfico 6 – Ativos de Derivativos (1979-2014) (milhões de dólares)



Fonte: Ipeadata (2018).

Conforme é possível verificar pelo gráfico, foi somente a partir de 1979 que passou a existir movimentação no mercado de derivativos no país, também outro indicador da maior liberalização financeira que o país apresentou no período. O saldo deste tipo de atividade financeira foi positivo durante todo o período observado e é o tipo de atividade que é totalmente decorrente de atividade financeira. É um ativo não tangível que é ancorado em outro ativo tangível e produtivo, ou seja, há ganho de capital especulativo em cima do capital produtivo por meio desta atividade. É isto que identifica esta atividade em países subdesenvolvidos como capital especulativo parasitário.

Portanto, conforme foi comentado na seção anterior e também corroborado pela apresentação dos dados nesta seção, identifica-se que a partir do momento histórico em que se diz que houve transformação da economia em direção ao neoliberalismo, globalização e financeirização, a década de 1980, as atividades produtivas dos países emergentes e subdesenvolvidos (o caso analisado o Brasil), passaram a apresentar piora no seu desempenho, destacando algumas das consequências negativas que estes países sofrem no processo de liberalização financeira. Por fim, as análises empíricas realizadas demonstram contrariedade ao argumento neoliberal de que a liberalização financeira dos mercados permitiria que houvesse ganho de produtividade para o país por meio do processo de competição regulado pelo mercado.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi relacionar o desempenho da produtividade do trabalho brasileira a partir da segunda metade do século XX com as políticas de cunho neoliberal, mais precisamente a financeirização, com o intuito de verificar se o lado produtivo da economia se tornaria mais eficiente com a maior liberalização financeira, conforme defendido pela teoria neoliberal.

De acordo com a teoria neoliberal a maior globalização e financeirização por meio da abertura dos mercados permitiria que os países competissem na produção e por isso se tornariam mais eficientes produtivamente. Entretanto, esta teoria não levava em consideração a diferença entre os países avançados e subdesenvolvidos, então o que se verificou foi uma nova forma de dominação dos primeiros sobre os últimos. Assim, nos mercados subdesenvolvidos, ao se incentivar a abertura dos mercados, o que ocorreu foi que o capital produtivo foi suplantado pelo capital especulativo, deixando estes países vulneráveis externamente e sujeitos a crises financeiras e possível fuga de capital.

Ao se verificar empiricamente esta hipótese para o caso brasileiro, foi constatado que a partir da década de 1980, em que houve maior liberalização financeira no país, as variáveis de cunho produtivo passaram a ter desempenho inferior ao observado anteriormente, enquanto variáveis de cunho especulativo passaram a apresentar montantes crescentes no país. Assim, o que se verificou dessa observação foi que no Brasil houve consequências negativas no lado produtivo por causa do aumento da atividade especulativa, contrariando o que afirmava a teoria neoliberal. Portanto, para que o país passe a apresentar desempenho eficiente na sua produção, é necessário que sejam realizados investimento de cunho produtivo no país, e não somente de cunho financeiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. Crise Econômica, Crise do *Welfare State* e Reforma Sanitária. IN: GERSCHMAN, S.; VIANNA, M. L. W. **A Miragem da Pós-Modernidade: democracia e políticas sociais no contexto de globalização.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997.

AMARAL, M. S. **Neoliberalismo na América Latina e a Nova Fase da Dependência.** 2007. Disponível em:
<http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Marisa_Amaral.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

ANTUNES, R. A Sociedade da Terceirização Total. **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, p. 6-14, 2015.

ATTILIO, L. A. Os Riscos da Financeirização do Microcrédito. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 22, n. 47, p. 369-384, 2016.



BRESSER-PEREIRA, L. C. Assalto ao Estado e ao Mercado, Neoliberalismo e Teoria Econômica. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 23, 2009.

CORSI, F. L.; ALVES, G. Século XXI – uma perspectiva crítica crise financeira global e o capitalismo do. **Revista Histerdbr Online**, p. 16-25, 2009.

DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, R. Os Dilemas e os Desafios da Produtividade no Brasil. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, R.(Org). **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**, v.1, 1 ed. Brasília: IPEA:ABDI, 2014. p. 15-52.

DIAS, G. L. S. Brasil: o futuro da economia. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 56, p. 61-74, 2006.

EPSTEIN, Gerald A. **Introduction: financialization and the world economy**. In: EPSTEIN, Gerald A. **Financialization and the World Economy**. Edward Elgar Publishing, 2005, p. 3-16.

FEENSTRA, R. C.; INKLAAR, R.; TIMMER, M. P. The Next Generation of the Penn World Table. **American Economic Review**, v. 105, n. 10, p. 3150-3182, 2015.

HUGEN, J. A. **O Deslocamento e Descolamento do Capital Produtivo em Relação ao Capital Financeiro: como a financeirização afeta o trabalhador?** 2015. 73 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas)-Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

IPEADATA. **Dados**. 2018. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 24 jul. 2018.

KALDOR, N. Causes of the Slow Rate of Economic Growth in the United Kingdom. In: KALDOR, Nicholas. **Further Essays on Economic Theory**, Londres: The Anchor Press Ltd, 1978.

LOBATO, L. V. C. Políticas Sociais e Modelos de Bem-Estar Social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde Debate**, v. 40, p. 87-97, 2016.

MARINHO, A.; CASTRO, R.; AIRES, W. P. **Aspectos e Influências do Neoliberalismo e da Globalização no Brasil: seletividade de classes**. 2016. Disponível em:

<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/8849/3/02_Aspectos%20e%20influ%C3%A2ncias%20do%20neoliberalismo%20e%20da%20globaliza%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.



MELLO, J. M. C. A Contra-Revolução Liberal Conservadora e a Tradição Crítica Latino-Americana. Um Prólogo em Homenagem a Celso Furtado. **Economia e Sociedade**, v. 9, p. 159-164, 1997.

MENEZES-FILHO, N.; CAMPOS, G.; KOMATSU, B. **A Evolução da Produtividade no Brasil**. Policy Paper n. 12, INSPER, ago. 2014.

PENN WORLD TABLE. **PWT 8.1**. 2016. Disponível em:
<<http://www.rug.nl/research/ggdc/data/pwt/pwt-8.1>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

SAAD FILHO, A. Crise no Neoliberalismo ou Crise do Neoliberalismo? **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, v. 1, n. 3, p. 6-19, 2011.

SILVA, F. Y. R.; MENEZES-FILHO, N. A.; KOMATSU, B. K. **Evolução da Produtividade no Brasil**: comparações internacionais. Policy Paper n. 15, INSPER, jan. 2016.

SQUEFF, G. C.; DE NEGRI, F. Produtividade do Trabalho e Mudança Estrutural no Brasil nos Anos 2000. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Org.). **Produtividade no Brasil**: desempenho e determinantes, v. 1, 1 ed. Brasília: IPEA:ABDI, 2014, p. 249-280.

THIRLWALL, A. P. A Plain Man's Guide to Kaldor's Growth Laws. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 5, n. 3, p. 345-358, 1983.

TIMMER, M. P.; DE VRIES, G. J.; DE VRIES, K. Patterns of Structural Change in Developing Countries. In WEISS, J.; TRIBE, M. (Org.) **Routledge Handbook of Industry and Development**. Routledge. 2015. p. 65-83.

VICENTE, M. M. **História e Comunicação na Ordem Internacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

WOLF, P. J. W.; OLIVEIRA, G. C. Os Estados de Bem-Estar Social da Europa Ocidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades. **Economia e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 661-694, 2016.

*Recebido em 04/07/2021
Aprovado em 27/08/2021*



EVIDÊNCIAS SOBRE A CRIMINALIDADE NO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE PARA AS ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

EVIDENCE ON CRIME IN THE STATE OF PARANÁ: AN ANALYSIS FOR INTEGRATED PUBLIC SECURITY AREAS

Nívea Reis Moura¹
Marina Silva da Cunha²

RESUMO:

Esse trabalho tem o objetivo de analisar o comportamento das ocorrências de diferentes tipos de crimes no estado do Paraná, entre os anos de 2007 a 2018, de acordo com as Áreas de Integração de Segurança Pública (AISP). São considerados os crimes de homicídios, contra a pessoa e o patrimônio, furtos, roubos, assim como as ocorrências de consumo e tráfico de drogas, além de apreensão de armas de fogo. Os resultados do trabalho indicam que a partir de 2007 há redução apenas dos homicídios e das armas apreendidas no estado. Contudo, no caso dos homicídios, há uma maior dispersão entre as AISP, atingindo até 85,75 ocorrências a cada 100 mil habitantes na AISP de Foz de Iguaçu em 2017, enquanto a AISP de Jacarezinho tinha 8,05 casos. Verifica-se ainda uma taxa de crescimento positiva em treze tipos de crimes, além de relativa estabilidade nos demais. Por sua vez, as evidências sugerem que em onze tipos de crimes há convergência, em que as características socioeconômicas são condicionantes desse comportamento. Com exceção das apreensões de armas, esse processo ocorre associado à expansão da criminalidade, o que merece atenção das políticas públicas de segurança do estado.

Palavras-chave: Segurança pública; Paraná; Convergência.

ABSTRACT:

This work aims to analyze the behavior of the occurrences of different types of crimes in the state of Paraná, between the years 2007 to 2018, according to the Public Security Integration Areas (AISP). The crimes of homicide, against person and property, theft, robbery, as well as the occurrence of drug consumption and trafficking, as well as the seizure of firearms are considered. The results of the work indicate that, as of 2007, there is a reduction only in homicides and weapons seized in the state. However, in the case of homicides, there is a greater dispersion among AISP, reaching up to 85.75 occurrences per 100 thousand inhabitants in the Foz de Iguaçu area in 2017, while AISP de Jacarezinho had 8.05 cases. There is also a growth rate in thirteen types of crime, in addition to relative stability in the others. In turn, the evidence suggests that in eleven types of crimes there is convergence, in which socioeconomic characteristics are conditioning factors for this behavior. Except for weapons seizures, this process is associated with the expansion of crime, which deserves attention from the state's public security policies.

Keywords: Public security; Paraná; Convergence.

¹ Graduada em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: niveareismoura@gmail.com.

² Doutora em Economia Aplicada pela ESALQ/USP e professora titular do Departamento de Economia (DCO) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PCE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: mscunha@uem.br.



1 INTRODUÇÃO

No Brasil, os índices de criminalidade são altos, em 2018, o país ficou entre os países mais violentos do mundo, de acordo com relatório divulgado pela Organização Mundial da Saúde, fato que se confirma para outros anos anteriores também (WHO, 2018). Nesse ano de 2018, entre as 50 cidades mais violentas do mundo 17 encontram-se no Brasil (MARTELL, 2019), além de o país ser um dos locais em que houve maiores incidências de mortes por armas de fogo (MARCZAK et al., 2018). A criminalidade alta causa mudanças profundas na vida dos cidadãos, como fortes restrições econômicas e sociais, acarretando sensação de medo e insegurança (SANTOS; KASSOUF, 2008).

Os custos que a criminalidade impõe são altos, como por exemplo, a perda de acumulação de capital físico, redução do turismo, redução da demanda por atividades de lazer, assim como redução do consumo de bens com maior valor agregado, que possa vir a chamar algum tipo de atenção de criminosos (CERQUEIRA et al., 2007). Ademais, investimentos que poderiam ser destinados ao capital humano passam a ser gastos com medidas de segurança e proteção pessoal, o que pode resultar em atraso no desenvolvimento humano, reduzindo, portanto, a qualidade de vida da sociedade inserida em regiões violentas. De fato, conforme Silva e Cunha (2016), uma parcela considerável da população brasileira se sente insegura.

Na literatura econômica, Becker (1974) é considerado precursor na abordagem das atividades ilícitas. Assim, partindo de um arcabouço neoclássico e considerando que o indivíduo procura maximizar seus ganhos, tem-se que a decisão de cometer um crime envolve os ganhos e perdas do ato ilícito. Sendo assim, o indivíduo decide cometer um crime quando obtém retornos superiores aos riscos ligados ao ato. Nessa abordagem, as atividades ilegais são aquelas prejudiciais ao bem-estar da sociedade, as quais geram externalidades negativas. Em geral, essas atividades estão ligadas a retornos monetários, no entanto quando se analisam os crimes de homicídio e estupro, por exemplo, os ganhos podem ser de cunho pessoal. Desse modo, busca-se compreender a oferta de crimes, os custos sociais, os custos implícitos em relação à apreensão e à condenação, assim como as punições.

Essas externalidades negativas impõem ao país atenção especial voltada à criação de medidas de segurança pública eficientes. Há diversos estudos abordando a segurança pública no país, especialmente as taxas de homicídios. Esse crime se concentra em sua maioria no grupo de homens jovens (SANTOS, 2009). Além das taxas de homicídios, também foi o foco de estudos a escolaridade e região, pois se observa que maiores níveis de escolaridade reduzem a criminalidade, já a violência tem impacto negativo nos rendimentos escolares (SANTOS, 2009; GAMA; SCORZAFAVE, 2013; SILVA; CUNHA, 2016). A criminalidade também está correlacionada negativamente com a renda familiar (SACHSIDA; MENDONÇA, 2013; BORILLI, 2005; SANTOS; KASSOUF, 2008; HARTUNG; PESSOA, 2007).

Há também trabalhos regionais, para o estado do Paraná, em que se pode constatar que os crimes violentos tendem a diminuir quando o desenvolvimento econômico e social se eleva (SHIKIDA; OLIVEIRA, 2012) e que medidas como aumento da renda familiar e escolaridade contribuiriam na redução da inserção de pessoas na criminalidade (SCHAEFER; SHIKIDA, 2001). Outros tiveram como foco apenas o comportamento das taxas de homicídios e identificaram que um maior desenvolvimento social contribui para a sua redução (LUCAS, CUNHA; BONDEZAN, 2020; SASS, PORSSE; SILVA, 2016).





Assim, entre os fatores observados que mais impactam a criminalidade, especialmente, as taxas de homicídios estão o grau de urbanização, o nível de pobreza, a desigualdade de renda, o elevado percentual da população jovem masculina e o desemprego. Adicionalmente, o Brasil é um país considerado altamente violento no cenário mundial, por sua vez o estado do Paraná, apesar de não estar entre os estados mais violentos do país, apresentou em 2017 uma taxa de homicídio alta, equivalente a 23 homicídios por 100 mil habitantes. Assim, é possível observar que há um aumento da criminalidade no Brasil e, em geral, seu nível também é alto no estado do Paraná, que se constitui no foco principal desse estudo.

Nesse contexto, com o intuito de contribuir para o entendimento da evolução da criminalidade no Brasil, esse estudo analisa a criminalidade no estado do Paraná, verificando a evolução temporal e regional dos crimes de homicídios, contra a pessoa e o patrimônio, furtos, roubos, assim como as ocorrências de uso ou consumo e tráfico de drogas, além da apreensão de armas de fogo, de 2007 até 2018. Para realizar este estudo, foram utilizados os dados disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, que possui uma agregação dos municípios de acordo as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP). Mais especificamente, busca-se verificar o a evolução recente das ocorrências de cada tipo de crime, bem como testar as hipóteses de convergência absoluta e condicional para as regionais de segurança pública do estado.

A hipótese de convergência sugere que, regiões menos perigosas podem se tornar mais perigosas, ou seja, com maiores ocorrências de violência e com elevados número de crimes consumados, devido ao espalhamento das atividades criminosas e violentas, o que foi analisado no estudo de Santos e Santos Filho (2011) para o Brasil. Destaca-se que a maioria dos trabalhos sobre essa temática aborda apenas as taxas de homicídios. Nesse sentido, o presente trabalho inova ao abordar diferentes tipos de crimes, considerando não apenas suas tendências para o estado, mas também seu comportamento regional, nas vinte e três Áreas Integradas de Segurança Pública do Paraná.

Para atender ao objetivo proposto, além dessa introdução, esse trabalho está dividido em mais três seções. A próxima seção se dedica à metodologia, em que se apresentam os dados e os métodos utilizados no estudo. Ainda nesse segundo tópico é realizada uma caracterização socioeconômica das Áreas Integradas de Segurança Pública do Paraná. Já a seção seguinte é dedica à análise recente da criminalidade, buscando identificar tanto a tendência quanto a sua dispersão regional no estado do Paraná. E, por fim, na última seção, estão as considerações finais, que sumarizam os principais resultados do estudo.

2 METODOLOGIA

2.1 Dados

Os dados utilizados para mensurar e caracterizar a criminalidade e a violência no Paraná são dos Relatórios Estatísticos da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), que obtém suas informações a partir do Boletim de Ocorrência Unificado (BOU), que permite uma padronização de formulários utilizados pela Polícia Militar no atendimento ao público. Por sua vez, esse boletim também passou a ser utilizado pela Polícia Civil no atendimento das vítimas de ocorrências ilícitas. Assim, esses formulários são digitados em um mesmo sistema de armazenamento de dados, integrando todos os registros das duas corporações policiais. A





partir de 2007, o BOU foi implantado em todo o estado, sendo, a partir daí, um importante sistema de registros de ocorrências policiais no Paraná.

As agregações de alguns crimes ocorreram com base na tipificação do Código Penal Brasileiro em vigor. Os crimes analisados nesse trabalho são aqueles com informações disponíveis no período estudado. Assim foram analisados os homicídios dolosos, os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a administração pública, furtos, roubos, tráfico e consumo de drogas, além da apreensão de armas.³

Quanto aos homicídios dolosos, foram somados os casos em que houve mortes, cujo assassino teve intenção de matar, em que o BOU compilou através dos inquéritos instaurados pela Polícia Civil do estado do Paraná. Ao tabular os crimes contra a pessoa, o BOU considerou todos os crimes cometidos contra a vida, com a desagregação de homicídios consumados e os de trânsito.

Já para os crimes contra o patrimônio, foi levado em consideração todos os crimes de furtos e roubos tentados e consumados, inclusive os de veículos. Por sua vez, nos crimes contra a Administração Pública, são contabilizados os casos praticados por funcionários públicos e por particular contra a administração em geral, os crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira, contra a administração da justiça e contra as finanças públicas.⁴

Os crimes de ameaça incluem os crimes em que há ofensa à integridade corporal ou à saúde de outrem.⁵ Nesses casos são incluídas as ameaças por palavra, escrita ou em gesto, ou ainda por qualquer outro meio simbólico, a ponto de causar mal injusto e grave.⁶ Já os crimes com lesão corporal também foram analisados separadamente. Para o tipo “outros crimes” houve a agregação dos crimes contra a propriedade imaterial, crimes contra a organização do trabalho, crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos, crimes contra a família, contra a incolumidade⁷ pública, crimes contra a paz pública, contra a fé pública e demais crimes previstos em legislações esparsas.⁸

Para os furtos foram agregados os casos em que houve apropriação de coisas alheias, móveis e sem o uso de violência. Já nos casos de roubos, somaram-se os casos de apropriação de coisas alheias com o uso da violência. Roubos e furtos são oriundos dos registros da Polícia Militar e Polícia Civil, com a homologação da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba e compactado pelo BOU. Por fim, em relação às informações relacionadas às armas de fogo apreendidas, as ocorrências de tráfico de drogas e envolvendo o uso ou consumo de drogas foram considerados o somatório dos casos ocorridos.

Considerando essas informações foi possível analisar o comportamento para o estado do Paraná de dezoito tipos de crimes, além de furtos e roubos totais: 1) homicídio doloso, 2) contra a pessoa, 3) contra o patrimônio, 4) contra a administração pública, 5) de ameaça, 6) de lesão corporal, 7) outros crimes, 8) furtos totais, 9) furtos ambientes públicos, 10) furtos em ambientes de residência, 11) furtos em ambientes de comércio, 12) furtos de veículos, 13)

³ Por apresentarem descontinuidade ao longo dos anos analisados não foram analisados os crimes contra o costume, contra a dignidade sexual e homicídios culposos no trânsito.

⁴ Conforme o Código Penal Brasileiro (2019), TÍTULO XI, DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

⁵ Art. 129. Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

⁶ Art. 147. Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

⁷ De acordo com o Direito Penal (2019), refere-se à situação do que está protegido e seguro.

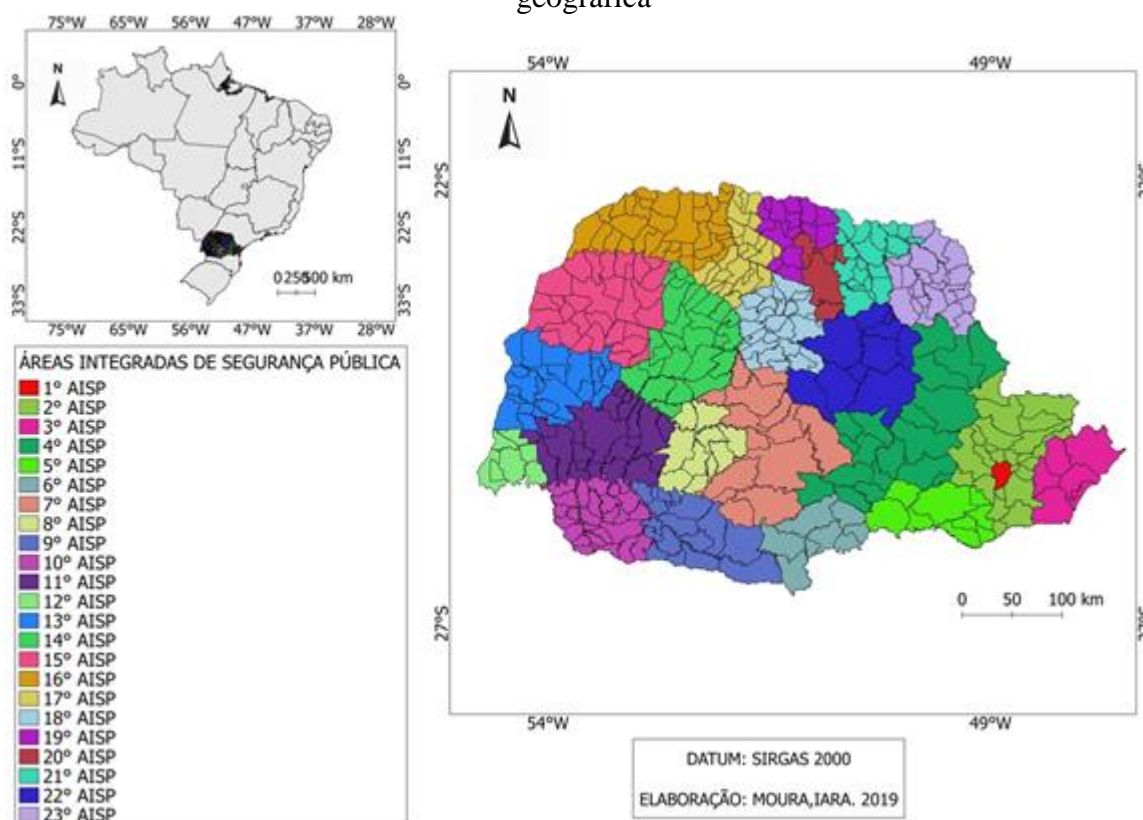
⁸ Entendem-se como leis que são editadas separadamente, leis isoladas.



roubos totais, 14) roubos em ambientes públicos, 15) roubos em ambientes de residência, 16) roubos em ambientes de comércio, 17) roubos de veículos, 18) armas de fogo apreendidas, 19) consumo de drogas e 20) Tráfico de drogas. É importante ressaltar que em todas as análises as ocorrências de crimes são relativas a 100 mil habitantes.

Além disso, também foi analisado o comportamento regional desses crimes considerando as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), obtidas do sistema de gestão integrada das polícias militar e civil, conforme pode ser visto na Figura 1. Com isto, a divulgação dos dados pela SESP (2019) é disponibilizada, em sua maioria, por AISPs, e não por município.

Figura 1: Áreas Integradas de Segurança Pública, delimitação geográfica



Fonte: Elaborado conforme informações da secretaria da segurança pública e administração penitenciária coordenadoria de análise e planejamento estratégico, e IBGE.

Cada AISP possui um município que a identifica. A primeira área de integração é a capital, ou seja, o município de Curitiba, que é a única AISP composta apenas por um município. As demais AISP são representadas, respectivamente por: 2ª São José dos Pinhais, 3ª Paranaguá, 4ª Ponta Grossa, 5ª São Mateus do Sul, 6ª União da Vitória, 7ª Guarapuava, 8ª Laranjeiras, 9ª Pato Branco, 10ª Francisco Beltrão, 11ª Cascavel, 12ª Foz do Iguaçu, 13ª Toledo, 14ª Campo Mourão, 15ª Umuarama, 16ª Paranavaí, 17ª Maringá, 18ª Apucarana, 19ª



Rolândia, 20^a Londrina, 21^a Cornélio Procópio, 22^a Telêmaco Borba e, por fim, 23^a Jacarezinho⁹.

2.2 Estratégia Empírica

Nesse trabalho, para entender a criminalidade nas AISP's é utilizada além da análise da evolução temporal da criminalidade no estado, a análise regional buscando verificar a convergência das ocorrências de cada tipo de crime. Usualmente a convergência é empregada para analisar a renda *per capita* em estudos de crescimento econômico.¹⁰ Para tanto, o teste de convergência absoluta é resultado da regressão do logaritmo variação da renda *per capita* contra o nível de renda *per capita* inicial. Desse modo, se o coeficiente de inclinação é negativo, haveria convergência econômica, ou seja, as regiões mais pobres tendem a crescer mais rápido do que as mais ricas (CATELA; GONÇALVES, 2009; SANTOS; SANTOS FILHO, 2011; ALMEIDA; GUANZIROLI, 2012).

No entanto, as regiões são heterogêneas, com características socioeconômicas diferentes. Nesse sentido, surge na década de 1990 o conceito de convergência condicional, que considerada que a economia não caminharia para um estado estacionário comum, mas sim para cada posição relativa própria de renda. Com isto, cada economia se aproxima de seu próprio equilíbrio, que depende das suas características iniciais. Quando essas características são adicionadas ao modelo de regressão se tem a convergência condicional (ALMEIDA; GUANZIROLI, 2012; CATELA; GONÇALVES, 2008).

Apesar dessa metodologia ter sido empregada em análises de crescimento econômico, também auxilia na compreensão da criminalidade. No Brasil, Santos e Santos Filho (2011) testaram a hipótese de haver convergência na taxa de crime para as microrregiões brasileiras, utilizando a taxa de homicídios como *proxy* para a criminalidade, em que a hipótese de convergência foi refutada. Almeida e Guanzirolí (2012) também utilizaram a análise espacial e de convergência condicional para as taxas de crimes em Minas Gerais, em que observou que a velocidade de convergência das taxas de homicídios é maior que a velocidade de convergência dos crimes violentos contra o patrimônio. Em estudo realizado para o estado do Ceará, Anjos Junior et al. (2018) constataram que a convergência no Ceará ocorre paralelamente ao aumento nas taxas de homicídios.

Assim sendo, esse estudo verifica empiricamente a existência tanto da convergência absoluta e quanto da convergência condicional da criminalidade dos crimes consumados no estado do Paraná, levando em consideração as AISP's. De início é analisada a convergência absoluta, a partir da estimação de regressão, pelo método de mínimos quadrados, seguindo a equação:

$$Y_j = \frac{1}{T} [\log(y_{1j} - y_{0j})] = \alpha + \beta \log y_{0j} + e_j \quad (1)$$

⁹ Ao do período apenas ano de 2015 houve algumas modificações na composição das AISP. Os municípios de Cafelândia e Diamante do Oeste saíram da 11^a AISP e foram para a 13^a AISP; Goioerê, Moreira Sales, Quarto Centenário e Rancho Alegre do Oeste saíram da 14^a AISP e foram para a 15^a AISP; Jataizinho saiu da 21^a AISP e foi para a 20^a; Pitangueiras saiu da 19^a e foi para a 17^a AISP; e São Jorge do Oeste que estava na 10^a integrou a 9^a AISP.

¹⁰ Os primeiros estudos sobre essa temática buscaram analisar o desenvolvimento regional dos Estados Unidos da América, destacando Borts e Stein (1964) em 1964 e no ano seguinte, Williamson (1965). Em 1986, Baumol (1986), baseado no modelo neoclássico de Solow (1956), calculou a convergência absoluta para alguns países.



Em que Y é igual ao logaritmo da diferença do número de ocorrências de determinado crime entre o ano final e inicial, na AISP j , dividido pelo número de anos, T , α se refere ao intercepto e β_1 está associado ao número de ocorrências do crime no ano inicial, além do termo de erro. Quando esse coeficiente estimado, associado às ocorrências no período inicial, é negativo e significativo se confirma a hipótese de convergência.

Por sua vez, é também realizado o teste de convergência condicional, sendo adicionadas à análise algumas variáveis de controle. Essas variáveis, refletem as condições socioeconômicas no período inicial e, de acordo com a literatura empírica, permite maior robustez aos resultados. Dessa forma, tem-se a equação:

$$Y_j = \frac{1}{T} [\log(y_{1j} - y_{0j})] = \alpha + \beta_1 \log y_{0j} + \sum_{i=2}^7 \beta_i x_{ij} + e_j \quad (2)$$

Assim tem-se como variáveis de controle x_2 que representa o PIB *per capita* em reais; x_3 a densidade demográfica; x_4 o grau de urbanização; x_5 a população de jovens com idade de 15 até 24 anos; x_6 o Índice de Gini; e, por fim, x_7 como o Índice de Desenvolvimento Humano. Essas variáveis têm como base o Censo Demográfico do IBGE de 2010, com exceção do PIB *per capita*, obtido do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico (IPARDES, 2019).

2.3 Heterogeneidade Socioeconômica nas AISP Paranaenses

Como vimos, a literatura empírica sugere que há alguns fatores socioeconômicos que podem afetar a criminalidade em determinada região. Nesse trabalho são considerados o PIB *per capita*, o Índice de Desenvolvimento Humano, a desigualdade de renda, a população jovem, a densidade demográfica e o grau de urbanização. Na Tabela 1, esses indicadores estão apresentados para cada uma das AISP do Paraná, permitindo uma caracterização dessas localidades.

Como pode ser observada, a área de integração com maior contingente populacional é a primeira, com a capital Curitiba, tanto em 2018 quanto em 2010. Seguido pela área de integração de São José dos Pinhais e a de Ponta Grossa. Em contrapartida, a área de integração que possui menor contingente populacional é a de Laranjeiras do Sul, que apesar de ter apenas dez municípios integrantes, não é a AISP com menor número de municípios, pois, exceto a AISP de Curitiba, há também a AISP de Londrina, com apenas cinco municípios integrantes.

A maior média do PIB *per capita* de 2010 foi da área de integração de Curitiba, seguida pela 9ª AISP, de Pato Branco, que possui 16 municípios participantes. O município que obteve maior PIB *per capita* foi Saudade do Iguazu, com aproximadamente 197 mil reais. No ano de 2016, este mesmo município impulsionou esse indicador, que ficou como maior entre as áreas de integração, sendo um valor de aproximadamente 148 mil reais. Por outro lado, a 8ª AISP obteve menor média do estado para ambos os anos citados, em que o município de Laranjal tem o menor PIB *per capita*, em 2010 e 2016.

De acordo com o IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano do estado do Paraná é de 0,749. Entre as Áreas de Integração de Segurança Pública, o maior índice está em Curitiba, com um valor de 0,823, porém o menor é para a 22ª área de integração (Telêmaco Borba), com um índice de 0,651. Entre os municípios dessa área, o de Ortigueira é que possui o menor nível, sendo igual 0,609. No entanto, o menor IDH do estado pertence ao município de



Laranjal, com 0,585. A maioria dos municípios paranaenses tem índices entre 0,6 e 0,7, sendo Curitiba e Maringá os únicos acima de 0,8, com 0,823 e 0,808, respectivamente.

O Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* mensura a desigualdade de renda, apontando a diferença dos rendimentos entre os mais ricos e mais pobres, em que quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o Paraná possui um índice de Gini de 0,53, sendo a mesma média alcançada na 4ª AISP, de Ponta Grossa. O maior índice entre as áreas cabe à AISP de Curitiba, indicando que é a área de integração com maior desigualdade de renda do estado. Dentre os municípios, é Jardim Alegre que tem o maior valor, sendo 0,66 e pertence à 18ª AISP, de Apucarana. A 17ª área de integração (Maringá) possui o menor índice, igual a 0,41. Destacam-se nessa região os municípios com a menor desigualdade de renda do Paraná, sendo eles Nossa Senhora das Graças e Pitangueiras, ambos com um índice de 0,33.

Tabela 1: Características socioeconômicas, segundo as Áreas de Integração de Segurança Pública, Paraná

AISP	População			PIB Per capita			Dens.	Urb.	Jovens
	2018	2010	2016	IDH	GINI				
1ª	1.917.185	33.177,00	44.239,00	0,823	0,55	4.022,79	100,00	298.066	
2ª	1.558.312	20.305,64	30.860,23	0,682	0,46	266,29	64,47	245.499	
3ª	294.160	13.130,86	26.004,57	0,701	0,52	86,03	78,51	44.994	
4ª	776.981	16.464,26	29.458,79	0,689	0,53	30,53	61,06	126.784	
5ª	207.773	16.957,67	28.688,56	0,690	0,48	33,00	47,75	33.065	
6ª	136.719	15.267,25	27.101,25	0,693	0,50	22,52	57,08	22.723	
7ª	379.929	11.896,64	26.008,14	0,661	0,52	17,53	47,28	65.738	
8ª	108.465	9.069,40	19.253,10	0,650	0,52	17,34	37,45	19.461	
9ª	274.941	28.102,13	47.681,38	0,705	0,50	30,13	60,78	46.721	
10ª	347.582	13.305,27	27.269,62	0,712	0,48	37,77	52,50	58.381	
11ª	523.350	16.460,23	32.679,32	0,690	0,49	29,20	64,47	88.440	
12ª	381.358	18.602,86	36.340,43	0,738	0,51	103,65	71,15	67.907	
13ª	440.729	17.899,00	39.435,87	0,732	0,46	35,07	71,14	70.421	
14ª	391.784	14.467,70	33.221,78	0,708	0,46	29,21	72,82	65.982	
15ª	373.010	13.452,97	27.332,50	0,700	0,43	22,51	71,15	61.331	
16ª	330.754	12.912,32	24.892,06	0,709	0,42	24,73	79,86	53.994	
17ª	775.525	14.717,92	29.093,00	0,733	0,41	101,13	87,04	121.940	
18ª	340.183	11.327,19	21.769,74	0,697	0,45	38,62	66,01	55.545	
19ª	309.897	15.949,07	30.943,53	0,716	0,43	53,81	86,11	53.455	
20ª	750.701	17.152,40	29.233,60	0,709	0,46	152,31	85,91	110.065	
21ª	214.142	12.824,20	25.297,95	0,706	0,46	36,15	77,69	36.004	
22ª	216.971	12.686,80	26.380,70	0,651	0,49	23,74	61,13	35.233	
23ª	298.431	12.864,95	24.354,73	0,704	0,48	35,01	72,08	48.214	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Iparde. A população total e a jovem são a soma dos valores dos municípios de cada AISP. O Índice de Desenvolvimento Humano, o índice de Gini, a Densidade populacional (Dens.) e o grau de urbanização (Urb.) são obtidas a partir do Censo Demográfico de 2010 e se constituem nos valores médios dos municípios de cada AISP.



Ressalta-se que no Paraná há 38 municípios, entre as AISP's de São José dos Pinhais (2^a), Francisco Beltrão (10^a), Campo Mourão (14^a), Umuarama (15^a), Paranavaí (16^a), Maringá (17^a), Apucarana (18^a), Rolândia (19^a) e Cornélio Procópio (21^a) que possuem um índice de Gini entre 0,33 a 0,39. Um nível que indica desigualdade de renda relativamente média.

A densidade demográfica é uma forma de observar a intensidade de ocupação de um território, determinada pela razão entre a população e a área de uma determinada região. A área de integração com maior índice é a de Curitiba, seguido de São José dos Pinhais, Londrina, Foz do Iguaçu e Maringá, todas com índice acima de 100. No entanto, a área que possui menor índice de densidade demográfica é a 8^a AISP, representada pelo município de Laranjeiras do Sul. Os municípios paranaenses com menores índices são pertencentes às AISP's 15, 3, 9 e 2, sendo eles: Alto Paraíso (3,07), Guaraqueçaba (3,4), Coronel Domingos Soares (4,65) e Adrianópolis (4,75), respectivamente.

O grau de urbanização é a percentagem da população residente na área urbana em relação à população total. A Área de Integração de Segurança Pública que possui menor percentual de urbanização é a 8^a (Laranjeiras do Sul), assim como esta também possui menor densidade demográfica, como já mencionado. Depois da área de integração de Curitiba, a área que possui maior grau de urbanização é a de Maringá, seguida por Rolândia e Londrina.

Os municípios do estado com elevado grau de urbanização, acima de 97%, são os municípios de Curitiba (100%), Pinhais (100%), Matinhos (99,49%), Foz do Iguaçu (99,17%), Pontal do Paraná (99,15%), Sarandi (99,15%), Paiçandu (98,63%), Maringá (98,20%) Telêmaco Borba (97,95%), Porto Amazonas (97,79%) e Londrina (97,40%). Nesse caso, apenas a 17^a AISP é representada por mais de um município, sendo eles Maringá, Paiçandu e Sarandi. Por outro lado, os municípios que apresentaram menor grau de urbanização, sendo considerados aqueles com grau abaixo ou equivalente a 15%, são: Tijucas do Sul (15,72%), Marquinho (10,52%) e Antonio Olinto (9,35%). Destaca-se que o município de Antonio Olinto é o que possui o menor grau de urbanização do Estado, e pertence à área de integração 5, representada por São Mateus do Sul.

É possível observar, portanto, que as áreas de integração, assim como os municípios que possuem menor densidade demográfica, também obtêm menor grau de urbanização, uma vez que são localidades ainda com atividades mais relacionadas ao setor agropecuário. Por sua vez, as localidades com maior densidade demográfica, como Curitiba, têm um PIB *per capita* relativamente alto, embora tenham uma maior desigualdade de renda.

Considerando o desenvolvimento econômico, espera-se que haja uma relação inversa entre PIB *per capita* e o Índice de Gini, ou seja, que municípios com elevada renda tenham uma menor desigualdade de renda, o que não é uma regra no estado do Paraná, como o caso de Curitiba, que tem o maior PIB *per capita* e o maior índice de Gini, apesar de apresentar o maior valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). De fato, as áreas de integração têm níveis de IDH relativamente altos, uma vez que estão sempre mais próximos de 1 do que de 0, mas índices de desigualdades ainda altos. Esses fatos são importantes uma vez que, para Hartung e Pessoa (2007), no Brasil a criminalidade se atrela ao fato de o país ser desigual e pobre, já para Shikida e Oliveira (2012), os crimes tendem a diminuir com o desenvolvimento econômico. Porém, como veremos no próximo tópico, em geral se observa na maioria dos crimes analisados aumento nas ocorrências de crimes no Paraná.



3 EVOLUÇÃO RECENTE DA CRIMINALIDADE NO ESTADO DO PARANÁ

Como destacado na introdução desse trabalho, o Paraná não está entre os estados considerados mais violentos do Brasil, porém é possível constatar que além de ainda manter um nível absoluto alto de ocorrências, alguns tipos de crime apresentaram elevação. Para traçar esse cenário e evolução temporal da criminalidade no estado do Paraná estão dispostas na Tabela 2 algumas estatísticas descritivas para cada um dos crimes já definidos na metodologia, como média, valor mínimo, valor máximo, desvio padrão e coeficiente de variação, para 2012 e 2018. Além disso, para verificar se houve crescimento ou redução dessas ocorrências também se estima a taxa de crescimento anual de cada tipo de crime para o estado do Paraná, porém com ano inicial em 2007, conforme se observa na última coluna dessa Tabela.¹¹

Com relação aos homicídios dolosos, apesar de apresentarem uma taxa de crescimento negativa de 2,7%, para o período de 2007 até 2017, ainda se verifica um nível ainda alto, acima de 20 a cada 100 mil habitantes. Destaca-se que ocorreu um aumento significativo no valor máximo de homicídios, bem como na dispersão entre as AISP. O valor mínimo encontrado no ano de 2012 se refere à 18ª AISP de Apucarana, já 2017 esse valor mínimo era da 23ª área de integração, Jacarezinho, que obteve o valor de 8,04. Em contrapartida o valor máximo para ambos os anos foi para a 12ª AISP, que é identificada pelo município de Foz do Iguaçu, que se constitui em uma localidade de intenso fluxo de pessoas, fazendo fronteira com Argentina e Paraguai. Em 2012, a 2ª área de integração, Ponta Grossa, também apresentou elevado nível de homicídios, porém no último ano analisado esta posição de segundo maior valor, ficou para a 8ª área, Laranjeiras.¹²

Ao analisar os crimes consumados contra a pessoa, observa-se uma taxa de crescimento positiva e significativa, em que se mantém em todas as áreas de integração um nível acima de mil ocorrências para cada 100 mil habitantes, o que se constitui em um valor relativamente alto. A dispersão entre as AISP não foi tão alta quanto comparado ao caso dos homicídios dolosos, o que indica que se trata de um problema em todas as regiões do estado. O valor máximo foi alcançado pela 3ª AISP, de Paranaguá, tanto em 2012 quanto em 2018. Nesta região se localiza o Porto de Paranaguá, que recebe um fluxo grande de mercadorias.

Os crimes consumados contra o patrimônio apresentaram, segundo a Tabela 2, maiores valores no ano de 2018, com uma taxa de crescimento anual de 6,7%. Nesse tipo de crime, Curitiba (1ª AISP) é a que lidera nos altos valores das ocorrências, seguido por Paranaguá (3ª AISP). Esse crescimento ocorre associado à redução da dispersão, devido ao aumento maior no valor mínimo, que no ano de 2012 estava em 1.491 do caso a cada 100 mil habitantes, e passou para 1.685 casos, em 2018.

Os crimes consumados contra a administração pública não tiveram um comportamento diferente dos crimes contra o patrimônio, porém apresentaram a maior taxa de crescimento entre os crimes estudados, de 22,3%. Em relação ao aumento obtido no fim do período, as

¹¹ A taxa de crescimento anual corresponde ao coeficiente de inclinação obtido a partir de uma regressão linear do logaritmo das ocorrências contra a tendência. Note que, apenas a taxa de crescimento anual foi estimada para o período de 2007 até 2018, com exceção dos homicídios dolosos, com dados de 2007 até 2017, devido a não disponibilidade de dados para esse período maior para todas as AISPs e tipos de crimes.

¹² No ano de 2017, para os homicídios dolosos a 19ª e a 20ª AISP foram unificadas, sendo, portanto, uma única taxa de homicídios neste ano.



oscilações atingidas entre os valores mínimos (86,7 em 2012 e 157,3 em 2018) e valores máximos (361,6 em 2012 e 456,05 em 2018) levaram a uma média de 188,4 casos a cada 100 mil habitantes no início do período e 279,54 no fim do período, como apresentado na Tabela 2. Em 2012 apenas a AISP de Jacarezinho tinha um valor aproximado de 400 casos por 100 mil habitantes. No entanto, no ano de 2018, além dessa AISP, que inclusive passou dos 400 casos por 100 mil habitantes, as AISPs de Apucarana e de Foz do Iguaçu também passaram dos 400 casos. Além dessas, as AISPs de Paranaguá, União da Vitória e Pato Branco tiveram aumentos significativos.



Tabela 2: Média, valores mínimos e máximos, desvio padrão e coeficiente de variação dos crimes, a cada 100 mil habitantes, Paraná

	Média		Valor Mínimo		Valor Máximo		Desvio Padrão		Coeficiente de Variação		Taxa de crescimento a.a. ^a
	2012	2018	2012	2018	2012	2018	2012	2018	2012	2018	
Crime	2012	2018	2012	2018	2012	2018	2012	2018	2012	2018	
Homicídio doloso	23,22	22,81	8,82	8,04	54,28	85,75	12,04	18,50	0,519	0,811	-2,7***
Contra a pessoa	2.304,83	2.211,57	1.673,96	1.495,38	3.272,71	3.312,82	464,82	484,46	0,202	0,219	8,5***
Contra o patrimônio	2.181,39	2.416,69	1.491,44	1.685,49	4.288,06	4.317,74	640,08	665,36	0,290	0,275	6,7***
Contra a adm. pública	188,40	279,54	86,70	157,29	361,56	456,05	65,18	94,47	0,346	0,338	22,9****
De ameaça	1.061,85	1.008,46	685,81	703,78	1.472,37	1.460,43	211,21	224,45	0,199	0,223	7,5***
De lesão corporal	683,52	595,41	478,49	352,79	1.130,06	957,64	167,60	150,32	0,245	0,252	8,8***
Outros crimes	1.206,27	1.287,15	617,85	838,98	3.315,00	2.444,45	551,41	420,65	0,457	0,327	14,3***
Furtos	1.190,49	1.389,66	792,88	1.007,35	2.250,54	2.454,79	359,21	308,58	0,302	0,222	5,6****
Ambientes públicos	251,84	285,72	118,88	148,24	698,58	582,36	128,99	122,03	0,512	0,427	1,3%
Ambientes de residência	461,85	494,31	295,26	334,09	1.020,87	994,36	144,92	146,46	0,314	0,296	1,5%
Ambientes de comércio	174,96	186,12	87,59	132,39	362,77	237,83	60,00	47,72	0,343	0,256	-0,4%
Veículos	101,77	129,84	35,03	40,96	298,56	252,66	58,60	60,91	0,576	0,469	5,7****
Roubos	300,24	335,78	64,01	120,01	1.271,60	1.319,17	277,80	286,60	0,925	0,854	8,9****
Ambientes públicos	167,48	217,91	34,11	44,31	740,30	937,57	165,57	215,50	0,989	0,989	7,3**
Ambientes de residência	36,80	41,42	11,28	23,69	101,35	73,74	26,66	16,02	0,724	0,387	1,3%
Ambientes de comércio	71,95	52,64	9,82	15,67	267,84	185,53	59,63	39,49	0,829	0,750	-5,1%
Veículos	44,56	47,95	4,61	11,70	193,67	148,76	54,02	36,50	1,212	0,761	3,9***
Armas de fogo apreendidas	78,89	65,29	40,55	33,49	135,28	129,07	26,86	25,86	0,340	0,396	-2,7***
Tráfico de drogas	56,13	110,70	21,94	47,94	103,88	195,36	26,54	44,86	0,473	0,405	9,1***
Consumo de drogas	63,65	146,56	36,00	47,94	166,92	488,85	35,27	94,62	0,554	0,646	12,8****

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SESP-PR (2019) e Ipardes (2018). Os dados disponíveis para Homicídio Doloso vão até o ano final de 2017. ^aA taxa de crescimento anual foi calculada para estado do Paraná, iniciando em 2007. Coeficientes significativos a 10%, 5%, e 1%, são indicados por *, ** e ***, respectivamente.



Já os crimes de ameaça não tiveram comportamento semelhante, uma vez que considerando os valores médios para 2012 e 2018 de queda, sugere-se uma redução no período mais recente, apesar da tendência positiva de crescimento, no período de 2007 até 2018, de 7,5% a.a. Conforme a Tabela 2, a média de casos por 100 mil habitantes em 2012 foi de 1061,85 e de 1008,46 em 2018. Entre as vinte e três áreas de integração, apenas sete tiveram aumento no ano de 2018, sendo elas a 2ª São José dos Pinhais, 3ª Paranaguá, 7ª Guarapuava, 9ª Pato Branco, 10ª Francisco Beltrão, 18ª Apucarana e a 22ª Telêmaco Borba. Apesar de uma queda pequena no valor máximo, verifica-se aumento no valor mínimo entre os anos analisados, que foi de 685,81 para 703,78 casos por 100 mil habitantes.

De forma semelhante, os crimes de lesão corporal também apresentaram queda, considerando as ocorrências médias das AISPs. Ressalta-se que apenas uma área de integração de São José dos Pinhais apresentou um valor superior ao de 2012 no ano de 2018. A quantidade de crimes desse tipo obteve redução entre os valores máximos de 1130 casos a cada 100 mil habitantes em 2012, e 957 casos em 2018, e mínimos de 478,5 em 2012 e 325,28 em 2018. No primeiro ano analisado, o maior nível desse crime ocorreu na área de integração 6, identificada pelo município de União da Vitória, no entanto, no ano de 2018 o maior nível foi atingido pela 3ª AISP, que é representada pelo município de Paranaguá.

A agregação de crimes, aqui referenciada com Outros Crimes¹³, obteve crescimento, com uma média no primeiro período de 1206,27 e no fim do período, uma média de 1287,15 casos. As áreas de integração que tiveram menores ocorrências desses crimes foram as AISPs de São José dos Pinhais, no ano de 2012, e a de Londrina, em 2018. Por sua vez, a AISP que obteve maior número de casos foi a de Jacarezinho, para os dois anos analisados.

Em relação aos furtos consumados, apenas em Curitiba não houve aumento significativo no período, uma vez que foi de aproximadamente 2.250 para 2.261 furtos a cada 100 mil habitantes, apesar de apresentar o maior nível entre as AISPs. Todas as demais Áreas de Integração de Segurança Pública apresentaram crescimento, destacando-se o caso de Pato Branco. Já a média em 2018 foi de 1.389,7 casos, enquanto em 2012 foi de 1.190,5 casos. Ainda se destaca a taxa de crescimento de 5,6% a.a., considerando o período desde 2007.

Os furtos consumados também são observados separadamente, considerando aqueles ocorridos em ambiente públicos, em residências, no comércio e de veículos. Nota-se que os furtos em residências alcançam o maior nível, ao contrário dos furtos de veículos, que são em menor intensidade, sendo os únicos que reduziram no período. Destaca-se que a AISP com maiores ocorrências de furto em residência é a de Ponta Grossa, cujos valores foram de 1.020,87 no primeiro ano analisado e de 994,36 no último ano. Já os furtos em ambientes públicos, de veículos e no comércio são maiores em Curitiba, nos dois anos analisados, sendo que Ponta Grossa é a segunda nos últimos dois casos.

Ao analisar os roubos consumados, notou-se que o comportamento se difere dos furtos consumados. Vale ressaltar aqui que roubo inclui uso de violência e, por isto, difere dos furtos. Desse modo, no caso dos roubos consumados, em geral ocorrem em um patamar consideravelmente menor do que os furtos. Destaca-se que a AISP de Curitiba também fica à frente das demais áreas para os dois anos analisados. Quando se analisa separadamente os furtos consumados, destacam-se os roubos em ambientes públicos.

Destoando um pouco de furtos e roubos, mas ainda muito relevante quando o assunto é criminalidade, há a apreensão de armas de fogo, em que o Paraná possuiu uma média 78,89

¹³ Entram por exemplo, os crimes contra o sentimento religioso, contra o respeito aos mortos, contra a família, contra a paz pública, contra a fé pública, e outros crimes previstos em leis esparsas.



em 2012 e em 2018 de 65,29 casos a cada 100 mil habitantes. Conforme é possível notar na Tabela 2, a variação em 2012 ocorreu de um mínimo de 40,55 casos e máximo de 135,28 ocorrências, já em 2018 o mínimo foi de 33,49 e máximo, atingido pela 8ª AISP, de Laranjeiras, foi de 129,07 casos a cada 100 mil habitantes. Vale ressaltar que, ao contrário de outros crimes, nesse caso a AISP de Curitiba não possui destaque entre os valores máximos.

Entre as ocorrências envolvendo tráfico de drogas, as AISPs de Paranaguá, de Cornélio Procopio e de Jacarezinho têm os maiores níveis de ocorrências a cada 100 mil habitantes no ano de 2018, sendo que em todas as áreas houve aumento das ocorrências, de 2012 para 2018. Já para as ocorrências envolvendo uso ou consumo de drogas, é relevante destacar o aumento considerável que a área de integração de Ponta Grossa obteve, passando de um nível médio inferior a 200 casos em 2012 para 488,85 casos a cada 100 mil habitantes em 2018, que corresponde ao valor máximo entre as AISP do Paraná.

Portanto, em geral, o cenário observado ainda é preocupante no Paraná, o nível de criminalidade é alto, apesar de algumas oscilações. De fato, observou-se um crescimento significativo para treze dos vinte tipos de crimes analisados. Já apenas dois tipos, os homicídios e os roubos no comércio apresentaram queda, porém ainda modesta. Por fim, em oito tipos de crimes a taxa de crescimento não foi significativa indicando estabilidade nas ocorrências no período analisado. Destaca-se ainda que, considerando o coeficiente de variação, para apenas cinco tipos de crime há aumento na dispersão regional, o que sugere um comportamento mais uniforme da criminalidade no estado.

Nesse contexto, a seguir se analisa se houve uma maior homogeneização na criminalidade entre as AISP do estado, a partir da análise de convergência. Pelo teste de convergência absoluta, apenas o crime de lesão corporal apresentou um valor estimado para o coeficiente de inclinação negativo e estatisticamente significativo, como mostra a Tabela 3. Portanto, apenas esse crime apresentou um comportamento de redução da dispersão, ou seja, apresentou convergência. Isso significa que as áreas de integração com menores ocorrências tendem a aumentar esse número mais rápido do que as demais. Note que esse resultado não é positivo para o bem-estar social, pois indicaria aumento da criminalidade no estado nas localidades onde há menores ocorrências. Por sua vez, para dez tipos de crimes os coeficientes estimados não foram significativos estatisticamente, sugerindo estabilidade regional na dispersão das ocorrências. Por outro lado, em outros quatro casos, apesar de os coeficientes serem estatisticamente significativos, não indicam convergência da criminalidade entre as áreas de integração, cujos valores estimados foram positivos.



Tabela 3: Estimativas para convergência absoluta e condicional, Paraná, 2012-2018

	Y _{HD}	Y _{Pes}	Y _{Pat}	Y _{AdmP}	Y _{Ame}	Y _{LCor}	Y _{OC}	Y _{FC}	Y _{FV}	Y _{FAmbP}	Y _{FR}	Y _{FCom}	Y _{RC}	Y _{RV}	Y _{RambP}	Y _{RR}	Y _{RCom}	Y _{AFA}	Y _{TD}	Y _{UD}
Absoluta																				
Y ₀	-0,012	-0,007	0,003	-0,022	-0,007	-0,019***	-0,010	0,005	0,007	-0,081	0,017*	0,016*	0,008	0,034*	-0,001	0,045**	0,018	0,003	0,011	-0,024
Intercepto	0,062	0,068	-0,043	0,084	0,066	0,172**	0,072	-0,074	-0,086	0,008	-0,142*	-0,117**	-0,082	-0,239**	-0,038	-0,269**	-0,057	0,003	-0,189**	0,015
Condicional																				
Y ₀	0,011	0,007	-0,056*	-0,071	0,003	0,004	-0,058*	0,052**	-0,015	-0,070*	-0,038	-0,062*	-0,081**	-0,104***	-0,045*	-0,105**	-0,115***	0,003	-0,091**	-0,021
X ₂	-0,056	0,023	0,021	0,017	0,022	0,033	0,043	0,029	0,115**	0,035	0,035	0,028	0,036	0,042	0,057	0,029	0,032	0,003	0,01	0,102
X ₃	0,022	-0,009	0,004	-0,021	-0,009	-0,010	-0,011	0,000	-0,015	-0,003	-0,012	-0,014	0,042*	0,022	0,027	0,029	0,053**	0,003	0,012	0,001
X ₄	-0,007	-0,009	0,055	0,073	0,005	0,025	0,058	0,026	0,029	0,132*	-0,373	0,069	0,207**	0,136	0,195*	0,082	0,262**	0,003	0,113	0,010
X ₅	-0,066	0,013	0,050	0,062	0,011	0,016	0,059*	0,044	0,003**	0,057	0,025	0,056	0,067	0,114**	0,030	0,684	0,095*	0,066	0,064	-0,014
X ₆	-0,029	-0,014	0,095	0,057	0,009	-0,021	0,086	0,046	0,111	0,117	0,015	0,011	0,331*	-0,042	0,311	0,001	0,349*	0,109	0,11	-0,129
X ₇	0,079	0,041	-0,149	0,029	-0,119	-0,105	-0,185	-0,065	-0,413	-0,103	0,186	0,034	-1,252**	0,788	-1,088**	-0,916*	-1,495	0,141	0,21	0,015
Intercepto	1,165	-0,387	-0,463*	-0,404	-0,398	-0,669*	-0,778	-0,381	-1,140	-0,966*	-0,030	-0,690	-1,753**	-2,094	-1,644*	-1,275	-2,363**	0,410	0,64	-0,725

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SESP-PR (2019) e Ipardes (2010). Coeficientes significativos a 10%, 5%, e 1%, são indicados por *, ** e ***, respectivamente. Nota: Y_{HD} refere-se a crime de homicídio doloso; Y_{Pes} para o crime contra a pessoa; Y_{Pat} para crimes contra o patrimônio; Y_{AdmP} a crimes contra a Administração Pública; Y_{Ame} a crimes de ameaça; Y_{LCor} para os crimes de lesão corporal; Y_{OC} refere-se à classificação Outros Crimes; Y_{FC} para os crimes de furtos consumados; Y_{FAmbP} aos Furtos em ambientes públicos; Y_{FR} para os furtos em residências; Y_{FCom} aos furtos em comércio; Y_{RC} para os roubos consumados; Y_{RV} para os roubos de veículos; Y_{AmbP} refere-se aos roubos ocorridos em ambientes públicos; Y_{RR} aos roubos em residências; Y_{RCom} para os roubos em comércio; Y_{AFA} refere-se às armas de fogo apreendidas; Y_{TD} ao tráfico de drogas e; Y_{UD} para o uso/consumo de drogas.



Considerando as demais variáveis de controle na regressão, ou seja, o conceito de convergência condicional, em que se incluem as condições iniciais das AISPs na estimativa, nota-se mais resultados significativos. Nesse caso, foi possível constatar convergência em onze tipos de crimes: os crimes consumados contra o patrimônio, outros crimes, furtos em ambiente públicos, furtos em comércio, todos os tipos de roubos, armas de fogo apreendidas e tráfico de drogas. Note que, apenas as armas de fogo apreendidas apresentaram uma taxa de crescimento negativa, conforme a Tabela 2. Portanto, esse processo de convergência ocorre associado a um aumento de atividades ilegais no estado.

Além disso, apenas o total de furtos consumados apresentou uma estimativa positiva, já para os demais crimes essa relação não foi significativa. Assim, conforme o esperado pela literatura, os resultados da convergência condicional indicaram mais valores significativos uma vez que controla as diferenças socioeconômicas regionais.

Destacam-se os homicídios que não apresentaram coeficiente com significância estatística, o que está de acordo com os resultados da Tabela 2, que apesar de redução em média das ocorrências, apresentaram uma dispersão maior, especialmente atribuído ao valor máximo, alcançado pela AISP de Foz do Iguaçu, com 85,75 casos para cada 100 mil habitantes.

As variáveis socioeconômicas, em geral, apresentaram os impactos esperados pela literatura. A densidade demográfica, assim como o Índice de Gini, apontaram impactos positivos apenas nos crimes de roubos consumados e em específico nos roubos em comércio. Além desses dois crimes, o grau de urbanização também afeta positivamente nos casos de roubos em ambientes públicos. Já a população jovem apresentou influência positiva na convergência nos crimes de roubos de veículos, roubos em comércio e nos outros crimes. Já o IDH, influencia negativamente a convergência dos crimes de roubos consumados, roubos em ambientes públicos e dos roubos em residência, uma vez que com maior desenvolvimento, menor tende a ser a violência.

Assim, entende-se que os crimes que apresentaram um coeficiente estimado negativo, indicando convergência nas taxas de crimes, aumentam de forma mais rápida nas regiões menos violentas. Considerando o modelo econômico do crime de Becker (1974), que sugere que o crime precisaria ter mais benefícios do que custos para o indivíduo, bem como as estimativas para as variáveis socioeconômicas, tem-se que um ambiente de mais oportunidades ou de ausência delas, se constitui em um importante condicionante das atividades ilícitas.

Adicionalmente, os resultados desse trabalho sugerem que os grandes centros urbanos, como Curitiba, e áreas de fronteira, como Foz do Iguaçu e Paranaguá, merecem maior atenção das políticas públicas de segurança no Paraná, sem, contudo, considerar também as demais regiões. Destaca-se ainda que os resultados para a convergência indicam que, para a maioria dos crimes, há redução das diferenças regionais, porém associada a um aumento das ocorrências.

Assim, esse trabalho contribui com a literatura ao analisar individualmente vários tipos de crimes nas Áreas Integradas de Segurança Pública do estado do Paraná. Nesse sentido, busca-se contribuir para o entendimento do comportamento da criminalidade no Brasil, que ainda se situa no topo de *rankings* mundiais de violência. Se, de um lado,



alguns autores sugerem aumentar os custos da criminalidade para reduzir sua incidência, de outro lado, outros pontuam que ampliar o desenvolvimento socioeconômico, como por exemplo, reduzir a desigualdade de renda e elevar os níveis de escolaridade da população são também fundamentais nesse processo. Portanto, nesse trabalho foi possível observar que o ambiente socioeconômico contribui significativamente para a redução da criminalidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo analisar e evolução recente da criminalidade no estado do Paraná, considerando diversos tipos de crimes e nas Áreas Integradas de Segurança Pública, de 2012 até 2018. Além dos homicídios, mais presente na literatura sobre o tema, foram considerados diversos tipos de crimes, tais como aqueles contra a pessoa, o patrimônio e a administração pública, de ameaça, de lesão corporal, os furtos, os roubos, a apreensão de armas de fogo, além do consumo e tráfico de drogas. De um modo geral, foi possível verificar que na maioria dos casos há crescimento das ocorrências, notadamente nas localidades com menor nível, e redução da dispersão regional.

Destacam-se os maiores casos de furtos ao invés de roubos, no entanto, os roubos estão em trajetória ascendente. Já em relação às incidências que envolvem drogas e armas de fogo, as ocorrências predominantes são as que envolvem uso ou consumo de drogas. No entanto, o crime que obteve maior taxa de crescimento foi o crime contra a administração pública. Apesar de a maioria dos crimes apresentarem taxas de crescimento positivas, os crimes de homicídios dolosos, furtos em comércio, roubos em comércio e as ocorrências de armas de fogo apreendidas obtiveram taxas de crescimento negativo, indicando redução. Porém, o nível de ocorrências ainda é alto no Paraná, como por exemplo, no caso dos homicídios dolosos o valor médio máximo que estava em 54,28 em 2012, atingiu 85,75 para cada 100 mil habitantes em 2017, na AISP de Foz do Iguaçu.

Além disso, a análise de convergência da criminalidade nas diferentes regiões do estado sugere que há indícios de crescimento associado à redução das diferenças regionais para os crimes consumados contra o patrimônio, de lesão corporal, demais crimes, furtos em ambiente públicos, furtos em comércio, todos os tipos de roubos, armas de fogo apreendidas e tráfico de drogas. Essa evidência merece atenção das políticas públicas de segurança do estado.

Com relação às variáveis socioeconômicas inseridas nas estimativas se observa que estão com os sinais de acordo com o esperado. A densidade demográfica, grau de urbanização, população jovem e o índice de Gini exerceram influência positiva e significativas em determinados tipos de crime, já o IDH impactou de forma negativa.

Diante do exposto, destaca-se a contribuição do presente trabalho para a literatura uma vez que observa diferentes tipos de crime, além de realizar uma análise temporal e regional para as Áreas Integradas de Segurança Pública do Paraná. Verificou-se um alto nível de ocorrências, além de uma tendência de aumento para a maioria dos crimes



analisados. Nesse sentido, o estudo sugere a necessidade de ampliar as políticas públicas voltadas a uma melhor qualidade de vida e maiores oportunidades socioeconômicas, buscando promover maior segurança pública.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.A.S.; GUANZIROLI, C.E. **Análise exploratória espacial e convergência condicional das taxas de crimes em Minas Gerais nos anos de 2000.**

2012. Disponível em: < https://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i12-1d13c09485009584e18e968236b99022.pdf>. Acesso em: 13 de jun. de 2019.

ANJOS JUNIOR, O.R.; SILVA, A.F.; SOBRAL, E.F.M.; DA SILVA, M.V.B. **Testando a hipótese de convergência na taxa de criminalidade dos municípios cearenses: uma análise à luz do programa ronda do quarteirão.** 2018. Disponível

em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2018/artigos_aprovados/TESTANDO%20A%20HIP%20C3%93TESE%20DE%20CONVERG%20ANCIA%20NA%20TAXA%20DE%20CRIMINALIDADE%20DOS%20MUNIC%20C3%8DPIOS%20CEARENSES%20UMA%20AN%20C3%81LISE%20%20C3%80%20LUZ%20DO%20PROGRAMA%20RONDA%20DO%20QUARTEIR%20C3%83O.pdf>. Acesso em: 13 de jun. de 2019.

Áreas Integradas de Segurança Pública. 2019. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/aisps.pdf>>. Acesso em: 21 de mai. de 2019.

BAUMOL, W. Productivity, convergence and welfare: what the long data show. **American Economic Review**, Nashville, Tenn., v. 76, n.5, 1986.

BECKER, G. S. Crime and Punishment: An Economic Approach. **National Bureau of Economic Research**. Essays in the Economics of Crime and Punishment. (p. 1-54). 1974. Disponível em: < <http://www.nber.org/books/beck74-1>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

BORILLI, S. P. **Análise das circunstâncias da prática criminosa no Estado do Paraná: estudo de caso nas Penitenciárias Estadual, Central e Feminina de Piraquara.** Toledo – PR. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – UNIOESTE-CCSA. 2015.

BORTS, G. H. and STEIN, J. L. **Economic growth and a free market.** New York: Columbia University Press. 1964.

CATELA, E.Y.S.; GONÇALVES, F.O. Convergência, para onde? Uma análise da dinâmica de distribuição de renda per capita a partir do modelo de misturas finitas. **Economia Aplicada**, v.13, n.3, 2009, pp. 441-461.



CERQUEIRA, D. R. C. CARVALHO, A. X. Y., LOBÃO, W. J. A., RODRIGUES, R. I. Análise dos custos e consequências da violência no Brasil. **Texto para Discussão n.1284**, Brasília: IPEA, 2007.

CLEMENTE, A.; WELTERS, A. Reflexões sobre o modelo original da economia do crime. **Revista de Economia**, v.33, n.2 (ano 31), p. 139-157, jul./dez. 2007. Editora UFPR.

Código Penal. Decreto-Lei N°2.848, de 7 de Dezembro de 1940. 2019. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 13 de jun. de 2019.

DATASUS. Tecnologia da Informação a serviço do SUS. Informações de Saúde. Completude do campo óbitos por Causas Externas - SIM. 2019. Disponível em:<<http://www2.aids.gov.br/cgi/deftohtm.exe?compl/cauex.def>>. Acesso em: 11 de set. de 2019.

GAMA, V. A.; SCORZAFAVE, L. G. Os efeitos da criminalidade sobre a proficiência escolar no ensino fundamental no município de São Paulo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.43, n.3, dez 2013.

HARTUNG, G. C., PESSOA, S. **Fatores demográficos como determinantes da criminalidade**. 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades e Estados. Paraná. 2019. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr.html?>>. Acesso em: 25 de out. de 2019.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Densidade demográfica. 2019. Disponível em:< <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 25 de out. de 2019.

LUCAS, M.S.; CUNHA, M.S.; BONDEZAN, K.L. Determinantes socioeconômicos da criminalidade no estado do Paraná: uma análise espacial. **Revista de Economia**. v.41, n75, p. 248-281, 2020.

MARCZAK, L.; ARORA, M.; KUTZ, M.; MILLER-PETRIE, M. **Global Mortality From Firearms, 1990-2016**. Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME). University of Washington. Seattle, WA. 03 de set. de 2018.

MARTELL, C. **Estudio: Las 50 ciudades más violentas del mundo 2018**. Seguridad, Justicia y Paz. 12 de mar. de 2019. Disponível em:<



<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/seguridad/1567-estudio-las-50-ciudades-mas-violentas-del-mundo-2018>>. Acesso em: 26 de abr. de 2019.

SACHSIDA, A.; MENDONÇA, M. J. C. Evolução e determinantes da taxa de homicídios no Brasil. **Texto para Discussão n.1808**, Brasília: IPEA, 2013.

SANTOS, J. M. A.; MENEZES, T. A.; FERNANDES, F. E.; BARROS, A. A. Crimes: *spillover* espacial e estado estacionário. Pernambuco no rumo errado. **VII ENPECON- Encontro Pernambucano de Economia**. 2018. Disponível em:<<https://coreconpe.gov.br/enpecon/vii/enpecon/artigos/sessao4/Crimes%20spillover%20espacial%20e%20estado%20estacion%C3%A1rio.%20Pernambuco%20no%20rumo%20errado.pdf>>. Acesso em 11 de abr. de 2019.

SANTOS, M. J. Dinâmica Temporal da Criminalidade: Mais evidências sobre o “Efeito Inércia” nas Taxas de Crimes Letais nos Estados Brasileiros. **Revista EconomiA**. Brasília (DF), v.1, p.169-194, jan/abr 2009.

SANTOS, M. J.; SANTOS FILHO, J. I. Convergência das Taxas de Crimes no Território Brasileiro. **Revista EconomiA**. Brasília (DF), v.12, n.1, p.130-147, jan/abr 2011.

SANTOS, M. J.; KASSOUF, N. L. Estudos Econômicos das Causas da Criminalidade no Brasil: Evidências e Controvérsias. **Revista EconomiA**. Brasília, DF. V.9, n. 2, p. 343-372, mai/ago de 2008.

SASS, K. S.; PORSSE, A. A.; SILVA, E. R. H. Determinantes das taxas de crimes no Paraná: uma abordagem espacial. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v.10, n.1, p.44-63, 2016.

SCHAEFER, G. J.; SHIKIDA, P. F. A. Economia do crime: elementos teóricos e evidências empíricas. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre – RS. Ano 19. n. 36, 2001.

SESP. **Secretaria da segurança pública**. Estatísticas. 2019. Disponível em:<<http://www.seguranca.pr.gov.br/CAPE/Estatisticas>>. Acesso em: 4 de abr. de 2019.

SHIKIDA P. F.; OLIVEIRA, H. V. Crimes violentos e desenvolvimento socioeconômico: um estudo sobre a mesorregião Oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 3, p. 99-114, set-dez/2012, Taubaté, SP.

SHIKIDA, P., F. Crimes violentos e desenvolvimento socioeconômico: um estudo para o estado do Paraná. **Direitos Fundamentais & Justiça**. Nº.5. Out/Dez de 2008.



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



página 176

SILVA, W. P.; CUNHA, M. S. Sensação de insegurança pública no Brasil: análise estrutural das vulnerabilidades e do efeito da vitimização direta. **Economic Analysis of Law Review**, v. 7, p. 266-290, 2016.

SOLOW, R. A. Contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 70, Feb. 1956.

TJDFT, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Furtos e Roubos**. 2019. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/direito-facil-1/furto-e-roubo>>. Acesso em: 04 de jun. de 2019.

WHO (World Health Organization). **World Health Statistics 2018: Monitoring Health for the SDGs, Sustainable Development Goals**. Geneva: World Health Organization; 2018.

WILLIAMSON, J. Regional inequality and the process of national development: A description of patterns. **Economic Development and Cultural Change**, 13, 3-45, 1965.

Recebido em 19/02/2021
Aprovado em 27/08/2021

Aprovado em 27/08/2021 1965.



Volume 11, Número 2
Julho - Dezembro
2021



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:





EFEITOS DA MATERNIDADE NA OFERTA DE TRABALHO E SALÁRIOS NO BRASIL

EFFECTS OF MOTHERHOOD ON LABOR SUPPLY AND WAGES NO BRASIL

Fernando Antonio Machado¹
Solange de Cassia Inforzato de Souza²
Vanessa Fortunato de Paiva³
Magno Rogério Gomes⁴

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo analisar empiricamente o impacto da maternidade na oferta de trabalho e nos salários das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Utiliza-se os microdados da PNAD Contínua de 2017, estima-se as probabilidades de oferta de trabalho pelo modelo Probit binomial e a correção do viés de seleção (Heckit), e efetua-se a decomposição salarial de Oaxaca-Blinder. Os dados confirmam a relação negativa entre a maternidade e a oferta de trabalho das mulheres mães no país. As mães ocupadas são mais jovens, menos experientes, trabalham em menor carga horária, ganham menos, e seguem um padrão de distribuição das ocupações e dos setores econômicos muito similar ao das não-mães. A maternidade age como penalidade quando se compara remunerações de mulheres mães e homens, mas, por outro lado, promove um prêmio na comparação dos salários de mulheres mães e não-mães no Brasil.

Palavras-chave: Maternidade; Oferta de trabalho; Salários; Brasil.

ABSTRACT:

This work aims to empirically analyze the impact of motherhood on the labor supply and wages of women in the Brazilian labor market. We used the PNAD Continuous 2017 microdata, the Probit model with the correction of the selection bias (Heckit), and the Oaxaca-Blinder salary decomposition. The data confirm the negative relationship between motherhood and the labor supply of mothers in the country. Employed mothers are younger, less experienced, work less hours, earn less, and show a pattern of distribution of occupations and economic sectors very similar to non-mothers. Maternity acts as a penalty when comparing the remuneration of mothers and men, but on the other hand it promotes a premium in the comparison of the salaries of women mothers and non-mothers in Brazil.

Keywords: Motherhood; Labor supply; Wages; Brazil.

¹Mestrando em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina. Paraná. E-mail: fernandomachado@uel.br.

² Professora do Programa de Mestrado em Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina. Paraná. E-mail: solangecassia@uol.com.br.

³ Mestre em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina. Paraná. E-mail: nepaiva@hotmail.com.

⁴ Professor da Universidade Estadual de Londrina e Universidade Pitágoras Unopar. Paraná. E-mail: profmagnogomes@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

A mudança do comportamento e dos valores femininos, influenciada por uma maior visibilidade política e pela autonomia sexual da mulher a partir do conhecimento e uso dos métodos contraceptivos, propiciaram uma maior qualificação educacional e profissional, de modo que, desde os anos 1960 e 1970, tais mudanças contribuíram para a elevação da taxa de participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Ao lado disso, as mais diferentes abordagens científicas concluem empiricamente para a persistência das desigualdades de gênero no Brasil e no mundo.

Tal qual a desigualdade de gênero, a maternidade tem sido associada à diferenciação e discriminação salariais e à segregação ocupacional feminina no mercado de trabalho, como divulgadas na literatura econômica por Cunha e Vasconcelos (2016), Meulders (2007), Monte (2011), Paulo (2013) e outros. Nesse aspecto, os estudos se justificam pelos prismas normativo e positivo. Normativo, na medida em que são motivados por implicações sobre a justiça e a moral, pois que a igualdade de gênero tem se constituído como valor e guiado a elaboração de agendas nacionais e internacionais em prol da sua consecução, como as defendidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. Positivo, na medida em que a literatura sobre economia da discriminação tem mostrado que a discriminação é ineficiente e há evidências empíricas que podem elucidar os mecanismos de discriminação e a sua persistência nas economias.

Teoricamente, algumas são as variáveis que explicam as desigualdades salariais, sistematizadas nos corpos teóricos econômicos. A teoria do capital humano aborda a influência da escolaridade e experiência na remuneração e na participação dos indivíduos no mercado de trabalho. Para a teoria do mercado dual ou segmentado, questões como a formalidade da ocupação, a região, o setor econômico, as estruturas de mercado nas quais as firmas estão situadas e a estrutura tecnológica explicam as desigualdades salariais. A teoria da discriminação reflete sobre a situação em que há tratamento salarial diferenciado de grupos com características produtivas idênticas, mas características pessoais distintas, como gênero e cor da pele (BORJAS, 2012; CHADAVERIAN, 2011; EHRENBERG E SMITH, 2000; LOUREIRO, 2003).

A desigualdade entre homens e mulheres constatadas empiricamente, mesmo em condições de equivalência de atributos produtivos, a integração tardia ao mercado de trabalho e os empecilhos contemporâneos, além da inclusão social de pessoas apartadas da sociedade por questões de fecundidade, são preocupações autênticas que fundamentam a pesquisa nessa área. Nesta chave de interpretação, este trabalho é importante porque esclarece os motivos pelos quais as mulheres, em especial as que são mães, não gozam do mesmo padrão de oferta de trabalho e de salários que as mulheres não mães e os homens e fornece substrato para correção.

Diante desse contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar a influência da maternidade na oferta de trabalho e na remuneração de mulheres mães no mercado de trabalho brasileiro.

O artigo está organizado em 5 seções, incluindo esta introdução. A segunda seção



revisa a literatura sobre a maternidade e mercado de trabalho e a terceira esclarece a metodologia adotada. A quarta seção expõe e analisa os principais resultados. Por fim, as conclusões são apresentadas.

2 MATERNIDADE E MERCADO DE TRABALHO: CONJUNTOS EMPÍRICOS

A literatura estrangeira e nacional tem registrado pesquisas sobre a maternidade e o mercado de trabalho. De forma geral, mostram uma correlação negativa entre fecundidade e oferta de trabalho, e buscam as razões para a decisão sobre a maternidade e as suas consequências. Edon e Kamionka (2010), por exemplo, aplicaram o Modelo Probit Bivariado Dinâmico para países europeus (França, Espanha, Alemanha, Reino Unido e Dinamarca) com os dados do Painel Europeu de Agregados Familiares (ECHP) de 1994 e 2001, e afirmaram a correlação negativa entre fertilidade e oferta de trabalho ou participação. Gema (2002) estudou os dados da *Encuesta de Población Activa* (EPA) de 1987 a 1993 para a Espanha, e o Modelo de Probits Alternantes para Dados de Painel e apontou que trabalho e cuidado dos filhos são incompatíveis. O efeito das variáveis explicativas incluídas na análise sobre a decisão de fecundidade dependeu da situação laboral da mulher.

Para o Brasil, Dias Junior (2010), com os dados do Censo de 2000, concluiu que as mulheres brasileiras presentes em grupos ocupacionais mais qualificados tenderam a ter menos filhos e a adiar a maternidade por um prazo mais longo. Souza, Rios-Neto e Queiroz (2017), com dados da PNAD de 1984, também afirmaram que a participação das mulheres no mercado de trabalho tendeu a se reduzir à medida que elas tiveram filhos, sendo esse efeito mais forte para a primeira, terceira ou demais crianças.

Campêlo e Silva (2005), a partir do tratamento com uma regressão quantílica com variáveis instrumentais (Efeito Quantílico de Tratamento) dos dados da PNAD de 1999, analisaram a renda familiar e a decisão de ter filhos e apuraram que há uma redução de 14 a 18% nos quantis considerados da distribuição de renda, com impacto maior nos quantis dos extremos da distribuição de renda, em especial nos relacionados às famílias de menor renda, ou seja, ter três filhos ou mais reduz a renda familiar, principalmente entre as famílias mais pobres e mais ricas.

Paulo (2013) afirmou que entre 1980 e 2010 veio ocorrendo uma mudança acentuada no perfil etário das mães de primeiro filho, com adiamento da fecundidade. Todos os estratos sociais apresentaram a penalidade da maternidade, mas somente as distribuições mais altas de rendimento possuíram um prêmio de adiamento de fecundidade. Para chegar a essas conclusões, a autora utilizou um Modelo Logit, uma regressão quantílica, com dados para o Brasil dos Censos (1980 a 2010) e das PNADs (1984, 1992, 1998, 2004 e 2009).

Ainda Souza, Rios-Neto e Queiroz (2010; 2011), analisando dados da PNAD de 1992 a 2007 com Modelo Logit, concluíram que o efeito negativo de filhos sobre a participação feminina no mercado de trabalho perdeu magnitude, mas a presença de filhos diminuiu a probabilidade de participação das mulheres no mercado de trabalho, independentemente da ordem de nascimento.

O trabalho de Dias Junior e Verona (2016), elaborado a partir de vinte entrevistas



com roteiro semielaborado realizadas com mães de Belo Horizonte, concluiu que essas mães combinaram participação no mercado de trabalho com maternidade e adiaram o nascimento do primeiro filho para idades mais avançadas.

Entre as publicações com a especificação de Modelo Probit e dados da PNAD de 1992 a 2008, o trabalho de Aguas (2010) verificou que a probabilidade da mulher estar na PEA teve relação negativa com a presença de filhos menores de 10 anos, com um efeito de magnitude variando conforme o arranjo dos filhos. Ter filhos com 11 anos ou mais reduziu o impacto negativo de ter filhos de 0 a 5 anos.

De acordo com Queiroz e Aragon (2015), enquanto o ciclo de vida (casamento, maternidade e construção da família) reduziu a oferta de trabalho das mulheres, a educação, a condição de chefe de família e o acesso a creches colaboraram para aumentar a inserção feminina no mercado de trabalho, assim como a dimensão da renda do esposo, que apresentou efeito negativo sobre a decisão de trabalho da mulher. Os autores utilizaram um modelo de dois estágios de Heckman (*heckit*) e um modelo *double hurdle* aplicado aos dados da PNAD de 2011 para chegar a essas conclusões.

Barbosa e Costa (2017), com base nas PNADs de 2001 a 2015, apontaram que educação, estado conjugal e presença de filhos e idosos no domicílio mostraram-se relevantes para a decisão feminina na oferta de trabalho. Cirino e Lima (2011), com dados da PNAD de 2006 para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador, apontaram que escolaridade, renda domiciliar per capita líquida, idade, posição no domicílio, presença de filhos pequenos e raça e, para o Brasil, as variáveis regionais, foram determinantes que elevaram a participação feminina no mercado de trabalho. Além disso, a educação foi um determinante para homens, mas apresentou impactos mais marcantes entre as mulheres.

Cunha e Vasconcelos (2016) usaram um modelo bivariado com dados da PNAD de 1995 a 2009 para o Brasil e concluíram que houve, no período, queda da fecundidade e aumento da participação feminina no mercado de trabalho, assim como um efeito negativo dos salários na probabilidade de fecundidade (maiores salários, menos filhos) e positivo na probabilidade de participação no mercado de trabalho (maiores salários, mais participação). As características pessoais, da condição na família e do local de residência também se mostram determinantes da fecundidade e da inserção das mulheres. Nos domicílios de menor renda, o efeito dos salários na fecundidade é maior, no entanto, é menor no caso do engajamento no mercado de trabalho.

Do ponto de vista salarial, Casal e Barham (2013), com dados da EPH (*Encuesta Permanente de Hogares*) de 1995 a 2003, para a Argentina, entenderam haver evidência sólida de segmentação do mercado de trabalho e, além disso, afirmaram a existência, setorialmente e entre quartis diferentes de salários, de penalizações salariais pela maternidade. As mães do setor informal, segundo os autores, sofreram maior penalização, que aumentou com o número de filhos, principalmente menores, e foi maior na base da distribuição salarial. Os autores combinaram o uso de equação de rendimentos de Mincer, de regressão quantílica, da decomposição de Oaxaca-Blinder e da decomposição de Ñopo

No Brasil, Monte e Gonçalves (2008) utilizaram o Modelo Heckprobit para dados da PNAD de 1995 a 2006, e concluíram que a redução no número de filhos vivos por mulher e a elevação no nível de escolaridade contribuíram significativamente para a



inserção de mulheres no mercado de trabalho e determinação do salário. Monte (2011), a partir do mesmo modelo (Heckprobit), ao estudar o Nordeste brasileiro de 1995 a 2009 pela PNAD, verificou que, a partir de um determinado número de filhos, ocorreu um efeito substituição negativo e superior ao efeito renda provocado pela presença adicional de um filho na família. Uma mulher com três ou quatro filhos, de acordo com o autor, pôde ter uma queda de até 17,4% no salário, quando comparada a uma mulher sem filhos.

Por outro lado, Piras e Ripani (2005) comprovam que, ao contrário da evidência de penalização salarial encontrada para os Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Alemanha, os efeitos da maternidade sobre o mercado de trabalho em alguns países da América Latina não estão claros. As mães peruanas de crianças menores de 7 anos enfrentam penalidade salarial, mas as mães na Bolívia e Brasil têm um prêmio, e no Equador os dados não são significativos. Diante disso, este trabalho procura contribuir com uma investigação mais recente do mercado de trabalho brasileiro e a maternidade em todo o território nacional, sendo, portanto, espacialmente mais amplo do que boa parte das contribuições encontradas. Este trabalho também busca fornecer os determinantes dos salários e, principalmente, as causas das desigualdades salariais provocadas pela maternidade no país.

3 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Para realizar este estudo foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - de 2017 para o Brasil, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Selecionou-se os dados da População Economicamente Ativa para a estimação da oferta de trabalho e da População Ocupada, de todo o território nacional, que declarou ter 14 anos ou mais de idade, para a decomposição salarial.

Os entrevistados que se declararam amarelos ou indígenas não foram considerados na análise e, a partir desta amostra, a população foi dividida entre brancos e não-brancos (pretos e pardos). O salário foi definido a partir do rendimento bruto/retirada mensal (valor em dinheiro) que o indivíduo recebia normalmente no trabalho da semana de referência. Mães são as mulheres chefes dos domicílios ou cônjuge dos chefes associadas às crianças menores de 14 anos presentes nestes domicílios. As variáveis estão expostas no Quadro 1.



Quadro 1 – Variáveis para os modelos econométricos

Variável	Nome	Descrição
$\ln(W)$	Logaritmo do salário/hora	Salário/hora em R\$ de 2017.
X	Experiência	Idade menos anos de estudos menos cinco
X^2	Quadrado da Experiência	Quadrado dos anos de experiência
<i>seminst</i>	Baixa instrução (Base)	1 se Ensino Fundamental completo ou instrução inferior; 0 se contrário.
<i>med</i>	Ensino Médio	1 se Ensino Médio completo; 0 se contrário.
<i>grad</i>	Ensino Superior	1 se Ensino Superior completo; 0 se contrário.
<i>pos</i>	Pós-Graduação	1 se Pós-Graduação completa; 0 se contrário.
<i>branco</i>	Cor/Etnia branca (Base)	1 se branco; 0 se contrário.
<i>naobranco</i>	Cor/Etnia não-branca	1 se diferente de branco; 0 se branco.
<i>filho</i>	Filho	1 se apresenta criança menor de 14 anos no domicílio; 0 contrário.
<i>rural</i>	domicílio rural (Base)	1 se rural; 0 se urbano.
<i>urbano</i>	domicílio urbana	1 se urbano; 0 se rural.
<i>nordeste</i>	Região de moradia Nordeste (Base)	1 se Nordeste; 0 se contrário.
<i>sul</i>	Região de moradia Sul	1 se Sul; 0 se contrário.
<i>norte</i>	Região de moradia Norte	1 se Norte; 0 se contrário.
<i>sudeste</i>	Região de moradia Sudeste	1 se Sudeste; 0 se contrário.
<i>centro</i>	Região de moradia Centro-Oeste	1 se Centro-Oeste; 0 se contrário.
<i>df</i>	Região de moradia Distrito Federal	1 se Distrito Federal; 0 se contrário.
<i>oper</i>	Ocupação – Operacional (Base)	1 se Agrícola, Serviços ou Produção; 0 se contrário.
<i>dir</i>	Ocupação – Dirigentes	1 se Dirigentes; 0 se contrário.
<i>pcas</i>	Ocupação – PCA	1 se PCAs; 0 se contrário.
<i>tec</i>	Ocupação – Técnicos	1 se Técnicos; 0 se contrário.
<i>sagri</i>	Setor Agrícola (Base)	1 se Agrícola; 0 se contrário.
<i>sind</i>	Setor de Indústria	1 se Indústria ou Construção; 0 se contrário.
<i>scom</i>	Setor de Comércio	1 se Comércio; 0 se contrário.
<i>sserv</i>	Setor de Serviços	1 se Serviços; 0 se contrário.
λ	Razão inversa de Mills	Correção de Heckman.
<i>po</i>	População Ocupada	População Ocupada
<i>pea</i>	População Economicamente Ativa	População Economicamente Ativa

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.1 Probabilidade de participação no mercado de trabalho: Modelo Probit

Os dados informacionais desta pesquisa foram elaborados pela aplicação do modelo Probit. Estatisticamente, a técnica utiliza a função de distribuição acumulada (FDA) em que é determinada por uma variável explanatória selecionada X_i , apresenta média μ e



variância σ^2 (GUJARATI; PORTER, 2011):

Os cálculos econométricos foram realizados sob a ótica da oferta de trabalho, ou seja, pela perspectiva probabilística de uma mãe ofertar trabalho retratada por $P(Y_i = 1|X_i)$.

Considerando que Z_i é a variável normal padrão, tal que $Z_i \sim N(0, \sigma^2)$ e $Z_i = \gamma_1 + \gamma_2 X_{2i} + \dots + \gamma_n X_{ni}$, com função de distribuição acumulada, tem-se:

$$F(I_i) = \int_{-\infty}^{I_i} \frac{1}{\sqrt{2\pi}} e^{-\frac{z_i^2}{2}} dz_i = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{\gamma_1 + \gamma_2 X_{2i} + \dots + \gamma_n X_{ni}} e^{-\frac{z_i^2}{2}} dz_i \quad (1)$$

Sendo que P_i é a probabilidade da oferta de trabalho e é medida pela área da curva normal padrão de $-\infty$ a I_i . Assim, o efeito da variação unitária em X sobre a probabilidade $Y=1$ será dado por:

$$\frac{\delta P_i}{\delta X_j} = \frac{\delta I_i}{\delta X_j} \cdot \frac{\delta F(I_i)}{\delta I_i} = \gamma_j \cdot P(Z_i) \quad (2)$$

Neste estudo os efeitos marginais foram calculados a partir das variáveis condicionantes identificadas na equação (3):

$$\begin{aligned} PEA_j = & \beta_0 + \beta_1 X_{ji} + \beta_2 X_{ji}^2 + \beta_3 med_{ji} + \beta_4 grad_{ji} + \beta_5 pos_{ji} + \beta_6 naobranco_{ji} \\ & + \beta_7 filho_{ji} + \beta_8 urbano_{ji} + \beta_9 sul_{ji} + \beta_{10} norte_{ji} + \beta_{11} sudeste_{ji} \\ & + \beta_{12} centrooeste_{ji} + \beta_{13} df_{ji} + u_{ji} \end{aligned} \quad (3)$$

A probabilidade de ofertar trabalho (PEA_j) foi mensurada para quatro grupos (j): mães, não-mães, mulheres e homens. A variável “*filho_{ji}*” foi utilizada como regressor apenas no modelo específico das mães (j = mães).

3.2 Decomposição dos salários

Antes de efetuar a decomposição salarial é necessário identificar os determinantes remuneratórios. Tal método foi desenvolvido por Jacob Mincer (1974), e baseou-se nos pressupostos da Teoria do Capital Humano, aplicados a uma equação log-lin:

$$\ln(W) = \beta_0 + \beta_1 S + \beta_2 X + \beta_3 X^2 + \gamma Z'_i \quad (4)$$

A variável X^2 representa os retornos de longo prazo da experiência. O vetor Z'_i representa um vetor de características pessoais do trabalhador e γ é o vetor de coeficientes do vetor de características.



Os determinantes salariais mensurados neste estudo estão representados na equação (5):

$$\begin{aligned} \ln(W)_j = & \beta_0 + \beta_1 X_{ji} + \beta_2 X_{ji}^2 + \beta_3 med_{ji} + \beta_4 grad_{ji} + \beta_5 pos_{ji} + \beta_6 naobranco_{ji} \\ & + \beta_7 filho_{ji} + \beta_8 urbano_{ji} + \beta_9 sul_{ji} + \beta_{10} norte_{ji} + \beta_{11} sudeste_{ji} \\ & + \beta_{12} centrooeste_{ji} + \beta_{13} df_{ji} + \beta_{14} sindtotal_{ji} + \beta_{15} scomercio_{ji} \\ & + \beta_{16} sservicos_{ji} + \beta_{17} sdirigentes_{ji} + \beta_{18} pcas_{ji} + \beta_{19} tecnicos_{ji} \\ & + \beta_{20} \lambda_{ji} + u_{ji} \end{aligned} \quad (5)$$

As estimativas foram realizadas para quatro grupos (j): mães, não-mães, mulheres e homens. A variável “filho_{ji}” foi utilizada como regressor apenas no modelo estimado para mães (j = mães).

Nas equações mincerianas foi detectado o problema de seleção amostral pelo uso da técnica “Heckit” (HILL; JUDGE; GRIFFITHS, 2010), através da qual aplicou-se a Razão Inversa de Mills (λ) – para corrigir o viés de seleção.

A decomposição salarial desagrega a diferença salarial em duas partes: uma explicada pelas dotações individuais (fatores relacionados à produtividade) e características dos postos de trabalho; e outra pelos fatores não-explicados, atribuídos à discriminação, efeito da maternidade.

Partindo de uma equação minceriana, temos:

$$\ln(W_i) = Z_i' \beta + u_i \quad (6)$$

Em que W_i é a taxa de salário por hora do i-ésimo trabalhador; Z_i' é um vetor de características individuais; β um vetor de coeficientes e u_i o termo de erro.

Segundo Oaxaca (1973) quando os diferenciais salariais são expressos em logaritmo natural, as presunções anteriormente citadas podem ser decompostas nos efeitos das diferenças individuais e nos efeitos da discriminação.

Diante disso, a equação (6) pode ser aplicada para m como o grupo em vantagem e f o grupo em desvantagem:

$$\ln(\bar{W}_m) = \bar{Z}'_m \hat{\beta}_m \quad (7)$$

$$\ln(\bar{W}_f) = \bar{Z}'_f \hat{\beta}_f \quad (8)$$

Calculando as diferenças entre os grupos e após manipulações algébricas temos:

$$\ln(G + 1) = \Delta \bar{Z}' \hat{\beta}_f - \bar{Z}'_m \Delta \hat{\beta} \quad (9)$$

De acordo com Oaxaca (1973) as diferenças salariais são desagregadas nos efeitos estimados das características individuais, representado pela equação (10), e dos efeitos estimados da discriminação, conforme exposto na equação (11):



$$\ln \left(\frac{\widehat{W}_m}{W_f} \right)^0 = \Delta \bar{Z}' \hat{\beta}_f \quad (10)$$

$$\ln(\widehat{D} + 1) = -\bar{Z}'_m \Delta \hat{\beta} \quad (11)$$

A metodologia de decomposição salarial de Oaxaca produz resultados arbitrários ao tentar estimar a contribuição particular de conjuntos de variáveis *dummies* para a parte não-explicada da remuneração (OAXACA; RANSOM, 1999). Segundo Paiva (2016) e Gomes (2016), a escolha arbitrária das variáveis a serem omitidas nos conjuntos de variáveis categóricas utilizadas nas regressões de determinação de salários implica um problema de identificação (invariância dos resultados). Para corrigir esse problema empregou-se o método desenvolvido por Yun (2005).

Blinder (1973) detalhou a equação para decomposição dos diferenciais salariais em três partes, acrescentando uma terceira às duas outras partes detalhadas anteriormente por Oaxaca. Esta foi denominada pelo autor de "shift effect", uma diferença observada nos rendimentos oriunda exclusivamente da inserção do indivíduo em determinado grupo (Gomes, 2016).

Para a comparação de dois grupos demográficos distintos, uma forma apropriada para estudar tal dispersão de salários seria estimar regressões expressas pela equação (12) e (13) para cada grupo.

$$Y_i^H = \beta_0^H + \sum_{j=1}^n \beta_j^H X_{ij}^H + u_i^H \quad (12)$$

$$Y_i^L = \beta_0^L + \sum_{j=1}^n \beta_j^L X_{ij}^L + u_i^L \quad (13)$$

Em que Y_i é o nível ou logaritmo natural dos ganhos, renda ou taxa salarial do grupo; $X_{i1}, X_{i2}, \dots, X_{in}$ são as n características observáveis usadas para explicar Y_i^g (sendo g os grupos L e H) e os sobrescritos L e H representam respectivamente os grupos de baixos salários ("low-wage") e altos salários ("high-wage").

As diferenças entre os níveis (ou logaritmos naturais) dos ganhos, renda ou taxa salarial dos grupos como função das características observáveis de cada grupo e respectivos coeficientes sob a perspectiva de Blinder (1973) estão representadas na equação (14):

$$Y_i^H - Y_i^L = \beta_0^H - \beta_0^L + \sum_{j=1}^n \beta_j^H (X_{ij}^H - X_{ij}^L) + \sum_{j=1}^n X_{ij}^L (\beta_j^H - \beta_j^L) \quad (14)$$



4 RESULTADOS EMPÍRICOS

4.1 Probabilidade de oferta de trabalho das mulheres mães e não-mães no Brasil

As informações da Tabela 1 apresentam a probabilidade de as mães ofertarem trabalho no Brasil. Outras categorias foram acrescentadas para comparação. O impacto da experiência na probabilidade de ofertar trabalho é maior para mães do que para outros grupos. Cada ano de experiência impacta em cerca de 2% na probabilidade de ofertar trabalho no caso das mães e, respectivamente, 1,17 e 1,1% nos casos das não-mães e dos homens em geral. Além disso, há taxas decrescentes de retorno da experiência para todos os grupos.

Tabela 1 - Probabilidade de oferta de trabalho segundo a maternidade e gênero – efeitos marginais

Variáveis	Mães	Não-Mães	Mulheres	Homens
Exp	0,01940***	0,01172***	0,01322***	0,01091***
Exp ²	-0,00047***	-0,00045***	-0,00045***	-0,00031***
Médio	0,06263***	-0,02315***	0,00501	-0,03416***
Graduação	0,18430***	0,07289***	0,11128***	-0,01177
Pós-graduação	0,24136***	0,17019***	0,20082***	0,00701
Não-branco	0,02476***	0,02406***	0,02435***	-0,00400
Filhos	-	-	-0,07937***	-
Urbano	0,12063***	0,12013***	0,12610***	0,00587
Sul	0,10481***	0,10305***	0,10337***	0,04043***
Norte	0,00950	-0,00324	0,00509	0,01490**
Sudeste	0,05202***	0,09788***	0,08313***	0,03889***
Centro-Oeste	0,05073***	0,08804***	0,07321***	0,05840***
Distrito Federal	0,04844**	0,03863**	0,04300***	0,00423

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD-Contínua de 2017.
Nota: (***) Significante a 1%, (**) Significante a 5% e (*) Significante a 10%.

Enquanto o diploma do Ensino Médio aumenta em cerca de 6,3% a chance de as mães ofertarem trabalho em relação às pessoas com ensino fundamental completo ou menor instrução, esta probabilidade é negativa para não-mães (2,3%) e homens (3,4%). O mesmo acontece com a graduação, cujo impacto é ainda maior: mães graduadas (18,4%) tem quase duas vezes e meia a probabilidade das não-mães (7,3%) de ofertar trabalho. A pós-graduação tem um impacto maior ainda no caso materno (24,1%) em relação às pessoas com ensino fundamental completo ou menor instrução. A probabilidade das mães com pós-graduação é quase uma vez e meia maior que a das não-mães (17%). Em suma, o aumento da escolaridade causa um aumento da chance de ofertar trabalho das mulheres, muito mais do que para os homens, relação que é ainda maior no caso das mulheres que



têm filho. Esses resultados vão ao encontro do esperado, conforme constam na literatura nacional e estrangeira.

A cor da pele, ou seja, não ser branca aumenta a probabilidade de ofertar trabalho em cerca de 2,5% para as mães, quando comparadas com as pessoas brancas. Semelhantes são as conclusões de Aguas (2010), Queiroz e Aragon (2015), Cirino e Lima (2011), Cunha e Vasconcelos (2016), Monte e Gonçalves (2008) e Lima (1997).

A região de moradia interfere na participação do mercado de trabalho da seguinte forma: viver na zona urbana tem impacto semelhante em mães e não mães, sendo levemente superior no caso das primeiras, quando se compara com viver na zona rural. Mas, a probabilidade de ofertar trabalho para as mães da região do Sul do Brasil é cerca de 10% maior do que a probabilidade das mães que residem no Nordeste, relação que é o dobro das mães do Sudeste (5,2%), Centro-Oeste (5%) e Distrito Federal (4,8%).

Em relação ao impacto da presença de filhos, o fato de ter um filho ou mais, impacta negativamente na probabilidade de as mulheres ofertarem trabalho, cerca de 8%. A direção (negativa) deste impacto esteve em consonância com os resultados encontrados nas pesquisas documentadas na seção 2 deste trabalho. As seções a seguir mensuram o efeito da maternidade sobre os salários das mulheres ocupadas no país.

4.2 Descrição das pessoas ocupadas e a maternidade

Pelas informações da Tabela 2 é possível conferir as características gerais da população ocupada maior de 14 anos do Brasil no ano de 2017, segundo a condição da maternidade. Dados referentes ao gênero foram inseridos para comparação. No Brasil, em 2017, a população ocupada corresponde a mais de noventa milhões de pessoas, sendo mais da metade delas homens. Do total das mulheres ocupadas maiores de 14 anos, cerca de um terço (34,23%) são mães, contra quase dois terços (65,77%) não são mães. Homens são a maior parcela da população economicamente ativa ocupada (há cerca de 12,1 milhões de homens ocupados a mais do que as mulheres) e mulheres mães correspondem a uma fatia significativa deste total (cerca de 29% da população ocupada total).

As mulheres mães ocupadas, em média e entre os grupos selecionados, são mais jovens, menos experientes, trabalham em menor carga horária e ganham menos. A mulher que decida ser mãe ganha R\$46,23 por mês a menos que as mulheres que não são mães.

Conforme os dados da Tabela 3, o grupo de mães é proporcionalmente composto por mais pretas e pardas (60%) do que os outros grupos, e as não-mães é o grupo com a maior proporção de pessoas brancas.

Em relação à escolaridade, mulheres com Ensino Médio completo ou mais (mães e não-mães) compõem pouco mais da metade da população analisada (52%) e os homens desta instrução compõem pouco menos da metade da população analisada (cerca de 47%). O grupo de mães tem relativamente mais pessoas com ensino fundamental e médio.



Tabela 2 - Perfil da população ocupada brasileira- segundo maternidade e gênero

Variáveis	Maternidade		Mulheres	Homens
	Mães	Não-Mães		
Idade média (anos)	37,37	39,83	38,99	39,45
Experiência média (anos)	21,33	23,49	22,75	24,54
Tempo de estudo médio (anos)	11,04	11,35	11,24	9,91
Salário por mês médio (R\$/mês)	1715,09	1761,32	1745,51	2268,83
Tempo médio trabalhado (horas/mês)	156,01	158,86	157,88	178,03
Tempo médio trabalhado(h/semana)	35,9	36,56	36,33	40,97
Salário por hora médio (R\$/hora)	11,44	11,69	11,6	13,26
Total (%)	34,23	65,77	43,36	56,64
Total (milhões)	13516130	25971679	39487809	51585291

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD-Contínua de 2017

Muito embora todos os grupos se concentram majoritariamente na cidade, as mães estão levemente mais concentradas na zona rural e no setor privado do que as não-mães. Para todos os segmentos analisados, inclusive o das mães, as maiores parcelas da população ocupada estão, em ordem decrescente, nas regiões Sudeste, Nordeste, Sul, Norte, Centro-Oeste e Distrito Federal. No entanto, elas estão relativamente mais nas regiões nordeste e norte do país.

O Setor de Serviços contempla as maiores parcelas, proporcionalmente, de cada grupo analisado, sendo seguido pelos setores do Comércio, da Indústria, Agrícola e Construção. Quase 95% das mães estão nos cargos do Comércio, na Indústria e nos Serviços (cerca de 65% delas nos Serviços e cerca de 30% na Indústria e Comércio).



Tabela 3 – Perfil ocupacional da população ocupada brasileira - percentuais segundo maternidade e gênero

Variáveis	Maternidade		Mulheres	Homens
	Mães	Não-Mães		
Branco	39,79	46,47	44,89	43,32
Preto	9,78	8,04	8,45	8,88
Pardo	50,43	45,49	46,66	47,80
Sem instrução ou Fund. Incompleto	31,67	35,83	34,48	38,03
Fundamental	16,30	12,16	13,50	15,46
Médio	37,07	34,44	35,29	33,85
Graduação	10,62	13,08	12,28	9,44
Pós-graduação	4,35	4,49	4,44	3,22
Urbana	89,19	92,01	91,04	85,54
Rural	10,81	7,99	8,96	14,46
Privado	84,07	83,55	83,73	91,98
Público	15,93	16,45	16,27	8,02
Norte	8,65	6,59	7,30	8,40
Nordeste	23,59	21,60	22,28	23,76
Sudeste	42,76	47,59	45,94	43,78
Sul	16,38	16,12	16,21	15,86
Centro-Oeste	6,96	6,39	6,59	6,83
Distrito Federal	1,66	1,70	1,69	1,38
Agrícola	5,05	3,97	4,34	13,68
Comércio	18,94	19,24	19,14	19,62
Construção	0,50	0,66	0,61	13,32
Indústria	10,37	10,23	10,28	15,25
Serviços	65,14	65,89	65,63	38,13
Agrícola	3,17	2,68	2,85	8,55
Dirigentes	4,62	4,56	4,58	5,16
PCA's	13,57	15,08	14,56	7,62
Produção	8,96	7,75	8,17	33,13
Serviços	62,41	60,90	61,42	37,99
Técnicos	7,26	9,03	8,42	7,56

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos microdados da PNAD-Contínua de 2017.



4.3 Determinantes salariais segundo a maternidade e gênero

Pela Tabela 4⁵, é possível ver que a escolaridade tem um impacto positivo no salário de todos os grupos analisados. Conforme aumenta a escolaridade, também aumenta o montante pago por hora de trabalho. Mas, no grupo das mães a escolaridade tem o menor retorno salarial. Homens é o grupo cujo retorno da escolaridade na remuneração é o maior, proporcionalmente dentre todos os grupos analisados.

Tabela 4 - Determinantes salariais segundo a maternidade e gênero no Brasil

Variáveis	Mães	Não-Mães	Mulheres	Homens
Exp	-0,00300	0,01623***	0,01014***	0,04232***
Exp ²	0,00028	-0,00002	0,00013	-0,00065***
Médio	0,08710**	0,17936***	0,15914***	0,21069***
Graduação	0,45289***	0,59112***	0,55879***	0,74904***
Pós-graduação	0,78534***	0,95241***	0,90462***	1,22179***
Não-branco	-0,15403***	-0,13317***	-0,14135***	-0,11626***
Filhos	-	-	0,10122***	-
Urbano	0,02432	0,12942***	0,08113***	0,19529***
Sul	0,19409***	0,20169***	0,19533***	0,32784***
Norte	0,10365***	0,11858***	0,11026***	0,07721***
Sudeste	0,21863***	0,18669***	0,18692***	0,27087***
Centro-Oeste	0,16300***	0,16227***	0,15696***	0,35119***
Distrito Federal	0,52976***	0,46945***	0,48745***	0,48768***
Indústria Total	0,13362***	-0,00595	0,04616	0,02926
Comércio	0,09826*	0,02373	0,05360	0,12549***
Serviços	0,18868***	0,05154	0,10201***	0,09307***
Dirigentes	0,57674***	0,53641***	0,55242***	0,53706***
PCAs	0,45348***	0,46862***	0,46354***	0,44062***
Técnicos	0,24581***	0,31858***	0,29529***	0,27548***
Mills	-0,71204*	-0,34463**	-0,52502***	0,41617***

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD-Contínua de 2017.

Nota: 1. (***) Significante a 1%, (**) Significante a 5% e (*) Significante a 10%; 2. Efeito Composto: 100.

A conclusão do ensino médio aumenta em 8,7% o salário das mães, um retorno menor do que para os outros grupos. Da mesma forma, a graduação aumenta em 45,3% a remuneração das mães, menor do que para outros grupos. A disparidade entre as taxas de quem concluiu pós-graduação é maior ainda, sendo o retorno das mães proporcionalmente menor: mães pós-graduadas aumentam em 78,5% o salário em comparação com as mães com ensino fundamental ou menor instrução, enquanto as não-

⁵ Os testes econométricos das equações de seleção foram realizados.



mães aumentam 95,2% e homens 122,3%. No entanto, apesar do menor retorno comparado com os outros grupos, o aumento da escolaridade provocou alterações salariais favoráveis para as mães.

O fato de não ser branco tem um efeito negativo no salário das mulheres e dos homens, mas é maior no caso das mães (15,4%). A maternidade tem um impacto positivo de cerca de 10% por hora no salário das mães em comparação com as não-mães.

No caso da região de moradia, não existe diferença estatisticamente significativa entre mães da zona rural e urbana. Pertencer ao Distrito Federal está relacionado ao maior aumento percentual no salário de todos os grupos analisados, quando se compara com o Nordeste. O Norte apresenta os menores impactos percentuais no salário de todos os grupos, quando se compara com o Nordeste.

Trabalhar no setor de Serviços para as mães significa ganhar quase o dobro (18,9%) da porcentagem que os homens do setor ganham (9,3%) em comparação aos profissionais do setor Agrícola. Mães que trabalham na Indústria ganham 13,4% a mais do que as mães do setor Agrícola. Os maiores impactos salariais por ocupação, quando se compara com o grupo Operacional, são dos cargos de Dirigentes (57,7%), seguidos por PCAs (45,3%) e, depois, Técnicos (24,6%), no caso das mães.

4.4 Decomposição das diferenças salariais

Os dados contidos na Tabela 5 se referem às diferenças salariais entre mães e não-mães e as suas causas. Não há significância estatística na diferença encontrada entre os salários das mães e das não-mães. Mas é possível concluir que se as não-mães tivessem as mesmas características explicadas das mães (características produtivas, de cor da pele, de zona de habitação, de ocupação, de setor de trabalho e de região de moradia), seus salários deveriam reduzir em 3,71% em relação aos salários das mães. Isto mostra que as características pessoais das não-mães são, do ponto de vista da remuneração, melhores que as das mães. Os aspectos produtivos (educação e experiência) das não-mães têm um grande impacto (9,34%) em termos percentuais no salário.

Por outro lado, se as mulheres não mães fossem mães, seus salários aumentariam em 4,33%, mostrando o quão favorável é o efeito maternidade para as mulheres no Brasil. Esses dados vão ao encontro dos tratados em Piras e Ripani(2005), que mostram o prêmio salarial para a maternidade no Brasil.

Os dados contidos na Tabela 6 se referem às diferenças salariais entre mães e homens. Se as mães tivessem as mesmas características explicadas dos homens (características produtivas, de cor da pele, de zona de habitação, de ocupação, de setor de trabalho e de região de moradia), seus salários deveriam diminuir 14,59% em relação aos salários deles. No entanto, na ausência da Maternidade e Gênero (logo, na ausência de discriminação) os salários das mães aumentariam 34,65% em relação ao salário dos homens.

Mães têm melhores aspectos produtivos que os homens. Se tivessem as mesmas características produtivas deles, seus salários teriam uma queda de 8,73%. Se a população de mães tivesse as mesmas características da cor da pele e da zona de moradia da população de homens, sua remuneração aumentaria, respectivamente em 0,24% e



diminuiria em 0,25%. As ocupações escolhidas pelas mães, também tem um impacto positivo significativo (2,4%) em comparação com os homens. Se ocupassem os mesmos postos de trabalho, ganhariam menos. As regiões onde as mães vivem têm 0,5% de impacto no salário: se estivessem distribuídas nas mesmas regiões onde estão os homens, ganhariam mais.

Tabela 5 – Decomposição salarial de mães e não-mães no Brasil

Grupo	Coefficientes	Coefficientes na forma exponencial	
Mães	2,21448***	9,15661***	
Não-Mães	2,20988***	9,11463***	
Diferenças	Coefficientes	Participação relativa (%)	Impacto percentual no salário
Explicada	-0,03781***	-822,82%	-3,71
Aspectos produtivos	-0,09811**	-2134,73%	-9,34
Cor da pele (não-branca)	-0,00642***	-139,62%	-0,64
Zona (urbana)	-0,00104	-22,59%	-0,10
Ocupações	0,00617**	134,21%	0,62
Setores	-0,00064	-13,94%	-0,06
Regiões	-0,00446***	-97,00%	-0,44
Não explicada (Efeito Maternidade)	0,04241***	922,82%	4,33
Diferença Total	0,00460	100,00%	0,46

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD-Contínua de 2017. Nota: 1. Grupo em desvantagem: Não-Mães; 2. Para minimizar o problema de heterocedasticidade, comum em modelos de determinação de salários, utilizou-se o procedimento de erros robusto de White (1980); 3. (***) Significante a 1%, (**) Significante a 5% e (*) Significante a 10%.

A diferença total entre a remuneração de homens e mães é significativa (15%) e se deve, em parte, ao Efeito Maternidade. Na ausência de discriminação, mulheres e mães seriam mais bem remuneradas, quando as comparamos aos homens.

Desta forma, verifica-se que, enquanto a maternidade age como penalidade quando se compara salários de mães e homens, a maternidade age como prêmio quando se compara remunerações de mães e não mães. Em relação às não-mães, a discriminação é negativa, enquanto em relação aos homens, a discriminação é positiva.

Se as mães tivessem as mesmas características produtivas dos homens, seus salários diminuiriam – o que sugere que, relativamente, mães têm melhores características produtivas do que os homens. O oposto ocorre com as não-mães, que têm melhores características produtivas comparadas às mães. Ser mãe pode impactar negativamente na possibilidade de desenvolver melhores características produtivas em relação às não mães, mas ainda mantém um impacto favorável nos salários quando se compara mães aos homens, no que se refere aos aspectos pessoais e produtivos.

É importante anotar que, ainda que a literatura que aborde a decomposição dos rendimentos das mães em perspectiva comparada seja escassa, trabalhos como o de Barham e Casal (2013) e Muniz e Veneroso (2019) apontaram que nem todas as mulheres



experimentam a mesma penalização salarial pela maternidade. Apesar deste estudo não examinar a formalidade/informalidade dos postos ou a variação do efeito da maternidade social de acordo com a faixa de renda, esta investigação converge para o fato de que, relativamente, nem todas as mulheres enfrentam penalização salarial: isto depende do grupo em comparação (não-mães, homens).

Tabela 6 – Decomposição salarial de mães e homens no Brasil

Grupo	Coefficientes	Coefficientes na forma exponencial	
Homens	2,35428***	10,53055***	
Mães	2,21448***	9,15661***	
Diferenças	Coefficientes	Participação relativa (%)	Impacto percentual no salário
Explicada	-0,15769***	-112,80%	-14,59
Aspectos produtivos	-0,09130***	-65,31%	-8,73
Cor da pele (não-branca)	0,00243***	1,74%	0,24
Zona (urbana)	-0,00249***	-1,78%	-0,25
Ocupações	-0,02390***	-17,09%	-2,36
Setores	0,00031	0,23%	0,03
Regiões	0,00543***	3,88%	0,54
Não explicada (Efeito Maternidade e Gênero)	0,29750***	212,80%	34,65
Diferença Total	0,13980***	100,00%	15,00

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD-Contínua de 2017. Nota: 1. Grupo em desvantagem: Mães; 2. Para minimizar o problema de heterocedasticidade, comum em modelos de determinação de salários, utilizou-se o procedimento de erros robusto de White (1980); 3. (***) Significante a 1%, (**) Significante a 5% e (*) Significante a 10%.

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi contribuir para o entendimento das relações entre maternidade e mercado de trabalho, em especial, sobre a oferta de trabalho, os determinantes e as fontes dos diferenciais salariais de mães e não-mães no Brasil.

Os principais fatores que afetam positivamente a oferta de trabalho das mulheres mães no Brasil são a experiência no mercado, a escolaridade e a cor da pele não branca. O fato de ter um filho ou mais, impacta negativamente na probabilidade de as mulheres ofertarem trabalho, em acordo com a literatura econômica existente para o Brasil e outros países.

Na perspectiva do efeito da Maternidade sobre o salário, afirma-se que a maternidade e o gênero feminino agem como penalidade para as mães quando se compara remunerações de mães e homens. Parte do impacto estimado entre homens e mães se deve ao próprio efeito do gênero sobre ganhos que parece se sobrepôr ao efeito da maternidade. A maternidade age como prêmio quando se compara salários de mães e



não-mães no Brasil, resultado contrário ao divulgado pelas pesquisas realizadas no Brasil e no mundo, mas em consonância com pesquisa realizada para alguns países como Brasil e Bolívia.

Isso indica que a maternidade pode estar relacionada à aquisição de alguma habilidade pessoal específica ou funcionar como uma credencial frente ao empregador, como maior responsabilidade e atenção. Da mesma forma, a presença do filho pode significar um maior custo de oportunidade em relação ao abandono do emprego, o que traduz num maior acúmulo de capital humano da mãe – que permanece no trabalho – e um menor custo do empregador – que enxerga menos risco em ter que gastar com demissões e treinamento de novos funcionários. Já que a mãe tem que optar entre cuidar ela mesma do filho e terceirizar este cuidado a um preço específico (como o salário da babá ou a mensalidade da creche), há também um custo de oportunidade em ofertar trabalho, um salário de reserva maior do que o salário que as não-mães estariam dispostas a receber para ofertar trabalho.

O fato da maternidade gerar uma penalidade para mães em comparação com os homens pode ser explicado pela discriminação de gênero, já que, nesta pesquisa, toda mãe é mulher. No entanto, é provável que a discriminação de gênero mascare uma discriminação de maternidade. Isso leva a uma nova agenda de pesquisa, dada a necessidade de desenvolver a decomposição salarial para elucidar a sobreposição ou intersecção de discriminações.

Por fim, os resultados da pesquisa estimam as fontes das desigualdades associadas à maternidade e subsidiam as decisões e implementação de políticas públicas para a igualdade de gênero, políticas relativas ao planejamento familiar e aos equipamentos sociais, e a promoção de maior igualdade na distribuição de responsabilidades com as crianças, o lar e o trabalho. Esta pesquisa também expõe potencialidades de estudos relacionados às mudanças temporais sobre o impacto da maternidade nos salários e seu comportamento ao longo da distribuição salarial no país.

REFERÊNCIAS

AGUAS, M. F. F. A importância da composição dos filhos para a participação da mulher na força de trabalho - uma análise para o Brasil de 1992 a 2008. *In: Anais do 38º Encontro Nacional de Economia*. ANPEC. Salvador, BA, 2010.

ALVES, B.; PAZELLO, E. T.; SCORZAFAVE, L. G. D. S. Retorno da Mulher ao Mercado de Trabalho: Impacto da Licença-Maternidade. *In: Anais do 45º Encontro Nacional de Economia*. ANPEC. Natal, RN, 2017.

ALVIS-GUZMAN, N.; ÁNEZ-CONTRERAS M.; QUEJADA-PÉREZ R.; ACEVEDO-GONZÁLEZ K.; RÍO-CARRASQUILLA F. D. Fecundidad y participación de la mujer en el mercado laboral en la Costa Caribe y en Colombia. *Revista Gerencia y Políticas de Salud*, v.9, n.19, p. 90-107, 2010.

BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S. M. Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, v.23, n.62, p.23-35, 2017.



CAMPÊLO, A. K.; SILVA, E. N. Filhos e renda familiar: uma aplicação do efeito quantílico de tratamento. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.35, n.3, p.355-377, 2005.

CARVALHO, S. S.; FIRPO, S.; GONZAGA, G. Os efeitos do aumento da licença-maternidade sobre o salário e o emprego da mulher no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.36, n.3, p.489-524, 2006.

CASAL, M. P.; BARHAM, B. Penalizaciones salariales por maternidad y segmentación del mercado laboral: el caso de la Argentina. **Revista CEPAL**, 111, p.59-81, 2013.

CIRINO, J. F.; LIMA, J. E. Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho: uma comparação entre os sexos e entre os mercados das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador. **Revista Econômica do Nordeste**, v.42, n.1, p.165-182, 2011.

CUNHA, M. S.; VASCONCELOS, M. R. Fecundidade e participação no mercado de trabalho brasileiro. **Nova Economia**, v.6, n.1, p.179-206, 2016.

DIAS JUNIOR, C. S. Diferenciais no comportamento reprodutivo das mulheres Brasileiras: uma análise a partir dos grupos ocupacionais. **Dados**, v.53, n.1, 233-266, 2010.

DIAS JUNIOR, C. S.; VERONA, A. P. Maternidade e trabalho: algumas reflexões sobre mulheres em ocupações de nível superior. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.4, n.12, p.111-133, 2016.

EDON, C.; KAMIONKA, T. **Dynamic Modeling of Fertility And Labour Market Participation of Married or Cohabiting Women**. Louvain-la-Neuve: Institut de Recherches Economiques et Sociales/Université catholique de Louvain, (2010-17), 2010.

GEMA, A. L. Decisiones de fecundidad y participación laboral de la mujer en España. **Revista Investigaciones Económicas**, v.26, n.1, p.187-218, 2002.

GOMES, M. R. **Discriminação salarial de gênero e alocação por setor econômico dos trabalhadores no primeiro emprego, reemprego e remanescentes: regiões sul e nordeste do Brasil** (Dissertação de mestrado em Economia Regional). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. Porto Alegre, RS: AMGH, 2011. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**.

MANTOVANI, G. G. **Segmentação ocupacional e discriminação de gênero do mercado de trabalho: uma análise para o Brasil e os estados do Paraná e Bahia**. (Dissertação de mestrado em Economia Regional). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

MEULDERS, D., PLASMAN R., HENAU J., MARON L.; DORCHAY S. Trabalho e maternidade na Europa, condições de trabalho e políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.611-640, 2007.

MONTE, P. A. A Influência da Fecundidade na Inserção Feminina no Mercado de Trabalho Nordestino e nos Determinantes Salariais. **Revista Econômica do Nordeste**, v.42, n.3, p.473-488, 2011.

MONTE, P. A.; GONÇALVES, M. F. A inserção ocupacional e os determinantes salariais



das mulheres no mercado de trabalho. *In: Anais do 16º Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, MG, 2008

OAXACA, R. Male-Female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, v.14, n.3, p.693-709, 1973.

OLIVEIRA, S. C., FARIA, E. R., SARRIERA, J. C., PICCININI, C. A., & TRENTINI, C. M. Maternidade e trabalho: Uma revisão da literatura. *Revista Interamericana de Psicología*, v. 45, n.2, p.271-280, 2011.

OMETTO, A. M. H.; HOFFMANN, R.; ALVES, M. C. Participação da Mulher no Mercado de Trabalho: Discriminação em Pernambuco e São Paulo. *Revista Brasileira de Economia*, v.53, n.3, p.287-322, 1999.

PAULO, M. A. **A maternidade, o momento do nascimento do primeiro filho e a situação da mulher no mercado de trabalho no Brasil: uma análise do salário e da adequação escolaridade/ocupação por grupos socioeconômicos** (Tese de doutorado em Demografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PEREIRA, R. M.; OLIVEIRA, C. A. Discriminação por gênero no mercado de trabalho local: um estudo para os municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Análise Econômica*, v. 35, n.68, p. 87-116, 2017.

PIRAS, C.; RIPANI, L. **The effects of motherhood on wages and labor force participation: evidence from Bolivia, Brazil, Ecuador and Peru**. Washington, D.C: Inter-American Development Bank, 2005.

QUEIROZ, V. S.; ARAGON, J. A. O. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras. *Estudos Econômicos*, v.45, n.4, p.787-819, 2005

SCORZAFAVE, L. G. D. S. **A evolução e os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro** (Dissertação de mestrado em Economia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SOARES, C.; OLIVEIRA, S. Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento. *Revista Econômica*, v. 6, n.1, p.5-33, 2004.

SOUZA, L. R.; RIOS-NETO, E. L. G.; QUEIROZ, B. L. A relação entre parturição e trabalho feminino no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v.28, n.1, p. 57-79, 2011.

SOUZA, L. R.; RIOS-NETO, E. L. G.; QUEIROZ, B. L. Maternidade e trabalho: o efeito do primeiro, segundo e terceiro (ou mais) filhos sobre a participação da mulher no mercado laboral. *In: Anais do 17º Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, MG, 2010.

SOUZA, L. R.; RIOS-NETO, E. L. G.; QUEIROZ, B. L. **The Impact of Fertility on Female Labor Supply in Brazil: Natural Experiments at Different Parities**. NEPO/Universidade Estadual de Campinas, v.81, 2017.

Recebido em 06/04/2021

Aprovado em 27/08/2021





OS PROFISSIONAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR - DILEMAS E POSSIBILIDADES DA REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA NA AMÉRICA LATINA

PROFESIONALES EN DESARROLLO RURAL Y SEGURIDAD ALIMENTARIA - DILEMAS Y POSIBILIDADES DE REVALIDACIÓN DEL DIPLOMA EN AMÉRICA LATINA

Silvia A. Zimmermann¹
Ronny E. Ortiz²
Valdemar J. Wesz Junior³
Régis da C. Belém⁴
Diana Jazmin B. Cohene⁵

RESUMO:

A formação profissional de desenvolvimento rural e segurança alimentar é recente no cenário latino americano. A Universidade Federal de Integração Latino Americana (UNILA), que recebe estudantes de toda América Latina, oferta esta formação profissional desde 2011 no âmbito do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA), contudo, seu diploma tem validade exclusivamente no território brasileiro. Com isso, para a atividade profissional seja exercida fora do país, é necessária a revalidação/reconhecimento de diploma. Este artigo analisa os Projetos Pedagógicos de cursos de Graduação na América Latina, buscando identificar similaridades e possibilidades de compatibilidade de carga horária e disciplinas com o curso de DRUSA da UNILA, bem como identifica entre os egressos do curso os problemas enfrentados na busca pela revalidação de diploma fora do Brasil. A partir de uma pesquisa documental e da aplicação de questionário estruturado com egressos de DRUSA, constata-se que para conseguir a revalidação/reconhecimento de diploma, os egressos realizaram variados caminhos, com a implicação de diferentes órgãos de governo, universidades (pública e privada) e custos. Além disso, a avaliação de Projetos Pedagógicos de três Cursos similares à DRUSA mostra a existência de potencialidade para mobilidade acadêmica, reconhecimento de diploma e até mesmo o estabelecimento de parcerias para um processo de dupla titulação entre Universidades.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; segurança alimentar; formação profissional; revalidação de diploma; UNILA.

RESUMEN:

La formación profesional en desarrollo rural y seguridad alimentaria es reciente en el escenario latinoamericano. La Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA), que recibe estudiantes de toda América Latina, ofrece esta formación profesional desde 2011 bajo el Curso de Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria (DRUSA), sin embargo, su diploma es válido exclusivamente en territorio brasileño. Así, para que la actividad profesional sea realizada en el exterior, es necesario revalidar / reconocer el diploma. Este artículo analiza los Proyectos Pedagógicos de las carreras de pregrado en América Latina, buscando identificar similitudes y posibilidades de compatibilidad de carga horaria y disciplinas con el curso de DRUSA de la UNILA, así como identificar entre los egresados de la carrera los problemas enfrentados en la búsqueda de revalidación de diploma fuera de Brasil. A partir de una investigación documental y de la aplicación de un cuestionario estructurado con egresados de DRUSA, se constata que para lograr la revalidación / reconocimiento del diploma, los egresados pasaron por diferentes caminos, con la participación de distintas agencias gubernamentales, universidades (públicas y privados) y costos. Además, la evaluación de Proyectos Pedagógicos de tres cursos similares a DRUSA muestra el potencial para la movilidad académica, reconocimiento de diploma e incluso el establecimiento de alianzas para un proceso de doble titulación entre Universidades.

Palabras-clave: desarrollo rural; seguridad alimentaria; formación profesional; revalidación de diploma; UNILA.

¹ Docente do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA/UFRRJ) e Observatório da Agricultura Familiar Latino-Americana (AFLA/UNILA/UFRGS). Email: silvia.zimmermann@unila.edu.br

² Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA/UNILA). Ex-bolsista IMEA. Email: ronny.curten@aluno.unila.edu.br

³ Professor do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) e do PPGPPD/UNILA; pesquisador OPPO/UFRRJ e Observatório AFLA/UNILA/UFRGS. Email: valdemar.junior@unila.edu.br

⁴ Professor do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA); pesquisador do Observatório AFLA/UNILA/UFRGS. Email: regis.belem@unila.edu.br

⁵ Estudante do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA/UNILA). Ex-Bolsista Fundação Araucária/UNILA. Email: djb.cohene.2017@aluno.unila.edu.br



1. INTRODUÇÃO

A formação acadêmica para atuar no mundo rural implica discussões metodológicas e técnicas (FREIRE, 1971; CAPORAL, 1991) e ganha destaque a perspectiva da interdisciplinariedade, em vista a garantir a formação de um profissional mais sensível à complexidade dos processos sociais, que envolvem questões de gênero e geracional, pobreza rural, pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura, entre tantas questões que permeiam as novas ruralidades latinoamericanas (DELGADO, 2013).

A identidade de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) nasce da perspectiva interdisciplinar, sendo este título uma exclusividade de oferta da UNILA, mas que encontra possibilidade de diálogo com outros 20 cursos de graduação na América Latina identificados em um mapeamento dos cursos de graduação e pós-graduação dedicados à formação profissional em desenvolvimento rural e/ou segurança alimentar, e áreas afins, realizado por Zimmermann, Amarilla e Benitez (2015).

O título de Bacharel em DRUSA, por ser emitido em uma Universidade brasileira, tem validade nacional e, neste sentido, para os egressos não brasileiros, depois da conquista da graduação no Brasil, a busca pelo reconhecimento do título fora do país torna-se como um novo desafio a ser superado para garantir o acesso às vagas do mercado de trabalho nos seus países de origem ou demais países latino americanos, muitas vezes dificultado pela novidade que implica a formação em DRUSA. Contudo, os dados apresentados pelo levantamento já mencionado sugerem a possibilidade de os egressos de DRUSA poderem buscar junto aos cursos similares nos distintos países da América Latina a revalidação de diploma, garantido assim a prática das atividades profissionais vinculadas à formação adquirida na UNILA.

O Brasil não possui nenhum acordo de revalidação/reconhecimento automático de diplomas de nível superior com nenhum país, de forma que independente do país emitido, um diploma de graduação para ter validade nacional “tem que ser revalidado por universidade brasileira pública, regularmente credenciada e mantida pelo Poder Público, que tenha curso reconhecido do mesmo nível e área ou equivalente”, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação, conforme Art. 48, § 2º, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20/12/1996 (MEC, 2019). Diante desta legislação, cada Universidade pública brasileira pode elaborar seu regulamento para ofertar o serviço de revalidação e de reconhecimento à comunidade, definindo custos e formas de tramitação, se regular ou simplificada.

Notamos que no Brasil é denominada revalidação para diplomas de cursos de graduação e reconhecimento para diplomas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior (Resolução nº 3, de 22 de junho de 2016 do Ministério da Educação), e as universidades geralmente ofertam este serviço simultaneamente, pois normalmente ofertam curso de graduação e pós-graduação.

Com objetivo de organizar o serviço de revalidação e reconhecimento de diploma o MEC criou a Plataforma Carolina Bori, um portal específico sobre o tema com informações detalhadas sobre as exigências das universidades que aderem ao sistema, em que o interessado pode dar entrada no pedido de revalidação e reconhecimento de maneira *on-line*⁶. Destacamos que a revalidação é voltada à fins acadêmicos, sendo necessária ainda a habilitação para

⁶ Plataforma Carolina Bori: <http://carolinabori.mec.gov.br/?pagina=inicial>



exercício profissional no caso de algumas formações (por exemplo, ser aprovado na prova da Ordem dos Advogados do Brasil). O relato da revalidação para título de graduação no Brasil serve para nos dar ideia de como este processo é burocrático, normatizado, custoso, implica tempo e nem sempre é similar entre as Universidades que podem emitir a revalidação.

Embora exista diálogo na América Latina sobre processos de revalidação de diploma, não há uma revalidação automática, tampouco são exatamente iguais nos países. Cada país tem seu trâmite e legislações específicas. Neste contexto, o egresso de DRUSA tem que buscar no país em que pretende trabalhar o caminho da revalidação, a qual por sua vez pode ter diferentes nomenclaturas e procedimentos, confundindo e dificultando ainda mais este processo:

En la legislación latinoamericana y en la legislación de los estados miembros del MERCOSUR, se suele usar los términos reconocimiento, homologación, equiparación, equivalencia, reválida, revalidación, validación, convalidación y certificación, con significados distintos, ya sea como autenticación o legalización, reconocimiento de estudios parciales, validez en el ámbito nacional de un título otorgado por una universidad extranjera. (MOLINA, 2013, p. 97).

A nomenclatura reconhecimento, homologação, equiparação, equivalência, revalidação, validação, convalidação e certificação, assim como a burocracia implicada, vai depender do país em que será feito estes procedimentos, não sendo um padrão na América Latina.

Diante das questões elencadas, o objetivo deste artigo é verificar os Projetos Pedagógicos de cursos de Graduação na América Latina, identificando similaridades e possibilidades de compatibilidade de carga horária e disciplinas com o curso de DRUSA da UNILA, bem como averiguar entre os egressos de DRUSA as possibilidades e desafios da revalidação de diploma fora do Brasil.

A metodologia foi baseada em uma abordagem qualitativa, a partir de conversas informais e aplicação de questionário estruturado para os egressos de DRUSA, brasileiros e estrangeiros, via plataforma *googledocs*, visando obter informações sobre a revalidação de diploma e identificar potencialidades e dificuldades após a formação profissional nas funções desempenhadas pelos egressos. Estas atividades ocorreram em 2018 e 2019, sendo que o universo da pesquisa foi o conjunto dos egressos do Curso (até aquele momento eram 58 egressos), pois se entende que todos, por diferentes razões, podem buscar exercer a profissão fora do Brasil. No total 28 egressos responderam ao questionário (entre brasileiros e estrangeiros), mas as respostas sobre revalidação e reconhecimento de diploma ocorreram apenas pelos não brasileiros. Para este artigo também foi realizada uma pesquisa documental em sites e arquivos de diferentes Cursos latino-americanos similares à DRUSA.

Além desta Introdução e das Considerações finais, este artigo está estruturado em duas grandes partes. Uma primeira parte apresenta o Curso de DRUSA e os outros cursos que tenham proximidade com a sua formação, a nacionalidade de seus alunos e egressos, e os resultados encontrados sobre a revalidação de diploma entre egressos de DRUSA. A segunda parte apresenta os resultados da análise comparativa entre o Curso de DRUSA e de outros Cursos da América Latina.



2. BACHARÉIS EM DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E A REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA

O Curso de DRUSA atende estudantes de diferentes países da América Latina, como Brasil, Paraguai, Peru, Bolívia, Venezuela, Equador, Uruguai, Colômbia, Haiti e Chile. Conforme dados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UNILA, espaço para gerenciamento de todas as informações relativas à vida acadêmica dos alunos e professores da Universidade, no primeiro semestre de 2019 estavam ativos no Curso de DRUSA 118 estudantes das seguintes nacionalidades: 70 brasileiros (59%); 14 paraguaios (12%); 13 colombianos (11%); 08 peruanos (7%); 06 haitianos (5%); 05 bolivianos (4%); 01 chileno (1%); 01 equatoriano (1%). Os egressos no mesmo período totalizam 58 e são de sete países da América Latina: 29 brasileiros (50%), 21 paraguaios (36%), 03 peruanos (5%), 02 bolivianos (3%), 01 venezuelano (2%), 01 equatoriano (2%) e 01 haitiano (2%) (UNILA, 2019).

Para os egressos não brasileiros, depois da conquista da graduação, a busca pela Revalidação do diploma fora do Brasil apresenta-se como um novo desafio a ser superado para garantir o acesso às vagas encontradas no mercado de trabalho.

Na primeira fase do estudo junto aos egressos, iniciado no primeiro semestre de 2018, com o propósito de verificar se algum egresso do curso já havia realizado revalidação de diploma, e quais tinham sido os procedimentos envolvidos, enviamos um e-mail solicitando detalhes para aqueles que conquistaram a revalidação. Na ocasião quatro egressos relataram ter alcançado reconhecimento ou revalidação de diploma, sendo três paraguaios e uma equatoriana. A partir destes retornos, constatamos que alguns egressos estavam trabalhando na Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), Ministério de Agricultura e Pecuária do Paraguai, Ministério de Agricultura da Bolívia e Fundação Parque Tecnológico Itaipu. De modo geral, os egressos comentaram terem enfrentado dificuldades no processo, pois sem informações, buscaram seguir orientações gerais, algumas posteriormente souberam ser desnecessárias, por exemplo, o pagamento integral para a tradução de documentos, que no Paraguai pode ser feito com desconto no Ministério de Relações Exteriores.

Como comentado, no primeiro semestre, já na segunda fase do estudo com os egressos, foi aplicado um questionário entre os egressos e 28 responderam (praticamente a metade do universo da pesquisa). Entre as perguntas estava se: “A validação de diploma em algum momento foi exigência para o exercício profissional?”, a qual 16 egressos não responderam, 05 disseram que não e 07 disseram que sim. Na sequência tínhamos a pergunta: “Você tentou fazer validação/reconhecimento de diploma no seu país?”, 13 egressos não responderam, 09 disseram que não tentaram e 06 disseram que tinham tentado. Destes, cinco (05) egressos indicaram ter conquistado revalidação de diploma, quatro paraguaios, mais uma boliviana. Entre os que responderam, chamou-nos atenção o número significativo de egressos que realizava Mestrado em Programas de Pós – Graduação no Brasil, como exemplo, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, da UNILA, entre outros.

Entre os locais de trabalho que exigiram a revalidação ou reconhecimento do diploma foi citada a organização não governamental “*Enseña por Paraguay*”, o Ministério do Desenvolvimento Rural e Terras (MTyR) da Bolívia, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) do Paraguai e a Direção de Extensão Agrária do Ministério



de Agricultura e Pecuária (DEAg-MAG) do Paraguai. Um dos egressos que realizou reconhecimento de diploma trabalhou no Ministério da Saúde e Bem Estar Social do Paraguai, mas indicou que neste trabalho não exigiram o reconhecimento do diploma.

Abaixo são apresentados os relatos dos egressos e detalhes sobre os procedimentos adotados. Os relatos preservam a narrativa expressa em cada um dos casos. Notamos que os egressos paraguaios encontraram diferentes situações que descrevem como reconhecimento (*reconocimiento*) e revalidação (*homologación*) de Diploma. No caso da egressa boliviana é mencionado apenas o reconhecimento.

Molina (2013) indica que o Paraguai reconhece a autonomia das universidades, mas a atribuição de validação de diplomas universitários é atribuída pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com parecer prévio da Universidade Nacional de Assunção (UNA), conforme Decreto nº 19275 de novembro de 2002, o qual regulamenta o artigo 122 da Lei geral de Educação e estabelece o procedimento para reconhecimento (*reconocimiento*), validação (*convalidación*) e homologação (*homologación*) de títulos de graduação e pós graduação obtidos fora do Paraguai⁷.

De modo geral, para que os diplomas emitidos no exterior sejam válidos no Paraguai e os profissionais possam exercer a profissão, é necessário que a homologação seja realizada, mas quando a titulação a ser aprovada não faz parte do currículo da Universidade Nacional de Assunção (UNA), ela é reconhecida diretamente pelo MEC (GIMÉNEZ, 2016). Conforme o relato desta autora, os cidadãos paraguaios podem solicitar a nota de repatriação para garantir e isenção de tarifas no Ministério das Relações Exteriores no apostilamento dos documentos, uma espécie de reconhecimento da autenticidade do documento avaliado, contudo não há isenção para custos que correspondem aos valores das diferentes faculdades para a revalidação (GIMÉNEZ, 2016).

Preocupada em informar seus afiliados, a *Asociación de Paraguayos estudiantes en Taiwan - APET* (2018, p. 01) tem em seu sítio eletrônico uma descrição detalhada dos procedimentos possíveis para revalidação de diploma no Paraguai, em que esclarece ser possível fazer três procedimentos diferentes junto à Reitoria da Universidade Nacional de Assunção: o reconhecimento (*reconocimiento*), a validação (*convalidación*) e a homologação (*homologación*).

Reconocimiento: acción por la cual se identifica la autenticidad del título obtenido en instituciones educativas de otros países. Es la legitimidad que se le otorga a una carrera o curso ofrecido por una institución a través de una resolución. Aplica también cuando el título extranjero obtenido no tiene grado equivalente o no existe igual en Paraguay, entonces el único procedimiento posible es el de reconocimiento.

Convalidación: procedimiento que tiene como finalidad determinar qué asignaturas y enseñanzas de una titulación no necesitan ser cursadas por un alumno por haber superado previamente otras equivalentes de otros títulos oficiales cursados en universidades extranjeras. Implica que se validan los estudios realizados, analizando la legitimidad y equivalencia en materias en el país de destino con el objetivo que esta pueda proseguir dichos estudios en el país donde desea convalidar. Aplica cuando la persona no terminó la carrera.

Homologación: Acción de contrastar el cumplimiento de determinadas especificaciones contenidas en el programa de estudios, siendo necesario el informe académico de la facultad quien analiza el contenido del programa; así como también un dictamen del Rectorado de UNA. Aplica cuando un estudiante solicita la

⁷ Informações disponíveis em <http://gestoriaenparaguay.com.py/wp/homologacion-de-titulo-universitario-extranjero-en-paraguay/.html> acesso em 19.07.2018



equiparación al título paraguayo de su título extranjero. El grado extranjero tiene que tener uno exactamente igual en el país de destino. (APET, 2018, p. 01)

Na sequência apresentamos os casos de revalidação de diploma dos Egressos de DRUSA realizados no Paraguai. O primeiro caso relatado é do Egresso 01, que concluiu o curso em 2014 e iniciou o processo de revalidação em 10 de novembro de 2016, concluído em 09 de dezembro de 2016. Já a Egressa 02 concluiu o Curso de DRUSA em 2016, e deu início ao processo de revalidação nos primeiros meses de 2017, sendo concluído em dezembro do mesmo ano.

1. Pasar la ementa y el título por el consulado paraguayo en Brasil; 2. Pasar por una dirección de convenios del MEC, el nombre del edificio no recuerdo, aquí te dan una constancia de convenio entre la Unila y el Mec, el cual exonera el pago en MRExteriores y también tienes un descuento en el rectorado; 3. Con el documento de convenio pasar por MRExteriores; 4. Llevar al rectorado de la UNA, ahí ellos hacen el proceso de reconocimiento; 5. Llevar los documentos a la oficina central del MEC. Aquí es el último paso y demora tres meses creo, no recuerdo muy bien; El total que gaste fue de 600 mil (guaranis) aproximadamente; Podes utilizar la copia autenticada del título para guardar tu original, ya que se presilla y tienen muchos sellos. (Egresso 01, relato realizado em 19.03.2018)

Hace 3 meses conseguí reconocer mi título después de un año prácticamente, porque me pusieron muchas excusas y protocolizaron demasiado; 1. En primer lugar lleve mi título al Cartorio Pinheiro, a relaciones exteriores, al MEC, al consulado paraguayo y por último al Consejo Nacional de Educacion Superior (CONES), en este sentido conseguí exonerar casi todo el proceso mediante el certificado de repatriación, donde si pedían el pago del arancel fue en el CONES y en el cartorio; 2. Del CONES remitieron mi título a la Universidad privada San Carlos, que según un estudio del comité examinador, en esta universidad tenían materias equivalentes con nuestra carrera. Con el certificado de repatriados se consigue exonerar un 40% el pago del arancel del reconocimiento. Tiene un proceso de 31 dias. (Egressa 02, relato realizado em 19.03.2018)

Conforme os relatos, os diferentes procedimentos implicaram visitas a Cartório, ao Consulado do Paraguai, ao Ministério de Relações Exteriores, ao Conselho Nacional de Educação Superior do Ministério de Educação, sinalizando diferentes idas e vindas, que compreenderam mais de ano em ambos os casos. Conforme relata a Egressa 02, em novo relato ocorrido em 2019, há uma sequência de protocolos:

Ni bien supe que estaba listo mi diploma, fui a buscar de Brasil, fue un montón de protocolos después de eso. Visite el cartorio de Foz, el consulado paraguayo, lo que me llevo varios días en retirar por el periodo en que tarda. Después en Paraguay pase por Relaciones Exteriores, por el ministerio de educación y cultura para la legalización, fui al CONES (Consejo Nacional de Educación Superior) para el reconocimiento que me llevo meses para su estudio, luego de 11 meses conseguí el reconocimiento y ahí llevé al viceministerio de educación y ciencias para el registro profesional. (Egressa 02, relato realizado em 29.05.2019)

El costo entre pasajes, viatico entre ir y venir, las gestiones y legalizaciones en promedio por los 5 millones de guaraníes. (Egressa 02, relato realizado em 19.03.2018)

A Egressa 02, além de fazer a revalidação de diploma pela Universidade privada *Universidad San Carlos*, também buscou o registro profissional da carreira no Ministério de



Educação. Constatamos que tanto no caso do Egresso 01 quanto da Egressa 02 houve a revalidação de diploma na Universidade Nacional de Assunção e Universidade San Carlos, respectivamente. Já a Egressa 03 concluiu o Curso de DRUSA em 2014, e não relatou quando deu início e concluiu o processo de revalidação de Diploma. Em seu relato explica os processos de reconhecimento e revalidação, sendo o segundo mais complexo.

Foz: 1. Solicitar planos de ensino (malla curricular) a la secretaria académica; 2. Solicitar Histórico (certificado de estudios) a la secretaria académica; 3. Contar con el TITULO. Proceso: 1. Los 3 documentos deben pasar por el cartorio. Para el caso del título, solo debe pasar por cartorio la copia autenticada del título, no el original; 2. Llevar al consulado Paraguay los 3 documentos. Todo el proceso puede durar más de 1 año. Asunción: Proceso: 1. Los 3 documentos deben ser llevado al Ministerio de Relaciones Internacionales; 2. Los 3 documentos deben ser llevado al MEC; El proceso dura aprox. 2 días; Con este proceso, el alumno ya se encuentra habilitado para estudiar una maestría si lo desea. Con todo el proceso de arriba el Título ya se encuentra legalizado. Para Reconocimiento: Proceso: 1. Los 3 documentos deben ser llevados al Consejo Nacional de Educacion Superior (CONES); 2. El CONES indica que Universidad se encargará de reconocer el titulo; 3. La Universidad envía al MEC el dictamen; 4. El MEC lanza la Resolución de Reconocimiento del Título; 4.1. El MEC registra el título. Todo el proceso puede durar más de 6 meses. (Egressa 03, relato realizado em 06.04.2018)

Sobre os custos, a Egressa 03 comenta, em 28 de maio de 2019, o seguinte: “1. Visar por consulado paraguayo en Brasil 50 Reales aprox. 2. Visaciones en MRE Paraguay 200.000 Gs. 3. Legalización MEC. 50.000 Gs 4. Rectorado UNA. 150.000 Gs”. Considerando os valores mencionados estima-se que ao total a egressa teve um custo de cerca de 300 reais.

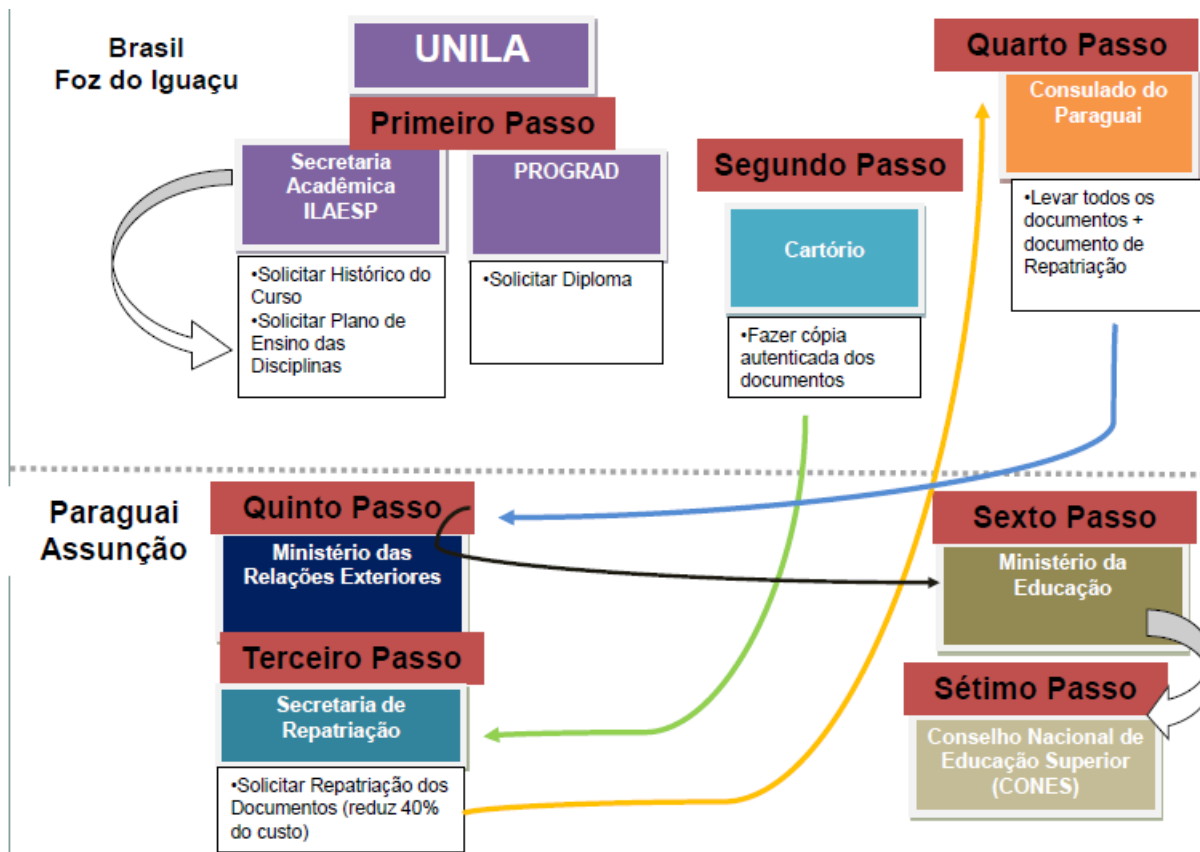
O quarto caso relatado é do Egresso 04 que concluiu o Curso de DRUSA em dezembro de 2017. Este não detalhou quando iniciou ou concluiu seu processo.

Primeiramente tive que levar o diploma, o histórico e as emendas no cartório, onde mandei fazer uma copia autenticada do diploma e o reconhecimento das firmas que estão no histórico e a primeira folha da emenda. Depois passei em Assunção na secretaria de repatriados com estes documentos para solicitar o certificado de repatriação de documentos, este é para não pagar as taxas nos demais tramites a fazer. Posterior a isto fui no consulado paraguaio em Foz, com todos os documentos mencionados e o certificado de repatriação. Depois novamente em Assunção fui no Ministério de Relaciones Exteriores, logo no viceministerio de educación só para ter uma assinatura do viceministro no histórico, depois fui na oficina de autenticação do MEC, para finalizar passei para o CONES, entidade que valida o diploma, com o certificado de repatriação é o único lugar que se paga 60% da taxa. (Egresso 04, relato realizado em 28.05.2019)

Considerando os quatro relatos apresentados, no Paraguai não há um padrão de tempo para a execução da revalidação e reconhecimento de diploma, oscilando entre quase um ano e um mês. A Figura 1 apresenta um fluxograma elaborado a partir dos relatos dos egressos paraguaios.



Figura 1: Fluxograma dos procedimentos de revalidação e reconhecimento do diploma de DRUSA/UNILA no Paraguai



Fonte: elaboração própria com base nos relatos da pesquisa (2019).

O caso da Egressa 05 apresenta procedimentos similares aos paraguaios, porém seu processo de reconhecimento do diploma foi para atuar na Bolívia.

1. reconhecimento de firmas em Foz; 2. Conseguir sellos de Ministerio de Relaciones Exteriores en São Paulo; 3. Sello do MEC São Paulo; 4. Legalización de la Cancillería São Paulo; 5. Llevar a la Universidad estatal con traducción. Boleta de pago valor de 85 \$us. 6. Traducción de Plano de Ensino. 7. Fotocopia de VI 3 fotos fondo blanco. 8. Carta de la Unila certificando la finalización de la carrera con su traducción. Y al finalizar el proceso una boleta d pago valor d 125\$us (Egressa 04 – relato em 28.05.2019)

Considerando o valor de aproximadamente 85 dólares mais os 125 dólares posteriores, estima-se que tenha gasto cerca de 660 reais na ocasião, apenas para os trâmites específicos.

Em termos de tempo do processo e custos no Paraguai, o Quadro 1 apresenta uma sistematização a partir dos relatos dos quatro egressos, que evidencia a diferença entre os casos.



Quadro 1: Tempo e custo dos procedimentos de revalidação e reconhecimento do diploma de DRUSA/UNILA no Paraguai

Egresso/a	Ano de conclusão	Processo	Início	Término	Valor estimado
01	2014.02	Revalidação Diploma pela Universidade Nacional de Assunção (UNA)	Ingresso no MEC/Py 10/11/2016	09/12/2016	600 mil guaranis (estima-se 370 reais)
02	2016.01	Revalidação Diploma pela Universidad Privada San Carlos Registro Profissional pelo MEC	Primeiros meses do ano de 2017	Dezembro de 2017	“El costo entre pasajes, viatico entre ir y venir, las gestiones y legalizaciones en promedio por los 5 millones de guaraníes” (estima-se 3 mil reais)
03	2014.02	Revalidação Diploma pelo MEC	Não Respondeu	Não Respondeu	400 mil guaranis +50 reais (estima-se 300 reais)
04	2017.02	Reconhecimento de Diploma pelo MEC	Não Respondeu	Não Respondeu	-

Fonte: elaboração própria com base nos relatos da pesquisa (2019).

Embora os países da América Latina tenham Acordos bilaterais e mesmo Multilaterais para os processos de revalidação e reconhecimento de titulação acadêmica, há várias formas de fazer estes processos, que depende, inclusive, do grau de autonomia das Universidades em cada país determinada pelos Ministérios de Educação. Diante dos dados analisados neste item, constata-se que a revalidação e reconhecimento de diploma são necessários para que os egressos em DRUSA possam realizar a atividade profissional em seus países de origem, e que, mesmo com limitações em torno das exigências de como proceder, cinco egressos já obtiveram sucesso nesta ação. Outro tema que chama atenção é que os egressos realizaram diferentes caminhos, perpassando por variados órgãos de governo, universidades (pública e privada) e custos.

3. O PROFISSIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL - POSSIBILIDADES DE MOBILIDADE ACADÊMICA, DUPLA TITULAÇÃO E RECONHECIMENTO DE DIPLOMA

Neste item são apresentados os resultados de análise comparativa entre disciplinas do Curso de DRUSA e outros Cursos encontrados na América Latina com potencial para equivalência. Para esta avaliação utiliza-se como referência o trabalho de Zimmermann, Amarilla e Benitez (2015), que buscou Cursos da região que apresentassem certa similaridade com o Curso de DRUSA a partir da similaridade na nomenclatura. Os autores encontraram noventa e cinco (95) cursos (secundário, graduação, especialização, mestrado e doutorado) nominados de desenvolvimento rural e/ou segurança alimentar em 16 países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela). Destes vinte um (21) correspondem a cursos de graduação, conforme é possível verificar no Quadro 2, sendo que apenas dois (02) apresentam o tema da segurança alimentar na titulação,



caso do curso de *Seguridad Alimentaria Nutricional*, da *Universidad Especializada de Las Américas* (Panamá) e o curso de DRUSA-UNILA.

Quadro 2: Cursos de graduação em desenvolvimento rural e/ou segurança alimentar.

Curso	Grau Acadêmico	Instituição	País	
1	Ingeniería en DR	Graduação (Lic.)	Un. Autónoma Tomás Frías	Bolivia
2	Ingeniería del DR	Graduação (Lic.)	Un. Mayor de San Simón	Bolivia
3	Ingeniería en DR	Graduação (Lic.)	Un. San Francisco Xavier de Chuquisaca	Bolivia
4	DR e Gestão Agroindustrial	Graduação (Bac.)	Faculdade Machado Sobrinho	Brasil
5	DR Sustentável e Agroecologia	Graduação (Bac.)	Un. do Contestado	Brasil
6	DR e Gestão Agroindustrial	Graduação (Bac.)	Un. Estadual do Rio Grande do Sul	Brasil
7	DR e Segurança Alimentar	Graduação (Bac.)	Un. Federal da Integração Latino Americana	Brasil
8	DR	Graduação (Tec.)	Un. Federal do Rio Grande do Sul	Brasil
9	DR	Graduação (Bac.)	Un. Federal do Rio Grande do Sul	Brasil
10	Ingeniería en Agronomía – énfasis en DR	Graduação (Lic.)	Escuela De Ciencias Agrarias	Costa Rica
11	Economía Agrícola y DR	Graduação	Un. Católica de Santiago de Guayaquil	Equador
12	Ingeniería en Ciencias Económicas - énfasis en DR	Graduação (Lic.)	Un. Rural de Guatemala	Guatemala
13	Planificador con énfasis en DR	Graduação	Un. Rural de Guatemala	Guatemala
14	Ingeniería Agronomica en DR	Graduação	Un. Autónoma Agraria Antonio Narro	México
15	Ingeniería en DR	Graduação (Lic.)	Un. Autonoma de Chiapas	México
16	Ingeniería en DR	Graduação	Un. Autonoma del Estado de Morelos	México
17	DR	Graduação (Lic.)	Un. Nacional Agraria Nicaragua	Nicarágua
18	Seguridad Alimentaria Nutricional	Graduação (Lic.)	Un. Especializada de Las Américas	Panamá
19	Ingeniería Agronomica Mención Desarrollo Agrícola y Rural	Graduação	Un. Autónoma de Santo Domingo	Rep. Dominicana
20	Ingeniería en Ecología Humana	Graduação	Un. Nacional de Asunción	Paraguai
21	DR	Graduação	Instituto Amazónico de Agriculturas Familiares (INEAF) – Un.Federal do Pará (UFPA)	Brasil

Nota: *DR significa Desenvolvimento Rural ou Desarrollo Rural; Un. significa Universidade.

Fonte: Zimmermann, Amarilla e Benitez (2015).

A partir dos Cursos supracitados, buscamos na plataforma *google* os Projetos Pedagógicos dos Cursos, contudo, constatamos que grande parte deles não têm estes documentos disponíveis na internet. Foram enviados e-mails solicitando o Projeto Pedagógico e apenas dois Cursos responderam, o que prejudicou a análise do número de Cursos que ao final puderam ser analisados nesta pesquisa.

Assim, tivemos acesso a dados mais precisos de dois Cursos sobre Projeto Pedagógico, a saber: i) Curso de Engenharia em Ecologia Humana, oferecido pela Universidad Nacional de Asunción, Paraguai (UNA); ii) Curso de Desenvolvimento Rural, ofertado pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), da Universidade Federal do Pará, Brasil. Um terceiro Curso tivemos acesso aos títulos das disciplinas, a saber, o Curso de Engenharia em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Agrícolas e Pecuárias, da Universidad Autonoma Tomas Frias, Bolívia.



Na análise paralela entre o Projeto Pedagógico de DRUSA e dos outros cursos, o que se observa é que o Engenharia em Ecologia Humana (UNA), do Paraguai, apresenta uma totalidade de 18 disciplinas similares, sendo estas de diversas áreas do conhecimento (exatas políticas públicas, gestão de projetos, estudos sociais, etc.). O bacharelado em Desenvolvimento Rural (UFPA - Brasil) tem 14 disciplinas similares, sendo que estas também são de diversas áreas do conhecimento. Por fim, o curso de Engenharia em Desenvolvimento Rural apresenta sete disciplinas similares ao curso de DRUSA, sendo três destas de exatas e quatro ligadas ao estudo interdisciplinar do desenvolvimento rural. A seguir serão detalhados os resultados encontrados a partir da pesquisa documental, aprofundando na situação de cada curso.

3.1 Curso de Engenharia em Ecologia Humana (IEH-UNA), Paraguai

O curso de Engenharia em Ecologia Humana (*Ingeniería en Ecología Humana*) é ofertado pela Universidade Nacional de Assunção (IEH-UNA) no Paraguai. Este curso teve início em março de 1991, e até 2013 havia formado cerca de 180 profissionais (UNA, 2013). Conforme este relatório, o Curso tem como filosofia a abordagem da Ecologia Humana aplicada ao desenvolvimento rural considerando a família rural como um ecossistema, sendo o objetivo principal desta formação a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, o currículo do Curso enfatiza o trabalho com famílias camponesas para ajudar a quebrar o ciclo da pobreza, promover o auto-conhecimento e a auto-estima de seus membros, promover organizações de liderança e solidariedade, fortalecer as relações intrafamiliares e a auto-suficiência, estimular o uso ótimo e sustentado dos recursos naturais, ser referência nos processos de articulação para o desenvolvimento rural e promover o uso de tecnologias e práticas produtivas que permitam melhorar o nível econômico e desenvolvimento da qualidade de vida das famílias (UNA, 2013). E o perfil do egresso procura atender a esses diferentes temas:

1. Generar una visión humanista integral del desarrollo, promoviendo y fortaleciendo procesos organizativos para el bienestar de las comunidades.
2. Desarrollar y aplicar tecnologías adecuadas relacionadas a la producción agropecuaria, forestal y artesanal.
3. Impulsar el uso y manejo racional de los recursos naturales que promuevan un desarrollo ambientalmente sostenible con equidad social.
4. Posibilitar el desarrollo local, con una perspectiva regional y nacional impulsando estilos de desarrollo compatibles y sostenibles, económica, ecológica y socialmente.
5. Utilizar criterios analíticos y a su vez un pensamiento racional y holístico ante una problemática ecológica y social determinada.
6. Integrar distintas especialidades y áreas del conocimiento, que posibilite la consecución de acciones innovadoras, creativas y flexibles respetando las condiciones socioculturales de la población.
7. Promover la seguridad alimentaria y la atención prioritaria a las necesidades básicas insatisfechas como medida de mitigación de la pobreza.
8. Desarrollar y aplicar tecnologías alimentarias que proporcionen valor agregado a los productos.
9. Desarrollar e implementar materiales, medios y métodos educativos culturalmente adaptados.
10. Cooperar y liderar procesos de gestión integrada de recursos naturales y de los sistemas socio-ambientales, basados en los criterios de sostenibilidad.
11. Impulsar el desarrollo de las economías locales.
12. Promover sistemas productivos sustentables, con bases ecológicas, económicas y sociales.
13. Comprender y aplicar los conceptos de economía relacionados al uso, gestión y manejo sustentable de los recursos disponibles.
14. Incorporar la equidad social y considerar la estructura de los sistemas sociales en la gestión del desarrollo.
15. Incentivar las formas de manifestaciones culturales de las comunidades y valorizar la producción tradicional



y artesanal. 16. Integrar las distintas formas de producción de la finca con la conservación y recuperación de los servicios ecos sistémicos que benefician a las comunidades locales. 17. Formular, gerenciar y evaluar proyectos que se articulen y cooperen con los planes y programas de desarrollo del país. 18. Aplicar conocimientos científicos y tecnológicos adaptados a las condiciones locales. 19. Actuar con ética profesional respetando los valores morales y humanos. 20. Trabajar con espíritu emprendedor, innovador, creativo y práctico, construyendo su propio conocimiento con sentido crítico y responsabilidad. 21. Demostrar flexibilidad a los cambios continuos y habilidades en el trabajo en equipo. (UNA, 2013).

O curso de IEH-UNA tem uma duração estimada de 4,5 anos, contabilizando 9 semestres (UNA, 2013). A carga horária total é de 3.555 horas, distribuídas em disciplinas obrigatórias (básicas comuns, básicas do curso, integrados de conhecimento e profissionais – geral e específicas), optativas e eletivas, além de extensão, estágio e trabalho final de curso (UNA, 2013).

Quadro 3: Comparação entre disciplinas do IEH-UMA e de DRUSA-UNILA com potencial equivalência

DISCIPLINAS IEH-UNA				DISCIPLINAS DRUSA-UNILA			
Período	Título da Disciplina	Carga Horária (horas)	Nº Créditos	Período	Título da Disciplina	Carga Horária (horas)	Nº Créditos
1º	Matemática I	60 h	4	2º	Fundamentos de Matemática	68 h	4
1º	Biologia Aplicada	45 h	3	1º	Introdução à Biologia	68 h	4
1º	Bioquímica	60 h	4	3º	Fundamentos de Química para a Agricultura	68 h	4
1º	Antropologia Social	45 h	3	3º	Introdução à Antropologia	68 h	4
2º	Nutrição e Saúde	45 h	3	5º	Alimentos, Nutrição e Saúde	68 h	4
2º	Sociologia Geral	45 h	3	1º	Introdução à Sociologia	68 h	4
2º	Idioma Estrangeiro	30 h	2	1º	Português/ Espanhol Adicional Básico	136 h	8
3º	Economia	45 h	3	2º	Introdução à Economia	68 h	4
3º	Alimentação Comunitária	45 h	3	4º	Alimentação e Cultura	68 h	4
4º	Estatística Geral	60 h	4	4º	Estatística	68 h	4
4º	Teorias de Desenvolvimento	45 h	3	3º	Teorias do Desenvolvimento Rural	68 h	4
4º	Agroecologia I	45 h	3	5º	Agroecologia	68 h	4
4º	Sociologia Aplicada	45 h	3	4º	Sociologia do Mundo Rural	68 h	4
6º	Extensão I	60 h	4	8º	Extensão Rural	32 h	2
7º	Desenho e Avaliação de Projetos	60 h	4	6º	Planejamento, Elaboração e Avaliação de Projetos	68 h	4
8º	Gestão Ambiental	60 h	4	8º	Planejamento e Gestão Ambiental	68 h	4
8º	Planejamento para o Desenvolvimento Territorial	45 h	3	7º	Planejamento Rural e Análise de Informações Espaciais	68 h	4
9º	Políticas Públicas e Desenvolvimento	45 h	3	5º	Estado e Políticas Públicas	68 h	4
Total	18 DISCIPLINAS	885 h	59	Total	18 DISCIPLINAS	1258 h	74

Fonte: elaboração própria a partir dos Projetos Pedagógicos de ambos os cursos.



Ao ser comparado com DRUSA (UNILA, 2014), o Curso de IEH-UNA apresenta uma totalidade de 18 ementas de disciplinas com potencialidade de equivalência, sendo estas de diversas áreas do conhecimento (exatas, políticas públicas, gestão de projetos, estudos sociais, etc.) e com diferente carga horária. Estas disciplinas são ofertadas no decorrer de todo o curso e a grande maioria não é ofertada em semestres iguais (Quadro 3).

Para além destas disciplinas, entendemos que há potencial de equivalência entre outras disciplinas, conforme o Quadro 4. Neste caso, seria necessário um diálogo maior entre os cursos para avaliarem essas equivalências.

Quadro 4: Comparação das demais disciplinas IEH-UNA e DRUSA-UNILA com potencial de equivalência

DISCIPLINAS IEH-UNA				DISCIPLINAS DRUSA-UNILA			
Período	Título da Disciplina	Carga Horária (horas)	Nº Créditos	Período	Título da Disciplina	Carga Horária (horas)	Nº Créditos
2º	Ecologia	45	3		Agroecossistemas I	68	4
2º e 3º	Desenvolvimento humano	45	3		Antropologia das Populações Rurais	68	4
	Sistema Familiar	45	3				
3º, 7º e 8º	Redação Técnica	30	2		TCC I	34 + 204	
	Seminário de Trabalho I	30	2		TCC II		
	Seminário de Trabalho II	45	3				
3º e 4º	Participação Cidadã	45	3		Ética e Ciência	68	4
	Educação Popular	45	3				
6º	Metodologia da Investigação	45	3		Introdução ao Pensamento Científico	68	4
	Técnicas de Investigação Social	45	3				
4º	Ciências de Alimentos	60	4		Legislação, Qualidade e Controle dos Alimentos	68	4
4º e 5º	Produção Agrária I e II	45	3		Dinâmicas dos Sistemas Agrários	68	4
		45	3				
6º	Tecnologia Adequada para o Desenvolvimento	45	3		Agricultura, Tecnologia e Sustentabilidade	68	4
5º	Economia para o Desenvolvimento Sustentável	45	3		Economia do Espaço Rural	68	4
6º	Organização e Desenvolvimento	45	3		Associativismo e Cooperativismo	68	4
7º	Realidade Contemporânea	45	3		Desenvolvimento Rural na América Latina	68	4
6º, 8º e 9º	Administração do Sistema da Propriedade	45	3		Gestão de Projetos	68	4
	Gestão de Empresas	45	3				
	Empreendedorismo	45	3				
5º+	Optativas	08 x 45	08 x 3	5º+	Optativas	05 x 68	05 x 4

Fonte: elaboração própria a partir dos Projetos Pedagógicos de ambos os cursos.

Percebemos que em função do curso IEH ser uma engenharia, há uma série de disciplinas que não encontram similaridade no Curso de DRUSA, como matemática II, desenho, entre outras. Também neste Curso identificamos disciplinas que aprofundam aspectos da engenharia e tecnologia de alimentos, enquanto em DRUSA o debate sobre alimentos foca aspectos da história da alimentação, sistemas agroalimentares e políticas públicas de soberania e segurança alimentar. Além disso, destacamos ainda que o Curso de DRUSA apresenta disciplinas do Ciclo Comum voltados ao debate da América Latina da UNILA que não encontram similaridade no Curso IEH-UNA (Quadro 5).



3.2 Curso de Desenvolvimento Rural (DR-UFPA), Brasil

O Curso de Desenvolvimento Rural é ofertado pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), da Universidade Federal do Pará, Brasil. Teve início em 2018, de forma que até o momento não tem egressos. É um Curso de 4,5 anos, contabilizando nove semestres e 3.275 horas. Conforme o site do Curso, o objetivo é “formar profissionais, em nível superior, com uma ampla, indissociada e sólida base técnico-científica para atuar no desenvolvimento rural”. Também destaca que é uma formação para atuar em uma “perspectiva interdisciplinar, inovadora e crítica, em diversas realidades produtivas e socioculturais, nas distintas escalas territoriais amazônicas e globais” (UFPA, 2019).

O Curso menciona atividades em diversas realidades produtivas e socioculturais, nas distintas escalas territoriais, amazônica e global, baseadas na experiência adquirida a partir de estágios de vivência curriculares, com a possibilidade de escolha entre três ênfases ao longo da formação, a saber: 1) Agroecossistemas familiares: um olhar sistêmico; 2) Ação pública, transformações socioambientais e processos de inovação camponesa e; 3) Povos e comunidades tradicionais, recursos naturais e gestão socioagroambiental (UFPA, 2019). Em relação ao perfil do egresso,

Os profissionais egressos deverão apresentar um perfil de caráter multidisciplinar, além de uma consolidada capacidade teórica e prática de tratar de demandas inerentes e relacionadas com processo de Desenvolvimento Rural. Além dessas habilidades acadêmicas, esse egresso estará apto a atuar como mediador, assessor, gestor ou prestador de assistência técnica e social em questões de desenvolvimento rural, prioritariamente, junto a agricultores familiares, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais da Amazônia, resguardando sempre seus direitos específicos. O Bacharel em Desenvolvimento Rural também poderá atuar como pesquisador nos diversos campos de conhecimento de sua formação, intermediando também processos de intervenção de desenvolvimento entre a sociedade rural e suas organizações; o Estado e suas Políticas; Entidades e suas demandas específicas ou amplas; em território amazônico ou em outros contextos territoriais. (UFPA, 2019, p. 8).

Ao comparar as disciplinas do Curso de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará (DR-UFPA) com o Curso de DRUSA, há 23 disciplinas com potencial de equivalência, que são de diversas áreas do conhecimento, com destaque para disciplinas que tratam de teorias do desenvolvimento rural, gestão ambiental, extensão rural e políticas públicas. Existe também uma diferença entre os semestres que são ofertadas as disciplinas em cada curso (Quadro 6).

Percebemos que o Curso de DR-UFPA apresenta uma carga significativa de disciplinas que tratam do ecossistema amazônico, viagem de campo e vivência, seminários e estágios, que não encontram similaridade no Curso de DRUSA-UNILA. Por sua vez o Curso de DRUSA apresenta disciplinas do Ciclo Comum voltadas ao debate da América Latina, disciplinas voltadas ao alimento e à questão alimentar, além de introdutórias de matemática, química, biologia, antropologia e sociologia. Abaixo temos um quadro que aponta as demais disciplinas de ambos os cursos (Quadro 7).



Quadro 6: Comparação entre as disciplinas de Desenvolvimento Rural-UFPA e DRUSA-UNILA, com potencial equivalência

DISCIPLINAS DR-UFPA			DISCIPLINAS DRUSA-UNILA			
Período	Título da Disciplina	Carga Horária (horas)	Período	Título da Disciplina	Carga Horária (horas)	nº Créd.
1º	Comunicação escrita e oral para a produção científica.	60	2º	Introdução ao Pensamento Científico	68	4
1º	Epistemologia	60	3º	Ética e Ciência	68	4
1º	Agricultura e Sustentabilidade	60	7º	Agricultura, Tecnologia e Sustentabilidade	68	4
1º	Teorias do Desenvolvimento	60	3º	Teorias do Desenvolvimento Rural	68	4
2º	Solo e Ambiente	60	4º	Pedologia e Geomorfologia: Bases Conceituais Aplicadas ao Espaço Rural	68	4
3º	Estudo de Práticas Agrícolas	60	2º	Dinâmicas dos Sistemas Agrários	68	4
3º	Estatística Básica	60	4º	Estatística	68	4
3º	Estudo sobre Agroecossistemas	60	4º	Agroecossistemas I	68	4
4º	Funcionamento do Estabelecimento Agrícola	60	2º e 4º	Introdução à Economia do Espaço Rural	68 68	4 4
4º	Legislação agrária e ambiental	60	8º	Planejamento e Gestão Ambiental	68	4
4º	Comercialização e Mercados	45	6º	Sistemas Agroalimentares	68	4
5º	Cooperativismo, Associativismo e Economia Solidária	60	6º	Associativismo e Cooperativismo na América Latina	68	4
5º	Extensão, Comunicação e Intervenção Social	60	8º	Extensão Rural	34	2
5º	Estudo dos Sistemas Agrários	60	2º	Dinâmica dos Sistemas Agrários	68	4
5º	Políticas públicas para Agricultura Familiar	60	6º	Políticas Públicas para a Agricultura e Espaço Rural	68	4
6º	Elaboração, Planejamento e Gestão de Projetos de Desenvolvimento	60	6º	Planejamento, Elaboração e Avaliação de Projetos	68	4
6º	Organização Social e Mediadores Sociais	60	6º	Organização Social E Movimentos Sociais Rurais	68	4
7º	Tópicos Especiais em Desenvolvimento Rural	60	Op.	Tópicos de Desenvolvimento Rural I e II	68	4
7º	Povos e Comunidades Tradicionais, Recursos Naturais e Gestão socioagroambiental (P3)	60	5º	Antropologia das Populações Rurais	68	4
8º	Território e Territorialidade	60	7º	Planejamento Rural e Análise de Informações Espaciais	68	4
8º	Metodologia de Pesquisa	60	7º	TCC I	34	2
8º	TCC	60	8º	TCC II	204	12
Op.	Estado, Políticas públicas e efeitos ambientais.	45	5º	Estado e Políticas Públicas	68	4
Total	23 DISCIPLINAS	1350h	Total	24 DISCIPLINAS	1700h	100

Fonte: elaboração própria a partir dos Projetos Pedagógicos de ambos os cursos.



Quadro 7: Demais disciplinas de DR-UFPA e DRUSA-UNILA

CURSO DR - UFPA			CURSO DRUSA - UNILA			
Período	Título da Disciplina	Carga Horária (horas)	Período	Título da Disciplina	Carga Horária (horas)	nº Créd.
1º	Enfoque Sistêmico nas Ciências Agrárias	60	1º	Português/ Espanhol Adicional Básico	136	8
1º	Sociedades Camponesas I	60	1º	Fundamentos de América Latina I	136	8
2º	Ecosistemas amazônicos	60	1º	Introdução à DRUSA	68	4
2º	Relações Sociedade Natureza	60	1º	Introdução à Biologia	68	4
2º	Sociedades Camponesas II	60	1º	Introdução à Sociologia	68	4
2º	Viagem de Campo: Vivência I	45	2º	Fundamentos de América Latina II	68	4
3º	Sistema de Criação	60	2º	Português/ Espanhol Adicional Intermediário I	136	8
3º	Sistema de Cultivo	60	2º	Fundamentos de Matemática	68	4
4º	Estatística Aplicada	60	3º	Fundamentos de América Latina III	34	2
4º	Viagem de Campo: Vivência II	45	3º	Português/Espanhol Adicional Intermediário II	68	4
4º	Bases Metodológicas para a Pesquisa-intervenção	60	3º	Fundamentos de Química para a Agricultura	68	4
4º	Legislação agrária e ambiental	60	3º	Introdução à Antropologia	68	4
5º	Viagem de Campo: Vivência III	45	3º	História da Alimentação	68	4
5º	Educação do Campo	45	4º	Sociologia do Mundo Rural	68	4
5º	Estágio Supervisionado I	100	4º	Alimentação e Cultura	68	4
6º	Diversidade Étnica e Social na Amazônia	60	5º	Agroecologia	68	4
6º	Ação Coletiva no Campo	60	5º	Desenvolvimento Rural na América Latina	68	4
6º	Questão Agrária na Amazônia	60	5º	Alimentos, Nutrição e Saúde	68	4
6º	Estágio Supervisionado II	100	5º	Optativa	68	4
7º	Agroecossistemas familiares: um olhar sistêmico (P1)	60	6º	Legislação, Qualidade e Controle de Alimentos	68	4
7º	Ação pública, transformações socioambientais e processos de inovação camponesa (P2)	60	6º	Optativa	68	4
7º	Seminário Interdisciplinar: escolha dos percursos	45	7º	Gestão de Projetos	68	4
7º	Estágio Supervisionado III	100	7º	Políticas de Soberania e Segurança Alimentar	68	4
8º	Seminários em Ecologia de saberes.	45	7º	Optativa	68	4
8º	Interface de saberes, processos de inovação e formação de agentes de intervenção social	45	7º	Optativa/ Disciplina Livre	68	4
8º	Inovação e ação pública	45	8º	Optativa/ Disciplina Livre	68	4
8º	Coexistência de modelos de desenvolvimento e conflitos socioambientais	45				
9º	P2 -Redes sócio-técnicas locais e processos de inovação	45				
9º	P1 - Adaptação, trajetórias e planejamento de sistemas de produção	45				
9º	Círculo de Diálogos Interdisciplinares de Percursos	45				
Total	30 DISCIPLINAS	1740hs	Total	26 DISCIPLINAS	1938	14

Fonte: elaboração própria a partir dos Projetos Pedagógicos de ambos os cursos.



3.3 Engenharia em Desenvolvimento Rural (IDR-UATF), Bolívia

O Curso de Engenharia em Desenvolvimento Rural (*Ingeniería en Desarrollo Rural*) é ofertado pela Universidade Autónoma Tomas Frias da Bolívia (IDR-UATF) desde 2005. Conforme seus documentos, o Curso busca a formação integral e contínua de profissionais voltados à promoção, organização e execução de projetos de pesquisa econômico-social, com ênfase no Desenvolvimento Rural, e nas outras áreas que o contexto exige, como a participação ativa e interação social, através de programas, projetos voltados aos governos municipais, empresas do agronegócio, para contribuir para o desenvolvimento rural, regional e nacional (UATF, 2019). O Curso é previsto para durar 4,5 anos, equivalente a nove semestres. No perfil profissional consta:

Valorar positivamente el trabajo tendiente a lograr cambios con familias, organizaciones e instituciones de comunidades rurales, especialmente aquellas más afectadas por la pobreza; Desarrollar una disposición favorable a mantener una comunicación dialógica con los actores del desarrollo rural municipal, regional, departamental y nacional, impulsando el trabajo en equipo y enfoques inter y transdisciplinarios; Valorar la diversidad cultural y los patrimonios culturales locales y regionales, así como el manejo adecuado de los recursos naturales; Desarrollar bases de valores que sustenten su ética profesional con sensibilidad hacia lo social y ambiental; Comprender diferentes enfoques teóricos, metodológicos e instrumentales de investigación y acción social aplicados al desarrollo rural local, sectorial, regional, departamental y nacional; Conocer enfoques de gerencia pública y privada y de procedimiento de gestión, el diseño, la ejecución y evaluación de proyectos, planes y programas, teniendo presente su inserción en las estructuras y proceso de toma de decisiones; Sistematizar y diseñar enfoques teóricos de interpretación y proyección de sus experiencias personales y de otros actores en iniciativas de desarrollo rural; Aplicar métodos y técnicas de investigación y acción social en procesos de desarrollo rural local, sectorial, regional, departamental y nacional, a partir de su propia dinámica y fortaleciendo la capacidad de los actores involucrados; Utilizar instrumentos para la conducción de procesos de definición y formulación de políticas y de ejecución y evaluación de proyectos, planes y programas, articulando alianzas de los diferentes actores (UATF, 2019, p. 1).

Quadro 8: Comparação disciplinas IDR-UATF e DRUSA-UNILA

IDR - UATF		DRUSA - UNILA			
Período	Título da Disciplina	Período	Título da Disciplina	Carga Horária (horas)	Período
1°	Introducción al Desarrollo Rural	1°	Introdução ao Desenvolvimento Rural e a Segurança Alimentar	68	4
1°	Calculo I	2°	Fundamentos de Matemática	68	4
1°	Química General	3°	Fundamentos de Química para a Agricultura	68	4
2°	Estadística	4°	Estatística	68	4
2°	Sociología y Antropología	5°	Antropología das Populações Rurais	68	4
5°	Teorias de Desarrollo Rural Sostenible	3°	Teorias do Desenvolvimento Rural	68	4
7°	Extension Rural Participativa	8°	Extensão Rural	34	2

Fonte: elaboração própria a partir dos Projetos Pedagógicos de ambos os cursos.



A avaliação sobre as disciplinas que este Curso apresenta em comparação com o Curso de DRUSA é precária, baseada simplesmente nos títulos das disciplinas, já que não se teve acesso ao Projeto Pedagógico deste Curso. Foi enviada solicitação do Plano por email, mas não houve resposta. Contudo, foram encontradas sete disciplinas com títulos com potencial similaridade, sendo três destas da área das exatas e quatro ligadas ao estudo interdisciplinar do desenvolvimento rural (Quadro 8). Já as demais disciplinas (Quadro 9) demandaria acesso às ementas e a carga horária para avaliar com maior precisão a possibilidade de equivalência. Dos três cursos pesquisados, a avaliação da IDR - UATF é a mais precária, devido à falta de informações.

Quadro 9: Demais disciplinas da IDR - UATF

Período	Título da disciplina
1º Semestre	Introducción a la Producción Agrícola, Pecuaria y Forestal
	TIC I: Ofimática - Dibujo
	Física I
2º Semestre	Contabilidad
	Cosmovision y Etnografía Andina
	Ecología y Medio Ambiente
	Turismo Rural y Artesanía
3º Semestre	Credito Rural
	Dinamica Poblacional y Organización Originaria Indígena Campesina
	Administración y Gestión de MYPES, Oecas
	Gestión de RR.NN. y Alternativas Energéticas
	Genero y Desarrollo Rural
4º Semestre	Gestión de Infraestructura Económica y Servicios
	Estrategias de Innovación Tecnológica
	Desarrollo Económico Local/Regional
	Gestión Territorial Indígena
	Legislación Aplicada al Desarrollo Rural
5º Semestre	SIG - I (Instrumentos)
	Metodología de la Investigación Socioeconómica
	Administración y Economía
	Gestión de Riesgos
	Gestión de Recursos Hídricos
6º Semestre	SIG - II (POT)
	Proyectos - I
	Complejos Agro Productivos
	Comercialización y Mercadeo
	Manejo de Cuencas
7º Semestre	Gobernabilidad y Gestión Pública
	Proyectos II
	Alianzas Estratégicas y Gestión de Financiamiento
8º Semestre	Taller - I
	Planificación del Desarrollo Rural
	Taller - II
	Práctica Profesional
	Defensa de Tesis - Proyecto

Fonte: UATF (2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato do Curso de DRUSA-UNILA ser recente no universo profissional, de caráter interdisciplinar, não impede que seus egressos conquistem revalidação e reconhecimento de diploma. Pelo contrário, os dados encontrados na aplicação de questionário evidenciaram que dos seis egressos de DRUSA buscaram a revalidação do diploma, sendo que cinco



conseguiram este documento e puderem exercer a profissão em seus países de origem. Segundos os relatos, os trâmites não foram tão simples e alguns tiveram gastos significativos até conseguir o documento.

Embora existam caminhos sugeridos pelos Ministérios de Educação para a revalidação ou reconhecimento de diploma, os relatos dos egressos DRUSA sugerem diferentes formas de conquistar estes documentos, com a implicação de diferentes órgãos de governo, diferentes universidades (pública e privada) e diferentes custos.

E, após a avaliação de três Projetos Pedagógicos de Cursos similares ao Curso de DRUSA-UNILA (IEH-UNA, DR-UFGA e IDR-UATF), evidencia-se a potencialidade de mobilidade acadêmica, reconhecimento de diploma e mesmo o estabelecimento de parcerias para um processo de dupla titulação entre Universidades, sobretudo com IEH-UNA e DR-UFGA. Fatores como a quantidade de disciplinas similares entre os cursos, o bilinguismo que a UNILA oferece e a proximidade geográfica e acadêmica nos dão uma visão positiva para a aproximação entre os cursos e possibilidades de parcerias.

Por fim, o estudo suscita proposições a serem discutidas no âmbito de Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE). Neste âmbito, pode-se destacar: 1. Elaboração de um roteiro para revalidação de diploma conforme os países e as realidades encontradas pelos egressos DRUSA; 2. Estabelecer contato com Instituições de Ensino Superior que tenham Cursos próximos ao Curso de DRUSA, no intuito de garantir mais agilidade aos processos de revalidação de diploma de egressos de DRUSA; 3. Estabelecer uma rede de egressos para tornar disponível à Coordenação do Curso de DRUSA (e mesmo à UNILA) futuros diálogos com egressos e troca de experiência sobre os processos de revalidação e reconhecimento de Diploma nos diferentes países implicados. Estas ações podem ser replicadas nas demais instituições que ofertam o mesmo tipo de formação profissional.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos o Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), da UNILA, pelo apoio dado a esta pesquisa no âmbito do Edital nº 1 e 3/2018 PROINT-IMEA-PROGRAD/UNILA.

REFERÊNCIAS:

ASOCIACIÓN DE PARAGUAYOS ESTUDIANTES EN TAIWAN. **Reconocimiento de títulos universitarios en Paraguay**. Disponível em <http://apetaiwan.org/index.php/reconocimiento-de-titulos-universitarios-en-paraguay-2/> acesso em 19.07.2018

CAPORAL, F. R. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural (Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM). Santa Maria, 1991.

DELGADO, N. *et al.* Parte 1- Tipologias de ruralidades em agências multilaterais e organismos internacionais selecionados. IN: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Orgs). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21. Brasília: IICA, 2013. 476 p. Disponível em:



http://iicaforumdrs.org.br/iica2011/adm/arquivosup/5d8f0a58d28a55759f75ce1bd3622f75Mio_lo_final_vol21_WEB.pdf

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra. 1971.

GIMÉNEZ, G. S. **Homologación de título universitario extranjero en Paraguay**, 19 de agosto de 2016. Disponível em: <http://gestoriaenparaguay.com.py/wp/homologacion-de-titulo-universitario-extranjero-en-paraguay/.html>

MOLINA, M. La revalidación de títulos universitarios en el MERCOSUR. **Integración y Conocimiento**, v. 2, 2013. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/5702> acesso em 14.10.2019

UATF - Universidad Autonoma "Tomas Frias". **Ingeniería en Desarrollo Rural**.2019. Disponível em <http://svr4.uatf.edu.bo/carreras/?p=IDR> acesso em 14.10.2019

UNA – Universidad Nacional de Asunción. **Ingeniería en Ecología Humana**. 2018. Disponível em <https://www.una.py/wp-content/uploads/2018/11/ING.-EN-ECOLOGIA%CC%81A-HUMANA.pdf> acesso em 11.09.2019

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar**. 2014. Disponível em [https://unila.edu.br/sites/default/files/files/PPC-DESENVOL_%20RURAL_\(17\).pdf](https://unila.edu.br/sites/default/files/files/PPC-DESENVOL_%20RURAL_(17).pdf) acesso em 29.09.2019

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **SIGAA – Busca de discentes**. 2019. Disponível em <https://sig.unila.edu.br/sigaa/graduacao/> acesso em 19.09.2019

ZIMMERMANN, S. A.; AMARILLA, G. A. V.; BENITEZ, R. C. A. **Interdisciplinidade na formação profissional: um mapeamento dos cursos de graduação e pós-graduação de desenvolvimento rural e segurança alimentar na América Latina**. ANAIS CONINTER 4, Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Foz do Iguaçu PR: UNIOESTE, 8 a 11/12/2015. Disponível em <http://www.aninter.com.br/Anais%20Coninter%204/GT%202014/20.%20INTERDISCIPLINARIEDADE%20NA%20FORMACAO%20PROFISSIONAL.pdf> acesso em 19.07.2018

Recebido em 13/05/2021

Aprovado em 27/08/2021



GUERRA FRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA COMPREENSÃO DE UM TEMA CENTRAL DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA - RESENHA DO LIVRO “GUERRA FRIA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA”

Micael Alvino da Silva¹

Figura 1: Capa do Livro



Fonte: Editora Appris

Livro: Guerra Fria: história e historiografia

Autor: Sidnei José Munhoz

Editora: Appris, 2020.

A Guerra Fria é um evento-chave para a compreensão da história contemporânea. O conflito durou mais de quatro décadas (1947-1991), foi capaz de alcançar todas as regiões do globo e deixou uma pesada herança com a qual as sociedades contemporâneas ainda convivem. Decorre dessa centralidade e relevância que a Guerra Fria é certamente um dos assuntos que interessam tanto a leigos quanto a especialistas. Com esse público diverso que o livro **Guerra Fria: História e Historiografia** pretende dialogar e contribuir. Nessa resenha, vou apresentar como o livro está organizado e fazer três destaques importantes a partir dos temas tratados pelo autor, o professor Sidnei José Munhoz.

Em termos de organização do livro, queria chamar a atenção inicialmente para algo que não muito comum de se encontrar na historiografia mais recente. Antes do sumário, o leitor se depara com duas seções: cronologia e glossário. À sua disposição, o leitor tem um guia de consulta ao qual pode recorrer em diversos momentos da leitura. Esse recurso é de muita valia tanto para leitores especializados quanto para os demais leitores. O glossário, particularmente, é muito útil para auxiliar a leitura nos contrapontos

¹ Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: micael.silva@unila.edu.br



dos fatos com os argumentos da historiografia, tarefa que o autor desenvolve com muita assertividade.

O livro está dividido em três partes, sendo 5 capítulos na primeira, 2 na segunda e 2 na terceira. Não é ao acaso que metade dos capítulos está na primeira parte. Um dos argumentos centrais do autor é que a Guerra Fria foi resultante de “questões mal resolvidas ou encaminhadas de forma dúbia durante o desenvolver da Segunda Guerra Mundial” (MUNHOZ, 2020 p. 266). A essas questões se dedicam os cinco primeiros capítulos do livro. Na segunda parte, assentado sobre a análise da emergência do conflito entre os ex-aliados da Segunda Guerra, o autor analisa aspectos diversos que deram origem à Guerra Fria. O Longo Telegrama, a Doutrina Truman, a formação dos blocos capitalista e socialista e a mundialização do conflito são os principais temas abordados. Na terceira e última parte, o autor aborda as tentativas de acomodação e a busca por possível convivência pacífica entre Estados Unidos e URSS. Na sequência, conclui analisando o processo de crise do sistema soviético e a desintegração da URSS e, conseqüentemente, o fim da Guerra Fria.

Ainda que seja uma história geral do evento mais importante da segunda metade do século XX, o livro está longe de apresentar um mero panorama. A experiência de anos de pesquisa do autor o permite dialogar com a historiografia e até mesmo se posicionar em alguns debates complexos. Por exemplo, em uma excelente abordagem sob o título “diplomacia atômica?”, Munhoz apresenta os argumentos da historiografia e então se posiciona. Para o autor, “os bombardeiros nucleares [dos EUA] às cidades japonesas foram desnecessários e as justificativas para seu emprego são inaceitáveis” (2020, p. 124).

Além do diálogo com a historiografia, o livro não deixa a desejar quanto à apresentação concisa de fatos, datas e conceitos. O autor problematiza, por exemplo, até mesmo explicações corriqueiras e internalizadas como a expressão “mundo bipolar”. Capaz de sintetizar um aspecto daquele conflito entre Estados Unidos e URSS, o autor informa ao leitor, contudo, que “é bastante verossímil a imagem de um mundo polarizado, porém, como é possível observar na literatura especializada, o processo jamais foi estático” como a expressão pode sugerir (MUNHOZ, 2020, p. 165).

Nesse sentido, considerando que o mundo contemporâneo é incompreensível sem o entendimento sobre as nuances da Guerra Fria, o livro do professor Sidnei Munhoz é uma leitura obrigatória para quem conhece, pesquisa, leciona ou simplesmente se interessa pela história contemporânea. Mais do que contribuir com o conhecimento especializado, o autor não nos deixa esquecer que a Guerra Fria teve sua centralidade na alta política, mas que foi capaz de atingir todas as regiões do mundo, e que “custou cerca de 25 milhões de vidas ao longo de 4 décadas” (MUNHOZ, 2020, p. 270).

REFERÊNCIA

MUNHOZ, S. J. **Guerra Fria: História e Historiografia**. Curitiba: Appris, 2020.

Recebido em 24/03/2021

Aprovado em 27/08/2021





ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento, fronteiras ou temas de políticas públicas e planejamento urbano e regional. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) **Artigos Científicos** – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em, pelo menos, dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial 12 e espaçamento simples. Artigos de iniciação científica devem ter, no máximo, 10 laudas.
- ii) **Resenhas** – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial 12 e espaçamento simples.
- iii) **Demais Contribuições** – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial ou times new roman 12 e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações, sem identificação, através do *website da revista* - <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>.